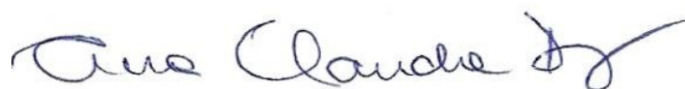


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Jesser Rodolfo de Oliveira Ramos

De portas abertas para seguir a vida:
a Casa 1 e sua política com a *rua*

-VERSÃO CORRIGIDA-

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ana Cláudia" followed by a stylized flourish.

São Paulo

2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

De portas abertas para seguir a vida:
a Casa 1 e sua política com a *rua*

Jesser Rodolfo de Oliveira Ramos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia de Universidade de São Paulo para obtenção de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Ana Claudia Duarte Rocha Marques

Março, 2021

RAMOS, Jesser Rodolfo de Oliveira. De *portas abertas* para *seguir a vida*: a Casa 1 e sua política com a *rua*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela

Prof. Dr. Miguel Vale de Almeida

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

Profa. Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques (Orientadora)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Rp Ramos, Jesser Rodolfo de Oliveira
De portas abertas para seguir a vida: a Casa 1 e sua política com a rua / Jesser Rodolfo de Oliveira Ramos; orientadora Ana Claudia Duarte Rocha Marques - São Paulo, 2021.
197 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. Política com a rua. 2. Casa 1. 3. Jovens LGBTQIA+. 4. Memória . 5. Etnografia . I. Marques , Ana Claudia Duarte Rocha , orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Jesser Rodolfo de Oliveira Ramos

Data da defesa: 12/04/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Claudia Duarte Rocha Marques

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/06/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

A minha mãe, cuja força, generosidade e afeto são partes fundamentais da
minha existência .

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, agradeço, primeiramente, às pessoas que fizeram e fazem a Casa 1 ser o que é. Elas permitiram que essa pesquisa fosse possível e com elas aprendi o que é a persistência em *seguir a vida*, apesar de todas as forças contrárias do mundo. Ao compartilharem comigo suas histórias, as e os jovens LGBTQIA+ mostraram-me como as fragilidades são lugares de força e que são elas que permitem *arriscar* quando tudo parece *insuportável*. Agradeço por tanto. Agradeço a todos aqueles e aquelas que são fundamentais para que a Casa 1 exista e que de algum modo atravessaram essa pesquisa. À Dona Alvina, agradeço pela generosidade e pelo carinho despendidos desde o primeiro dia. À Denise pela gentileza e pelo apoio diário, você se tornou uma amiga inestimável. Ao Bruno que permitiu que as portas fossem abertas a minha pesquisa. Sua generosidade foi essencial para que eu conseguisse realizar essa pesquisa. À Lívia que fez minhas quintas-feiras mais felizes e mais afetuosas. Ao Arthur que se tornou um parceiro de pesquisa e um amigo generoso.

À minha orientadora Ana Claudia, que desde a primeira conversa mostrou-se sensível e engajada em tudo que sucedeu à minha vinda à São Paulo. Mais do que possível, seu comprometimento fez com que a vida fosse mais vivível durante todo esse tempo. Sem este comprometimento esta pesquisa nunca teria existido. Além disso, foi com ela que aprendi o que é fazer antropologia e seu rigor foi fundamental para os méritos dessa dissertação. Agradecimentos estes que se estendem ao Jorge Villela, que foi o primeiro a acreditar em mim, ainda na graduação. Sem seu apoio e sua generosidade do Jorge esse mestrado teria ficado no plano do impossível. Agradeço também por ter feito parte da banca de qualificação e da banca de defesa.

Agradeço à Silvana por ter feito parte da qualificação e da banca de defesa. Suas aulas e sua generosidade são fundamentais para esta dissertação. Agradeço ao Miguel Vale de Almeida que tão gentilmente aceitou participar da banca. Obrigado também pela atenção e cuidado despendidos a mim no tempo que estive em Lisboa realizando um estágio de pesquisa sob sua supervisão. Agradeço também à Karina Biondi, Fabiana Andrade e Heloisa Buarque por aceitarem a suplência da banca de defesa.

A todos amigos e amigas do Hybris, que tanto me inspiraram e que me ajudaram a construir esse texto. Em especial, agradeço à Natalia, Flor, Miguel, Karina, Camila, João, Gabriel, Yara, Matheus, Fabiana e Juliana que estiveram comigo desde o início e me fizeram aprender muito. À Flor e Miguel agradeço os momentos agradáveis e a amizade construída. À Yara agradeço todo apoio e todas as trocas generosas em meio a momentos angustiantes, obrigado por fazer a Usp, o Crusp e a vida serem lugares mais afetuosos.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de pesquisa de mestrado que me permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa (processo nº 2018/09503-9, Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)). Agradeço novamente à FAPESP pela concessão da bolsa de estágio de pesquisa no exterior que me permitiu realizar uma estadia de pesquisa no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) (processo nº 2019/11876-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações são expressas pelo autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP ou da Capes.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, pelas aulas e aprendizados compartilhados em diferentes espaços. Não posso deixar de agradecer à Juciele, que, enquanto trabalhou no Programa, deu todo o suporte possível para a resolução das burocracias institucionais. Além disso, seu carinho e sua generosidade transformaram-se numa linda amizade, que ultrapassou os limites geográficos do país e que ultrapassará os limites temporais. Nos vemos em Barcelona, Ju. Aos meus e às minhas colegas da turma de mestrado de 2018 agradeço pelos momentos de aprendizado e pelos afetos compartilhados. Em especial, agradeço à Shis, à Bruna, à Alessandra e à Pisci por terem deixado minha vida mais repleta de belezas e de gentilezas. Vocês me mostraram o que significa amizade. Aos amigos e amigas que fiz no PPGAS, em especial à Helena, cujo humor é o mais próximo da perfeição que eu encontrei.

Além dos amigos e amigas que fiz, há também os amigos de sempre e de todos os momentos. Minha amiga Matheus Torres sem você o cotidiano não teria as batidas que eu preciso. Obrigado por compartilhar o impublicável e por continuar dançando sozinho comigo. Luana, Michele e Matheus Gimenes obrigado pela pista de dança e de afetos. À Bia, Ana,

Dani, Bruno e Tui: *São Carlos beats forever*. Ao Caio que chegou depois mas que me mostrou algo que eu nunca tinha visto: estar junto do modo leve e generoso é o que torna a vida possível. É impossível dizer aqui o que você se transformou, mas essa amizade deve muito a você, apesar de mim. À Dulce, minha amiga de alma e de pragmatismo. Aprendi com você o que é devir, na verdade Deleuze e Guattari aprenderiam também. Obrigado por ser uma presença forte e recíproca, não é todo mundo que consegue. Paris nos espera. À Ju Boldrin por me mostrar que as costuras de uma amizade são feitas nos cuidados e gestos mais sutis e silenciosos. Sua risada e sua leveza contamina de modo potente aqueles e aquelas que a cerca.

Ao Joaquim, o amigo que mais se parece comigo no que temos de pior. Sem você eu ainda estaria tentando admitir que sou capaz de fazer antropologia. Sua amizade extrapola o campo do concebível. É ela que me permite movimentar, arriscar. Apesar de parciais, limitados e contingentes, seguimos conectando perspectivas em inúmeras idas ao mercado, na fabricação de bolos e nas canções de Maria Bethânia e Adriana Calcanhoto. Obrigado por ser você e por me permitir entrar. À vocês, Dulce, Caio, Joaquim e Ju queria dizer mais uma coisa: saudades da nossa casa.

Por fim, agradeço à minha família pela sustentação, em todos os sentidos possíveis. Agradecimento maior à minha mãe que sempre acreditou mais em mim do que eu mesmo. Não haveria o presente sem sua força, como eu sei que não haverá futuro sem ela. Seu respeito e seu amor me impulsionam e me guiam. É você que me possibilita *seguir a vida*.

RESUMO:

Nesta dissertação analiso como uma multiplicidade de pessoas, desejos, afetos e urgências compõem cotidianamente os espaços da Casa 1. Localizada no bairro Bela Vista, região central da cidade de São Paulo, a Casa 1 é um Centro de acolhida para jovens LGBTQIA+ expulsos/as por seus familiares e também um Centro Cultural e uma Clínica Social frequentados por inúmeras pessoas. Explorando a política com a *rua* empreendida pela Casa 1, busco mostrar como esse lugar é composto à medida que múltiplas e imprevistas presenças exteriores passam a habitá-lo. Por meio da descrição da *política de portas abertas e visíveis* para a *rua*, mostro como a vizinhança produz uma série de vinculações com a Casa 1. Além desses vínculos com a vizinhança, a *abertura* das portas para a *rua* gera uma série de outros tipos de vinculações a partir das relações e apropriações estabelecidas por um exterior heterogêneo. Assim, como efeito dessa política com a *rua*, exploro como a composição da Casa 1 decorre de inúmeros tipos de coalizões que não se restringem a uma política identitária de *acolhimento*. Essa política de *acolhimento* é mostrada nos modos como os moradores e moradoras produzem diariamente o ambiente doméstico da *república de acolhimento*. A partir de suas narrativas, mostro como a intimidade desse local é construída por meio de relações *amorosas*, de *brigas*, de *amizades* e de *grupinhos*. Mostro também como a república é compreendida pelos e pelas jovens LGBTQIA+ como um espaço *seguro* que se contrapõe, assim, às imagens da casa da família e às experiências na rua. É por meio deste *lugar seguro* que a vida desses jovens começa a ser *estruturada e mudada*. Por fim, descrevo, a partir das memórias da casa da família e da rua, como desejos e corpos são negados, violentados e confiscados diariamente. Em contraposição a esses lugares, a presença da Casa 1, por meio de suas *ajudas*, permite que esses e essas jovens LGBTQIA+ passem a habitar de outras maneiras o presente e também a criar outras formas de elaborar o futuro. Essa dissertação é efeito dos meus encontros cotidianos forjados com a Casa 1, com os e as jovens LGBTQIA+ acolhidos e também com as múltiplas outras presenças que a compõe.

Palavras-chaves: Política com a *rua*; Casa 1; memória; jovens LGBTQIA+; etnografia

ABSTRACT:

In this dissertation I analyze how a multiplicity of people, desires, affections and urgencies composes the spaces of Casa 1 on a daily basis. Located in the Bela Vista neighborhood, São Paulo downtown, Casa 1 is a shelter for LGBTQIA + young people expelled from home's family and also a Cultural Center and a Social Clinic attended by countless people. Exploring the politics with the street undertaken by Casa 1, I try to show how this place is composed as multiple and unforeseen external presences come to inhabit it. By describing the policy of open and visible doors to the street, I show how the neighborhood produces a series of bonds with Casa 1. In addition to these bonds with the neighborhood, the opened doors to the street create a series of other types of bonds based on the relations and appropriations established by a heterogeneous exterior. Thus, as an effect of this policy with the street, I explore how the composition of Casa 1 derives from numerous types of coalitions that are not restricted to an identity policy of shelter. This shelter policy is shown in the ways in which the residents produce the domestic environment of the dwelling place on a daily basis. From their narratives, I show how the intimacy of this place is produced through loving relationships, fights, friendships and group formations. I also show how the dwelling place is understood by LGBTQIA + young people as a safe space that is, thus, opposed to the images of the family home and of the street. It is through this safe space that the lives of these young people begin to be structured and transformed. Finally, I describe, from the memories of the family home and the street, how desires and bodies are daily denied, violated and confiscated. In contrast to these places, the presence of Casa 1, through its aid, allows these LGBTQIA + young people to live in other ways in the present and also to create other ways of elaborating the future. This dissertation is the result of my daily meetings forged with Casa 1, with the sheltered LGBTQIA + young people and also with the multiple other presences that compose it.

Keywords: Politics with the street; Casa 1; memory; LGBTQIA + young people; ethnography

Lista de Abreviaturas e Siglas

AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CRUSP - Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

GGB - Grupo Gay da Bahia

GT - Grupo de Trabalho da Casa 1

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queers, Intersexos, Assexuados

PCC - Primeiro Comando da Capital

PrEP - Profilaxia Pré-Exposição

SAP - Secretaria de Administração de Penitenciária

ONG - Organização não-Governamental

SUMÁRIO:

Introdução: A política com a rua e suas relações com o imprevisível.....	14
Dos capítulos.....	40
Capítulo 1. <i>Política de portas abertas</i> : pertencimento, identidade e coalizões.....	42
1.1 A <i>rua</i> e a vizinhança: costuras cotidianas do <i>pertencer</i>	43
1.1.1 Fazer espaços e relações em meio a presenças incômodas e tensões cotidianas.....	43
1.1.2 Das costuras cotidianas aos afetos: as apropriações e relações feitas pela vizinhança.....	49
1.2 A imanência da <i>rua</i> e suas vinculações pela <i>abertura</i> e <i>visibilidade</i>	58
1.2.1 Pertencimento, visibilidade e abertura.....	70
1.3 Política com a <i>rua</i> : identidades, coalizações e possibilidades.....	76
1.3.1 A imposição da <i>rua</i> , os limites da identidade e as políticas sexuais.....	76
1.3.2 Política financeira e Política de doações: feitura de coalizações.....	86
Capítulo 2. <i>República de acolhimento</i> e as possibilidades de <i>estruturar a vida</i> : afetos, intimidade e <i>segurança</i>	97
2.1 <i>República de acolhimento</i> como uma heterogênese.....	100
2.2 A constituição da intimidade: <i>grupinhos</i> , <i>brigas</i> e afetos.....	106
2.2.1 Samira, a <i>mãe de todos</i>	113
2.3 <i>Eu amo aquelas bicha pra sempre</i> : vinculações para além do tempo e espaço da Casa 1.....	117
2.4 Um <i>lugar de segurança</i> como uma possibilidade de <i>estruturar a vida</i>	129
Capítulo 3. <i>Seguir a vida</i> : memória, família e violência.....	138
3.1 Memórias do <i>insuportável</i>	143
3.2 Memórias da rua.....	151
3.3 <i>Eu precisava sair daquele lugar</i> : pensando a noção de “casa”.....	158
3.4 <i>Seguir a vida</i> : habitar o presente e criar outros futuros.....	164
3.4.1 Risco como possibilidade.....	164
3.4.2 Nomes mortos e o reconhecimento de si.....	169
3.4.3 A vida <i>se estrutura</i> , a vida <i>muda</i>	176
Considerações Finais.....	183
Referências bibliográficas.....	188

Introdução: a política com a *rua* e suas relações imprevisíveis

A abertura de sua própria casa e o oferecimento de um sofá disponível. Foi assim que, por meio de uma postagem no Facebook, Iran Giusti passou a *acolher*¹ pessoas que haviam sido expulsas da casa de seus familiares devido à identidade de gênero e orientação sexual². Iran é um homem gay, branco, jornalista e *ativista das causas dos direitos humanos*³. Após uma enorme quantidade de pedidos, ele decidiu criar a Casa 1. A inauguração foi realizada após ele conseguir arrecadar 112 mil reais por meio de financiamento coletivo. Esse financiamento foi realizado através de uma plataforma digital chamada Benfeitoria, a mesma que sustenta a maior parte dos gastos do projeto atualmente. O restante do dinheiro para a manutenção da Casa 1 é obtido por meio do apoio financeiro de empresas privadas.

Visitei a Casa 1 pela primeira vez em julho de 2017. Havia marcado uma conversa com Bruno, coordenador de programação e secretário geral da Casa 1, para discutirmos sobre a possibilidade de realizar a pesquisa que daria origem a esta dissertação de mestrado⁴. No dia dessa primeira visita em 2017, a Casa 1 compreendia apenas o espaço do Sobrado localizado na rua Condessa de São Joaquim, no bairro da Bela Vista, uma zona central da cidade de São Paulo. O Sobrado foi o primeiro imóvel que Iran alugou como sede da Casa 1. Quando cheguei ao Sobrado, Bruno me esperava na biblioteca Caio Fernando de Abreu, sentado numa pequena mesa e cercado de livros nas prateleiras. Os outros espaços do Sobrado estavam fechados. Voltei a Casa 1 em 2018 para iniciar minha pesquisa. Nesse primeiro dia, conheci o

¹ Em toda dissertação usarei em itálico os termos, os enunciados e as falas ditas pelos/as interlocutores/as durante o tempo em que estive na Casa 1. Também usarei aspas simples nas falas diretas ditas por eles e elas. Para os conceitos das literaturas mobilizadas no texto farei uso de aspas duplas.

² Todos os nomes contidos nesta dissertação são fictícios, sejam aqueles/as que habitavam os espaços do centro cultural sejam aqueles/as que moravam ou moraram na república de acolhimento. Apenas os nomes dos organizadores/as, por serem nomes publicizados nas redes sociais da Casa 1 e por terem me autorizado, serão mantidos os nomes reais.

³ Ao longo da dissertação, os “marcadores sociais da diferença” (Saggese et.al., 2018) aparecerão tanto por meio de marcações feitas por mim como por meio dos modos que as pessoas se identificavam. Assim, raça, classe, gênero e sexualidade serão explicitadas na medida em que essas pessoas se relacionam com os distintos espaços da Casa 1. Como mostram os trabalhos contidos na coletânea organizada por Saggese et.al (2018), os entrecruzamentos entre os “marcadores sociais da diferença” são fundamentais para entender a vida social. E nesse sentido, é com a intenção de explicitar a existência desses entrecruzamentos na composição cotidiana da Casa 1 que as marcas de raça, gênero, classe e sexualidade aparecerão. Contudo, aviso que, por falta de capacidade minha ou pelos limites de pesquisa impostos, as discussões de raça e de classe não serão exploradas em contraste com aquelas feitas pelas discussões antropológicas.

⁴ Conheci a Casa 1 em abril de 2017 por meio de uma postagem numa rede social que noticiava a inauguração de uma casa de acolhimento em São Paulo para jovens LGBTQIA+ expulsas e expulsos das casas de seus familiares.

Galpão, outro imóvel alugado para ser sede da Casa 1, inaugurado em outubro de 2017 e localizado na rua Adoniran Barbosa.

O Galpão fica a três quadras do Sobrado. Como mostra a figura 1⁵, trata-se de um espaço amplo com um grande pátio na entrada (8), uma área central principal (6), com um palco no fundo (4). Do lado esquerdo há duas salas onde são realizadas as atividades educacionais do centro cultural (7). Do lado direito, está o ateliê (1) também destinado às atividades, a cozinha (3), onde ocorre a feitura de refeições diárias para as crianças do bairro, voluntários e algumas outras pessoas que frequentam o Galpão, e os banheiros (2). Na parte superior, há mais duas salas onde até maio de 2018, eram feitos os atendimentos psicoterapêuticos aos moradores e moradoras da república e a outras *pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica*, realizados pela equipe de psicólogas/os, nutricionistas e médicas/os da Clínica Social da Casa 1. Agora numa sala ocorre a oficina de costura e maquiagem (9) e na outra está a coleção de arquivo de memória LGBTQIA+ do Acervo Bajubá.

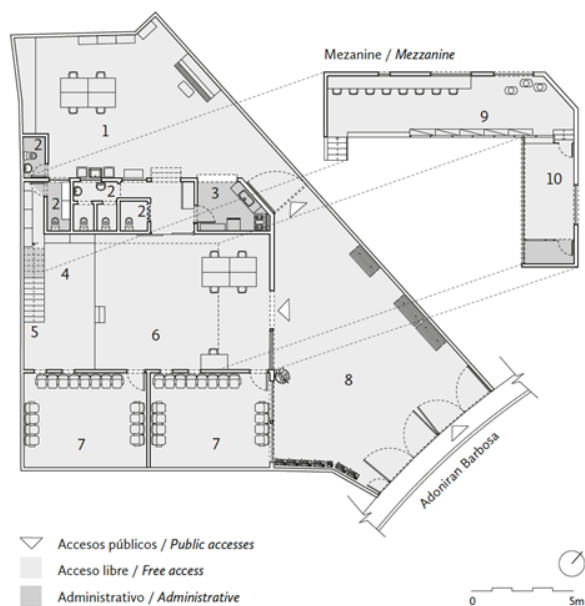


Figura 1: Planta do Galpão da Casa 1.

⁵ Todas essas plantas foram feitas e, gentilmente, cedidas por Artur Duarte, arquiteto que tem realizado sua pesquisa de mestrado junto à Casa 1. Elas estão contidas em seu artigo com Renato Cymbalista: “Casa 1 and LGBTQ+ resistance in São Paulo, Brasil”.

Nesse meu primeiro dia, Raul estava varrendo o pátio do Galpão. Bruno me levou até ele e nos apresentou. Raul morava, naquele momento, na *republica de acolhimento* destinada a receber os jovens e as jovens LGBTQIA+ expulsos/as por seus familiares. Começamos a conversar sobre como era trabalhar como voluntário e sobre a temática de minha pesquisa. Logo em seguida, ele perguntou onde eu morava. Quando comecei a frequentar a Casa 1, eu morava no alojamento emergencial do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP)⁶. Esse alojamento é destinado aos e as estudantes de pós-graduação que não tem condições financeiras de custear uma moradia na cidade de São Paulo. O alojamento é composto por um quarto não muito grande onde são distribuídas oito beliches e entre cada uma das beliches há duas portas de estreitos armários. Cada cama e cada armário é destinado a um estudante, o que faz que esse lugar seja compartilhado por 16 estudantes anualmente. Além disso, há um banheiro com dois chuveiros que são compartilhados pelos estudantes.

Depois de contar para Raul como era o CRUSP, ele me disse: - *‘é igual a república que a gente mora’*. Ele me explicou como era a configuração do república. Ela conta com uma parte central em que são distribuídas beliches e outros móveis, uma cozinha, a área da lavanderia e dois banheiros. Os moradores e moradoras fazem a divisão da tarefa da república por meio de uma disposição em *grupos*. Um grupo é responsável por cozinhar, outro por lavar a louça, outro por lavar os banheiros e outro por limpar o quarto maior. Essas tarefas são realizadas cotidianamente e os grupos alternam as funções. Foi nessa conversa que tive exposta a primeira imagem da república. Imagem que, como veremos no capítulo 2 desta dissertação, foi sendo mostrada a medida em que eu passei a frequentar os outros lugares da Casa 1. Isso porque a *república de acolhimento* é um lugar restrito aos seus e suas moradores/es. Volto à isso ao longo dessa introdução.

Após conversar com Raul, conheci Melissa. Moradora de uma ocupação vizinha, ela era, naquele momento, a voluntária responsável pelo funcionamento do *paliativo*. O *paliativo* é um dos cômodos do Sobrado, e é onde são distribuídos roupas e produtos de higiene pessoal

⁶ O CRUSP é formado por um complexo de vários prédios de quatro andares, em que em cada andar há pequenos apartamentos destinados aos e as estudantes de graduação e pós-graduação.

para pessoas em situação de rua⁷ e para pessoas da vizinhança. Melissa e eu saímos do Galpão e fomos até o paliativo. Quando chegamos havia uma fila com quase 30 pessoas esperando para serem atendidas. Passei a tarde toda ajudando no atendimento e durante as quatro horas que estive lá o movimento foi intenso, resultando num atendimento à quase 100 pessoas. Essas pessoas eram, em sua maioria, pessoas em situação de rua ou moradoras/es da vizinhança. Ao final dessa tarde, perguntei à Melissa se todo dia ela atendia essa quantidade de pessoas e assim ela me respondeu: - *‘é sempre assim. Principalmente para as pessoas que estão na rua, a dificuldade é muito grande. Eu sei bem como é. Já morei um tempo e para nós LGBTs e, principalmente, para travestis negras como eu, ficar na rua é uma sobrevivência diária’*. A fala de Melissa reflete o que pude perceber ao longo do tempo que trabalhei como voluntário. A maior parte das pessoas atendidas no paliativo eram pessoas em situação de rua e pessoas negras⁸.

Foi assim, então, que conheci os ambientes que compõem o Sobrado. Para uma visualização gráfica, como mostra a figura 2, na parte superior está a *república de acolhimento* que recebe os e as jovens LGBTQIA+, cujas idades variam de 18 a 25 anos. Conforme mostra a planta abaixo, a república é composta por um quarto coletivo (1), uma lavanderia (2), um banheiro (3), uma cozinha (4), um banheiro com chuveiros (5). Na parte inferior do sobrado há mais três espaços onde ocorrem as atividades do centro cultural: a biblioteca comunitária Caio Fernando de Abreu (6), um espaço aberto, frequentado pela vizinhança, por pessoas que circulam pela região e pelos/as moradores/as da república e, também, onde ocorre atividades educacionais para crianças; a sala do paliativo Claudia Wonder (8) onde são distribuídos roupas e produtos de higiene pessoal tanto para as pessoas em situação de rua como para a vizinhança; e, no meio desses dois espaços, o qual conheci

⁷ Uso essa terminologia - pessoas em situação de rua - ciente de que, como mostra a etnografia de Martínez (2012), trata-se de uma linguagem das políticas públicas que não necessariamente é usada pelas pessoas com trajetórias na rua. Durante meu tempo na Casa 1, algumas pessoas falavam que *estavam em situação de rua*, enquanto outras pessoas utilizavam outros enunciados: *morador de rua, vivendo na rua*.

⁸ Embora não tenha sido possível produzir dados estatísticos sobre essas pessoas na Casa 1, há uma correspondência com os dados do Censo da População em Situação de Rua divulgados pela prefeitura da cidade de São Paulo em 2020. Segundo esses dados, trata-se de população estimada em 24.344 pessoas, composta majoritariamente por homens (85%) e pessoas negras (70%). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/31/homens-sao-85-dos-moradores-de-rua-em-sp-70-e-negra-e-ha-386-trans>. Último acesso: 25/01/2021.

posteriormente, há o espaço Vitor Angelo (7), onde funcionava, até meados de 2019, o curso de costura para pessoas transgêneros oferecido pelo coletivo de economia solidária TranSol.

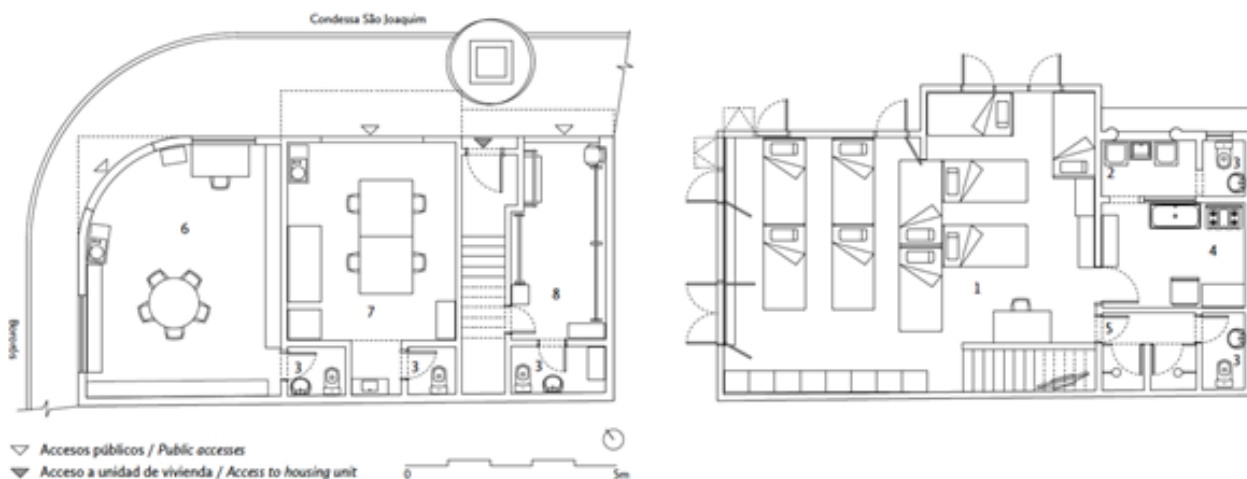


Figura 2: Planta do espaço do Sobrado

A expansão da Casa 1 em duas sedes - o Sobrado e o Galpão - decorreu, como disse Bruno, de um *exercício de diálogo* cotidiano entre as pessoas que passaram a frequentar a Casa 1 e os e as voluntárias que ali estavam. Bruno chegou à Casa 1 pouco tempo depois da inauguração e junto com Iran e mais alguns voluntários começaram a pensar no funcionamento da Casa 1. Bruno e os outros/as voluntários/as conheciam Iran de outros lugares e de outros trabalhos que envolviam discussões sobre a população LGBTQIA+. Junto aos *atendimentos* e as atividades direcionadas aos e às jovens LGBTQIA+ expulsos/as, outros *atendimentos* e outras atividades passaram a ser elaboradas na medida em que inúmeras e variadas pessoas começaram a frequentar o Sobrado. *‘As crianças, a população de rua e as pessoas que moram nos cortiços vizinhos começaram a demandar outras coisas da gente e assim outra programação foi sendo formada’*, disse Bruno. Por meio de uma *política de portas abertas*⁹, o espaço do Sobrado e a calçada começaram a ser ocupado por uma

⁹ Exploro essa política no capítulo 1.

multiplicidade de gentes. Foi dessa maneira que a Casa 1, de um *Centro de acolhida* para jovens LGBTQIA+, transformou-se também em um *Centro cultural*.

À medida que as demandas foram se diversificando e aumentando, os organizadores resolveram alugar o espaço do Galpão. Como vimos na figura 1, trata-se de um espaço amplo, onde todas as atividades e *atendimentos* do centro cultural passaram a ser realizadas. Nas palavras de Bruno:

- Percebemos que com a vinda das crianças, das mães, da população em situação de rua e da vizinhança que poderíamos construir outras práticas possíveis de atendimentos, de escuta e de acolhimento. Assim abrimos a Casa 1 para que essas pessoas se sentissem confortáveis para estarem ali. A política de portas abertas para a rua é um exercício de fazer ver o que é essa casa de bichas e quem são as pessoas que ali estão (Caderno de campo, março de 2021).

Desse modo, ao abrir-se para a *rua*, como veremos ao longo desta dissertação, a Casa 1 envolve-se e é envolvida na vida das muitas e múltiplas pessoas que habitam seus espaços¹⁰. A expansão dos espaços é efeito desse território produzido em meio a fluxos que vão se conjugando¹¹. O mesmo movimento de expansão e abertura aconteceu com o oferecimento de atendimentos psicológicos e psiquiátricos. Inicialmente, o *Grupo de Saúde Mental* havia sido criado para pensar e oferecer formas de *atendimento* e *escuta* para os e as jovens LGBTQIA+ *acolhidos* após o processo de expulsão. Esses atendimentos, como disse acima, ocorriam nas dependências do Galpão. Todavia, com o passar do tempo as mulheres do bairro que frequentavam os espaços do Centro Cultural começaram a procurar por *ajuda* com relação à violência sofrida no ambiente doméstico. Foi a partir daí que, segundo Bruno, se formou a

¹⁰ Seguindo a “perspectiva da habitação” de Tim Ingold (2015), tomo aqueles e aquelas que frequentam a Casa 1 como habitantes. De acordo com essa perspectiva, a habitação, diferente da construção, consiste “na maneira como os habitantes, isolados ou em conjunto, produzem as suas próprias vidas, e como a vida prossegue” (2015: 34). O ato de habitar “não é meramente a ocupação de estruturas já construídas; significa antes essa imersão dos seres nas correntes do mundo da vida” (2015: 34). Assim o habitar ocorre por meio do envolvimento das pessoas em contextos relacionais específicos com seu entorno. Os habitantes “conhecem o mundo percorrendo-o” (2015: 36) e é dessa maneira que os lugares são constituídos. Nesse sentido, é por seu envolvimento diário com a Casa 1 que seus habitantes produzem e compõem as espacialidades desse lugar.

¹¹ Como define Deleuze, “um fluxo é algo intensivo, instantâneo e mutante, entre uma criação e uma destruição” (1998: 41).

Clínica Social da Casa 1 e os atendimentos oferecidos foram ampliados para outras pessoas. *‘Essa demanda nos fez perceber que aquilo que os jovens necessitavam também era uma necessidade das outras pessoas que estavam no Galpão’*, disse-me Bruno. A partir de julho de 2019, outra sede foi inaugurada para a Clínica Social, dessa vez na rua Lettieri, numa das ruas transversais da rua Condessa de São Joaquim. O espaço da Clínica também é um sobrado com inúmeras salas onde ocorrem os atendimentos psicoterapêuticos de 200 pessoas, como é possível ver na figura abaixo (1, 3, 6, 8, 9, 12). Além disso, ocorre serviços relacionados à Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV (2). Há também os espaços da recepção (4), banheiro (7), cozinha (14), lavanderia (13), sala de espera (10) e a sala onde ocorre terapia alternativa (11). A maior parte dos atendimentos são oferecidos gratuitamente para quem não é morador/a da república e alguns desses atendimentos são ofertados com valores de baixo custo.



Figura 3: Planta da Clínica Social

Contíguo à localização da Casa 1, encontram-se dois bairros importantes e conhecidos: o Bexiga e a Liberdade. Situado entre a Avenida Liberdade e a Avenida

Brigadeiro Luís Antônio, o Sobrado e a Clínica estão cercados de comércios locais, de prédios e casas residenciais, de hospitais e outros equipamentos públicos. Já o Galpão localiza-se no quarteirão entre a Avenida Brigadeiro e o Viaduto Júlio Mesquita Filho, próximo ao Teatro Oficina¹². Assim, o Sobrado, o Galpão e a Clínica Social são os três edifícios que compõem é o que a Casa 1.



Figura 4: Mapa de localização dos espaços da Casa 1.

Todas as atividades desenvolvidas nos espaços do centro cultural são realizadas por voluntários e voluntárias. Os/as voluntários/as são divididos em *Grupos de Trabalho* (GT) os quais são organizados por uma *equipe de coordenação*. Atualmente as *atividades culturais e educacionais* são elaboradas por doze GTs, sendo eles: GT de línguas, saúde clínica, saúde mental, assistência social, direito, dança, performance e movimento, arquitetura e urbanismo, comunicação, casa aberta para as crianças, cineclube e empregabilidade¹³. Para se tornarem voluntários e voluntárias da Casa 1, as pessoas participam do curso de formação para

¹² O mapa abaixo foi feito por Artur Duarte e Renato Cymbalista. Ele está contido no artigo “Não só moradia: A Casa 1, suas estratégias espaciais, e o fortalecimento da Vizinhança em Diálogo com a Militância LGBT” (2019), escrito por ambos.

¹³ Todas essas informações estão contidas no site institucional da Casa 1. Disponível em: casaum.org/voluntariado. Acesso em: 29/09/2020.

voluntários/as. Esse curso é oferecido mensalmente pelos/as organizadores da Casa 1. No curso é explicado o surgimento da Casa 1, quais suas atividades e de que modo cada pessoa pode ajudar. Após isso, cada pessoa escolhe qual GT gostaria de participar e por meio de uma conversa com o/a voluntária/o responsável pelo GT, as pessoas passam a trabalhar como voluntárias da Casa 1. Acontece, em muitos momentos, de outras atividades e de outros atendimentos surgirem a medida que possíveis voluntários e voluntárias, cujas formações variam, disponibilizam-se a realizar tais atividades.

Foi como voluntário do espaço do paliativo e da biblioteca que realizei meu trabalho de campo. A escolha de fazer minha pesquisa a partir desses dois lugares ocorreu, sobretudo, por serem espaços que ficavam imediatamente embaixo da *república de acolhimento*. Isso porque, no recorte inicial da pesquisa, eu tinha como objetivo principal compreender como os/as jovens LGBTQI+ expulsos/as produziam relações nesse espaço doméstico da república e quais eram as relações produzidas entre eles/as e Casa 1. De fato, como mostrarei ao longo desta dissertação, minha presença nesses espaços propiciou o estabelecimento de relações próximas com os/as moradores/as da república. Mas, para além disso, como efeito das interações cotidianas fui envolto por histórias, memórias e relações daquelas e daqueles que diariamente frequentam a Casa 1.

Nesse meu primeiro dia como voluntário da Casa 1, que conheci Melissa e Raul, encontrei também com Rebeca. Enquanto arrumava alguns livros sobre arte e arquitetura que ficam no ateliê do Galpão, Rebeca dormia num poof no chão. Quando acordou, ela cumprimentou-me e começamos a conversar.

- **eu:** você é moradora da Casa 1?
- **Rebeca:** não, eu moro na rua. Às vezes eu venho aqui para dormir. Na rua não é fácil dormir pra mim que sou trans. Tem a polícia, tem os transfóbicos.

A presença de Rebeca me mostrou, por um lado, a imagem da rua como um lugar de perigo, imagem esta que se repetiu nos encontros cotidianos que tive com aquelas/es que

habitavam a Casa 1. Por outro lado, a interação com Rebeca ali me fez perceber, um tempo depois, que seria preciso pensar a Casa 1 para além do espaço de *acolhimento* dos jovens LGBTQI+. Era preciso perceber a Casa 1, como a conversa com Bruno mostra, como um território que se *abre* para outras *demandas* e *necessidades*. Um território que se faz no *exercício* diário de *diálogo* e *escuta* entre os/as organizadores/as, voluntários/as e as pessoas que frequentam a Casa 1. Nesse mesmo dia, enquanto conversa com Rebeca, do nosso lado havia crianças jogando e ouvindo músicas nos computadores. Outras andando de bicicleta em frente ao Galpão. Nas salas aconteciam, concomitantemente, aula de inglês e aula de ioga. Pessoas entravam e saíam o tempo todo. A movimentação era intensa.



Figura 5: crianças utilizando os espaços do galpão. Arquivo pessoal.

Depois de passar uma parte da tarde com Melissa no *paliativo*, fiquei um tempo com Denise na biblioteca Caio Fernando. Denise era, naquele momento, a voluntária responsável

pelo funcionamento das bibliotecas da Casa 1, tanto a biblioteca Caio Fernando, quanto a biblioteca Marielle Franco e a biblioteca de Artes. Ficamos ali um bom tempo e enquanto ela me explica como funcionava a biblioteca e qual seria meu trabalho, Dona Carmem entrou. Ela e Denise cumprimentaram-se e logo em seguida fomos apresentados. Moradora de um cortiço vizinho, Dona Carmem veio à procura de Dona Alvina para receber uma cesta básica. Dona Alvina é a assistente social da Casa 1 responsável tanto, como veremos ao longo da dissertação, por *cuidar* dos moradores e moradoras da república, quanto por estabelecer proximidades com a vizinhança¹⁴. Como Dona Alvina não estava, Dona Carmem disse que voltaria mais tarde. Assim que ela saiu, Denise me contou que muitas outras pessoas da vizinhança recebiam *ajuda* por meio de cestas básicas e produtos de higiene. Mais uma vez, minha percepção do que era a Casa 1 foi expandida.

À medida que os dias foram passando, os modos pelos quais as pessoas se relacionavam e se apropriavam dos distintos ambientes da Casa 1 foram se multiplicando em meu caderno de campo. A minha presença diária nos espaços do Galpão, da biblioteca e do *paliativo*, fez-me conhecer uma série de histórias que se materializaram no instante do encontro. Em um desses dias em que estava no *paliativo*, chegaram Regina e Cássia. Regina do lado de fora da porta disse: - *'eu vim trazer ela aqui para procurar uma roupa. Ela acabou de chegar no centro de acolhida¹⁵ onde eu moro e não tem nada'*. Cássia, visivelmente abalada, estava ao lado de Regina com os olhos cheios de lágrimas. Pedi para que entrassem e Cássia começou a olhar as roupas penduradas nos cabides. Regina a deixou ali comigo e foi embora. Enquanto ajudava Cássia a procurar roupas, ela começou a me contar o que havia acontecido:

- Eu acabei de chegar no albergue. Eu tive que sair da minha casa porque briguei com meu marido. Ele perdeu o emprego e estava muito nervoso. E quando ele está assim ele fica muito agressivo. Aí para não

¹⁴ Voltarei a essa discussão no capítulo 1.

¹⁵ Centros de acolhida são equipamentos públicos que acolhem pessoas em situação de rua e em situação de vulnerabilidade econômica e social.

piorar as coisas eu saí de casa e vim para o albergue (Caderno de campo, Outubro de 2018).

Cássia morava numa periferia da zona leste de São Paulo e trabalhava vendendo bolo na rua. Como teve que sair de sua casa, ela estava apenas com a roupa do corpo. Não havia trazido mais nada. Vestia apenas uma blusa, uma calça legging e calçava um chinelo. Na manhã seguinte após chegar no centro de acolhida, Cássia foi fazer uma entrevista de emprego:

- quando cheguei lá a moça olhou para mim e disse que eu não tinha uma aparência boa para trabalhar como faxineira. (Caderno de campo, Outubro de 2018)

Nesse momento, Cássia começou a chorar muito e eu sem saber o que fazer e o que dizer, ajudei-a a sentar-se numa cadeira e dei-lhe um copo de água para que se acalmasse. Cássia é uma mulher negra e sua fala mostrou a perversidade diária das formas de racismo. *‘Eu fiquei tão destruída quando ela me disse isso. Porque eu não tenho uma boa aparência?’*, disse Cássia. Além disso, sua presença na Casa 1 decorreu de uma experiência doméstica violenta, comum a muitas mulheres. Depois de ficar um tempo ali comigo, ela pegou algumas roupas e foi embora.

Enquanto escrevia em meu caderno de campo, tive a sensação de faltar algo. Parecia que o tempo todo eu não conseguia compreender o que estava acontecendo. Dos relatos do meu caderno, emergia uma percepção de incompletude. Cássia conseguiu voltar em segurança para o albergue? Ela voltou para sua casa? Ela conseguiu um novo emprego? Como ela está depois dessa experiência terrível de racismo e violência? São perguntas que, por não conseguir respondê-las, causavam-me a sensação de que não estava fazendo um bom trabalho de campo. Só revi Cássia semanas depois quando ela foi até o *paliativo* procurar mais roupas. Ela disse-me que estava melhor, que continuava morando no abrigo e que as pessoas de lá estavam tentando ajudá-la a comprar um carrinho de pipoca e milho para ela trabalhar. Cássia

não quis alongar muito a conversa. Disse que precisava ir. Só pegou as roupas e partiu. Depois disso, nunca mais a vi. Assim como nunca mais vi Rebeca, que conhecera no meu primeiro dia.

A constante sensação de incompletude dos meus materiais de pesquisa foi decorrente, por um lado, de minha atenção inicial estar voltada para as relações entre os moradores/as da *republica*. Esses encontros me mostraram que a Casa 1 era composta de muitas outras narrativas e histórias que escapam a uma imagem cristalizada de *acolhimento*. Por outro lado, essa sensação decorria do meu desejo de apreender as imagens surgidas desses encontros em sua totalidade. Havia nisso uma certa razão antropológica que me informava e me provocava a entender um todo coerente. As reflexões metodológicas realizadas por Karina Biondi (2018) para compreender o Primeiro Comando da Capital (PCC) como um “movimento” sugerem, de modo muito interessante, como repensar a escrita etnográfica e o trabalho de campo. A motivação inicial de sua pesquisa foi compreender “o movimento de dentro” e para isso, ela se estabeleceu numa “quebrada”¹⁶ específica. Com o passar do tempo, Biondi percebeu que essa delimitação espacial se mostrou improdutiva na medida em que o “movimento” se caracterizava “por um lado, pela ausência de delimitações temporais, de contornos espaciais, de limite quanto ao que pode compô-lo e, por outro lado, por ser fugidio a qualquer tentativa de totalização e por ser composto por inúmeros outros movimentos” (2018: 45).

Esse movimento que se compõe e decompõe em relações diárias com outros tantos movimentos foi criando o que Biondi passou a entender como lacunas em seu material de campo. Disso, a autora lançou a seguinte questão: “como conjugar movimento e pesquisa de campo e, com isso enfrentar as lacunas dos meus dados?”. Seguindo, por um lado, as reflexões de Marilyn Strathern sobre perspectivas parciais e o esforço de entendimento do todo coerente, e, por outro, evocando a noção êmica de “brechas”, Biondi passa a analisar seus dados de uma outra maneira que não por meio do “preenchimento de lacunas” (2018: 155). As lacunas percebidas eram entendidas, num sentido antropológico, como espaços

¹⁶ Como define Biondi, “quebrada é um termo que corresponde ao local de moradia, que pode ser atual, no caso dos que estão em liberdade, ou pode ser aquele em que reside sua família. Em alguns casos refere-se ao local onde morou no passado e com o qual mantém algum vínculo (afetivo ou financeiro, quando fecha com os caras de lá, ou seja, são parceiros nas atividades criminosas)” (2018: 35-36)

vazios que necessitavam ser completados para a melhor compreensão do todo¹⁷. Ao contrário disso, as “brechas” não eram concebidas como lacunas pelos “ladrões”¹⁸ justamente porque “não viam como falta o que perdiam de vista ou que escapava de seu conhecimento” (2018: 140). As brechas, como argumenta a autora, “não tem existência em si. Pelo contrário, só ganham vida no momento em que são produzidas”(2018: 157).

Sendo assim, para responder a questão que lançara, Biondi esvazia a definição de campo de suas conotações analíticas para preenchê-la etnograficamente. O campo é concebido por ela como um “campo existencial” visto que, “como o movimento, o campo não se conformava a um conjunto de terras contíguas, mas dizia respeito a um lugar de produção de modos de vida singulares”. O “movimento” é revelado nos múltiplos deslocamentos ocasionados pelos pontos de vista parciais de quem o conjuga. Atentar-se a essas distintas visões parciais sobre o movimento não é o “mesmo que admitir que as visões sobre o movimento são visões parciais de uma totalidade não apreensível” (2018: 157). O que se perde de vista no deslocamento de uma perspectiva à outra não é entendido como um vazio que precisa ser preenchido, mas uma condição própria do movimento. O que importa é como “a composição, o formato e a extensão que o movimento adquire” vai se constituindo a partir dessas perspectivas parciais heterogêneas, sem com isso exigir uma explicação holística sobre o PCC (2018: 156).

Inspirado, então, nessa experimentação metodológica de Biondi, minhas descrições e análises sobre a Casa 1 e seus habitantes decorrerá dos meus encontros diários com eles. Encontros derivados tanto de presenças momentâneas quanto de presenças contínuas. Como não tive a intenção de “seguir os atores” (Latour, 2012), minha pesquisa se restringiu aos limites espaciais e temporais da Casa 1 e de sua vizinhança. Esta dissertação é, então, sobre os modos como a *rua* se relaciona, se apropria e amplia as diferentes espacialidades da Casa 1. A *rua* será compreendida não apenas em suas dimensões espaciais, mas como uma imagem de

¹⁷ Como bem mostra Biondi (2018: 157), essa concepção de lacuna é formulada de uma outra forma por Strathern (2004). As lacunas [gaps] são os lugares onde conexões parciais são feitas pelo/a antropólogo/a na medida em que uma perspectiva parcial é deslocada. Ou como diz Biondi, as lacunas “nos oferecem espaço para ampliar, espaços para nossos dispositivos protéticos”.

¹⁸ Esse termo não tem referência a qualquer artigo penal. Ele refere-se “aos que são envolvidos com o crime e assim são considerados pelos demais” (Biondi, 2018: 29-30).

um exterior imprevisível, impreciso, fugidio e provisório¹⁹. Por meio do que chamarei ao longo desta dissertação de política com a *rua*, quero descrever os funcionamentos e dinâmicas da Casa 1 em sua relação cotidiana com seus frequentadores/as. O que importará em minha narrativa antropológica é mostrar como o externo exerce uma presença cotidiana e sutil nos espaços internos, produzindo, assim, múltiplas relações, apropriações e modificações nesses espaços. O interior e o exterior interagem intensamente por meio de formas de vinculação, as quais revelam as necessidades, expectativas e urgências daqueles e daquelas que habitam a Casa 1. Dessa interação uma série de imagens são elucidadas e, por meio de sua descrição, mostrarei como a Casa 1 se constitui.

Consequentemente, pelos diferentes modos de existências mobilizados nas narrativas das pessoas, passei a entender a Casa 1 e suas dinâmicas a partir da insurgência imprevista e provisória da *rua*. Minha narrativa para a descrição do modo como os espaços da Casa 1 se compõem deriva dos encontros cotidiano com o que lhe é exterior. O exterior é tudo aquilo que entrelaça a Casa 1 de múltiplos modos quando ela *abre suas portas para a rua*. ‘*Tentamos construir uma política de portas abertas para a rua para que as pessoas se sintam parte da Casa 1*’. Foi assim que Bruno caracterizou, em um curso de formação para voluntários/as, os modos de agir e as estratégias espaciais adotadas pela Casa 1 em suas atividades diárias. De modo bastante esquemático, ele explicou que a Casa 1 tinha como objetivo, por um lado, *acolher* os e as jovens LGBTQIA+ expulsos/as por suas famílias e, por outro lado, *acolher* as *demandas* das pessoas que frequentavam os espaços do centro cultural. Esses dois modos de *acolhimento* implicam essas pessoas como *parte da Casa 1* de diferentes maneiras. No caso dos jovens LGBTQIA+, essa política de *acolhimento* tem como objetivo possibilitar que eles/as construam relações de pertencimento com a Casa, de modo que a *república de acolhimento* possa ser entendida por elas/es *como sua casa* e como um *lugar seguro*. E também que os outros espaços e serviços da Casa 1 sejam usados como lugares para *estruturar a vida*, para que eles/as consigam *seguir em frente*²⁰.

¹⁹ É importante dizer que ao compreender a *rua* como um exterior imprevisto não estou argumentando que aquilo que faz as pessoas habitarem seja sempre imprevisível. Há, como veremos ao longo dos capítulos, regularidades nas motivações desses habitantes. Meu ponto é mostrar que a Casa 1 é ocupada de muitas maneiras ao se abrir para a *rua*. O que é imprevisível é a possibilidade sempre múltipla e aberta de produção dessas formas de ocupação.

²⁰ A continuidade da vida será explorada no capítulo 3.

Em outro lugar (Ramos, 2019), argumentei, seguindo as sugestões de Judith Butler (2018), que a *política de portas abertas*²¹ da Casa 1 produzia alianças com seus habitantes devido a uma “precariedade” ou “vulnerabilidade” compartilhada. É essa condição comum que possibilita à Casa 1 estabelecer uma “política de alianças” com quem frequentava seus espaços. De fato, é possível perceber que a “condição precária” é algo comum entres aquelas/es que estão nos espaços da Casa 1 diariamente. Contudo, quero argumentar nesta dissertação que essa política não é feita somente por essa condição compartilhada. Mais do que isso, o que possibilita a ligação entre os lugares e pessoas é a permanência e insurgência da *rua* no cotidiano. Como um exterior constitutivo dos espaços interiores, a *rua* menos do que encerrar as possibilidades de ligações, amplia e modifica as dinâmicas, bem como os funcionamentos desses lugares. Nesse sentido, o que é comum nas relações entre a Casa 1 e seus habitantes é a presença permanente e imprevisível da *rua*, com a qual se entrelaça através de pessoas, histórias, desejos e afetos. Com efeito, é pela presença da Cássia, da Rebeca, das crianças, da vizinhança, dos e das jovens acolhidos e de muitas outras pessoas, que a Casa 1 se constitui. Mostrar, a partir de diferentes perspectivas, como essa *rua* está presente cotidianamente é um modo possível de descrever do que é feito esse lugar. É essa persistência em se comprometer com o que está fora que constitui o que chamarei de “política com a *rua*”.

Poderia compreender a presença de Rebeca e de Cássia por meio de uma “condição precária” e estender essa imagem a todas as outras relações. Contudo, isso, reduziria os múltiplos modos de relações e apropriações que são produzidos desde diferentes modos de existir no mundo. Evidentemente, não estou sugerindo que essa “condição precária” argumentada por Butler achata as experiências em uma única imagem. Como disse, “antes de ser uma sensação que estabiliza qual o sujeito que pode fazer parte da ação política, ela [condição precária] é algo que diferentes pessoas podem experimentar a qualquer momento” (Ramos, 2018: 53). Há uma intenção política no argumento de Butler que é absolutamente indispensável para refletir sobre a política nesse contexto e que, de modo algum, quero colocar em questão. Voltarei a essa análise no capítulo 1. Por ora, dando um passo atrás, minha intenção é compreender a presença da *rua* como o que liga as pessoas entre si e elas

²¹ Voltarei a essa política no capítulo 1. Por ora, ela é utilizada para mostrar como é produzida o que estou chamando de política com a *rua*.

como Casa 1, compondo-a e constituindo-a em tão múltiplas quanto distintas costuras cotidianas e formas de existir no mundo.

As descrições das relações estabelecidas entre a Casa 1 e seu exterior decorre, como disse acima, da minha posição de voluntário. E é nessa posição de voluntário que me encontro como *pertencente*²² à Casa. Em uma de nossas primeiras conversas, Bruno disse-me que o contato com os moradores e moradoras da república de acolhimento só seria possível se eles/ as entendessem que eu era *parte daquele lugar*. ‘*Não adianta eu apresentar você pra eles. Eles não te reconheceriam como pertencente à Casa 1. É preciso que você esteja nos espaços que fazem parte daqui*’, disse Bruno. Como a *república de acolhimento* é um lugar restrito apenas aos seus moradores e moradoras, eu só conseguiria conversar com eles e elas sobre o funcionamento desse lugar ao me engajar de algum modo nos outros espaços da Casa. Foi preciso mais do que me apresentar como pesquisador, pois eu não só precisava ser visto pelas pessoas, como também era fundamental que participasse da *política de portas abertas* operada nos espaços do centro cultural.

Desse modo, passei a frequentar a Casa 1 não apenas como um pesquisador, mas igualmente como alguém *pertencente* ao seus espaços. É nessa condição que meu trabalho de campo foi desenvolvido e é por meio dela que tenho acesso às narrativas dos moradores e moradoras da *república de acolhimento*. Além disso, ser *parte da casa* permitiu-me ter contato com as inúmeras pessoas que também compõem os muitos espaços da Casa 1. Passei, então, em dias alternados a ficar tanto nas bibliotecas que fazem parte do centro cultural, quanto no *espaço do paliativo* destinado a atender as pessoas em situação de rua e a vizinhança. Em uma das minhas conversas com Dona Alvina ela relatou que os voluntários e voluntárias eram muito importantes porque:

- são eles que ajudam a tocar o projeto diariamente. Mesmo que você também está aqui fazendo sua pesquisa, só o fato de você vir aqui abrir a biblioteca ou então o paliativo já é muito importante pra gente. A casa precisa ficar aberta sempre (Caderno de campo, novembro de 2018).

²² Voltarei a discussão dessa noção de pertencimento nos capítulos 1 e 2. Por ora, evoco essa noção para mostrar de que modo estabeleci contato com as pessoas que frequentam a Casa 1.

Essa condição como *parte da casa* é, de muitas maneiras, sempre dita pelas pessoas que estão nos *espaços* da Casa 1. É muito comum ouvir das voluntárias/os ou funcionárias/os que ajudar ali diariamente é a forma delas e deles se sentirem *parte daquele lugar*²³.

Como um voluntário, estabeleci uma série de relações com a Casa 1 e com seus habitantes. Disso decorre que as narrativas com as quais tive contato e que compõem a Casa 1 foram limitadas e multiplicadas, a um só tempo, pela minha presença nos espaços. Do mesmo modo, se outro voluntário estivesse escrevendo sobre o dia a dia da Casa 1, uma série de outras histórias e imagens surgiriam do seu contato com aqueles/as que ali estão. Se estou certo em dizer que a política com a *rua* permite a feitura de relações múltiplas e imprevistas, a minha presença nos espaços produz uma série de apreensões parciais daquilo que compõem diariamente a Casa 1.

Conheci Dona Iná assim que comecei o voluntariado e ficamos muito próximos com o passar do tempo. Ela tornou-se um presença constante e afetuosa. Como morava próxima a Casa 1, ela sempre passava no *paliativo* ou no Galpão para conversar. Em uma das muitas conversas que tivemos, ela disse-me: *‘tudo que é feito aqui ajuda a gente a seguir vivendo. Pode parecer nada mas isso é muita coisa para quem tem pouco’*. É exatamente nos movimentos desse *seguir vivendo* que estive interessado. Mais precisamente, estive atento aos modos como a Casa 1 se envolve e é envolvida diretamente nas múltiplas formas de existência daqueles e daquelas que transitam por seus espaços.

Dessa forma, ao utilizar um procedimento descritivo interessado nas relações, pretendo não construir uma imagem totalizadora da Casa, mas mostrá-la como uma composição de múltiplas relações cotidianas sutis e casuais. Composição que se constitui nas perspectivas parciais do encontro entre o que é externo e o que é interno. Por meio de “relações” é possível descrever, como sugere Strathern (2004), as conexões realizadas pelas pessoas em seus modos de socialidade. Ou então, como argumenta Wagner (2010), está nas “relações” a possibilidade de mostrar os “tipos de criatividade” produzidos pelas pessoas nos seus distintos modos de vida.

²³ Apesar de não focar no modo como os voluntários e voluntárias compreendem a Casa 1, entendo que eles e elas, como eu, produzem inúmeras relações cotidianas que compõem aquilo do que este lugar é feito.

Na medida em que a Casa 1 é constituída pela persistência na relação com a *rua*, concentrar minha análise das relações possibilita que minha narrativa antropológica também persista numa relação com a *rua*. Ofereço, desse modo, uma narrativa que ao invés de objetivar uma compreensão de um todo coerente, preocupa-se em descrever as interações que se proliferam diariamente nos modos de *seguir vivendo*, como evocado por Dona Iná. O olhar teórico-metodológico dirigido às relações busca justamente deslocar a compreensão de que um todo coerente deve ser apreendido numa realidade dada que está ali para ser conhecida. Strathern (2004) sugere, ao contrário, que o conhecimento seja produzido mediante descrições parciais. As relações são elucidadas na medida em que diferentes perspectivas são deslocadas e visibilizadas. Compreendo que há um efeito multiplicador ao elucidar as criatividades e as conexões das pessoas. Ao tornar visível essas criatividades e essas conexões, a escrita antropológica elucida uma multiplicidade de mundos possíveis. Mundos que confrontam e ao mesmo tempo estendem os modos de produção da vida social. Sendo assim, inspirado nesse olhar interessado nas relações, o modo como descreverei a Casa 1 está intrinsecamente ligado aos modos como a *rua* se faz presente diariamente em seus espaços. Descrição esta cujo limite e cuja extensão estão associados aos encontros que pude ter.

Como já disse ao longo desta introdução, os habitantes da Casa 1 se relacionam e se apropriam de maneiras distintas dos espaços. Se, por um lado, estar atento às relações permite entender os modos como esses espaços vão se constituindo por meio da presença constante da *rua*, por outro lado, compreender as maneiras como as pessoas se apropriam desses espaços possibilita elucidar as distintas criações de sentidos forjadas devido a essa presença. Uma vez que compreendo a feitura dos espaços da Casa 1 como efeito das múltiplas interações cotidianas com a *rua*, não adoto essa noção de apropriação como um tomar para si, unilateralmente, um lugar ou uma coisa determinados previamente²⁴. Há, ao contrário, a produção de uma composição que decorre desse contato diário e que, conseqüentemente, deve ser entendida a partir dos muitos afetos, desejos e urgências envolvidos nessa interação. Desse modo, entendo os modos de apropriação como formas criativas provenientes do insurgência da *rua* nos espaços da Casa 1.

²⁴ Segundo a definição do dicionário Michaelis, apropriar é definido como “tomar para si; apoderar(se), apossar(-se)”.

Michel de Certeau (2014) em suas reflexões sobre as práticas cotidianas, argumenta que os cidadãos se apropriam e reapropriam de lugares através de modos criativos de caminhar e habitar na cidade. Segundo ele, esses modos de habitar e caminhar cotidianos escapam às “totalizações imaginárias do olhar” ao mesmo tempo que mostram a existência de “uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível” (2014: 159). De Certeau direciona seu olhar para essas práticas cotidianas porque elas impõem imagens estranhas “aos espaços geométricos ou geográficos das construções visuais, panóticas ou teóricas” (2014: 159). Essas práticas estranhas desvelam as formas criativas em que os lugares são significados por seus caminhantes e habitantes. Embora haja um projeto urbanístico que racionaliza os funcionamentos e espacialidades da cidade, de Certeau argumenta que a “cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panótico” (2014: 161). São movimentos impossíveis de gerir e que emergem mediante a agitação das práticas cotidianas. Por isso, ao invés de continuar no terreno discursivo que pensa a cidade, ele sugere analisarmos “as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu pertencimento” (2014: 162)²⁵.

Embora a escala de análise do autor seja distinta da proposta no meu trabalho, seguirei sua recomendação de tomar os modos de apropriação de lugares como formas criativas. Isso me permite pensar as distintas maneiras pelas quais a *rua* se insinua no cotidiano dos espaços da Casa 1. Compreender a presença da *rua* por meio das apropriações, assim como das relações, ajuda-me a escapar dos limites discursivos institucionais daqueles/as que gerem a Casa 1. Contudo, cabe advertir, as estratégias e os procedimentos realizados pelos organizadores e organizadoras responsáveis pelo funcionamento da ONG serão expostos ao longo dos capítulos. Assim, mesmo atento às formas como a *rua* se relaciona e se apropria dos espaços da Casa 1, minhas descrições também estarão preocupadas com a maneira de pensar

²⁵ No ato de caminhar, de Certeau diz que o pedestre se apropria de espaços e isso “implica relações entre posições diferenciadas” (2014: 162). Em seus movimentos, o caminhante atualiza, desloca e inventa o conjunto de possibilidades e proibições da ordem espacial (2014: 165). É nos movimentos dos cidadãos que os lugares vão se constituindo, uma vez que o “caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial” (2014: 165). Há aqui, então, um entrelaçamento dos lugares com as presenças que surgem nas andanças dos caminhantes pela cidade. Sendo assim, é preciso analisar as práticas que escapam ou vazam de uma imagem da cidade-conceito. Práticas que se tornam explícitas nas apropriações dos lugares.

esses espaços. Afinal isso também compõem o que é a Casa 1 e a sua política com a *rua*. O olhar para como a *rua* emerge no cotidiano, trata-se justamente de uma tentativa de escapar desse entendimento institucional do que é essa ONG.

Assumir que a Casa 1 é construída mediante uma política com a *rua*, exige que percebamos a amplidão da *rua*, esse exterior cuja presença se torna possível e visível em meio a múltiplas possibilidades de relações e apropriações. A *rua* é o encontro inesperado, a presença imprevista, fugidia e estranha, é o instante. Estando a *rua* presente nas relações e dinâmicas diárias, o cotidiano torna-se o centro das descrições. É no cotidiano que de Certeau percebe como as práticas dos caminhantes fazem e desfazem as espacialidades da cidade de inúmeras maneiras. Em outro contexto, é no cotidiano que Veena Das (2020: 97) demonstra como as mulheres hindus e muçulmanas habitam e tomam para si um mundo devastado. O cotidiano é onde suas descrições são possíveis de captar aquelas violências que nem sempre aparecem nos discursos de quem as sofreu. Pelo cotidiano a vida desdobra-se nas muitas formas em que essas mulheres habitam o mundo. Em suas palavras, o “registro do cotidiano é uma cuidadosa reagregação da vida”²⁶ (2020: 289).

Da mesma maneira, é no registro do cotidiano que mostrarei como a Casa 1 se compõe por meio das interações com aquelas/es que habitam seus espaços. É no entrelaçamento dos espaços do centro cultural, da Clínica Social e da *república de acolhimento* que muitas histórias vão se tornando visíveis. As relações e as apropriações tornam possível que a vida se desdobre de muitas maneiras na e por meio da Casa 1. Dessa maneira, centrar a análise nas interações cotidianas permite mostrar as múltiplas imagens e narrativas exteriores trazidas para dentro dos espaços interiores, fazendo deles o que efetivamente são. A Casa 1 mostra-se não apenas um espaço de *acolhimento* para jovens LGBTQI+, mas também um lugar de lazer para as crianças, um lugar de segurança para que Rebeca consiga dormir, um lugar para que Cássia arrume roupas em um momento terrível. Desses modos de se relacionar e de se apropriar dos espaços da Casa 1, conforme venho descrevendo até aqui, emergem narrativas de racismo, de transfobia, da rua como um lugar perigoso. Igualmente, como será mostrado, ao longo dos capítulos, emergem as violências familiares, formas de solidariedade e de

²⁶ Segundo Das “as palavras, quando conduzem nossas vidas para fora do ordinário, tornam-se esvaziadas de experiência, perdem o contato com a vida” (2020: 28).

conflito, expectativas de um futuro e a luta incansável de *seguir a vida*. É dessa ligação diária entre o fora e o dentro, portanto, que será composta esta dissertação.

Insistir em um procedimento analítico e descritivo centrado na presença imprevista e cotidiana da *rua* pode fazer reverberar tudo o que está em constante ameaça de silenciamento, cuja premência de interrupção se dá por uma escrita preocupada em descrever as criatividades e as conexões forjadas pelas pessoas na produção de suas formas de vida. Compreendo que o movimento anti-silenciador e anti-uniformizador de minha escrita, nesse contexto etnográfico, está na tentativa de descrever, por um lado, como modos específicos de fazer política são produzidos em um espaço LGBTQIA+ e, por outro, como os procedimentos e políticas desse espaço promovem outras possibilidades de *seguir a vida* para pessoas cujas existências foram cotidianamente negadas ou violentadas. E é disso que se trata a escrita desta dissertação, uma tentativa de mostrar as formas como a vida é vivida por essas muitas pessoas que compõem e dão sentido aos espaços da Casa 1.

Embora essa pesquisa seja efeito dos encontros que tive nos espaços da Casa 1, houve um espaço que não pude entrar. Como disse no início desta introdução, o espaço da *república de acolhimento* destinado aos e às jovens LGBTQIA+ é um lugar restrito a eles/as e por isso não pude acompanhar de dentro as dinâmicas estabelecidas ali. Esse fato era sabido por mim desde a primeira vez que conversei com Bruno e tal restrição se colocou como um desafio à minha pesquisa. Como disse acima, minha estratégia foi de fazer-me presente nos espaços mais próximos à república. Isso de fato me ajudou a ter contato à medida que uma intimidade era estabelecida. A proximidade e intimidade das nossas relações geravam conversas em que as dinâmicas e relações da república eram tornadas visíveis. Isso será descrito no capítulo 2. Além disso, dos nossos contatos íntimos emergiam os desejos, os afetos, os medos e, dessa forma, a família, a casa de origem, as violências também eram ditas e lembradas. Explorarei essas narrativas no capítulo 3. Nesse sentido, devido ao interdito ao meu olhar, minha apreensão da *república de acolhimento* decorreu das imagens tornadas visíveis a partir dos pontos de vistas daqueles/as que a habitavam. Tomo essa ideia de “ponto de vista” de empréstimo da seguinte reflexão de Jorge Villela:

“O que chamo de perspectivismo e ponto de vista aproxima-se muito mais dos conceitos de sentido e interpretação em Nietzsche. [...] Conferir sentido e interpretação a uma coisa, a um órgão ou a um fenômeno em Nietzsche é o mesmo que assenhorar-se desta coisa, órgão ou fenômeno, sendo que essas sucessivas apropriações correspondem mesmo à sua história” (2004: 2)

Dessa forma, é do modo como esse espaço foi apropriado por seus/as habitantes que minha descrição será composta, sustentando que a Casa 1 não existe fora das múltiplas perspectivas de sua apropriação.

Para além desses contatos com quem morava na república, enquanto realizava o trabalho de campo, resolvi fazer entrevistas com quem já havia morado ali. Foram realizadas ao todo 13 entrevistas gravadas. Conversar com as/os moradoras/as mostrava-se determinante justamente porque outros modos de relação e de apropriação seriam desvelados nesses encontros. A primeira vez que falei com uma ex-moradora eu estava na biblioteca Caio Fernando e ela chegou para ver Denise, coordenadora das bibliotecas. Denise apresentou-me à Michele e, depois de contar-lhe que fazia pesquisa, começamos a conversar. Michele é uma mulher trans que morou na Casa 1 logo após sua inauguração. Em um momento da nossa conversa, ela contou-me que seu processo de transição teve início ali e que a ajuda de quem morava com ela foi fundamental.

- antes de vir para cá eu morava na rua e trabalhava na prostituição. É muito difícil estar na rua. A gente nunca sabe o que vai acontecer. Quando vim morar aqui o que eu mais queria era arrumar um emprego e começar meu processo de transição. No começo eu senti muito enjoo e dor e as meninas me ajudaram muito. Elas já tinham passado por isso. Aqui eu fiz amizades (Caderno de campo, novembro de 2018).

Assim como com Rebeca, a rua foi mostrada por Michele como um lugar perigoso. Seu desejo era ‘*sair de lá*’ e isso aconteceu. O sair da rua é, como veremos no capítulo 2, ter provisoriamente um lugar *seguro* para morar. Logo depois de entrar na Casa 1, Júnior,

coordenador do GT de empregabilidade, ajudou Michele a conseguir um emprego na Starbucks. A conversa com Michele, a respeito do que havia se desenrolado em torno de seu processo de transição, mostrou-me um tipo de relação entre as pessoas e a Casa 1 que até eu não tinha ouvido nas conversas com aqueles que estavam morando na república. Foi o desejo de sair da rua e da prostituição que a fez apropriar-se dos espaços da Casa 1. Até aquele momento, em contraste a essa informação, todas as pessoas com quem havia conversado tinham saído das casas dos familiares e ido diretamente para a Casa 1. Embora houvesse aproximações entre as narrativas, as relações e apropriações em cada um dos casos eram feitas de maneiras distintas.

Como tenho argumentado ao longo desta introdução, o que é exterior se relaciona e se apropria de muitas maneiras dos espaços interiores. Michele fez-me perceber que essa mesma dinâmica ocorria no espaço da república e que, conseqüentemente, eu não poderia me limitar aos/às moradores/as atuais. Como a visita das pessoas que já passaram pela república não são recorrentes ou então aconteciam quando eu não estava nas dependências da Casa 1, resolvi combinar conversas com eles e elas. Essas conversas aconteceram tanto no Galpão como em outros lugares sugeridos por elas e eles. Responsável pelo funcionamento da *república de acolhimento* Dona Alvina fez a intermediação com ex-moradores e ex-moradoras em meu nome. A cada contato por celular, ela falava de minha pesquisa e perguntava se podia passar-me o número para contato. De todas as pessoas contatadas por ela, e contando que houvesse uma relação mais pessoal/afetiva, a resposta foi positiva. Com efeito, a proximidade com Dona Alvina provou-se um fator determinante: todas as pessoas que não lhe eram próximas, quando contatadas, recusaram a entrevista. Mesmo quando tentei contato direto me foi negada a conversa.

Se por um lado, as conversas com os/as moradores/as da república desdobravam-se de acordo com a intimidade que ia sendo estabelecida diariamente, as conversas com os/as ex-moradores/as eram resultado de uma interferência de outra relação. Comigo a relação era inexistente, ou pelo menos de uma outra ordem. Guilherme Boldrin (2017) encarou esse mesmo desafio em sua etnografia sobre as monas, as gays e os envolvidos de um prisão em São Paulo. Visto que alguns espaços da prisão eram interditos a sua presença, sua etnografia teve que ser feita a partir de outros espaços por meio de entrevista. Entrevistas que só foram

possíveis devido a uma mediação institucional entre o pesquisador e os/as interlocutores/as²⁷. Boldrin, seguindo as reflexões de Deleuze (1998), trata as entrevistas como “encontros etnográficos”. Para Deleuze, nos encontros “encontram-se pessoas (e às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades” (1998: 6). Embora meus encontros com os/as ex-moradores/as não fossem resultado da imposição institucional, foram os encontros e relações estabelecidos anteriormente entre as pessoas e a Casa 1 que me proporcionaram esses outros encontros etnográficos. Mesmo que a intimidade inexistisse, as conversas desenrolaram-se pelos afetos costurados pelas suas presenças nos espaços da Casa 1. Certamente, situações mais embaraçosas ou difíceis de se dizer não foram faladas nesses encontros. Mas, de modo geral, as conversas mostraram-me narrativas fundamentais para entender não só as dinâmicas da *república de acolhimento* mas também outras relações, memórias e narrativas decorrentes de outros tempos e espaços.

Num primeiro momento, achei que elas/es só aceitaram falar comigo devido às relações estabelecidas com Dona Alvina, mas nos nossos encontros percebi que se tratava mais do que isso. Além das evidentes relações afetuosas e de confiança que eles tinham com ela, havia o fato de eu ser voluntário da Casa 1. Sempre ao inícios das nossas conversas, eles/as perguntavam-me se eu era voluntário e reforçavam o quanto era importante o funcionamento da Casa 1 através do voluntariado.

Em uma dessas conversas, combinei de encontrar Fabio no Galpão. Depois de um tempo em que estávamos conversando, Grazi chegou e Fabio perguntou se eu não queria que Grazi participasse também. Respondi positivamente e ele se juntou a nós. Expliquei-lhe do que se tratava minha pesquisa e depois de fazer a primeira pergunta, ele disse: *‘mas primeiro eu preciso saber pra onde vai isso, o que vai acontecer’*. Rapidamente Fabio interveio: *‘é pra dissertação de mestrado dele. Dona Alvina que me falou dele. Ele trabalha como voluntário da Casa 1’*. Nossa conversa prosseguiu e, depois de um tempo, Grazi disse-me que as pessoas nem sempre se sentiam à vontade para conversar sobre como foi viver na Casa 1.

²⁷ Como argumentado por Boldrin (2017: 14), sua pesquisa decorre de uma “alteridade institucionalizada” justamente porque a relação do pesquisador com os/as interlocutores/as só pôde acontecer quando foi aceito um parecer do comitê de ética da Secretaria de Administração de Penitenciária (SAP). Além disso, a pesquisa só foi possível porque os documentos que permitiram sua realização estavam em oposição aos documentos que determinavam o cárcere deles/as.

- Tem várias pessoas que vem pra cá falar com a gente pra usar nossa imagem. Porque aqui é a casa 1, a casa mais conhecida do mundo e os moradores são, tipo, a entrada e a saída de tudo. A gente sabe como é a vivência lá e as pessoas que vem procurar informação, eles querem informação das pessoas que convivem na Casa 1, eles não querem o Iran falando. Há pessoa que vem aqui nos usar... meu, teve pessoas contratou gente daqui e prometeu um dinheiro e na hora não pagou, por isso essas pessoas têm medo (Caderno de campo, Janeiro de 2019).

Desse modo, é apenas nessa condição de *pertencer à Casa 1* que minha etnografia foi possível. Essa noção de pertencimento, que será desdobrada ao longo dos capítulos desta dissertação, é fundamental para entender como os espaços são pensados pelos organizadores da Casa 1. Por ora, trago o *pertencer* para mostrar como minha etnografia decorre da minha presença no funcionamento diário da Casa 1, presença que também produziu relações e apropriações de seus espaços mediante o contato cotidiano com outras presenças exteriores. Compreendo, então, que essa noção de pertencimento articulada à Casa 1 tem um efeito decisivo na construção desta etnografia. É por meio dessa posição de voluntário que consegui acompanhar os acontecimentos, narrativas e relações cotidianas, ao mesmo tempo que me permite conversar com os ex-moradores e moradoras da república de acolhimento. *‘Aqui as pessoas tem vivências reais, tá todo mundo fodido tentando se estruturar e seguir a vida’*. Foi assim que Grazi disse o que é viver na Casa 1 e me parece ser esse o desafio da minha etnografia: mostrar essas *vivências reais* que compõem diariamente esse lugar.

No que se segue, então, a descrição etnográfica está implicada nos modos como as pessoas experienciam, vivem e usam os *espaços*, nas políticas que são feitas, na criação de sentidos e nas relações que são feitas e desfeitas.

Dos capítulos

Esta dissertação foi organizada em três capítulos, cada um com propósito de mostrar como a Casa 1 é constituída cotidianamente a partir das múltiplas interações desencadeadas pela política com a *rua*. No primeiro capítulo exploro como a *política de portas abertas* envolve a Casa 1 de muitas maneiras na vida das pessoas que habitam os espaços do centro cultural e da Clínica Social à medida em que relações e apropriações são forjadas diariamente por estas pessoas. Explicito como os lugares *abertos* e *visíveis*, ao serem ocupados pela vizinhança, pelas crianças, pelas pessoas em situação de rua, por pessoas que recebem atendimentos clínicos, ganham diferentes sentidos e são entrelaçados por inúmeras urgências e expectativas. Aproximando essa *política de portas abertas* de certas políticas de coalizações mostro como essa política forjada na Casa 1 não se encerra nos limites da identidade.

No segundo capítulo, volto minha atenção para a *república de acolhimento*, a moradia dos os jovens e as jovens LGBTQIA+ expulsas/os de suas casas familiares. Compreendido por seus moradores e por suas moradoras como um *lugar seguro*, busco mostrar como esse espaço é constituído em meio a muitas formas de intimidade e proximidade. O doméstico aqui é vivido e elaborado por meio de relações de *amizade*, de relações amorosas, de *brigas* e dos *grupinhos*. É esse *lugar seguro*, como veremos, que torna possível que a vida seja estruturada e que, assim, se possa *seguir a vida*.

No terceiro capítulo exploro os sentidos que compreendem o *seguir a vida* evocados tanto pelos e pelas jovens LGBTQIA+ expulsos quanto por outras pessoas LGBTQIA+ que habitam a Casa 1. A partir das memórias do *insuportável* e das memórias da rua acionadas por essas pessoas, mostro como a casa da família transforma-se num lugar *impossível de viver*. Contrariamente, a presença da Casa 1 produz uma cisão na vida dessas pessoas e *ajuda* que outras possibilidades de habitar o presente e elaborar o futuro sejam criadas por estas pessoas.

CAPÍTULO 1

Política de portas abertas: pertencimento, identidade e coalizões

Capítulo 1. *Política de portas abertas: pertencimento, identidade e coalizões*

‘Ter os voluntários aqui é ajuda a gente manter a biblioteca aberta, o paliativo aberto, todos os espaços da Casa 1 abertos’. Dona Alvina me disse isso enquanto abríamos a porta da biblioteca. Abrir uma porta e tornar o interior do espaço *visível* faz com que a Casa 1 seja envolvida nos trânsitos e nos afetos²⁸ de um exterior que se multiplica em meio às relações cotidianas. Assim, neste capítulo minha descrições e análises estarão centradas em como a *rua*²⁹ interage com os espaços *visíveis* e *abertos* da Casa 1. A partir dessas duas noções tentarei explicitar como os espaços da Casa 1 são habitados por um exterior que é intensamente e diferencialmente presente. De modo contínuo e descontínuo, a *rua* aparece de múltiplas formas nessas espacialidades. Olhando tanto para as vinculações contínuas com a vizinhança quanto para as relações frequentes e contingentes com pessoas de outros lugares, mostrarei como a política com *rua* é feita pela possibilidade, permanente e imprevisível, do que é externo poder entrar nos espaços internos. Nesse sentido, a intenção é elucidar como a *política de portas abertas* implica a Casa 1 e seus habitantes em relações diárias que se multiplicam em suas formas e intensidades de acordo com o momento do encontro. O cotidiano se desdobra aqui mediante muitas imagens e narrativas.

Como meu ajuste analítico está voltado para os espaços do centro cultural, focarei mais nesse pertencimento entrelaçado com espacialidades *visíveis* e *abertas*. No caso das pessoas que frequentam esses espaços, a *política de portas abertas*, como definida por Bruno objetiva tornar a Casa 1 um local onde ligações possíveis possam ser feitas de muitas maneiras, de modo que as pessoas que por lá circulam possam se *sentir parte da Casa 1*. Além disso, há uma outra intenção nessa estratégia de *visibilidade* e *abertura*: os/as organizadores/as querem que essas pessoas percebam os e as jovens acolhidos/as como *parte da comunidade vizinha*. A vizinhança, como veremos a seguir, exerce uma presença fundamental nas dinâmicas da Casa. Certamente, além de provocar a irrupção intensa da *rua*

²⁸ Ao longo desta dissertação tomarei por afeto o modo como Deleuze (1998: 49-50) o pensa: um afeto, como um devir ou um agenciamento, produz um certo tipo de conexão entre o corpo afetado e o corpo que afeta.

²⁹ Como disse na introdução, a *rua* será compreendida não apenas em suas dimensões espaciais, mas como uma imagem de um exterior imprevisível, impreciso, fugidio e provisório. Por meio do que chamarei ao longo desta dissertação de “política com a *rua*”, quero descrever os funcionamentos e dinâmicas da Casa 1 em sua relação cotidiana com seus frequentadores/as.

em seus espaços, essa política cria uma série de limitações e problemas para serem geridos diariamente por quem trabalha nesses espaços, seja os espaços do centro cultural, da *república de acolhimento* ou da Clínica Social.

Meu argumento é que esse modo de *pertencer ou fazer parte da Casa 1* imbricado nessa *política de portas abertas para a rua* desdobra-se em uma multiplicidade de formas de se relacionar e de se apropriar dos espaços, as quais são estabelecidas nas interações mais íntimas e cotidianas da Casa 1 com seus habitantes. Tomo, então, essa noção institucional de pertencimento como um princípio político que envolve a Casa 1 em inúmeras vinculações, contínuas e contíguas, com aqueles/as que a habitam. Eu percebi essa implicação em dois momentos iniciais: num primeiro, quando em uma conversa com Jackson e Guilherme, ex-moradores da república, me foi dito que *a Casa 1 faz parte da vida deles e que eles são a Casa 1*; e num segundo momento, quando, na fila do paliativo Leandra, uma mulher trans, e um outro rapaz discutiam sobre para quem era aquele espaço e uma terceira pessoa disse: - *'isso aqui é para todo mundo'* (Ramos, 2019). Ao voltar ao meu caderno de campo e ver a explicação acima, dada por Bruno, pareceu-me produtivo articular a noção de pertencimento como um princípio de ação política em que se conjugam espaços, histórias, desejos, necessidades e expectativas de pessoas que não se identificam necessariamente como LGBTQIA+. Como mostrei na introdução Cássia se envolveu com o espaço do *paliativo* em decorrência de situações de racismo e de violência doméstica. Assim como aqueles de Cássia, outros tipos de envolvimento foram sendo costurados à Casa 1. E mesmo quando se trata de pessoas LGBTQIA+, as relações e apropriações variam na forma e na intensidade.

1.1 A rua e a vizinhança: costuras cotidianas do *pertencer*

1.1.1. Fazer espaços e relações em meio a presenças incômodas e tensões cotidianas

Na constituição da política com a *rua*, os cuidados para se estabelecer relações com a vizinhança é de fundamental importância. A Casa 1 é envolvida por uma paisagem urbana complexa: a vizinhança é composta por prédios de famílias de classe média, por cortiços, por ocupações, por estabelecimentos comerciais e por uma quantidade significativa de pessoas em situação de rua. As diferenças evidentes entre os vizinhos promove uma série de relações

ruidosas que exige um comprometimento diário da Casa 1 com essa vizinhança. Dona Alvina, que mora em um dos prédios que ficam ao lado da Casa 1, é quem costura de modo mais próximo essas relações. Nas conversas que teve comigo e com outros voluntários/as, era muito comum ela pedir para conversarmos ‘*com jeitinho e com paciência com os/as vizinhos*’. Havia em sua preocupação, ‘*uma tentativa de não criar problemas com os vizinhos*’.

Conversando com Dona Lis, moradora de uma ocupação vizinha, ela contou que antes o Sobrado era um bar e que esse lugar era um *ponto de drogas*. Segundo ela, tratava-se de um ‘*lugar perigoso que causava medo em toda vizinhança*’. Isso foi lembrado por outra vizinha, Dona Cida, que disse que ‘*evitava passar por ali à noite por medo*’. Depois da pressão da vizinhança junto à prefeitura, o bar foi retirado de lá.

Quando a Casa 1 se estabeleceu no lugar, de início houve um ruído com os vizinhos. Como o Galpão ainda não existia, todas as atividades ocorriam no pequeno espaço da biblioteca Caio Fernando, o que invariavelmente fazia com que elas se estendessem até a calçada. Bruno contou que isso gerou um incômodo na vizinhança. Em uma reunião com a prefeitura, a vizinhança exigiu a retirada das cadeiras que eram colocadas na calçada para que as pessoas pudessem descansar, parar para conversar ou esperar para pegar roupas na sala do *paliativo*. Aqueles/as que estavam na reunião argumentaram que essas cadeiras atraíam a presença das *pessoas em situação de rua*. Havia um componente moral nesse reclamação. Os/as organizadores/as passaram, então, a pensar em maneiras para tornar os espaços da Casa 1 um lugar que a vizinhança reconhecesse como *parte daquela comunidade*. Esse reconhecimento era fundamental, por um lado, para que as fluxos exteriores não fossem limitados, e, por outro, para que os/as moradores/as da *república de acolhimento* fossem reconhecidos como parte daquela vizinhança.

A participação de Dona Alvina tornou-se essencial na feitura dessas relações. Ela começou a trabalhar na Casa 1 meses depois da sua inauguração. Dona Alvina é uma mulher branca, de meia idade, que anteriormente trabalhava num centro de acolhida da prefeitura. Por morar na vizinhança há muito tempo, ela conhecia boa parte dos vizinhos e dessa proximidade foi sendo costurada relação íntimas entre a Casa 1 e sua vizinhança. ‘*No início fui contando para um e para o outro o que era a Casa 1. Conversava com o vizinhos, com os comerciante e assim ia*’, disse Dona Alvina. O exercício de convencimento diário ajudou, segundo disse ela,

‘a mostrar aos vizinhos que aquele lugar era mais do que uma casa de acolhimento para os jovens LGBTQIA+’. Mesmo que a presença das pessoas em situação de rua ainda cause um certo incômodo para algumas pessoas da vizinhança, as relações íntimas e cotidianas costuradas por Dona Alvina permitiram que os espaços *abertos* e *visíveis* da Casa 1 fossem ocupados por quem habita seu entorno. A vizinhança passou a compartilhar os mesmos espaços juntamente com as outras múltiplas presenças exteriores.

Em seu clássico trabalho sobre os moradores do edifício Estrela, localizado em Copacabana, Gilberto Velho (1973[1989]) mostra como na relação com a vizinhança do bairro esses moradores carregavam um certo estigma. Nas palavras do autor, os habitantes do edifício “eram considerados “marginais”” (1973: 44). Devido às moralidades envolvidas nesse contexto, o fato de morar no edifício Estrela tornava-se um “motivo de vergonha”, enquanto morar em Copacabana era tomado como um “motivo de orgulho” (1973: 47). Há também, no contexto da Casa 1, certas moralidades que criam relações desconfortáveis entre os vizinhos e as pessoas em situação de rua. Era muito comum as vizinhas reclamarem que as pessoas em situação de rua pegavam roupas para vender ou então para jogar fora pouco tempo depois de usar. Ou então reclamarem das pessoas ficarem bêbadas em frente ao *paliativo*. Dona Ivone e Dona Zileide conversam comigo numa tarde em que, de forma surpreendente, a sala do *paliativo* estava sem movimento algum. Surpreendente porque o fluxo de gente entrando e saindo desse espaço é sempre muito intenso. Nessa manhã, Dona Ivone reclamava porque não estava encontrando nenhuma roupa que servia para ela.

- **Dona Ivone:** eu deixo para vim aqui à tarde porque de manhã tem sempre muita gente. Mas aí nunca tem roupa pra mim. Esse povo que mora na rua pega roupa e nem usa. Eles ficam jogando na rua depois. É só vocês andarem por ai que vocês vão ver.
- **Dona Zileide:** é verdade, eu já vi isso acontecer. Mas a gente tem que pensar que não é todo mundo que faz isso. E que eles precisam mais do que nós (Caderno de campo, novembro de 2019).

Apesar de Dona Zileide reconhecer que as pessoas precisam mais daquilo que é oferecido naquele espaço do que elas, a conversa mostra como certos julgamentos cercam a interação delas com as outras pessoas. Se no caso do edifício Estrela, a moralidade envolvida estigmatizava o lugar e seus habitantes e, assim, os separavam da vizinhança, no contexto da Casa 1 há uma complexidade sutil: a interação é feita também em um mesmo espaço e não se limita à vizinhança. Como a *política de portas abertas para a rua* acarreta em presenças exteriores heterogêneas, as relações com a vizinhança são feitas nas interações com esses outros. Não é possível que haja separação entre essas presenças na medida que a composição da Casa 1 se faz na mutualidade dos muitos habitantes. Não somente a casa, a própria vizinhança é amplificada nessa experiência, através da Casa 1, pela Casa 1, pela *rua* que nela se faz presente. Existe, assim, um compartilhamento de espaços configurados por meio de presenças estranhas e múltiplas³⁰.

Os incômodos mostrados por Dona Zileide e Dona Ivone ressoavam nas falas de outras vizinhas. Mas essas relações conflituosas quase nunca eram expostas de forma direta. Eram reclamações dirigidas a mim ou a outros/as voluntários/as. Raros foram os momentos em que as tensões afloraram. Num desses momentos, Lídia, uma vizinha, procurava roupas, enquanto uma fila esperava do lado de fora. Era uma manhã muito quente e a fila era grande. Por ser um espaço pequeno, só era possível entrar duas pessoas por vez no *paliativo*. Em um determinado momento, alguém que estava na fila gritou: - *'vamos senhora, tem mais gente querendo entrar. Não é shopping não. Tem que ir rápido'*. Lídia retrucou: - *'já estou saindo. Não sei porque querem me apressar. Só vem pegar roupas aqui pra depois vender na Sé³¹'*. Laércio, a pessoa que havia gritado, um pouco nervoso, respondeu: - *'e vocês que vem aqui todo dia e toda hora e acham que isso aqui é só de vocês'*. Para evitar que o conflito aumentasse, pedi que Lídia se apressasse um pouco. Ela pegou as peças de roupas e saiu. Essa contestação feita por Laércio de que os/as moradores/as da vizinhança vinham todos dias era feita quase que rotineiramente pelas pessoas em situação de rua. Como o fluxo diário de pessoas no *paliativo* havia aumentado significativamente desde a abertura da Casa 1 e, conseqüentemente, as doações passaram a não ser suficientes, decidiu-se limitar a ida das

³⁰ Em seu trabalho sobre movimentos de moradia, Aquino (2015) mostra que há a conduta das “famílias” é elaborada por meio de uma preocupação fundamental nas relações cotidianas com a vizinhança.

³¹ A Sé é uma região central da cidade de São Paulo.

peessoas a uma vez por semana. Embora os/as voluntárias tentem fazer algum controle da ida das pessoas por meio da marcação dos nomes, a constante mudança dos/as voluntários/as no dia a dia junto com a frequência constante de pessoas ali impossibilita um controle rigoroso.

De fato, algumas vizinhas começaram ir mais de uma vez por semana e, em alguns casos, mais de uma vez no dia. Algo que acontecia também com as pessoas em situação de rua. Elas mudavam o nome ou então falavam que no dia que vieram não tinham pegado nenhuma roupa. Como a maioria dos/as voluntários/as trabalham em um ou dois dias da semana, num determinado período do dia, nem sempre é possível verificar quem infringia a regra de periodicidade. Eu percebi esses casos porque estava todos os dias ali. Certa manhã cheguei para ficar na biblioteca e, enquanto esperava Dona Alvina para me entregar as chaves, vi que Gilberto estava na fila do *paliativo*. Naquela manhã o voluntário não conseguiu vir e Dona Alvina pediu para eu atender às pessoas que esperavam a abertura do *paliativo* desde muito cedo. Gilberto, que havia vindo no dia anterior, entrou no local. Nós já nos conhecíamos há um tempo e tínhamos uma certa intimidade. Perguntei se ele já não tinha pego roupas essa semana e ele disse que não. *‘Mas Gilberto você pegou as roupas comigo ontem’*, respondi. Ele deu risada e disse *‘pô Jesser, eu me esqueci. Mas deixa eu pegar só esse chinelo’*. *‘Pode, mas só dessa vez hein. Você sabe que tem mais gente para pegar’*, falei. Embora essa situação tenha ocorrido de modo amigável, em muitos momentos tensões acenderam quando os/as voluntários/as não permitiam que fosse levado mais peças do que podia ou então quando avisavam que a pessoa já havia vindo naquela semana e não poderia entrar outra vez.

As regras de doação também geravam problemas específicos. Como a distribuição das roupas e dos produtos de higiene ocorrem de modos distintos, ocasionalmente os/as vizinhas reclamavam por não poderem pegar mais itens. A distribuição é feita da seguinte maneira: podem pegar até quatro peças de roupas femininas e duas peças de roupas masculinas aquelas e aqueles que estão em situação de rua ou que moram em alguma ocupação; já aquelas e aqueles que moram nas casas e prédios próximos ou trabalham no comércio local podem pegar até duas peças de roupas femininas e uma peça de roupa masculina. As peças femininas só podem ser levadas por mulheres e travestis e as peças masculinas só podem ser apanhadas por homens. No início, essa diferenciação de quem poderia pegar qual peça e a limitação da

quantidade não existia. Quando comecei a trabalhar como voluntário, todo mundo podia pegar até quatro peças, fossem elas masculinas ou femininas. Mas com o aumento da frequência das pessoas em situação de rua naquele espaço e com a diminuição das doações, sobretudo de roupas masculinas, os grupos de trabalho de atendimentos e do paliativo (GT Atendimentos e GT Paliativo) decidiram estabelecer essa distribuição para que as *peessoas mais vulneráveis* não ficassem sem roupas.

Essa nova forma de distribuir as roupas gerou não só algumas reclamações, tanto entre os vizinhos quanto entre os outros habitantes, como também causou algumas tensões entre as pessoas e os/as voluntários/as. Na semana seguinte à implementação dessa nova regra de distribuição, eu, sem saber da sua existência, continuei deixando as pessoas levarem quatro peças. Quando Dona Laura chegou na quinta-feira no paliativo, logo ela me disse:

- **Dona Laura:** eu só venho aqui quando é você ou o outro menino que vem de segunda.
- **Eu:** Porquê? Aconteceu alguma coisa?
- **Dona Laura:** A senhora que vem de quarta-feira não deixa a gente pegar as roupas. Ela disse que só podia pegar 2 peças. Ai eu fui embora e não peguei nada (Caderno de campo, novembro de 2018).

Era muito comum as vizinhas usarem de sua proximidade com Dona Alvina para dizer que podia pegar mais roupas. Eu e outros/as voluntários/as ocasionalmente ouvíamos: *'eu vou levar quatro peças hoje porque Dona Alvina deixou'* ou *'eu conversei com a Dona Alvina e ela deixou eu levar essas roupas para o meu filho/a'*. Embora algumas vezes fosse verdade, de fato, na maioria das ocasiões a conversa com Dona Alvina era só uma estratégia usada para levar mais roupas.

Cátia era a voluntária que estava nesse dia no paliativo. Ficamos muito próximo um tempo depois desse ocorrido porque ela começou a trabalhar comigo todas as quintas-feiras. Certo dia Dona Laura entrou no *paliativo* onde estávamos Cátia e eu. Depois que ela saiu, Cátia contou que no dia relatado por Dona Laura ela queria levar um monte de roupas de

cama. Cátia a proibiu e isso fez com que ela saísse nervosa, sem levar nada. Nesse dia, conversamos com Dona Alvina e para não gerar mais problemas colocamos placas avisando a quantidade de roupas que poderiam ser levadas. Além disso, Dona Alvina conversou com Dona Laura explicando que essa era uma nova regra da Casa.

Assim como nessa situação, outras tensões geradas com a vizinhança ou com as pessoas em situação de rua foram remediadas por Dona Alvina. Sua presença diária é fundamental para que os procedimentos novos dos espaços da Casa 1 fossem compartilhados com a vizinhança. A proximidade, que não é só espacial, uma vez que Dona Alvina mora na vizinhança, mas também afetiva, desdobra na presença cotidiana da vizinhança e, conseqüentemente, no *reconhecimento* de que ela também *faz parte* desses espaços. A presença de Dona Alvina no cotidiano da Casa 1 produz relações afetivas na medida em que distintas vinculações são produzidas entre ela e os e as vizinhas/os. A figura de Dona Alvina por vezes se confunde com a Casa 1. Na fala de algumas pessoas, Dona Alvina parece encarnar o que é a Casa 1. Nesse sentido, se, por um lado, as ligações de Dona Alvina com a vizinhança permitem o estabelecimento de relações íntimas e cotidianas com o entorno da Casa 1, por outro, essas mesmas ligações possibilitam que os espaços desse lugar sejam apropriados de modos distintos. Exploro a seguir os efeitos dessas vinculações.

1.1.2 Das costuras cotidianas aos afetos: as apropriações e as relações feitas pela vizinhança

Na política com a *rua*, a vizinhança é uma presença exterior que habita o interior de muitas formas. O *pertencer à Casa 1* é um efeito das relações próximas costuradas cotidianamente entre os vizinhos e os seus espaços. A feitura de vinculações íntimas e diárias entre vizinhos é analisado no trabalho de Magnani (2012). Em suas reflexões sobre a periferia de São Paulo, Magnani descreve diferentes modalidades de sociabilidades espaciais baseado no ideia de “pedaço”. De acordo com a definição do autor, o pedaço é o “espaço - ou o segmento dele - assim derramado [que] se torna ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a um rede de relações” (2012: 87). Esse “pertencer ao pedaço” não se reduz a passar por ele ou mesmo frequenta-lo regularmente, “era preciso estar situado e reconhecido numa rede de relações que combina

laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias” (2012: 88). Esse pertencer ao pedaço estabelece laços que distinguem seus habitantes ao mesmo tempo que aglutina uma rede de frequentadores. E, conforme argumenta Magnani, “pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção” (2012: 89). Embora essas noções de lealdade e proteção pareçam exceder às descrições que tenho feito das relações entre a Casa 1 e sua vizinhança, o argumento de que os vínculos estabelecidos entre as pessoas e seu entorno geram formas de reconhecimento afetivo-espacial é interessante para pensar o contexto de minha pesquisa.

Como disse no tópico anterior, as intimidades e afetividades costuradas diariamente entre a Casa 1 e sua vizinhança por intermédio de Dona Alvina fez com que os/as vizinhos/as passassem a estabelecer modos distintos de apropriações e de relações com os espaços. A frequente e intensa presença das crianças nos espaços mostram a proximidade entre a Casa 1 e sua vizinhança. Laiza e Victor são irmãos que moram em um dos cortiços contíguo ao espaço da ONG. Laiza tem oito anos e Victor tem cinco. Eles são filho de Cristina que, além deles, tem mais uma filha e um filho. Todos eles, assim como outras crianças, estão sempre presentes na Casa 1. Ali eles brincam, almoçam e participam das atividades desenvolvidas pelos voluntários responsáveis pelo Grupo de Trabalho *casa aberta para as crianças*. Em um dos muitos momentos que estive com Laiza e Victor na biblioteca Caio Fernando, resolvemos fazer desenhos juntos para colar na parede. *‘Desenha um avião para eu pintar ele’*, pediu-me Victor. Enquanto eu desenhava o avião, Laiza desenhava um coração para dar de presente para Denise, a coordenadora das bibliotecas. Perguntei porque ela estava fazendo um coração: *- ‘é porque ela é minha amiga. Eu gosto muito dela’*. As palavras de Laiza nos mostram os afetos estabelecidos entre ela e Denise. Depois que Laiza desenhou o coração, ela pediu para que eu a ajudasse escrever o nome da Denise. Então ela guardou o desenho para quando a Denise chegasse. Aproximava do meio dia e Denise chegaria depois das 14h.



Figura 6. A biblioteca Caio Fernando e a presença das crianças. Arquivo pessoal.

Depois que terminei de desenhar o avião, Victor começou a colori-lo. Laiza também quis pintar o avião, mas Victor queria fazer isso sozinho. Para evitar que brigassem, fiz um outro desenho para ela e ali eles ficaram pintando. Enquanto isso, chegou um grupo de adolescentes que procuravam dois livros de literatura brasileira para fazer um trabalho da escola. Era muito comum os estudantes da escola próxima irem até a biblioteca procurar livros que pudessem ser usados para realizar seus trabalhos escolares. A biblioteca, como um dos espaços *visíveis* e *abertos*, era usado de modos distintos na medida em que as pessoas a habitavam. Como um lugar de encontro e de *passagem*, ela se torna um lugar de diversão e

lazer para as crianças ou lugar de pesquisa para os estudantes. É nessa transitoriedade que a Casa 1 transforma-se num “território existencial”³².

Após passarmos a manhã desenhando, Cristina veio buscar seus filhos para arrumá-los para irem à escola. Como eles estavam comendo alguns biscoitos e doces que tinham sobrado de alguma atividade ocorrida no dia anterior, Cristina entrou e esperou eles terminarem. Ela me perguntou se eles tinham dado trabalho e eu respondi que não.

- **Cristina:** eles vem sempre aqui para brincar com a Denise. Ficam horas aqui. Se eu não venho buscar, não vão pra casa.
- **Eu:** E você os deixam vir desde que abriu?
- **Cristina:** sim, eu já conhecia a Dona Alvina. E eles adoram a Denise. Deixo sem medo nenhum (Caderno de campo, fevereiro de 2019).

Antes de Laiza e Victor irem embora, colamos seus desenhos na parede. Laiza deixou o desenho que fez para a Denise comigo e eu o entreguei quando ela chegou.



Figura 7. Avião pintado por Victor. Arquivo pessoal.

³² Como sugerem Deleuze e Guattari, território é um ato, “que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’” (1997: 105)



Figura 8. Macaco pintado por Laiza. Arquivo pessoal.

Perguntei à Cristina se ela deixava seus filhos virem desde a inauguração da Casa 1 devido a uma situação que presenciara no dia anterior, também ali naquele espaço. Nessa situação, eu estava conversando com Denise na biblioteca quando Felipe entrou. Ele cumprimentou Denise e pediu para ela pegar a boneca de pano que fica na parte superior da prateleira de livros. Após Felipe ficar pouco tempo ali e sair, Denise contou-me que anteriormente ele vinha sempre à Casa 1, mas que já há algum tempo vinha muito raramente. Eu mesmo nunca o tinha visto e depois desse dia não a tornei a vê-lo. Felipe, que tinha aproximadamente dez anos de idade, morava próximo à Casa 1 e vinha com as outras crianças brincar tanto na biblioteca como no Galpão. Mas seu pai soube que a Casa 1 era uma *'casa de viados'* e proibiu sua presença ali. *'Eu até fiquei surpresa dele ter vindo hoje, fazia muito tempo que ele não aparecia aqui'*, disse Denise. Apesar de ter sido a única vez que soube de um familiar proibir a presença do filho na Casa 1, sempre houve a preocupação entre os organizadores com o fato da Casa 1 ser uma *'casa de viados'* e disso se tornar um possível problema na relação com a vizinhança. Por isso a presença das crianças teve um efeito fundamental para a *política de portas abertas*: o fato das crianças usarem aquele espaço para lazer e diversão mostrou como a Casa 1 pode ser *um lugar para todo mundo*. Dessa presença, os/as organizadores/as criaram um grupo de trabalho direcionado para as demandas das crianças. Atividades educacionais, recreativas e culturais são produzidas diariamente. Além

disso, o GT *casa aberta para as crianças* elabora, desde 2018, uma programação de atividades para serem feitas durante as férias escolares. Foram realizadas várias oficinas e



Figura 9. Oficina de costura: aprendendo a fazer um estojo. Foto publicada no Facebook da Casa 1.

aulas de diferentes práticas esportivas. Essa programação é gratuita e feita para todas as crianças que quiserem.

A presença das crianças tem como efeito uma maior aproximação da vizinhança com a Casa 1. Suas especialidades transformadas em espaços de lazer, diversão e aprendizado produzem distintos modos de vinculação com o entorno. As apropriações e relações estabelecidas pelas crianças com os espaços e com os outros habitantes da Casa 1 são feitas mediante inúmeras ligações cotidianas e afetivas. A relação afetuosa entre Laiza e Denise desencadeia numa presença diária que constitui a Casa 1. Assim como essa, outras relações são fabricadas nos encontros diários. Desse modo, nas costuras cotidianas e sutis da política com a *rua*, a vizinhança e a Casa 1 se relacionam por afetos e solidariedades mútuas. Como efeito dessas vinculações íntimas, a Casa 1 torna-se um lugar familiar, um espaço próximo daqueles que co-habitam o seu entorno.

Em seu trabalho sobre os habitantes do bairro da Liberdade em Salvador, Agier (2011) descreve como os vizinhos criaram uma rede de casas que tornaram o espaço urbano mais familiar. Por meio de uma rede de relações entre os vizinhos, os espaços “são investidos de significados para além do universo doméstico sem, contudo, se opor a ele” (2011: 110). Como efeito das apropriações desses espaços e dos significados investidos neles, a vizinhança produz os lugares comuns como lugares familiares. Do mesmo modo, as apropriações e relações estabelecidas pelas crianças investem os espaços da Casa 1 de significados específicos. As íntimas e cotidianas ligações produzidas entre elas e os outros habitantes, conjugado com a abertura e visibilidade dos espaços, tornam a Casa 1 um lugar comum e familiar para a vizinhança que a envolve.

Nas muitas conversas que tive com os/as vizinhos/as eles/as sempre enfatizavam como era importante ter a Casa 1 também voltada para as crianças. Dona Vera, lembrando daquele bar que existia no espaço da Casa 1 anteriormente, disse:

- por muito tempo esse lugar era perigoso para todo mundo, inclusive para as crianças que circulavam aqui. A Casa 1 aqui mudou pra melhor, para elas e para nós também (Caderno de campo, julho de 2019).

Dona Letícia, que estava junto, concordou com Dona Vera e disse *‘que adorava que seu neto ficava ali brincando. Muito melhor que ficar na rua né?’*. As duas estavam descendo para o Galpão para a aula de costura que era oferecida toda terça-feira. *‘Até para nós tem o que fazer. Eu sempre quis aprender a costurar’*, disse Dona Letícia. Essa conversa nos mostra aquilo em muitos momentos: a Casa 1 em oposição e continuidade com a rua.

Assim como podemos perceber como os exemplos de Dona Letícia e Dona Vera, a vizinhança habita os diferentes espaços da Casa 1 de muitas maneiras. Participam das atividades educacionais e culturais desenvolvidas diariamente, trabalham como voluntárias, fazem e recebem doações de alimentos e roupas, recebem atendimentos na Clínica Social e assim por diante. Como tenho argumentado até esse momento, por meio de sua política com a rua, a Casa 1 se engaja cotidianamente com as múltiplas presenças de um exterior que é

sempre imprevisível e heterogêneo. Ao criar espacialidades baseadas numa *política de portas abertas*, a Casa 1 se envolve e é envolvida por uma vizinhança. Essa vizinhança interage de maneiras distintas com esses lugares. Implicadas em relações íntimas e cotidianas, Casa 1 e a vizinhança constituem mutuamente uma paisagem repleta de afetos, circulações, intensidades e urgências. Faço essa afirmação inspirado na reflexão de Felix Guattari (2012). O autor argumenta que na interação entre corpo e espaços, os espaços nos interpelam por múltiplos pontos de vistas parciais e heterogêneos (2012: 140). Compreendidos como “máquinas de sentido”, os espaços são produtores de subjetividades parciais que se agregam constantemente com outros agenciamentos individuais e coletivos, que também são parciais. Mas antes de serem condições anteriores, os espaços são efeitos das heterogêneses envolvidas na sua constituição. Nesse processo de agregação, outras relações e outros referenciais são criados para aqueles/as que estão implicados. Cria-se, então, novos territórios existenciais baseados em múltiplos e incessantes desejos, afetos, pulsões, e ritmos.

Descrever a Casa 1 a partir dos modos como seus espaços são implicados com sua vizinhança permite compreendê-la como um lugar de possibilidades. Possibilidades que são criadas na medida que os/as vizinhos/as vinculam-se de inúmeras formas com essas espacialidades. Conversando com Andressa, vizinha da Casa 1, certa tarde, enquanto ela me ajudava a separar e pendurar algumas roupas que haviam chegado no paliativo, ela disse o seguinte:

- para quem não precisa parece muito pouco isso daqui, mas para nós é muito. Vira e mexe, Dona Alvina me ajuda com algum alimento ou produto pra casa. Às vezes eu pego cesta básica. Na hora do aperto é isso que salva (Caderno de campo, março, 2019).

Andressa é vizinha da Casa 1, ela mora num cortiço não muito distante. Ela tem dois filhos e no dia que conversávamos ela havia acabado de perder o emprego. Assim como Andressa, muitas outras vizinhas recorriam à Dona Alvina para conseguir alguma ajuda no que era possível. Como ocorrem muitas doações de alimentos e de cestas básicas para a Casa 1, a distribuição destes itens para a vizinhança acontece com muita frequência. Distribui-se

também eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, colchões etc, que não serão usados pela Casa. A fala de Andressa explicita como nas apropriações e relações estabelecidas pela vizinhança a Casa 1 é implicada em muitas urgências. Essas urgências são as necessidades mais básicas que aparecem nos relatos das pessoas, que não se restringem, como veremos nos próximos tópicos, aos e à vizinhas/os. As urgências podem ser a procura de um calçado ou de roupas, a necessidade de uma cesta básica, a busca por um colchão, e assim por diante. As urgências são aquilo que aparecem na hora do aperto, como disse Andressa.

Além disso, o *'para quem não precisa parece muito pouco isso daqui, mas para nós é muito'* dito por Andressa, ressoa em muitas outras falas que ouvi durante o tempo que estive lá. Dona Ivone, também vizinha, trabalha como faxineira e como nem sempre há emprego, ela recebe *ajuda* de Dona Alvina. Ela também, quando possível, trabalha como voluntária no *paliativo*. Em uma das primeiras conversas que tivemos ela me disse que *'em muitos momentos eu não tinha o que comer e a Dona Alvina me ajudou. Eu tenho muito gratidão por ela'*. Sr. Matias, que mora numa ocupação vizinha, todos dias vai até a Casa 1 procurar livros ou outros objetos que ele possa vender para a reciclagem.

- Morei na rua por muito tempo e agora moro na ocupação. Eu vivo dos reciclados que junto na rua. Aqui eu pego os livros que estão para a doação, pego algumas roupas e às vezes Dona Alvina me ajuda com alimentos. Assim eu vou vivendo (Caderno de campo, março de 2019).

É nos diferentes modos de seguir *vivendo* que a Casa 1, como lugar de possibilidades, se abre e se compromete com uma vizinhança e esta, ao seu turno, interage com os espaços de distintas maneiras. As urgências, os afetos e desejos envolvidos nas relações decorrem do encontro cotidiano e contínuo com um exterior heterogêneo. Tati, também moradora da vizinhança, começou a fazer as aulas de costura oferecida pela Casa 1 para *arrumar um dinheirinho extra*:

- eu trabalho fazendo alguns bicos como manicure e nem sempre tem trabalho. Ai quando eu soube das aulas, me inscrevi. Aprender a costurar vai me fazer arrumar um dinheirinho extra, né (Caderno de campo, janeiro de 2019).

Assim, a Casa 1 e sua vizinhança por meio dessas relações produzem um lugar comum. Mas os afetos, solidariedades e intimidades envolvidas nessas relações entre a Casa 1 e sua vizinhança não limitam a política com *rua* à criação de uma identidade comum ou a um compartilhamento ou um reconhecimento simbólico de algum código que define quem pertence ou não aos espaços. Esse estabelecimento de um identidade comum e o reconhecimento simbólico de um código são o que produz os “pedaços” descritos por Magnani (2012). Em tais “pedaços”, as redes de relações dos seus habitantes instauram “um código capaz de separar, ordenar e classificar e esse código define quem é e quem não é do pedaço” (2012: 88). De modo distinto, como tenho argumentado até aqui, o *pertencer à Casa 1* vincula-se com um exterior que é sempre múltiplo e imprevisível e que, portanto, é irreduzível à identidade. Nesse sentido, as proximidades e intimidades costuradas com a vizinhança não restringem as múltiplas presenças da *rua*. Ao contrário, essas relações são fundamentais para a manutenção das ligações contingentes e inesperadas desencadeadas pela insurgência da *rua*.

Vimos, então, que a feitura de espaços *abertos* e visíveis possibilita que a vizinhança se aproprie e se relacione de muitas maneiras com a Casa 1. Como efeito de costuras íntimas e cotidianas, a vizinhança reconhece a Casa 1 como um lugar pertencente ao bairro. E mais do que isso: essa proximidade entre Casa 1 e vizinhança permite que a *política de portas abertas* seja entrelaçada com as muitas outras presenças exteriores que não estão circunscritas aos limites espaciais do bairro. É essa insistência com um exterior plural que compõe a política com a *rua* e é sobre ela que a análise estará voltada no tópico a seguir.

1.2 A imanência da *rua* e suas vinculações pela *abertura* e *visibilidade*

Olhar para como outros habitantes se relacionam e se apropriaram das diferentes espacialidades da Casa 1 explicita como outras urgências, necessidades, desejos e afetos estão envolvidos na política com a *rua*. As narrativas e histórias dos encontros com esse exterior expõe uma política cuja vinculação insiste com o que é contingente, fugidio e inesperado. A *política de portas abertas* liga-se a um exterior cujos movimentos e circulações promovem distintos modos de se apropriar e se relacionar com a Casa 1. Para pensar movimentos e circulações, sigo as análises de De Certeau (2014) acerca das “práticas microbianas” feitas pelos cidadãos que se apropriam cotidianamente dos espaços da cidade. Por meio dos deslocamentos e das caminhadas desses cidadãos, a cidade é entrelaçada por relações e cruzamentos múltiplos. Decorre disso, argumenta De Certeau, o fato de que um lugar é “uma série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem” (2014: 175). Envolvida por ritmos, movimentações e circulações de um exterior multiforme, me parece fundamental compreender a Casa 1 como um lugar composto também por essas práticas microbianas. Dessas práticas, diferentes imagens do mundo externo à Casa 1 são explicitadas e essas imagens nos mostram as motivações e agenciamentos envolvidos na presença das pessoas nas espacialidades da ONG.

Estava fazendo café na biblioteca quando Elis entrou para arrumar a sacola com as roupas que ela havia pegado no paliativo. Ela começou a me contar que havia levado documentos para uma vaga de emprego. Nesse momento fomos interrompidos por uma pessoa que veio pedir informações. Logo depois chegaram outras pessoas e nossa conversa não continuou. Lili, que mora no mesmo centro de acolhida que Elis e que trabalha como voluntária do *paliativo*, chegou na biblioteca com uma coberta e disse à Elis:

- **Lili:** você conseguiu pegar alguma coisa lá? Eu peguei essa coberta aqui. Passei muito frio à noite.
- **Elis:** tinha coberta lá? Eu também passei frio.
- **Lili:** só tinha essa e um edredom, mas o moço já levou. (Caderno de campo, agosto de 2019)

Elas começaram a conversar sobre os problemas que ocorriam no centro de acolhida. Elis disse que estava *‘insuportável a convivência com as outras pessoas do quarto’* e que queria mudar para outro. Elis falou que havia uma vaga no quarto dela e que ela poderia se mudar pra lá. *‘Mas lá as mulheres são tranquilas? Elas dormem cedo? No meu quarto quando eu chego já está todo mundo dormindo’*, questionou Lili. *‘É tranquilo sim. Quando é dez da noite todo mundo apaga as luzes’*, respondeu Elis. *‘Então eu vou ver isso lá e vou pedir transferência’*, disse Lili. A rotina e as dinâmicas dos centros de acolhida descrita na conversa de Elis e Lili sempre apareciam nas conversas que tive com as pessoas que iam à Casa 1. As relações, muitas vezes tensas e conflitantes, em comunhão com um ambiente sempre lotado e com condições mínimas para viver tornavam os centros de acolhidas quase insuportáveis. Lili, antes de ir embora disse: - *‘e vou pedir para eles me arrumarem um psicólogo lá. Tô precisando’*. E Elis imediatamente respondeu: - *‘Você chega lá são e sai enlouquecido’*.

Assim que Lili saiu, Elis repetiu essa afirmação para mim e completou: - *‘eu to lá há dois meses e não aguento mais’*. Voltando ao assunto do início de nossa conversa, perguntei há quanto tempo ela estava procurando emprego. *‘Menino já estou procurando há oito meses. Foi por isso que fui morar no albergue³³’*, respondeu ela. E justamente por não ter mais condição de pagar o aluguel de onde morava, ela teve que ir para o albergue. O emprego para qual Elis estava se candidatando era uma vaga de limpeza de uma empresa terceirizada que presta serviços ao Banco Santander.

- **Elis:** O emprego é bom. São 400 reais de vale alimentação, mais vale transporte e 1160 de salário. Com os descontos deve dar uns 1000 reais. Mas tá bom demais, só esse vale refeição já ajuda demais.
- **Eu:** E quanto horas por dia?
- **Elis:** São 8 horas. Ou das 14h às 22h, ou das 06 às 14h. Eu prefiro das 14 às 22h porque eu conseguiria estudar. Mas não falei nada né?
- **Eu:** Você tá estudando?.

³³ Centro de acolhida e albergue são designações para o mesmo lugar.

- **Elis:** eu fiz um semestre de enfermagem, mas depois que perdi o emprego tive que trancar. Mas assim que eu conseguir outro eu quero voltar.
- **Eu:** Então vamos torcer para que esse de certo.
- **Elis:** Eu to rezando muito. Preciso muito desse emprego. (Caderno de campo, agosto de 2019).

Continuando nossa conversa, Elis contou que tinha vindo do norte do Brasil para São Paulo junto com seu irmão. *‘Meu irmão mora no Butantã, mas eu não quis morar com ele não. Lá é muito cheio de regras, preferi ir para o abrigo. Mas já estou cansada de estar lá’*, disse ela. E você não tem filhos, questionei. *‘Eu tenho um filho. Ele ficou no norte com minha mãe’*. Antes mesmo de continuar, o telefone de Elis tocou e rapidamente ela atendeu. Era uma funcionária da empresa na qual ela havia levado os documentos. Elis explodiu de felicidade e agradeceu muito a funcionária. *‘Muito obrigada moça, que Deus te abençoe. Tava contando aqui pro meu amigo e torcendo muito para que você me ligasse. Muito obrigado mesmo’*. Ela havia conseguido o emprego. Anotei o endereço de onde ela iria fazer os exames admissionais e após desligar o telefone, ela me abraçou, pulou e ajoelhou agradecendo a Deus. Elis deixou a sacola com as roupas que havia pego no paliativo e foi correndo fazer os exames.

Elis passava toda semana pelo *paliativo* no horário do almoço. Duas semanas depois desse dia, conversávamos sobre como estava o trabalho. Elis estava muito feliz, embora o trabalho fosse cansativo. Nesse dia, ela tinha acabado de alugar um apartamento pequeno no centro para morar. *‘Não vejo a hora de sair do albergue. Vim aqui pedir para Dona Alvina guardar um colchão pra mim caso chegue de alguma doação’*, disse ela. Elis já havia conseguido um fogão e uma geladeira com algumas pessoas. *‘Esta quase tudo certo para mudar Jesser. Espero que a Dona Alvina consiga o colchão pra mim’*. Depois desse dia, a encontrei uma ou duas vezes. Ela havia se mudado para o apartamento novo e Dona Alvina havia conseguido um colchão pra ela.

Assim como no caso de Elis e Lili, muitas outras vinculações são costuradas nos espaços da Casa 1. Vinculações que se fazem e desfazem nos contatos contingentes ou

contínuos do dia-a-dia. A partir dos modos como Elis e Lili se apropriam e se relacionam com os espaços, é possível compreender como a *política de portas abertas* transforma a Casa 1 num lugar de possibilidades. Possibilidades que são multiplicadas e visualizadas nos momentos de encontro. É do meu encontro cotidiano com Elis que percebi como a Casa 1 é implicada em histórias cujos desejos, urgências, afetos e necessidades são muitos. Dos encontros sucessivos inúmeros fragmentos são tornados visíveis e é justamente isso o que me permite descrever de que maneira a Casa 1 é entrelaçada por distintas narrativas. Contudo, como venho argumentando ao longo do capítulo, não é só das interações frequentes que a Casa 1 é composta. Há também os encontros instantâneos: aqueles cuja presença externa me mostrou fragmentos ainda menores da vida, mas que também constituem as espacialidades *visíveis e abertas*.

Vilson chegou à porta do *paliativo* meio afobado e perguntou se podia entrar. Depois de dizer que sim, Vilson perguntou se eu não tinha uma calça preta e um sapato preto. ‘*Eu acabei de conseguir uma entrevista de emprego e estou sem roupa para ir e é hoje à tarde*’, disse ele. Estávamos perto do meio dia e por isso as araras masculinas quase não tinham roupas. Eu já havia atendido cerca de cem pessoas naquela manhã e a maioria eram homens. Nas araras não havia nenhuma calça preta e na sapateira também não tinha nenhum sapato, mas havia dois sacos com doações para serem abertos. Abri os dois sacos e comecei a procurar. Enquanto procurava, Vilson contou-me que estava há muitos anos na rua e que conseguir esse emprego era sua chance de sair da rua. ‘*Eu tô cansado de ficar na rua, nos albergues. Quero sair dessa vida*’, disse ele. Acabei encontrando só duas calças pretas para ele. Os sapatos ele disse que conseguiria com um amigo que morava pela região. Embora Vilson já tivesse ido outras vezes ao *paliativo*, aquela foi a primeira e a última vez que o vi. Assim como Vilson, encontrei Edna apenas num único dia. Ela entrou no *paliativo* e perguntou se tinha chinelos para vender. Expliquei que ali era um espaço para doações e que, por isso, não realizávamos vendas. ‘*Eu vim com minha irmã para o hospital e ela teve que ser internada. Como não sabia que isso ia acontecer acabou que eu to sem nenhuma roupa e essa sapatilha está machucando o meu pé*’, contou ela. A irmã de Edna ficaria internada mais

alguns dias no hospital e, como Edna morava longe, não conseguiria voltar para casa. Ela levou consigo um chinelo, um short e uma blusa³⁴.

Se nessas narrativas a rua e o centro de acolhida aparecem como lugares que as pessoas querem deixar - o que se desdobra numa relação e apropriação específica dos espaços da Casa 1 - em outras narrativas a relação com a rua aparece de outros jeitos. Como efeito disso, outras relações e apropriações são produzidas entre as pessoas e a Casa 1. Lidi é uma travesti que vive na rua há seis anos. Conhecemo-nos na biblioteca quando ela entrou para tomar um café e esperar o *paliativo* abrir. Nesse dia, Lidi contou-me que tinha vindo do interior do Estado para a capital com 19 anos. Depois de ter sido expulsa da casa de seus pais devido à sua identidade de gênero, Lidi resolveu, como ela disse, '*tentar a sorte*'.

- Acabei parando na rua e trabalhando na prostituição. Mas a verdade é que eu queria muito sair. Mesmo nos albergues é ruim ficar. Os homens sempre tentam alguma coisa contra a gente. (Caderno de campo, março de 2019).

Da mesma maneira que as outras pessoas me falaram nas narrativas acima, Lidi também queria sair da rua. A rua, como esse lugar de perigo e de transfobia cotidiana, já havia sido relatado por Rebeca (ver introdução), e aparecerá também em muitas outras narrativas ao longo dos capítulos 2 e 3. Lidi e eu conversávamos quase toda semana e seu cansaço e medo de estar na rua era frequentemente mencionados. Depois de muito tempo sem ir à Casa 1, Lidi apareceu numa certa manhã de mãos dadas com um rapaz. Assim que ela entrou no *paliativo*, ela me disse: - '*Jesser esse é Ricardo meu namorado*'. Cumprimentei-o e comecei a conversar com Lidi. Ela contou-me que estava morando numa *maloca*³⁵ com Ricardo já há um mês e que estava muito feliz. '*Hoje viemos buscar roupas para ele. Nossa maloca foi roubada essa*

³⁴ As doações de modo geral são levadas à Casa 1 por pessoas que conhecem o projeto via rede social ou via os voluntários e voluntárias. Algumas doações são feitas pelos próprios voluntários/as. E outras são feitas por pessoas que moram na vizinhança. Houve, em momentos esporádicos, doações feitas por estilistas ou por empresas que fabricam vestimentas.

³⁵ Maloca são as construções ou espaços onde as pessoas em situação de rua habitam. Geralmente são estruturas feitas com paus e revestidas de sacos pretos, ou então são colchões colocados no chão com lençóis e cobertores ao redor.

noite e acabaram levando tudo’, disse ela. Ricardo, muito tímido e quieto, quase não interagiu com a gente. Antes de ir embora, Lidi me disse: - ‘*agora estou até feliz na rua*’. A relação amorosa de Lidi transformou sua relação com a rua e fez com que ela buscasse outras coisas no *paliativo*. Se antes ela sempre procurava roupas e acessórios para uso próprio, daquele dia em diante ela se preocuparia mais em procurar coisas para a maloca dela. Canecas, cobertores e travessieiros eram os objetos que ela passou a procurar com mais frequência.

O vínculo amoroso entre Carlos e Claudia também foi criada na rua. Eu os conhecia desde quando comecei a trabalhar como voluntário. Toda semana eles apareciam para pegar roupas e eu também sempre os encontrava na *maloca* onde moravam. A *maloca* ficava em frente ao ponto de ônibus que eu descia na Avenida Brigadeiro Luis Antônio. Claudia e Carlos se conheciam há cinco meses e foram morar juntos depois de uma *situação difícil* pela qual Cláudia passou:

- **Carlos:** Eu tirei ela de um lugar ruim. Ela tava lá sozinha, num canto, e eu chamei ela para ficar comigo. Aí deu nisso, estamos juntos esse tempo todo.
- **Claudia:** ele me ajudou muito mesmo. Agora a gente tá feliz na nossa maloca (Caderno de campo, novembro de 2018)

Eles conheceram a Casa 1 por intermédio de um amigo que morava numa maloca próxima e que sempre aparecia no *paliativo*. ‘*Depois que ele contou, a gente começou a vir aqui. Pegamos roupas, escova de dentes, às vezes tem canecas, e assim vai indo*’, disse Carlos.

Muitos outros “modos de estar na rua” (Frangella, 2004) foram sendo explicitados nos contatos que tive com as pessoas em situação de rua. Eles mostravam como a cidade era vivida de múltiplas maneiras na medida em que os espaços urbanos eram ocupados. De acordo com Frangella, “esses perfis heterogêneos se particularizam de acordo com os usos possíveis dentro de cada contexto urbano” (2004: 49). Consequentemente, como um espaço urbano específico, a Casa 1 é envolvida nesses distintos modos de estar na rua mediante os usos e ligações que as pessoas estabelecem com seus espaços.

Sendo assim, esses encontros me mostraram como a *rua* impõe sua presença cotidianamente de inúmeras maneiras. Ao produzir espaços *visíveis* e *abertos*, a Casa 1 é implicada pela presença permanente e imprevisível de um exterior que desencadeia em uma série de apropriações, relações e modificações de seus espaços. Por meio do contato diário com essa *rua*, percebi que é desse entrelaçar com a *rua* que a Casa 1 é composta. No cotidiano, seguindo o argumento de Veena Das, é possível visualizar as formas pelas quais as pessoas habitam o mundo; como elas dão sentido aos lugares. Nesse cotidiano, diz a autora, os fragmentos da vida tornados visíveis “aludem a um modo particular de habitar o mundo” (2020: 27). São esses diferentes modos de habitar o mundo que são explicitados na medida em que a *rua* impõe sua presença nos espaços da Casa 1. Esses fragmentos, continua Das, são expressos não só pela voz mas também por gestos, pelo corpo, pelo silêncio. Suas reflexões me fizeram pensar em Ayana. Ela é uma mulher haitiana que veio ao Brasil com seu marido, um filho e uma filha. Eles moravam num centro de acolhida próximo àquela região. Perto do meio, dia ela buscava seu filho Titi na escola e depois vinham os dois ao *paliativo*. Nas primeiras vezes que encontrei Ayana e Titi quase não tive nenhuma conversa com ela. Mesmo tentando estabelecer uma conversa, as únicas coisas ditas por ela foram onde morava, de qual país tinha vindo e que tinha filhos e marido. Na maioria das vezes, só anotava seu nome e quantas peças tinha levado. Titi falava mais. Ele me contatava alguma coisa da escola e sempre perguntava se tinha alguma brinquedo. Como as doações de brinquedos eram escassas, até então não tinha lhe conseguido nenhum.

Após algumas semanas doaram um mochila com rodinhas em cujo interior havia um brinquedo. Era um boneco do Batman. Assim que eles passaram em frente ao *paliativo*, chamei Titi e dei-lhe mochila e o brinquedo. Ele ficou muito feliz e me abraçou. Ayana agradeceu-me e aproveitou para olhar as roupas. Após escolher algumas peças, Ayana deu-me um abraço apertado, pegou na mão de Titi e saiu. Depois desse dia, Ayana sempre me abraçou antes de ir embora. Esse momento me fez perceber que, mesmo nos momentos de não verbalização ou de poucas palavras, as interações diárias envolviam a Casa 1 em distintas histórias. De fato, o cotidiano era muito mais repleto de poucas palavras ou silêncios do que de conversas longas. Mas nessas poucas palavras era também possível perceber como esses espaços visíveis e abertos engajavam com um exterior ao mesmo tempo contínuo e fugidio.

Falas como *‘obrigado demais por esse tênis, você não sabe como eu tava precisando’* ou *‘nossa, obrigado demais, essa roupa vai me ajudar conseguir trabalhar hoje’* reverberam diariamente nas presenças heterogêneas da *rua*. Nesse sentido, entendo que nos trânsitos diários desse território tantas coisas que passam sem ou com poucas palavras, e que tampouco podem ser diretamente testemunhadas, de alguma forma fazem também parte do que é a Casa 1.

Essas vinculações entre a *rua* e a Casa 1 mostram exatamente o que me parece ser a política com a *rua*: a abertura permanente e arriscada para um exterior que insurge cotidianamente nesses espaços. Permanente porque a *abertura* e *visibilidade* dos espaços tornam a Casa 1 um lugar apto a ser apropriado a qualquer tempo e de muitas maneiras. E arriscado porque essa presença da *rua* expõe a Casa 1 a encontros imprevisíveis. Encontros que modificam e expandem seus espaços ao mesmo tempo em que demonstram os limites e as tentativas de controle da Casa 1. Duas mudanças que ocorreram na biblioteca e no paliativo elucidam o que estou dizendo.

O funcionamento da biblioteca ocorre da seguinte maneira: para que as pessoas façam empréstimos, elas apenas precisam dar seu nome, número de telefone e local de habitação. Mesmo que quem faça o empréstimo não tenha telefone ou endereço de moradia fixo, é permitido levar o livro. Os empréstimos feitos são de até 30 dias, com a possibilidade de renovação. Não há nenhum tipo de registro no computador que controle as datas de devolução ou que impeça novos empréstimos caso os livros não sejam devolvidos. Os empréstimos são feitos num livro de registros. Denise, naquele momento coordenadora das bibliotecas, explicou-me que um procedimento padrão de biblioteca não funcionaria ali porque uma boa quantidade das pessoas que pegam os livros ficariam impossibilitadas de fazê-lo outra vez. *‘A gente sabe que algumas pessoas não vão devolver os livros, mas é assim que funcionamos. Nós queremos que qualquer pessoa possa se sentir à vontade pra vim aqui, pegar um livro e levar pra ler’*. Esse modo de funcionamento das bibliotecas, é *“o jeito que pensamos numa biblioteca para todos”*, afirmou Denise. Mas com o passar do tempo, isso que Denise previa aconteceu: uma grande quantidade de livros não foram devolvidos. E nem seriam. Esses livros eram pegos e vendidos, principalmente na Praça da Sé. As pessoas que conheciam quem

pegava os livros sempre avisavam das vendas: ‘*olha [fulano] estava vendendo os livros lá na Sé hoje*’.

Depois de fazer uma lista dos empréstimos feitos e não devolvidos, o GT Biblioteca começou a pensar em como resolver esse problema. Alguns e Algumas voluntários/as defendiam a ideia de fazer um controle, tal como é realizado costumeiramente pelas bibliotecas. Mas isso não foi adiante porque ia contra justamente ao que se propunha ser um *espaço aberto para a rua*. As pessoas que haviam pego muitos livros eram três homens. Eles iam toda semana e, como os/as voluntários/as mudavam todos os dias, eles pegavam os livros com outros nomes. Nós voluntários/as percebemos a estratégia porque eles começaram a dar nomes ou sobrenomes diferentes para nós. Eu conheci Airton, um desses homens, nos primeiros dias em que comecei a fazer meu trabalho voluntário. Ele ia sempre à biblioteca e ao *paliativo*. Depois de um tempo, percebi que ele dava um nome ou sobrenome a cada vez que fazia um empréstimo. Num desses dias, ele me disse que seu sobrenome era Sousa. Olhei para ele e disse: ‘*mas seu sobrenome não é Guimarães? ‘É Sousa Guimarães?’*’, respondeu Airton. Fiz o empréstimo e assim que Denise chegou na biblioteca, conversamos sobre o ocorrido. Para resolver o problema, Denise disse que iria conversar individualmente com quem havia pego muitos livros e não os havia devolvido. Eles ficaram proibidos de fazer novos empréstimos até que devolvessem o que tinham pego.

Esse problema de pegar coisas para vender também modificou as regras de funcionamento do *paliativo*. Como já mostrei no início deste capítulo (ver subcapítulo 1.1.1), as reclamações de que as pessoas pegavam roupas para vender era constante. De início, era possível pegar até quatro peças de qualquer roupa, mas depois que começaram a avisar que algumas pessoas estavam pegando roupas para vender na rua ou que algumas vizinhas pegavam as roupas para vender em brechós, decidiu-se limitar a doação de peças masculinas aos homens e a doação de peças femininas às mulheres. Essa delimitação certamente não impediu que aqueles/as que pegam peças para vender continuassem a fazê-lo. As reclamações continuavam sendo feitas diariamente. Mas essa nova regra permitiu que mais pessoas, sobretudo os homens, conseguissem encontrar roupas. Como as doações de roupas masculinas são menores e a presença de homens no *paliativo* é massivamente maior do que a presença de

mulheres, era muito comum que as roupas masculinas acabem antes mesmo de todos os homens da fila entrarem terem entrado.

Outra limitação estabelecida para a entrada nos espaços da biblioteca e do *paliativo* foi a proibição de ingerir bebidas alcoólicas enquanto se estivesse na fila. Dias antes de Dona Alvina comunicar às pessoas que estavam no lado de fora do paliativo que não entraria quem estivesse bebendo ou bêbado, uma voluntária contou que Plínio havia entrado no *paliativo* bêbado e jogado todas as roupas no chão e proferido xingamentos a ela. Plínio era uma pessoa conhecida no bairro. Ele morava na vizinhança há algum tempo. Outros momentos tensos como esse, mas em menor proporção, já haviam sido relatados por outros/as voluntários/as. Dois dias depois dessa tensão entre Plínio e a voluntária acontecer, ele veio até o paliativo no dia em que eu estava lá. Ele começou a me xingar e ficou um bom tempo assim. Como eu não sabia o que tinha acontecido anteriormente, fiquei sem entender e sem saber o que fazer. Dona Alvina chegou um tempo depois do ocorrido e, enquanto conversávamos sobre a situação, ela me contou o que se passara dias antes. Essas tensões devido à bebida aconteciam não só entre os/as voluntários/as e as outras pessoas mas também entre aqueles/as que estavam na fila. Para tentar controlar esses momentos de conflito, Dona Alvina pediu para que as pessoas não bebessem mais na fila e estabeleceu quem estivesse bêbado não entraria.

Embora essas tentativas de controle da *rua* nos mostre certos limites da *política de portas abertas*, isso não invalida o que tenho argumentado ao longo do capítulo. Esses conflitos e tensões explicitam como a política com a *rua*, por meio de espaços *visíveis* e *abertos*, está envolvida por presenças cujas ligações produzem desafios aos funcionamentos da Casa 1. Mas, diferente de outras discussões, a *rua* não surge por meio das frestas ou porosidades dos espaços (Biondi, 2018; Boldrin, 2017; Boldrin, 2020)³⁶. Ao contrário, a *rua* vincula-se de múltiplos modos e intensidades a *portas* permanentemente *visíveis* e *abertas* a ela. Embora esses trabalhos mostrem como a “rua” é sempre uma presença imprevisível e

³⁶ Karina Biondi (2018) e Guilherme Boldrin (2017) mostram como a prisão, enquanto um espaço poroso, é ocupada cotidianamente por um “rua” que irrompe por suas frestas mediante inúmeros ritmos, movimentos e relações. Já Juliana Boldrin (2020) explicita como a “rua”, durante os diferentes processos do tratamento de tuberculose, articula-se de maneiras distintas com o espaço institucional. Entretanto, quando um paciente está em estado positivo, ele fica em estado de isolamento. Nesse estado, há uma “paralisação das possibilidades de circulação” da “rua” (2020: 124). Mas quando esse paciente passa para o estado negativo, a rua torna-se “uma presença compósita, imanente e ativa no tratamento: ela produz relações e circulações” (2020: 126). Segundo a autora, nesse estado a “rua”, “ganha uma presença imanente justamente porque explicita um engajamento que ora se articula com as tessituras institucionais, ora delas se desvincula” (2020: 134)

efeito de múltiplas relações, sua entrada nesses espaços ocorre por meio dos pontos cegos institucionais, das frestas da membrana prisional. De modo distinto, no contexto da minha pesquisa, a heterogeneidade da *rua* é um efeito intencional em termos institucionais da insistência em uma *política de portas abertas* a um exterior imprevisível.

Nesse sentido, os espaços *abertos* e *visíveis* permitem, de formas distintas, o envolvimento da Casa 1 com a presença imanente da *rua*. A presença imanente da *rua* implica a Casa 1 em movimentos, circulações e relações produzidas por um exterior múltiplo e contigente. Segundo Deleuze e Guattari, no plano de imanência, é possível visualizar “os movimentos infinitos que o percorrem e retornam” (2010: 51). A fluidez desse plano decorre da dobra e redobra de cada movimento, daquilo que cada movimento conecta e libera nas suas movimentações e velocidades. Tomar a *rua* em sua imanência é um modo possível de percebê-la nas múltiplas presenças possibilitadas pela interação cotidiana com espacialidades *abertas* e *visíveis*. A presença imanente da *rua* desencadeia uma série de relações e apropriações que entrelaçam a Casa 1 em diferentes urgências, afetos, necessidades e desejos. Essas modalidades de existência mostram como espaços e corpos se entrelaçam mediante movimentações permanentes e ligações constantes realizadas devido à presença de um exterior heterogêneo. Como argumenta Silvana Nascimento (2016: 5), “a cidade se realiza no e pelo corpo por meio de movimentos e gestos que produzem ações no espaço urbano”. Ao olhar para como a *abertura* e *visibilidade* dos espaços da Casa 1 promove usos e relações distintas daqueles/as que os habitam, pude perceber a composição cotidiana desses espaços. Compreender essa composição a partir das múltiplas presenças da *rua* permite mostrar, de perto e de dentro (Magnani, 2012), como a vida vivida se desdobra de diferentes maneiras nas narrativas contadas no momento do encontro. E, em consequência desse encontro, torna-se explícito de que modo e por quais motivos as pessoas ligam-se à Casa 1.

Até aqui demonstrei como o *fazer parte* ou *pertencer* à Casa 1 é um modo de produzir permanentes e inesperadas relações com um exterior que é múltiplo. Esse *pertencer*, conjugado com espaços *visíveis* e *abertos* envolve a Casa 1 em inúmeras formas de relações e apropriações estabelecidas por aqueles/as que habitam seus espaços. De um lado, por meio de vinculações cotidianas, a Casa 1 e sua vizinhança costuram distintas formas de intimidades e afecções. Como efeito desse envolvimento, os espaços *visíveis* e *abertos* tornam a Casa 1 um

lugar próximo e comum a uma vizinhança cuja presença se prolifera pelas formas de se apropriar e se relacionar com esses espaços. De outro lado, essas espacialidades *abertas para a rua* propiciam a insurgência de um exterior que não se limita ao entorno da Casa 1 e que produz inúmeras outras ligações com os espaços. Nesse sentido, a política com a *rua* é feita pela persistência cotidiana com um externo sempre heterogêneo. Uma *rua* cujas vinculações são feitas e desfeitas de modo contínuo e momentâneo. Sua presença é explicitada no momento do encontro. Um encontro que implica a Casa 1 em inúmeros afetos, necessidades, urgências e desejos.

1.2.1 Pertencimento, visibilidade e abertura

Matilde vinha toda segunda-feira ao paliativo. Às vezes ela aparecia às quintas-feira. Ela, uma senhora branca de 64 anos, é uma moradora do Campo Limpo, região localizada na zona sul da cidade de São Paulo. Nas manhãs de segunda-feira, Matilde ia ao Hospital Pérola Byington fazer tratamentos médicos. Esse hospital está localizado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, contíguo à rua Adoniran Barbosa, onde se situa a Casa 1. Depois de fazer seus tratamentos, ela sempre passa no paliativo para encontrar alguma roupa ou acessório. A primeira vez que a vi, ela estava procurando um sapato porque o seu havia rasgado e ela estava sem dinheiro para comprar outro:

- final do mês a situação apertada, né. Viver de salário mínimo não é fácil. Aproveitei que vim no médico hoje para procurar um sapato (Caderno de campo, abril de 2019).

Conforme o tempo foi passando, criamos uma relação mais próxima e outros fragmentos de sua vida foram tornados visíveis para mim. Matilde veio para São Paulo ainda muito jovem, casou-se e teve filhos. Seu marido faleceu e seus filhos se casaram e agora moram em outras regiões da cidade. Ela, que sobrevive com um salário mínimo, gasta metade

em aluguel, o que tem dificultado muito viver numa cidade tão cara. Embora sua filha consiga algumas vezes ajudá-la financeiramente, Matilde quer voltar para o interior da Paraíba:

- Lá tem minha irmã e com o dinheiro que eu ganho de aposentadoria, consigo viver muito melhor. Quero voltar no começo do ano que vem. Não dá mais para morar aqui. Tá tudo muito caro e o aluguel vai aumentar. A sorte é que eu consigo os remédios de graça e que eu consigo encontrar algumas roupas de vez em quando aqui. (Caderno de campo, junho de 2019).

Assim como exposto acima, esses encontros semanais com Matilde nos mostram que a vinculação com o espaço do *paliativo* decorre de diferentes motivações. Matilde está ali porque acessava um equipamento público próximo à Casa 1 e porque os limites financeiros a faziam procurar roupas naquele espaço. Nosso contato contínuo mostrou, ao longo do tempo, o porquê da sua presença naquele lugar. Mas, como mostrei a partir das histórias contidas nos tópicos acima, as imagens e narrativas também são elucidadas mediante aos encontros instantâneos. A interpelação da *rua* nos espaços internos desencadeia uma série de relações e apropriações que são possíveis de serem apreendidas tanto por interações contínuas quanto por aquelas que ocorrem descontinuamente.

Assim, o *pertencer* ou *fazer parte* evocado pela política de *portas abertas para a rua* são, antes de tudo, modos de tornar possível as múltiplas e contingentes presenças da *rua*. *Pertencimento* que não se limita a relações de identificação, embora estas relações se estabeleçam em inúmeros casos. Com isso quero dizer que essa noção de pertencimento não deve ser eclipsada pela noção de identidade. Embora a identidade importe em muitas das relações estabelecidas na e pela Casa 1, ela não pode ser tomada de início na análises dos modos de *pertencer à Casa*. *Pertencer* não é apenas se identificar, uma vez que, como uma princípio político, o *fazer parte da Casa 1* se multiplica em suas muitas formas.

Nesse sentido, compreendo que o *fazer parte da Casa 1* não estabiliza as relações entre a Casa 1 e as pessoas. Essas relações variam não apenas no tipo e na forma, mas

também na intensidade e temporalidade. Intensidade e temporalidade têm a ver com as diferentes apropriações e relações realizadas pelas pessoas que habitam a Casa 1. O que é exterior alarga e multiplica as formas de pertencimento possíveis. O dentro e o fora estão em relações de expansão, composição e limitação constante. Não há um dentro sem o fora, isto é, não há Casa 1 sem o que lhe é exterior³⁷. É isso que estou chamando de “política com a *rua*”. Entendo, então, que o pertencimento ao associar-se com espaços *visíveis* e *abertos* permite que a Casa 1 seja invadida por uma *rua* heterogênea e imprevisível. Como disse Bruno, em um dos cursos de formação para os/as voluntários/as, os espaços da Casa 1 são construídos para poderem ser ‘*mais uma praça do que uma prisão*’.

Parece-me interessante aproximar essa ideia de pertencimento e cotidiano com a reflexão feita por Grada Kilomba (2019) sobre as experiências de racismo cotidiano vividas por mulheres negras na Alemanha. A partir dos relatos de racismo experienciado por essas mulheres, Kilomba nos mostra como os “corpos de pessoas negras” são sempre questionados, invisibilizados e excluídos cotidianamente de lugares que são definidos como não pertencentes a elas/eles. Relatar essas experiências cotidianas mostra-se imprescindível em seu argumento justamente por permitir perceber como diferentes modos de pertencimento e não-pertencimento nacional são estabelecidos nas inúmeras formas de racismo e nas resistências a elas.

Utilizando uma imagem colonial, a máscara de Anastácia, chamada por ela de “máscara do silenciamento” (2019: 33), Kilomba argumenta que “falar e ouvir estão numa relação dialética de interlocução e autorização” e, “nessa dialética, aquelas/es que são ouvidos/as [os sujeitos brancos] são também aquelas/es que ‘pertencem’” (2019: 42, 43). De modo oposto, os sujeitos negros são aquelas/as que tem a voz silenciada e que “não pertencem”. Nesse sentido, continua ela, “a máscara recria esse projeto de silenciamento e controla a possibilidade de que colonizados possam um dia ser ouvidos e, conseqüentemente, possam pertencer” (ibidem: 43). Assim como nessa experiência colonial, nas experiências de racismo cotidiano relatadas pelas mulheres negras na Alemanha, “corpos *negros* são

³⁷ Como argumentei “a persistência da Casa 1 está nas ligações para fora e não para dentro. O dentro é sempre modificado. Ele é diferenciado por múltiplas relações estabelecidas cotidianamente. E o fora não é uma oposição aos *espaços* da Casa, ao contrário, ele os compõe diariamente. Com efeito, é nessa inescapável relação com o fora que a política de abertura e visibilidade opera” (RAMOS, 2019: 48)

construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘*fora do lugar*’ e, por essa razão, corpos que não podem pertencer” (ibidem: 56). Enquanto que os corpos brancos são corpos que sempre pertencem. Há, assim, uma estabilização do pertencer. Ele está ligado a uma construção de identidade nacional e tem, como efeito, a produção de espaços de exclusão. Como argumenta a autora, trata-se de “uma construção na qual raça é imaginada dentro de fronteiras nacionais específicas e nacionalidade em termos de raça” (ibidem: 111).

Simultaneamente a essa experiência de não-pertencimento experimentados pelas mulheres afro-alemãs, os relatos descritos por Kilomba nos mostram como diferentes modos de pertencimento também são construídos por elas. Pertencimento que não tem a ver apenas com identidade, mas também com cuidado, territorialidade, memória, beleza e subjetividade. Esse argumento de Kilomba que nos mostra como pertencimento e não-pertencimento são confeccionados nas relações cotidianas, parece-me interessante para ser aproximado dos modos de pertencimento forjados entre a Casa 1 e seus habitantes. Nas experiências cotidianas relatadas pela autora, inúmeras estratégias são realizadas por “sujeitos negros” para criar diferentes modos de pertencimento. Estratégias que não se encerram na identidade compartilhada entre eles e que se multiplicam nas formas. Esses modos de pertencimento são produzidos como formas de resistir e existir para além de um modelo de pertencimento nacional. Embora a escala analítica de Kilomba seja diferente da minha, aproximar o modo como ela mobiliza a noção de pertencimento ao *pertencer* evocado na Casa 1 desloca o equacionamento entre pertencimento e identidade. O pertencimento é forjado nas possibilidades de estabelecer relações com mulheres cujos corpos são negados e invisibilizados por uma identidade nacional. É também nas possibilidades de vincular-se aos espaços da Casa 1 que o *pertencer* é evocado. Importante deixar claro que esse *fazer parte* ou *pertencer à Casa 1* é evocado não pelas pessoas que frequentam seus espaços, mas pelos/as organizadores/as. O ponto aqui é explorar como esse sentido de pertencimento, ao desvincular-se de uma identidade e de um território cristalizados, permite que a Casa 1 seja ocupada de inúmeras maneiras e, como consequência, ela ganhe diferentes sentidos à medida em que o cotidiano desenrola.

Nesse sentido, descrever as relações e apropriações produzidas pelas pessoas que frequentam os espaços de Casa 1 é a maneira de mostrar como os modos de pertencimento

são estabelecidos lá. Pertencimento que, nessa configuração, não é um estabilizador das possibilidades de existir de modo compartilhado nessas espacialidades. Mas um princípio político que entrelaça espaços da Casa 1 em relações que se multiplicam ou se reproduzem de acordo com os diferentes modos de apropriação realizados pelas pessoas. Ao ver suas portas para a *rua*, as pessoas passam a entender a Casa 1 ‘*como um lugar de todo mundo*’ e não só para pessoas LGBTQIA+ (Ramos, 2019). *Visibilidade e abertura*, dessa maneira, imbricam os espaços da Casa 1 com múltiplas formas existir no mundo.

Não quero dizer com isso que não haja rompimentos nas relações e limitações nas apropriações feitas nesses espaços. Nem tudo o que é demandado pelas pessoas que frequentam a Casa 1 é possível de ser atendido. O meu ponto, ao discutir a noção de pertencimento empregada no contexto etnografado, é mostrar como o *pertencer*, como um princípio político, não tem como efeito criar um espaço homogêneo baseado em uma identidade a priori. Ao contrário, esse *pertencer* desencadeia em ligações com afetos, desejos e urgências derivados da presença contínua e descontínua a *rua*. Se o *pertencer* não assume de modo identitário quem pode vincular-se aos espaços da Casa 1, conseqüentemente ele também não cristaliza um “nós” para definir seus habitantes. Esse nós é impossível de apreender justamente pelo fato da presença da *rua* se multiplica intensamente e constantemente nos espaços. A estabilização desse “nós” por meio de um modelo nacional de pertencimento é pensado por Butler e Spivak em uma reflexão sobre os direitos à cidadania dos pessoas “sem-estado” que vivem em Estados-nação que não são os seus de seu nascimento. Pessoas “sem estado” são refugiados/as forçados/as a deixar, por diferentes motivos, seus países de nascimento.

Butler e Spivak argumentam que o estado define seus “modos de pertencimento nacional” e, como consequência, quem tem as prerrogativas de um cidadão, isso, ao mesmo tempo em que caracteriza aqueles/as que não pertencem à nação. Como é o caso dos refugiados, que “embora esteja[m] na fronteira de um determinado estado, não est[ão] necessariamente como cidadão[s]” (2018: 19). Ao definir quem pertence e que não pertence à nação, o estado “é o que agrega e o que desagrega”, uma vez que ele “agrega em nome da nação [e] também libera, expulsa e bane” (ibidem: 17). Seguindo a sugestão de Hannah Arendt, que “acredita num agenciamento humano efetivo apenas como um ‘agenciamento do

nós” (ibidem: 56), Butler descreve pessoas “sem-estado” que cantaram o hino estadunidense em espanhol como uma forma de reivindicação por direitos à residência e cidadania nos EUA e lança a seguinte questão: “o que constitui um modo de pertencimento não nacionalista ou contranacionalista?” (ibidem: 57). Segundo ela, o ato de cantar reivindica “outros modos de pertencimento” justamente por questionar quem está “incluído nesse nós” e se esse “nós que canta causa alguma coisa às nossas noções de nação e às nossas noções de igualdade” (2018: 57)³⁸.

Sendo assim, a feitura de modos de pertencimento analisada pelas autoras é um exercício que ocorre por meio de formas de congregação imprevisíveis. Ligações política entre pessoas que podem não compartilhar “nenhum senso de pertencimento” entre elas ou entre elas e o território. Se entendi bem o argumento das autoras, essa “política de espacialização” objetiva fazer diferentes formas de associação nos muitos contextos possíveis. As vinculações feitas na rua são o que desestabiliza um modelo nacionalista de pertencimento que exclui aqueles/as que migram de outros lugares. De outro modo, o *fazer parte da Casa 1* só pode ser apreendido nas heterogêneas ligações que a *rua* produz e reproduz no contato diário. O *pertencer* aqui é um composição derivada de agenciamentos compartilhados entre as pessoas e os espaços. É justamente a imprevisibilidade das ligações possíveis em diferentes espaços que faz as pessoas *pertencerem* à *Casa 1*. Com efeito, o *pertencer* tem menos a ver com uma identidade compartilhada entre seus habitantes, e mais com os ligações realizadas de acordo com desejos, necessidades e expectativas. O “nós” da identidade nacional, como argumentado por Butler e Spivak, é rompido em sua circunscrição a partir das muitas formas de associação estabelecidas entre as pessoas em territórios em movimento. Distintamente, as relações feitas e desfeitas pelas pessoas que estão diariamente nos espaços da Casa 1 não

³⁸ O então presidente nos Estados Unidos, George Bush defendeu que o hino só poderia ser cantado em inglês e, segundo Butler, isso mostra que a “língua é uma das maneiras de fazer valer um controle, baseado em critérios de quem tem direito ao pertencimento ou não” (2018: 58). O ato de cantar cria, então, um outro modo de pertencimento que produz fissuras nos limites impostos por uma identidade nacional. Esse cantar, de acordo com Butler e Spivak, expõe a “rua como um lugar onde aqueles que não são livres para se reunir podem fazê-lo livremente” e isso é um “tipo de ‘contradição performativa’ que conduz não ao impasse mas às formas de insurgência, pois a questão não é simplesmente situar a música na rua, mas expor a rua como o local para a livre congregação” (ibidem: 60). Nesse sentido, a feitura desse modo de pertencimento estabelece outras formas de congregação espaciais que rompe com o pertencimento nacionalista. É por meio da “contradição performativa” que modos de pertencimento são forçados para se opor aos processos de exclusão e restrição realizados por aquilo que é delimitado como identidade nacional. Essa “contradição performativa” se faz essencial na feitura dessas formas de congregação justamente porque, segundo Butler, “governamos junto com aqueles com quem talvez não compartilhemos absolutamente nenhum senso de pertencimento” (Ibidem: 32).

formam um “nós”, justamente porque o *pertencer* nesse contexto abre os espaços a uma presença permanente e inesperada. Cria-se, nos espaços, vinculações com aqueles/as que não pertencem a identidade LGBTQIA+.

Assim, a constituição de espaços *abertos* e *visíveis* para a *rua* entrelaça a Casa 1 e seus co-habitantes cotidianamente em relações e apropriações imprevisíveis. Os espaços podem ser um lugar para descansar depois de passar a noite na rua, para encontrar uma roupa para uma entrevista de emprego, para fazer aulas de línguas ou do curso preparatório do Enem, para ler um livro, para comer, para seus filhos/as brincarem, para ser acolhido/a após um processo de expulsão, para ter atendimento psicológico ou médico e para muitos outros tipos de relações e apropriações. Numa política com a *rua*, os modos de pertencimento costurados na e pela Casa 1 a relacionam com seus habitantes de muitas maneiras. Aliar-se à *rua* faz com que a Casa 1 seja um lugar de possibilidades.

1.3 Política com a *rua*: identidades, coalizações e possibilidades

1.3.1 a imposição da *rua*, os limites da identidade e políticas sexuais

Se a Casa 1 se constitui mediante uma política que promove interações variadas com uma *rua* heterogênea, é preciso compreender essa política para além dos limites e restrições da identidade. Como argumentei no tópico anterior, o *pertencer* evocado nesse contexto não deve ser compreendido dentro dos limites de uma política da identidade justamente porque a política com a *rua* implica a Casa 1 em relações que a escapam. Desse modo, a partir de agora, a política com a *rua* da Casa 1 das discussões feitas pela teoria feminista e pela teoria socioantropológica sobre identidades, territórios e formas de fazer política. A intenção é mostrar como é possível pensar a política com a *rua* como uma política de coalizões ou de alianças.

A imposição da *rua*, como descrevi ao longo do capítulo, entrelaça a Casa 1 em modos de existir no mundo que não podem ser apreendidos nos limites da identidade. Apesar de ser uma ‘*casa para LGBTs*’ ou uma ‘*casa para viados*’, como ouvi muitas vezes, a política com a *rua* tornou a Casa 1 um lugar que extrapola essa identificação identitária. Assim como relatei em outro lugar (Ramos, 2019), em alguns momentos de conflito entre aqueles/as que

esperavam do lado de fora do paliativo, pessoas LGBTQIA+ reclamavam do fato de ter homens héteros ali e pontuar que aquele *era um lugar para LGBTs*. Num desses momentos, Pérola, enquanto esperava para entrar no paliativo, teve um desentendimento com algum rapaz. Eu não entendi qual o motivo que provocou a discussão. Quando entrou, ela me disse: - *‘esses caras não deviam entrar aqui. Na rua eles ficam arrumando confusão com a gente. Batem e xingam e depois vem aqui pegar roupas onde devia ser só pra nós’*. Sabrina, também uma travesti, estava na porta ao meu lado e concordou com Pérola. *‘Vocês nem deveriam deixar eles entrarem. Tinha que ser só para nós’*, disse Sabrina. Essa conversa com Pérola e Sabrina, assim como outros momentos de tensão, fizeram-me pensar o que parece constituir a política com a *rua*. A feitura de espacialidades que se abrem para o mundo externo implica a Casa 1 em presenças sempre imprevisíveis e heterogêneas. Apesar de Pérola e Sabrina denotarem envolvimento com um exterior transfóbico, a *política de portas abertas* ao produzir espaços *abertos* e *visíveis* assume vinculações arriscadas com um exterior parcial e multiforme. Risco, esse, que não entendo apenas como um possibilidade de perigo, mas como múltiplas possibilidades de ligação com o imponderável.

Uma vez que os espaços *abertos* e *visíveis* não são concebidos mediante uma “arquitetura de vigilância” (Foucault, 2014), as relações e apropriações estabelecidas nos espaços da Casa 1 são feitas com pessoas cujos posicionamentos e entendimentos sobre a vida não é nem possível nem desejado conhecer em sua totalidade. Como nos lembra Butler (2017: 34), esse não “conhecimento” da posição do outro é uma “diferença motivadora e inevitável na base da qual fazemos aliança e coligação”. Esse conhecimento parcial é produzido, como vimos anteriormente (tópico 1.3), num estar junto que pode estar mediado de silêncios ou poucas palavras. É possível que uma pessoa LGTQIfóbica, por exemplo, habite em algum dos ambientes da Casa 1. Porém numa política com a *rua*, os espaços da Casa 1 não se engajam apenas com aqueles/as que sofrem violência por suas identidades de gênero e sexualidades dissidentes, mas também com aquelas/es que precisam de uma cesta básica, de roupas para vestir, de atividades educacionais e culturais, de livros para pesquisa, de *ajuda* para conseguir uma consulta médica ou psicológica, de um lugar para brincar e se alimentar, etc.

A política com a *rua* compromete-se com os encontros inesperados e imprevisíveis. Não impõe contornos identitários, mas abre-se coalizões não identitárias. Assumem-se ,

assim, relações com outros que possivelmente nunca serão conhecidos inteiramente. Numa política de alianças queer, afirma Butler:

“comprometer-se com a vida numa democracia significa viver com quem nunca escolhemos; estar vinculado por obrigações com aqueles que não são totalmente reconhecíveis para nós; honrar os direitos daqueles que abalam nossas pressuposições sobre o que significa ser um corpo, ser um gênero” (2017: 41)

Nessa política que se alia a um outro estranho, a liberdade e a igualdade são exercidas de modo compartilhado³⁹. Só é possível pensar a existência individual em relação ao direito de existir de outras vidas. O nosso corpo está implicado nesse modo compartilhado da vida na medida em que “sobrevivemos por meio de uma existência extática da socialidade” (2017: 44). Por estar “fora de si e no mundo dos outros”, o corpo assume um risco “de um contato involuntário e indeterminado que pode ir em direção de dor insuportável e ferimento; na direção de descoberta súbita, apaixonando-se, solicitude imprevista” (2017: 48). Mas é justamente o caráter relacional “a condição do corpo de ser afetado pelos outros e é apenas por sermos afetados que temos alguma chance de exercermos nossa liberdade”(2017: 48). Nesse sentido, risco e liberdade estão em relação contínua e “não exercício de liberdade sem nenhum risco” (2017: 48)⁴⁰. Algo muito próximo a isso será mostrado no capítulo 3 dessa dissertação, mas estarei pensando mais detidamente na continuidade da vida dos jovens e das jovens LGBTQIA+ expulsos/as das casas de seus familiares.

Ao implicar-se com um exterior sempre inesperado, a política com a *rua* impede o empobrecimento das muitas relações possíveis que constituem a Casa 1. Foucault argumenta que “vivemos em um mundo relacional consideravelmente empobrecido pelas instituições” (2017: 117). Empobrecimento que é realizado devido à incapacidade das instituições de

³⁹ Sendo assim, argumenta Butler (2017: 42), a liberdade “não é a mesma liberdade que pertence ao indivíduo, mas algo que é socialmente condicionado e socialmente compartilhado”. Da mesma maneira, a justiça deve ser concebida como uma justiça social que entre no espaço público e transforme “as normas que governam quem é inteligível, quem pode aparecer, quem tem o direito de aparecer e quem não tem” (ibidem: 44).

⁴⁰ Assumir o risco da imprevisibilidade das relações é o que faz da política queer um exercício radical de democracia. Não obstante, como argumenta Butler, há limites e recusas nas alianças. No entanto, isso só ocorre quando essa aliança põe em risco o exercício de liberdade compartilhada. Para exemplificar essa ideia, ela usa como exemplo o recrutamento militar de gays e lésbica em Israel como uma impossibilidade de conexão uma vez que se trata de um projeto de construção de culturas nacionalistas e xenófobas. Algo, que, segundo ela, torna a liberdade puramente pessoal como uma garantia a ser protegida pelo Estado (2017: 41)

administrar a riqueza de um mundo relacional. Ao deslocar sua análise para o reconhecimento dos “direitos dos gays”, Foucault diz que a grande questão é não homogeneizar os modos de vida e não os sobrepôr a formas culturais gerais⁴¹. É preciso, continua o autor, pensar num “direito relacional”⁴² que permite a existência de “todos os tipos possíveis de relações”, sem que essas sejam negadas ou bloqueadas pelo empobrecimento institucional. Esse direito relacional diz respeito à, sobretudo, “possibilidades de fazer reconhecer, em um campo institucional, relações de indivíduo para indivíduo que não passem necessariamente pela emergência de um grupo reconhecido” (2017: 122). Compreender a Casa 1 a partir da política com a *rua* é o que me permite descrevê-la pelas relações que são cotidianamente estabelecidas com pessoas cujos modos de vida são muitos. Apesar de a conversa com Pérola e Sabrina mostrar que a Casa 1 pode se relacionar com pessoas transfóbicas, o “nós” evocado por elas resultaria na restrição e na negação de muitas das vinculações costuradas nos encontros diários. Essas vinculações decorrem de desejos, urgências e afetos que não se aglutinam em nenhuma identidade compartilhada.

Ao mesmo tempo, isso não quer dizer que a identidade não importe nessa política que implica a Casa 1 com um exterior múltiplo. Não se pode perder de vista que a Casa 1 surge como um lugar de *acolhimento* para os/as jovens LGBTQIA+ que foram expulsos/as das casas de seus familiares. Apesar de neste capítulo minhas descrições estarem voltadas para os outros espaços e relações da Casa 1, a *república de acolhimento* está, especialmente e virtualmente, implicada nesses espaços *abertos* e *visíveis*. Falarei um pouco mais disso no próximo tópico. Por ora, argumento que o “nós LGBTQIA+” importa mas não define a política com a *rua*. Como disse no início deste capítulo, as relações íntimas e sutis com a vizinhança tinham como objetivo tanto o *reconhecimento* da Casa 1 e dos/as moradores/as da república como parte daquele entorno quanto o *reconhecimento* das outras inúmeras presenças para além da vizinhança que se reconhecessem como *parte daquele lugar*. Disso decorre que os espaços do centro cultural foram engendrados por uma *política de portas abertas*, a qual

⁴¹ Como argumentado por Foucault, a cultura gay se mostra apaixonante e interessante quando uma “cultura no sentido amplo, uma cultura que inventa modalidades de relações, modos de vida, tipos de valores, formas de troca entre indivíduos que sejam realmente novas” (2017: 119).

⁴² Esse direito relacional, é importante frisar, não é restrito ao direito associativo legal surgido nos países anglo-saxões no século XIX (Foucault, 2017: 122).

envolveu a Casa 1 em relações e apropriações que se multiplicam nas interações cotidianas com um exterior imprevisível e heterogêneo.

Nesse sentido, na “política com a *rua*” a identidade é implicada nas possibilidades de ligações, de coexistência, e não naquilo que ela encerra, fixa ou restringe. Em outro lugar, ao refletir sobre os limites sobre as políticas de identidade, Foucault (2004) diz que:

“se a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais e as relações de prazer sexual que criem novas amizades, então ela é útil. Mas se a identidade se torna o problema mais importante da existência sexual, se as pessoas pensam que elas devem “desvendar” sua “identidade própria” e que esta identidade deva tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que se coloca continuamente é: “Isso está de acordo com minha identidade?”, então eu penso que fizeram um retorno a uma forma de ética muito próxima à da heterossexualidade tradicional. Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito chato ser sempre o mesmo. Nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés da identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal” (Foucault, 2004: 265)

A abertura para a *rua* impossibilita uma política baseada na identidade justamente por esse exterior se relacionar e se apropriar de muitas maneiras dos espaços da Casa 1. A identidade não guia as possibilidades de se aliar com um mundo exterior. Perlongher (1987) mostra-nos como há múltiplas dinâmicas e estratégias espaciais em relações eróticas entre michês e clientes bem como dos michês com outros habitantes de um “território em movimento”. Para compreender a política espacial dessas relações, Perlongher, seguindo as sugestões de Deleuze e Parnet, argumenta que em meio a territórios em permanente movimento, as pessoas estabelecem “relações de contiguidade” com aqueles e aquelas que ocupam os mesmos espaços. A rua é, nesse sentido, compreendida como um “lugar do acaso”, “não um acaso caótico, mas um acaso orientado por módulos de consistência mais frouxa que os que regem nos espaços da casa e do trabalho” (1987: 39). Como um lugar do acaso, essa territorialidade promove um infinidade de “interações, circulações e trocas entre sujeitos” que estão à procura de relações sexuais nos “guetos gay”. Partindo da noção analítica de gueto gay concebida por Levine, Perlongher (1987: 54) diz que, em São Paulo, não houve o mesmo processo de formação desses territórios gays como nos Estados Unidos. Enquanto o gueto estadunidense se expandiu da rua para as residências e instituições, também estabelecendo

contornos geográficos delimitados e uma identidade homossexual totalizante, as “bocas paulistanas” são “pontos de fluxos e de ambulação” e não uma residência fixa. Nelas, “os gays coexistem literal e espacialmente com outros tipos de marginais. Embora haja uma tendência à instalação habitacional dos gays modernos, essas moradias costumam ter a marca da fugacidade” (ibidem: 63, 64)⁴³.

Assim, continua o autor (1987: 67), “essa noção de gueto não pode ter limites geográficos nem étnicos demasiadamente precisos”, uma vez que “ela deverá flutuar e se nomadizar, acompanhando os movimentos reais das redes relacionais que aspira significar”. Antes que compreender os guetos gays como territórios de uma comunidade minoritária homogênea, como são definidos os guetos estadunidenses, as “bocas” são entendidas como um “lugar de emissão de fluxos [de desejos, de populações], que se associa a qualquer forma de “ilegalismo” não exclusivamente homossexual”⁴⁴. Não obstante, as bocas também são “pontos de fixação” nesse rede circulatória - os pontos de travestis, de michês e de prostitutas - sem que haja, contudo, fronteiras bem delimitadas entre eles.

Desse modo, nesses espaços de circulação formas de solidariedade e de associação se multiplicavam entre os muitos tipos de michês⁴⁵, as travestis, as prostitutas, os cafetões e os malandros. As visibilidades e invisibilidades das relações homoeróticas ocorriam em territórios cujos fluxos de desejos e de populações geravam constantemente inúmeras formas

⁴³ Green, ao analisar as interações de homossexuais, argumenta que a rua operava como uma “arena do desejo sexual” masculino repleta de desejo, emoção, perigo e prazer (2019: 115). A partir dos anos 30, o autor mostra como diferentes comportamentos homoeróticos, “que vão desde o encontro de um novo mundo social dos migrantes à autoafirmação de uma sexualidade normal e desafiadora à reprovação social feita por alguns” (ibidem: 134), passam a coexistir nos espaços urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em São Paulo, com a criação do Vale do Anhangabaú, ainda segundo Green (ibidem: 170), “as atividades adequadas e as inadequadas socialmente, a respeitabilidade burguesa e a homossocialidade erótica coexisti[r]am de forma precária”. A rua era ao mesmo tempo um lugar de encontros eróticos e um espaço de socialidades e entretenimentos múltiplos. Esses muitos espaços visíveis se multiplicaram em suas localidades e formas de ocupação.

⁴⁴ Perlongher argumenta que “não interessará tanto a identidade, construída representativamente por e para o sujeito individual, mas os lugares (as interseções) do código que se atualizam a cada contato. Sistema de redes que indicia outras mobilizações, conexões, conjugações de fluxos: fluxos de corpos e dinheiro, fluxos desejantes e sociais” (1987: 160).

⁴⁵ Os tipos de michês variavam de acordo com as inúmeras categorias que representavam as socialidades e práticas sexuais homossexuais. Essas categorias seguiam os modelos igualitários e hierárquicos analisados por Fry (1982). Assim, havia michês-machos e michês-gays, que eram ativos; michês-bichas, que eram passivos; os erês - michês jovens; bichas-babes: bichas jovens que transam com bichas velhas, se diferenciam de travestis e michês-bichas, e se aproximavam de michês-gays. Essas nomenclaturas, longe de serem fixas, variavam de acordo com os deslocamentos territoriais bem como com raça e classe dos michês. Embora a territorialidade não gerasse diferenciação nos clientes, eles também também se diferenciavam por clientes habituais, clientes eventuais e clientes enrustidos (Perlongher, 1987: 130-134)

de interações e associações. Embora houvesse demarcações sutis entre os espaços ocupados por aqueles e aquelas que coexistem nos guetos e bocas, eram nos fluxos, nas trocas, nas contingências que esses territórios iam sendo produzidos. Nesse sentido, as configurações espaciais dos guetos gays não eram circunscritas à identidade homossexual homogênea, definida e fixada, mas nas relações instantâneas, nos fluxos desejanter e no acaso dos encontros de “sujeitos à margem”. Assim, os guetos gays são feitos não por meio de uma substância identitária, mas nos seus movimentos, nos seus fluxos e nas suas linhas de fuga.

Aliar-se a pessoas que não compartilham da mesma identidade também foi analisado pela literatura sobre movimento homossexual, surgido a partir dos anos 70. Segundo Simões e Facchini (2009: 14), o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil pode ser dividido em três momentos. O primeiro momento corresponde à “abertura política” do Brasil, com o início em 1978, quando surge o grupo Somos e o jornal Lampião da Esquina. O segundo momento é marcado pelo processo de redemocratização do país, nos anos 1980, e pelas mobilizações em torno da garantia de direitos civis, contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais, bem como pelo combate à epidemia do HIV-AIDS. E, o terceiro momento, iniciado a partir de meados da década de 1990, é caracterizado pelo estabelecimento das organizações não-governamentais (ONGs), pelo uso da designação LGBT⁴⁶ para identificar o movimento e pelo surgimento das “Paradas do Orgulho LGBT” em todo país.

Segundo Green (2019: 46), muitos fatores convergentes facilitaram o surgimento do Lampião e do grupo do Somos:

“o espaço social conquistado pelas “bichas” e “bonecas” na década de 1960, a difusão de ideias a partir do movimento internacional, o desenvolvimento de uma crítica brasileira ao machismo e à homofobia e a influência dos movimentos políticos e sociais de esquerda sobre os principais líderes. O surgimento de um movimento político gay era também resultante da consolidação de uma nova identidade “entendida” (Green, 2019: 406)

Além disso, a ferrenha “política de erradicação da subversão” realizada pelo regime militar provocou a insurgência desse movimento homossexual, visto que essa política teve um

⁴⁶ Diferente da grafia que tenho usado ao longo desse primeiro capítulo, usarei LGBT por ser o modo como era até aquele momento designado esse movimento social.

“efeito destruidor na sociabilidade homossexual”. De acordo com Green (2019: 409), “as visibilidades de homossexuais efeminadas seja na arte ou na mídia de massa foram proibidas”. O que importava era a proibição e controle do que se tornava visível publicamente, fossem as expressões literárias e artísticas, fossem as travestis e michês na rua. Junto a outros movimentos de contestação política e cultural, Edward Macrae (2018 [1990]) mostra como novas formas de contestação são forjadas por grupos de homossexuais. Se, antes, “as reuniões desses grupos geralmente tinham caráter clandestino e aconteciam em locais fechados para evitar manifestações de agressividade por parte da sociedade maior, a partir do que ficou conhecido como o momento da “abertura”, os homossexuais passaram a “reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade” (ibidem: 165). Reivindicações que aconteceram aliadas às contestações dos movimentos negros e movimentos feministas, que até então tinham suas demandas negligenciadas pelo movimento da esquerda⁴⁷. É nesse momento que o grupo Somos e o Jornal Lampião surgem.

Assim como ocorrera com os movimentos feministas e negros, o movimento homossexual também foi acusado de afastar a classe operária e, por consequência, atrapalhar a unidade da esquerda⁴⁸. Segundo Macrae, esse momento de tensão ocorreu antes mesmo da formação do Somos e teve como efeito um amplo debate público sobre homossexualidade e política, mostrando que a classe operária estava disposta a se aliar às reivindicações do movimento homossexual. A partir de 1978, figuras homossexuais importantes e outras pessoas passam a se reunir e criam o Somos, tendo uma atuação pública de contestação e afirmação da homossexualidade. As lutas políticas do grupo passam a ser pautadas pelo combate ao autoritarismo em “todas manifestações fora ou dentro do grupo” e em favor da positivação das palavras “bichas” e “lésbicas”, até então usadas de modo pejorativo pela sociedade (Macrae, 2018 [1990]: 202).

⁴⁷ Segundo Macrae (2018 [1990]: 99), “devido aos aspectos em comum entre suas organizações, negros e mulheres se tornariam interlocutores e aliados privilegiados dos grupos de militância homossexual que, como eles, não viam, no seu status minoritários, motivo para o desmerecimento de suas reivindicação específicas, voltadas aos seus problemas imediatos”.

⁴⁸ A acusação da luta homossexual ser uma luta desmobilizadora também foi feita pela esquerda operária portuguesa, como mostra o trabalho de Antonio Fernando Cascais (2004, 2006). Segundo Cascais (2006: 112), o início do movimento homossexual em 1974 ocorreu com pessoas identificadas com a esquerda “mas dissociadas das organizações partidárias e sindicais em cujo interior as identidades e as reivindicações dos homossexuais não encontraram qualquer receptividade”.

Com o passar do tempo e permeado de muitas cisões e conflitos, o Somos e o movimento homossexual em geral passaram a ter outras formas de atuação até serem atingidos pela eclosão da epidemia da AIDS. Nesse momento, junto ao combate efetivo da epidemia, Carrara (2015) e Mott (1984, 2001) argumentam que as iniciativas do movimento em combater as formas as discriminações e violências que atingiam gays, lésbicas, bissexuais e travestis, contribuíram para popularizar o termo homofobia. Nesse momento, Câmara (2002) mostra, a partir de sua pesquisa sobre o grupo Triângulo do Sol, que o movimento passa a usar noção de “orientação sexual” como uma tática política capaz de promover o direito individual à liberdade sexual bem como um modo de propiciar ao movimento maiores possibilidades de diálogo com a sociedade civil. Facchini (2002: 120) argumenta que a eclosão da epidemia teve como efeito a produção de visibilidades da homossexualidade.

Ocorre, após esse período, o que descreve Facchini (2002: 186), como uma proliferação de categorias em referência ao sujeito político do movimento. Essa proliferação, segundo a autora (2009: 134), “implicava demandas por reconhecimento de especificidades e de sujeitos que sentem invisibilizados ou de algum modo excluídos” e teve como efeito o surgimento do movimento LGBT no final dos anos 90 e começo dos anos 2000. Dessa forma, argumenta a autora (2002: 61), movimento como “um campo permeado por tensões e ambivalências” foi sendo produzido por meio de “conexões ativas”. Conexões ativas promovidas em meios a tensões, conflitos, solidariedades e alianças constitutivas da feitura do movimento político ao longo do tempo. Assim, como argumentam Simões e Carrara (2014: 91), na explosão de identidades, “um sujeito político múltiplo” se aliou, de muitas maneiras, aos seus “outros parentes”. Além disso, o movimento LGBT passou a produzir, então, alianças que visaram incorporar demandas por direitos via Legislativo e Judiciário (Vianna e Lacerda, 2004); por meio da formulação e implementação de políticas públicas junto ao Estado (Farah,

2004); e através da criação de “políticas lúdicas” que tornam visíveis corpos, desejos e sexualidades dissidentes (Carrara e Ramos, 2005; Carrara *et al*, 2006a; Carrara *et al*, 2006b)⁴⁹.

Com efeito, o trabalho de Perlongher mostra que conceber as relações mediante as interações e fluxos dos territórios não é a mesma coisa que negar a importância da identidade para o entendimento dos modos de vida dissidentes. Ao contrário, é uma tentativa de compreender a identidade como um dos muitos componentes envolvidos das inúmeras relações estabelecidas num “território em movimento”. Relações que feitas para além das amarrações da identidade. Por outro lado, essas análises sobre o movimento LGBT mostram como as políticas de sexuais e de identidade sempre foram produzidas com base em alianças, tensionamentos e solidariedades não apenas com aqueles/as que compartilhavam das mesmas identidades mas também com outros sujeitos políticos. A reivindicação de identidades não produziu políticas de segregação, exclusão e homogeneidade, embora tenha em alguns momentos produzido homogeneidades. Essas políticas foram imbricando o movimento com outras pessoas, territórios, instituições e aparelhos estatais.

Nesse sentido, e seguindo essas análises, compreendo a política com a *rua* empreendida pela Casa 1 a partir das relações e apropriações estabelecidas em um território em constante movimento e eivado de alianças. Descrever a Casa 1 a partir dessa política é o que me permite explicitar como esse lugar se constitui à medida que afetos, sentidos, urgências, desejos e necessidades vão contaminando diariamente seus espaços. É na composição com a *rua* que as relações e apropriações se desdobram. Uma composição produzida com aqueles/as que nem sempre compartilham de uma mesma identidade. As conexões ativas forjadas pela política com a *rua* liga a Casa 1 a voluntários/as, a outros lugares e instituições e a aparelhos do Estado não só para as e os jovens LGBTQIA+ acolhidos na república, mas também para todas aquelas e aqueles que frequentam diariamente os espaços do centro cultural.

⁴⁹ De acordo com Facchini e França (2009: 65), “tanto as agências estatais quanto o mercado segmentado têm contribuído para reforçar a adesão a um sistema classificatório moderno, imprescindível para que uma política de identidade LGBT se torne viável”. Em seu trabalho sobre mercados segmentados, França (2007: 294) diz que na relação entre esses mercados e o movimento, o primeiro “faz circular referências e imagens identitárias acerca dos possíveis estilos ligados à homossexualidade” e, por isso, é possível dizer que o mercado “colabora para construir e reforçar identidades coletivas que servem de referência para a atuação do movimento”. Nas relações com Estado (Carrara e Simões, 2007) houve processos de reconhecimento de direitos e implementação de políticas públicas destinadas à população LGBT.

1.3.2 Política financeira e Política de doações: feitura de coalizões

Termino este primeiro capítulo aproximando a política com a *rua* das políticas de coalizões discutidas por teóricas feministas. Neste tópico, minha intenção é argumentar que no entrelaçamento da política de *acolhimento* dos/as jovens LGBTQIA+ com a *política de portas abertas para a rua* são geradas as alianças e coalizações imprescindíveis para constituição da Casa 1. Assim, menos que um limitador de possibilidades de coalizões, a política de identidade nesse caso promove a proliferação das muitas ligações e compartilhamentos possíveis com um exterior heterogêneo.

Comecei este capítulo analisando que a noção de pertencimento, empregada nesse contexto como um princípio político que alia a Casa 1 a uma série de relações e apropriações, faz com que minhas descrições sejam direcionadas à análise de certa noção de política. Afinal, como refletir sobre essa “política com a *rua*”? Como pensar a identidade LGBTQIA+ nessa forma de fazer política? Quando afirmo que a política feita na Casa 1 não é uma política identitária, não quero dizer que a identidade não importa. Meu objetivo é desvincular o equacionamento aparentemente óbvio entre a noção de pertencimento e a noção de identidade. A noção de identidade é pensada em suas potencialidades e possibilidades, não em suas formas de homogeneização, restrição e exclusão. Os modos de pertencimento ali forjados não têm como princípio uma ligação exclusivamente identitária entre a Casa 1 e seus habitantes. Isso não quer dizer que pertencimento e identidade estejam em oposição. Ao contrário, são fundamentais para o fazer político. Por isso, parece-me interessante entender esse fazer político como uma “política com a *rua*”. A *rua*, como já disse, amplifica e modula as relações estabelecidas nos espaços da Casa 1.

Voltando ao que disse na introdução, o surgimento da Casa 1 decorre de um financiamento coletivo cuja intenção inicial era criar um espaço de *acolhimento* para os e as jovens LGBTQIA+ expulsos/as das casas de seus familiares. Mas ao envolver-se diariamente com uma *rua* que se multiplicava em suas presenças, essa política de *acolhimento* se expande e se transforma em outras políticas que passam a ser elaboradas nos espaços da Casa 1. É justamente a imposição heterogênea dessa *rua* que modifica e amplifica as configurações espaciais e virtuais da Casa 1. Se, de início, se tratava de uma política voltada para atender

peças LGBTQIA+, com o tempo, as demandas dos outros habitantes transformaram as dinâmicas dos espaços. Além de um lugar de *acolhimento*, a Casa 1 tornou-se um lugar de aprendizado por meio de suas atividades educacionais e culturais, um lugar de diversão para as crianças, um lugar de atendimento para quem frequenta a Clínica Social, etc. Um lugar, como espero ter mostrado ao longo do capítulo, que é implicado em inúmeras urgências e necessidades à medida que seus habitantes se apropriam e se relacionam com os espaços.

Lembro-me de em uma manhã estar conversando com Dona Alvina em frente à biblioteca Caio Fernando e de Helena ter chegado e se aproximado de nós. Ela estava com seu filho num carrinho de bebê e com algumas sacolas em outra mão. Seu filho é uma pessoa com deficiência. Naquele dia, Helena tinha ido com seu filho à AACD⁵⁰ para perguntar sobre a possibilidade dele ele ser atendido. Helena contou que teria que deixá-lo sozinho o dia todo enquanto estivesse fazendo o tratamento e que isso a fez recusar a possibilidade de ser atendido. *‘Eu jamais deixaria meu filho sozinho. Ele é minha vida. Não consigo fazer isso’*, disse-nos. Ela tinha ido até a UBS-Humaitá, que fica próxima à Casa 1, e uma funcionária dissera que talvez Dona Alvina pudesse ajudá-la. De fato, Dona Alvina conhecia um equipamento público que realiza esse tipo de atendimento e as duas desceram até o Galpão para ligarem para este lugar. Depois desse dia, Helena e seu filho passaram a ir à Casa 1 receber alimentos e produtos de higiene. O tratamento para seu filho, mediado por Dona Alvina juntamente com uma pessoa que trabalhava naquele lugar, estava para sair, conforme me disse Helena num outro dia.

Da mesma forma que as outras narrativas expostas neste capítulo, esse encontro de Helena com a Casa 1 mostra como a política financeira e a política de doação se estenderam para outros habitantes. O dinheiro arrecadado no financiamento coletivo é distribuído para o que é demandado nos três espaços da Casa 1: no Galpão, no Sobrado e na Clínica Social. Os aluguéis e as contas de outra natureza desses lugares, os alimentos para as refeições feitas tanto na *república de acolhimento* como no Galpão, tudo que envolve as atividades do centro cultural, além de muitas outras despesas, são pagos com o dinheiro desse financiamento. Além do financiamento coletivo, há também o dinheiro arrecadado de parcerias com empresas

⁵⁰ Segundo definido em seu site institucional, a AACD “é uma organização sem fins lucrativos focada em garantir assistência médico-terapêutica de excelência em ortopedia e reabilitação” para pessoas com deficiência, de todas as idades. Disponível em: <https://aacd.org.br/a-aacd>. Acesso em: 8 de dezembro de 2020.

privadas. A política de doações, como é possível perceber, também expandiu-se para todos/as aqueles/as que habitam os espaços da Casa 1. As doações de roupas, alimentos, produtos de higiene, móveis, eletrodomésticos, brinquedos e livros, além de serem direcionados para os/as moradores/as da república, são também compartilhados com a vizinhança, com as crianças, com as pessoas em situação de rua e com todas as outras pessoas que habitam contínua ou ocasionalmente os espaços. A ampliação dessas políticas não são visíveis apenas nos funcionamentos diários desses espaços mas também na exposição virtual do que é a Casa 1, seja nas redes sociais, seja no contato pessoal entre aqueles/as que a conhecem ou não.

É pela imposição dessa *rua* imanente e múltipla que as políticas de doação e financeira vão estendendo seus alcances. As muitas *demandas* e *expectativas* das pessoas fizeram com que a Casa 1 expandisse seus espaços. Foi daí, como disse na introdução, que o Galpão e a Clínica Social passaram a existir. No início, todas as atividades e atendimentos da Casa 1 aconteciam no Sobrado. Como os espaços do Sobrado são pequenos, as atividades com um público maior eram realizadas na calçada ou na rua. Conforme me disse Bruno, à medida que as demandas foram se diversificando e a frequência das pessoas aumentando, os e as organizadores resolveram alugar o edifício onde está localizado o Galpão. No Galpão, outras atividades educacionais e culturais passaram a ser oferecidas pelos e pelas voluntárias. Da mesma maneira, a Clínica Social surgiu devido a um aumento expressivo da procura por atendimentos psicossociais e médicos. Esses atendimentos que antes eram direcionados aos e as jovens LGBTQIA+ *acolhidos*, passaram a destinados aos outros/as frequentadores/as da Casa 1.

Nesse sentido, só podemos compreender os espaços da Casa 1 como lugares que, ao invés de se excluírem, retroalimentam-se nos seus funcionamentos diários e nas suas manifestações virtuais. A política identitária de *acolhimento* criada nesse contexto, ao invés de conter as possibilidades de ligações da Casa 1, propicia que essas ligações sejam multiplicadas e expandidas a outras pessoas. Essa política de identidade implica diretamente nas vinculações persistentes com inúmeras presenças exteriores. Essa política de identidade, então, libera e se envolve, em lugar de circunscrever, nas coalizações possíveis engendradas nos espaços *visíveis* e *abertos*.

Sendo assim, sugiro pensar a política com a *rua* como uma política de coalizações ou alianças. Uma sugestão atraente para pensar essa política é feita por Paul Preciado (2011). Em sua reflexão sobre a política sexual de minorias sexuais, ele entende a política como uma “potência de vida” em que “os corpos e as identidades anormais [são] potências políticas” (2011: 12) que, por meio de ligações, formam uma “multidão queer”. A política da multidão queer não deve ser compreendida “em oposição às estratégias identitárias” (ibidem: 15). As estratégias de identificação são primordiais para uma ação política efetiva dessa multidão. Além disso, e esse é o ponto atraente de sua análise, a política dessa multidão não pode ser pensada apenas “como um lugar de poder mas, sobretudo, [como] um espaço de criação” (2011: 13). Como um “espaço de criação”, a política da multidão queer pode criar formas de alianças [im]possíveis com aqueles/as que não compartilham das mesmas identidades sexuais. Aproximando essa política da multidão queer com a “política com a rua” da Casa 1, sugiro que a ação política efetuada nesse contexto cria múltiplas alianças imprevisíveis com o que está externo aos seus espaços. Uma multidão que ocupa seus espaços por meio de relações íntimas e cotidianas. É na potencialidade da criação que pertencimento e identidade aparecem. Ao invés de restringir e limitar essas relações íntimas e cotidianas, o pertencimento e a identidade, como princípios políticos, as multiplicam.

Preciado argumenta que a multidão queer é “resultado de um confronto reflexivo do feminismo com as diferenças que o feminismo apagou em proveito de um sujeito político ‘mulher’ hegemônico e heterocêntrico” (2011:17). Colocar essa política com a *rua* em relação aos esforços feministas para repensar uma noção de política torna-se interessante precisamente porque há uma preocupação em refletir sobre alianças políticas para além de uma ideia estável e homogênea de identidade. Butler argumenta que o sujeito estável do feminismo, a mulher, revela os limites de uma “política da identidade” (1990: 22) justamente por não levar em conta processos de exclusão, coerção e regulação contidos na constituição desse sujeito. A autora aponta que:

“a tarefa política não é recusar a política representacional, uma vez que as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder [...] A tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (1990: 24)

Tentando escapar de uma política que imobilize as possibilidades de ação política do feminismo, Butler diz que alguns esforços feministas têm tentado formular um “política de coalização” (1990: 39). Uma política cuja “forma - uma montagem emergente e imprevisível de posições - não pode ser antecipada” (ibidem: 39) e, como consequência disso, cujas coalizões “devem reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas” (ibidem: 40). Assim, nessa política de coalizões não se pressupõe ou se objetiva uma “unidade”, mas “unidades provisórias” que “podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação de identidade” (ibidem: 41). Coalizões que estão constantemente abertas permanentemente a “múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor” (ibidem: 42).

Em outros contextos de análise, Silvia Federici (2019) também argumentou em favor de formas de se fazer política por meio de coalizões. Pensando em uma "política dos comuns"⁵¹ a partir de trabalhos domésticos, a autora mostra como mulheres utilizam de ligações comunais para escapar das relações de subordinação capitalistas e resistir à dependência do trabalho assalariado (2019: 385). O esforço das mulheres em coletivizar o trabalho e em defender os recursos naturais comuns é a maneira de “tanto economizarem nos custos da reprodução [doméstica] quanto se protegerem da pobreza, da violência do Estado e de homens” (ibidem: 386). A feitura desse comum, segundo Federici, “leva à produção de uma nova realidade, moldando uma identidade coletiva, formando um contrapoder em suas casas e na comunidade e dando início a um processo de autovalorização e autodeterminação com o qual temos muito a aprender” (2019: 386). Antes de ser alguma realidade única ou de ser tipos de núcleos específicos e separados, o comum é criado em processos de

⁵¹ Essa noção de comuns é derivada do movimento Zapatista e ganhou destaque na esquerda em 1993. Ela voltou a ser discutida por movimentos sociais contemporâneos devido “à morte do modelo estatista de revolução que moldou, por décadas os esforços dos movimentos radicais em construir uma alternativa ao capitalismo” bem como em decorrência da “tentativa neoliberal de subordinar toda forma de vida e conhecimento a uma lógica de mercado” (Federici, 2019: 380).

“experimentações, coalizações e reparações”⁵² e essa é a maneira de que a vida de alguns não sejam vividas à custa da mortes, exclusões e sofrimentos de outros comuns⁵³.

O interessante no argumento de Federici é justamente em mostrar como a coletividade de um trabalho que é muitas vezes particularizado e apagado pode ser uma alternativa política de construir outros modos de existir e resistir no mundo. O trabalho doméstico das mulheres da casa é descartado de seu caráter identitário e é mostrado em suas potencialidades de alianças e modos de agregação. Construir um política de cooperação desde os trabalhos domésticos é uma forma das mulheres:

“reclamar as casas como o centro da vida coletiva, atravessando por múltiplas pessoas e formas de cooperação, provendo segurança sem isolamento e fixação, dando espaço para as trocas e a circulação de bens compartilhados e, sobretudo, fornecendo a fundação para as formas coletivas de reprodução da vida” (Federici, 2019: 390)

Assim, o exercício comunal realizado por mulheres em suas relações diárias informa uma prática política preocupada em “reinventar um trabalho coletivo do cuidado” (2019:389). Um cuidado produzido nas ligações, coalizações e experimentações com as outras pessoas. Ao invés de fixar ou homogeneizar um comum coeso e único, essa trabalho coletivo do cuidado se responsabiliza pela existência de muitos comuns. Essa política dos comuns está centrada nas possibilidades e necessidades das formas de produção e reprodução múltiplas da vida.

Embora a discussão de Federici me faça pensar que na “política dos comuns” e na política coma *rua* há um exercício político comunal que não é feito apenas com aquelas/es com os quais nos identificamos, é preciso reforçar que a política com a *rua* não gera uma “identidade coletiva”. A insistência em manter múltiplas vinculações possíveis com um exterior heterogêneo é justamente o que constitui essa política com a *rua*. Desse modo, o fazer coletivo ocorre nas muitas ligações e coalizações possíveis. Como sugere Butler na política de coalizações, a identidade aparece não como o substantivo do fazer político mas como uma

⁵² Como argumentou Federici (2019: 388), “uma realidade não pode ser uma realidade guetificada, um grupo de pessoas unidas por interesses específicos que as separam uma das outras, como em comunidades religiosas ou étnicas; ela precisa ter como norte relações de qualidade, princípios de cooperação e responsabilidade das pessoas umas com as outras e com a terra, as florestas, os mares, os animais”

⁵³ Além disso, dar centralidade aos trabalhos domésticos realizados por mulheres como a forma de reorganizar a prática política promove, por um lado, a superação da distinção entre público *versus* privado, ativismo político *versus* reprodução da vida diária. Por outro, coloca essa prática não como uma questão identitária ou essencializada, mas como “uma questão de trabalho e, ainda, uma questão de poder e segurança” (2019 :391).

forma de ação. Butler (1990) mostra como uma política de identidade tem aspectos limitantes de ação e resistência, ao mesmo tempo que não perde de vista a importância estratégica das identidades e identificações nos níveis jurídicos e institucionais. Do mesmo modo, não podemos perder de vista que a “política com a *rua*” é feita por uma organização LGBTQIA+, por pessoas LGBTQIA+ e também para LGBTQIA+.

Admitir que a política de identidade compromete-se com a feitura de um comum permanentemente provisório e aberto a ligações é uma forma possível de contrapor-se às análises de Lilla (2017), que sugerem que as políticas de identidade constroem e restringem a construção de um comum compartilhado pelos cidadãos. Preocupado com o contexto eleitoral-partidário dos Estados Unidos e a crescente presença dos conservadores na política, Lilla diz que a política de identidade empregada por diferentes movimentos sociais de esquerda teve como efeito a perda do “sentido do que compartilhamos como cidadãos e do que nos une como nação” (2017: 12). Apesar de reconhecer a importância desses movimentos e dessa política na construção da democracia, Lilla argumenta que essa política forja um “nós” que, ao invés de se opor ao individualismo, reforça-o e, conseqüentemente, se torna estreito e excludente. De modo oposto a essa política de identidade, ele próprio advoga pela criação de um “nós” baseado naquilo que constitui um “cidadão” e no sentido compartilhado de cidadania⁵⁴. É por meio desse sentido compartilhado de cidadania que as pessoas se ligam umas às outras e constroem práticas comuns e solidárias. Embora, à primeira vista, os argumentos de Lilla pareçam direcionar para uma política interessada na feitura de um comum que ligue as pessoas, ele desconsidera o que está envolvido para que uma pessoa seja reconhecida como cidadã. E, como bem mostra Butler e Spivak (2018), essa noção de cidadão admite o não reconhecimento de algumas pessoas como cidadãs. Nesse sentido, Lilla utiliza essas noções de cidadão e de cidadania cujas ligações são forjadas num plano artificial para se contrapor às políticas de identidade que, segundo ele, limitam e individualizam a prática política.

Além de desconsiderar aquilo que as políticas de identidade ativam, Lilla não concebe um comum em que as alianças são forjadas não só por aquilo que as pessoas compartilham

⁵⁴ Lilla afirma que esse sentido compartilhado de cidadania “é um vínculo que liga todos os membros de uma sociedade política ao longo do tempo, independentemente de suas características individuais, conferindo-lhes tanto direitos como deveres” (2017: 101)

mas também por aquilo que as diferenciam substancialmente. Haider (2019) em suas análises da política de identidade criada pelo movimento negro estadunidense, mostra como, ao ser apreendida pelo Estado, a política de identidade limitou as formas de ação e de relação dos movimentos, prendendo as pessoas a uma “contínua sujeição”. Ao contrário, ele sugere que nos voltemos à política identitária radical criada pelo Coletivo Combahee River, coletivo de mulheres negras estadunidense cuja hipótese era “que a política mais radical surgiu ao colocarem suas próprias existências no centro da análise e ao enraizarem sua política nas suas próprias identidades” (2019: 52). Mas, ao invés de se encerrar em identidades específicas, essa política era feita a partir da construção de alianças entre múltiplas identidades. Na concepção desse coletivo, a “ênfase na aliança era crucial para a [sua] sobrevivência” (Frazier, 1995: 12 apud Haider, 2017: 52). Haider, então, sugere a feitura de uma política radical baseada em ações e relações sociais estabelecidas por meio de alianças.

Atento aos limites que podem desencadear uma política de identidade, sigo as análises que me permitem pensar a política com a *rua* a partir das suas vinculações com um exterior heterogêneo. É dessa maneira que acredito que essa etnografia também se implica com os fluxos e com as muitas possibilidades de existência e sobrevivência elucidados nos encontros cotidianos. Do mesmo modo que a política queer e a política dos comuns concebem o existir no mundo de modo compartilhado, Lugones (2019: 373) sugere que a política feminista decolonial compreenda as ações e resistências por meio de um fazer junto. Segundo ela, só é possível resistir à colonialidade de gênero, de raça e de sexualidade quando o mundo é entendido em sua “vivência compartilhada”, em que “as comunidades e não os indivíduos possibilitam o fazer; as pessoas produzem junto de outras, nunca em isolamento” (ibidem: 372). Nesse modo de fazer política, a ação e a resistência são feitas de acordo com uma “ética de coalização-em-processo” que desafia as dicotomias fixadas pela lógica colonial⁵⁵. O resistir é feito no entrelaçar das relações íntimas e diárias das pessoas e, portanto, ele se expressa no infrapolítico. Essa infropolítica “mostra o poder das comunidades oprimidas na construção de significados de resistência e de pessoas resistentes à constituição de significados e à organização social pelo poder” (2019: 362).

⁵⁵ Lugones (2019: 357) argumenta que a modernidade colonial capitalista “organiza o mundo ontologicamente em categorias atômicas, homogêneas e separáveis”. Essa lógica “categoriza, dicotomiza e hierarquiza raça, gênero e sexualidade”. Ainda segundo a autora, “há organizações sociais que resistem à essa modernidade capitalista e a sua lógica”. Ela chama essas organizações de não modernas.

Assim, a resistência ocorre em algum ponto de um lugar fraturado onde os sujeitos encontram pontos de partida para a coalização. São nesses pontos de partida onde, segundo a autora (2019: 371), “aprendemos uns sobre os outros e outras”. Nos pontos de coalização, a lógica da colonialidade é confrontada por “movimentos de corpos e de relações das pessoas que não se repetem”, que não são “estáticos ou ossificados” e que, conseqüentemente, produzem “formas criativas de pensar, comportar-se e se relacionar” (ibidem: 371). A lógica da coalização, então, confronta as dicotomias por meio da diferença e da multiplicidade. As coalizações, menos que reduzir ou ossificar as multiplicidades e diferenças, ao contrario elas provocam e promovem formas insurgentes e criativas contra uma “lógica de poder” (2019: 373) que cria formas restritas de viver.

Aproximar a política com a *rua* dessas outras políticas feministas mostra, por um lado, como olhar para as relações mais íntimas e diárias estabelecidas nos espaços da Casa 1 decorre de inúmeras vinculações, formas de apropriações e afecções com esses lugares. E, por outro, permite-me mostrar como essa política com a *rua* é um fazer junto que acontece por meio de ligações imprevistas e variadas. Assim como na política de coalizões, a política com a *rua* torna os espaços da Casa 1 lugares de múltiplas possibilidades de ligações. É por meio de ligações provisórias que as pessoas estabelecem formas de *pertencer* à Casa 1. São pertencimentos costurados por inúmeras formas de convergências e divergências, que não tem um ideal identitário precedente. Nessas costuras, as identidades LGBTQI+ são parte constituinte das formas de pertencimento. E, nesse sentido, a identidade compõe a política com a *rua*. Se voltarmos ao início do capítulo, percebemos como descrevo que um dos objetivos da ONG, ao tornar seus espaços *visíveis* e *abertos*, é fazer com que as pessoas vizinhas reconheçam os/as jovens acolhidos/as como *parte da comunidade*. Argumentar em favor de uma política de coalizões, portanto, não é negar a centralidade da identidade nesse contexto. Negar isso é invisibilizar processos de expulsão, violência, dor, LGBTQIfobia e desigualdade social primordiais para algumas das relações e apropriações realizadas naqueles espaços pelas pessoas que os habitam; processos visibilizados nos encontros diários que tive e que serão descritos nos próximos capítulos desta dissertação.

Dessa forma, ao equacionar a política com a rua com as política de coalizões ou alianças, busco mostrar como a ação política da Casa 1 não se encerra nos limites da

identidade. Essa ação constrói espaços *visíveis* que estão permanentemente *abertos* para múltiplas formas de alianças possíveis e imprevisíveis. Alianças que se fazem não apenas ao nível institucional, mas sobretudo, no mover cotidiano e íntimo das relações. Algo que é, como sugere bell hooks (2018), primordial para o fazer político. A autora afirma que a política feminista deve realizar um “trabalho íntimo e cotidiano”, começando “em casa, exatamente onde moramos, educando a nós mesmos e as pessoas que amamos” (2018: 122). Essa política busca criar uma “ética de mutualidade e interdependência” a fim de que seus praticantes se aliem de muitas maneiras. Num sentido próximo, Audre Lorde (2012 :22) argumenta que uma política de “interdependência entre mulheres é o caminho para uma liberdade que permita ao *Eu* que *seja*, não para que seja usado, mas para que seja criativo”. Essa criatividade é gerada em função da diferença e não da estabilidade do eu, e, nesse sentido, a diferença deve ser a base da criação de uma política de interdependência. Sendo assim, argumenta Lorde (2012: 23), “somente nessa interdependência de forças diferentes, reconhecidas e equiparadas, pode ser gerado o poder de buscar novas formas de estar sendo no mundo, bem como a coragem e a substância para agir quando não há permissões”. É exatamente nas relações mais cotidianas e íntimas que a política com a *rua* cria formas de interdependência entre a Casa 1 e seus habitantes. E é por meio dessa política que os modos de *pertencimento* são feitos, desfeitos, desdobrados e reproduzidos.

As pessoas que habitam diariamente a Casa 1 costumam relações com seus espaços de modo a modificá-los e transformá-los sensivelmente. As costuras cotidianas feitas entre a Casa 1 e seus habitantes faz com que os espaços internos estejam sempre estabelecendo múltiplos modos de pertencimento com o externo. O que se mantém constante nessa relação são as diferentes formas que o externo ocupa e expande o interno. Desse modo, entendo que não é possível compreender a feitura dos espaços da Casa 1 sem a *rua*. Um está imbricado no outro. Pertencer, então, é fazer e desfazer alianças cotidianamente com a *rua*.

CAPÍTULO 2

República de acolhimento e as possibilidades de estruturar a vida

afetos, intimidade e segurança

Capítulo 2. República de acolhimento e as possibilidades de estruturar a vida: afetos, intimidade e segurança

Se no capítulo anterior tentei mostrar que os espaços da Casa 1 são compostos por uma multiplicidade de relações com um exterior heterogêneo, nesse capítulo volto minhas descrições para como a *república de acolhimento* é constituída de sentidos e afetos à medida que os e as jovens acolhidos/as estabelecem relações entre eles/as e entre elas/es e a Casa 1. O *acolhimento* desses/as jovens ocorre, costumeiramente, após eles/as entrarem em contato via email ou Facebook com os/as organizadores/as da Casa 1. Mas há aqueles/as que chegam inesperadamente, vindos de outras regiões da cidade de São Paulo, das cidades do interior do estado de São Paulo ou então outros estados do país. Como a república comporta somente 20 moradores/as, foi preciso, nesses momentos de chegadas sem aviso, alugar um quarto de pensão próxima a Casa 1 para que os e as jovens ficassem até que pudessem morar na república. Na chegada, eles/as passam por um processo de *triagem* com as psicólogas ou com a Dona Alvina, que é assistente social. Nesse processo de *triagem*, é coletado informações cadastrais (nome/idade/cidade ou lugar de onde saiu etc), as motivações que os/as fizeram ir para a Casa 1 e quais os *desejos* e *expectativas* desses/as jovens com a Casa 1. Dona Alvina, ao me explicar sobre a triagem, disse que saber sobre esse *desejos* e *expectativas* é fundamental para entender de que maneira os organizadores podem *ajudar* esses/as jovens *daquele momento pra frente*.



Figura 10. Planta da república de acolhimento

No capítulo 1 dessa dissertação argumentei que a Casa 1 se constitui por meio do envolvimento cotidiano com presenças sempre externas e heterogêneas. É o permanente entrelaçamento com esse exterior constitutivo que caracteriza o que chamei de política com a *rua*. Os espaços *abertos* e *visíveis* do centro cultural, como mostrado ao longo do capítulo, são atravessados por uma multiplicidade de desejos, urgências e expectativas conforme as pessoas se relacionam e se apropriam deles. Em decorrência dessas interações diárias, os ambientes da Casa 1 ganham diferentes sentidos⁵⁶. Da mesma maneira, as interações íntimas e sutis estabelecidas pelos/as jovens acolhidos/as nos e com os espaços da Casa 1 produz sentidos distintos a sua composição. Assim, descrever a configuração desse lugar e as formas de convivialidade envolvidas ali nos mostram outras maneiras do externo heterogêneo se fazer presente nos espaços internos.

Compreender essas maneiras de fazer esse espaço não implica, como sugere de Certeau (2014), num regresso aos indivíduos. Segundo o autor, uma análise das “práticas” cotidianas mostra, de um lado, que “a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente e contraditória de suas determinações relacionais” (2014 :37). De outro lado, “a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo”. Nesse sentido, o que importa aqui são as descrições das relações que compõem a *república de acolhimento*. É decorrente dessas relações que a Casa 1 é constituída de afetos, desejos e urgências que se multiplicam no entrelaçamento entre seus habitantes e seus espaços. Na *república de acolhimento*, as conexões produzidas entre os moradores e moradoras criam uma série de afetos, os quais mudam e circulam à medida em que novos moradores e moradoras passam a habitar esse espaço. Por ser um lugar de *passagem*, os moradores e moradoras ficam por até quatro meses na república. A vinda desses e dessas jovens após a expulsão é cercada de variados desejos de *mudar de vida* e de *seguir a vida*, como veremos no capítulo 3. É, por isso, que a república transforma-se num lugar fundamental para ajudar a começar resolver aquilo que se torna urgente: a busca por um lugar para *dormir* após ser expulso de casa e a procura por um lugar *seguro* para iniciar os modos

⁵⁶ Com isso quero dizer que, a Casa 1 é compreendida de diferentes maneiras a partir dos distintos modos que as pessoas passam a ocupar seus espaços: ela se torna um lugar de diversão e de aprendizado para as crianças, um lugar de refúgio para as pessoas LGBTQIA+, um lugar de *ajuda* e de *apoio*, como veremos no capítulo 3, um teto para dormir, como veremos neste capítulo, e assim por diante.

de *estruturar a vida e continuar vivendo*, como explorarei no capítulo 3. É no entrelaçamento das urgências, dos afetos e dos desejos que ocorre a composição cotidiana da república.

Como disse na introdução, a *república de acolhimento* é um lugar restrito à seus/as moradores/as e por isso não posso entrar nesse espaço. A impossibilidade de conviver com os e às moradoras/es na *república de acolhimento* certamente gerou algumas perdas e lacunas incontornáveis para essa etnografia. Algo muito semelhante, como já discuti (ver introdução), foi enfrentando por Boldrin (2017) em sua etnografia numa prisão. Se, nesse contexto prisional, a intimidade entre o pesquisador e os/as interlocutores/as foi criada por meio de entrevistas em um outro espaço institucional, em minha pesquisa as proximidades e as intimidades estabelecidas com os/as jovens *acolhidos/as* decorreram, como disse na introdução, da minha presença cotidiana nos outros espaços da Casa 1. Assim, as descrições sobre as relacionalidades e as dinâmicas que são produzidas na *república de acolhimento* são decorrentes das conversas que tive com as moradoras e moradores, ou ex-moradores/as, em outros espaços, especialmente na biblioteca comunitária e na sala que se distribuem os *paliativos*. Estar presente na *sala do paliativo*, na biblioteca ou no Galpão me possibilitou criar diariamente e vagarosamente relações mais próximas e íntimas com os e as moradores da *república*. As próprias entrevistas com os e as pessoas que haviam morado na república só foram possíveis devido minha presença como voluntário da Casa 1. Sendo assim, trata-se de relações íntimas e sutis constituídas de forma distinta daquelas que Don Kulick (2008) estabeleceu com as travestis que trabalham com prostituição. Suas relações foram derivadas de um convívio intenso e constante no lugar em que elas moravam.

Segundo Kulick (ibidem: 33-34), sua condição de estrangeiro, sua preocupação “em manter uma postura não condenatória” e o fato de ser assumidamente gay foi o que permitiu a sua presença nas casas das travestis e o “acesso a dimensões da vida” delas. Da mesma maneira, o fato de eu ser gay foi, em muitas ocasiões, o gatilho inicial das conversas sobre a vida familiar e os processos de expulsões ou saídas de suas casas de origem. Era muito comum essas conversas começarem com a indagação de como foi o momento de contar aos meus pais e como era nossa relação. Voltarei a essas conversas e narrativas no capítulo 3.

Outro fator que desencadeava longas conversas iniciais era o interesse em saber onde eu morava. Dizer sobre como era a configuração espacial do moradia coletiva da USP fez com

que Raul estabelecesse uma certa aproximação com a organização espacial da república e assim ele me explicou como as tarefas domésticas eram realizadas (ver introdução). Leandro, outro morador, disse-me que “*na maioria das vezes essa distribuição de tarefas funciona bem, mas as vezes rola umas brigas entre as bichas*”.

Assim como nas conversas com Raul e Leandro, as formas de convivialidade forjadas no interior da república foram sendo expostas nos contatos diários que eu estabelecia com os moradores e as moradoras. Nas muitas tardes em que arrumávamos as roupas na sala do paliativo, nos dias que eles e elas sentavam na biblioteca para ficarmos conversando, nas idas aos médicos quando Dona Alvina me pedia para acompanhar algum ou alguma moradora, nos dias que nos víamos no Galpão enquanto eles e elas esperavam para serem atendidos pelas psicólogas ou quando os e as acompanhei algumas vezes na entrega de currículos. Eram nesses momentos que nossas proximidades e intimidades iam sendo costurados. Foi dessa maneira que consegui compreender, de modo parcial e a partir das estratégias narrativas dos e das moradores/as, a constituição da *república de acolhimento*.

É importante sublinhar que não havia nenhuma regra ou orientação institucional para que os e as moradoras/es da república de acolhimento realizassem, de modo obrigatório, alguma tarefa ou prestasse algum serviço nas atividades e atendimentos realizados pela Casa 1. A participação dos moradores e moradoras eram voluntário. Na maioria das vezes eles e elas ajudavam em algum trabalho a pedido de Dona Alvina. Isso decorria, sobretudo, como disse-me Dona Alvina porque eles e elas *estavam sempre correndo atrás do que era preciso para seguir com suas vidas* e que a Casa 1 estava ali para *ajudá-los*. Além disso, os atendimentos oferecidos pela Clínica Social também não eram obrigatórios. Eram os moradores/as que decidiam se queriam ou não conversar com as psicólogas. E esses atendimentos continuam abertos mesmo depois que eles e elas deixam de morar na república.

2.1 *república de acolhimento* como uma heterogênese

Maria disse-me que o início foi o mais difícil pra ela:

- quando eu cheguei na casa eu tive uma recepção terrível dos moradores porque eu era chamada de ‘a santinha da casa’. Eu tinha um comportamento totalmente diferente deles né, principalmente devido a vivência e sobrevivência deles que vieram da rua. Fui bem complicado mesmo, era chorar o tempo todo. Mas aí eu fui me acostumando, aprendendo e me adaptando. Você sobrevive ao se adaptar aos comportamentos das outras pessoas. Aí depois foi legal (Caderno de campo, março de 2019).

Ela que havia saído de uma pequena cidade do interior da Bahia, chegou em São Paulo e foi direto para a Casa 1. Como ela me contou, o contato com pessoas LGBTQIA+ em sua cidade de origem era inexistente e isso dificultou muito a relação com os/as moradores/as da república. As tensões iniciais eram ainda mais evidentes com aqueles/as que já haviam *passado pela rua*. Pietra, assim como Maria, também enfatizou como o início foi muito difícil e explicou porque as relações com aqueles/as que haviam morado na rua eram em princípio mais complicadas:

- A gente tem vivências diferentes, são gêneros diferentes, são mentalidades diferentes, costumes diferentes, maneiras de pensar diferentes. Então no começo a gente tem bastante conflito. As pessoas trans acolhidas que tem a vivência na rua, possui uma autodefesa que é muito grande, e essa autodefesa acaba causando impactos na casa inteira. Porém com o trabalho que eles têm lá de conscientização, de ajuda, fica mais tranquilo. Depois de um tempo as pessoas acabam tendo a mesma mentalidade, o mesmo rumo de vida, proposta pro futuro, ai tudo fica mais tranquilo, do que era no começo, que é mais complicado. E eu acredito que era pra ser complicado... depois que eu passei por essa experiência eu achei ate importante ser complicado no começo porque se as pessoas chegassem lá e já mudassem completamente seu estilo de vida e já se adaptassem, nós não

conheceríamos como é a vivência de outras pessoas, o que elas passam, e como a mentalidade delas são afetadas. Eu conheci por exemplo trans que entraram e não tiveram vivência de rua, e trans que tiveram essa vivência, e a mentalidade delas é diferente, a cabeça machucada é diferente, de uma cabeça que começou a ser machucada agora (Caderno de campo, julho de 2019).

Pietra, antes de chegar na Casa 1, também havia morado na rua por um curto período. *A cabeça machucada* daquelas pessoas com *passagem pela rua* gerava, como relatou Pietra, desconfianças e conflitos iniciais entre os e as moradores/as. As *vivências* distintas entravam em colisão, desencadeando em uma série de desentendimentos e *bate-bocas* diários. Mas, além disso, essas muitas *vivências* produziam inúmeras formas de intimidades e proximidades entre eles e elas⁵⁷. Maria havia começado a tomar *hormônios femininos* quando veio para São Paulo e o contato diário com as outras meninas trans e travestis da república foi fundamental para ela conversar sobre as transformações do seu corpo. *‘Como a maioria das meninas já tomavam há algum tempo os hormônios, a gente conversava muito sobre os medicamentos, sobre os efeitos nos nossos corpos e isso me fez ficar mais próxima delas... foi assim que fiquei amiga delas’*. Pietra disse que as meninas que tinham muita *experiência na rua* lhe ensinaram a se defender das violências cotidianas que compreendem a vida de uma travesti na rua. Ela trabalhou por um tempo na prostituição quando chegou na Casa 1. *‘Eu sai de Mauá⁵⁸ e morei pouco tempo na rua antes de morar na república. É claro que eu sabia o perigo das ruas de São Paulo, mas as meninas com mais vivência me ensinaram como me defender’*, disse-me ela.

Percebi durante as conversas com aquelas/es que moravam ou haviam morado na república, que as relações próximas e íntimas iam sendo costuradas no convívio diário na

⁵⁷ Não se deve compreender os conflitos como opostos as relações próximas, uma vez que os conflitos também produzem proximidades e intimidades. Como bem argumenta Ana Claudia Marques (2002), em sua etnografia sobre famílias no sertão de Pernambuco, “há diferentes sentidos de proximidade contidos nos momentos de conflito” (2002: 52). Como espero mostrar ao longo desse capítulos, os momentos de *briga* e *bate-boca* na república revelam as intimidades e proximidades forjadas cotidianamente entre seus habitantes.

⁵⁸ Mauá é um município pertencente a região metropolitana de São Paulo.

república de acolhimento. Nesse convívio, diferentes formas relacionamentos e conexões eram criados entre os e as habitantes. Os e as jovens passavam a compartilhar afetos e intimidades e isso gerava diferentes modos de vinculação entre eles/as. “*Imagina um monte de bichas juntas que estão se conhecendo naquele momento, é claro que vai ter um monte de briga, mas tem ajuda também*”. Essa explicação que Fabio era muito recorrente nas narrativas daqueles/as que habitam ou habitaram a república e que falavam sobre o funcionamento diário da república. Por ser uma lugar de *passagem*, há modos semelhantes e distintos de experienciar e de habitar a república de acordo com as pessoas que a compõem num momento específico. Algumas relações de *briga*, de *amor* e de *amizade*, por um lado, são estabelecidas de maneiras semelhantes, por outro lado, essas mesmas relações são concebidas de modos distintos de acordo com as *experiências que as bichas têm fora dali*.

Nesse sentido, como *espaço coletivo*, a república se constitui não pela união de indivíduos diferentes, mas mediante inúmeras relações cotidianas. A república é entrelaçada pelas relações de amizade, pelas relações amorosas e pelos desentendimentos resultantes das formas de convivência estabelecidas entre os seus habitantes. A compreensão desse *espaço coletivo* pode ser aproximado da noção de coletivo de Guattari (2012: 19), que compreende “uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao socius, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjunto bem circunscrito”. Esse coletivo é composto por uma multiplicidade de complexas subjetividades que são constituídas por “indivíduo-grupo-máquina-trocas”. Partindo dessa ideia, é possível entender a feitura do espaço como uma “heterogênese” de muitas formas de “subjetividades”⁵⁹.

Trago essa imagem da heterogênese como uma forma de descrever a composição da república a partir dos afetos e das relações produzidas por seus habitantes. Afetos e relações que modificam e criam outros sentidos para a república para além do entendimento institucional do que é esse lugar. Bruno, organizador da Casa 1, disse que a república é pensada não só para ser um lugar *seguro* para os jovens acolhidos, mas também para ser *a casa deles*. Embora essa ideia de segurança tenha aparecido nas muitas conversas que tive

⁵⁹ Como definido por Guattari (2012: 19), subjetividade é “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivos estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”.

com os/as moradores/as, essa noção de *casa* não aparece em nenhum momento para caracterizar as relações produzidas na república. Ao contrário, nas poucas vezes que essa noção apareceu, foi para rejeitá-la. Conversando com Fabio, que havia morado na república em 2017, foi assim que ele caracterizou o convívio entre os/as moradores/as:

- Eu poderia chegar e te dizer que todo mundo é uma família, que ali é nossa casa. Mas não é isso que acontece. Tá todo mundo ali tentando sobreviver. Tem briga, tem discussão mas também tem gente se ajudando. A gente tenta se respeitar porque todo mundo sabe o que passamos para chegar ali' (Caderno de campo, Janeiro de 2019).

Grazi que nos acompanhava na conversa disse logo em seguida:

- a gente chega aqui destruído. Na real é que tá todo mundo tentando se estruturar o mínimo possível e ficar bem. Não tem essa de ser amigo de todo mundo, de ser família. (Caderno de campo, Janeiro de 2019).

Essa compreensão de sobrevivência é significativa para compreender aquilo que a república se torna na vida desses e dessas jovens. *Tentar sobreviver*, após o momento crítico da expulsão, produz um certo sentido de urgência: é preciso encontrar um *teto seguro* para dormir. Cercados por incertezas e por medos, a presença da Casa 1 na vida dos e das jovens LGBTQIA+ gera uma segurança que contrapõe-se, como veremos no último capítulo desta dissertação, a casa da família e/ou a rua.

Assim, as relações produzidas na república não eram compreendidas como formas de fazer “casa” ou “família”. Tunaker (2015) em sua etnografia sobre jovens LGBTs londrinos acolhidos em albergues públicos, mostra como eles/as diferenciam as dinâmicas e relações produzidas nos albergues daquelas que fazem parte do cotidiano do lar familiar. Segundo ela (2015: 247), esse lar está ligado a certas noções de vida familiar e de formas de pertencimento, enquanto os albergues são compreendidos de outras maneiras à medida que

relações são produzidas. Mas, diferente do que foi exposto nas conversas com as e os moradores/es da Casa 1, algumas relações eram caracterizadas pelos jovens londrinos como “familiares”, mesmo que de outro tipo. Essas relações, argumenta Tunaker (ibidem: 251), eram baseadas no “solo” (soil) em vez de no “sangue”. Num mesmo sentido, em seu trabalho sobre gays e lésbicas expulsos de suas casas, Weston (1992) desestabiliza a noção de perenidade dos “laços de sangue” uma vez que são eles descritos como temporários e incertos devido ao processo de expulsão, e não os laços com as “famílias escolhidas” de amigos, cujos vínculos - de amizade e amor – são mais seguros e duradouros. Green, ao analisar as socialidades homossexuais ao longo do século XX, diz que “para muitos jovens que fugiram do controle e condenação da família, dos parentes e de uma cidade pequena em busca do anonimato das metrópoles, a amizade baseada numa identidade compartilhada e em experiências eróticas similares propiciou laços mais fortes que os sanguíneos” (2019: 45). Nas relações forjadas dentro dos “espaços de refúgio” (Green: 2019: 34) dos homossexuais, o sangue não era mais grosso que a água (Schneider, 1984).

Embora os/as moradores/as da *república de acolhimento* não caracterizassem as relações estabelecidas entre eles em termos familiares, as falas de Grazi, Fabio, Maria e Pietra, somadas a inúmeras outras conversas, me mostraram que a *república de acolhimento* é envolvida cotidianamente por outras relações, outros sentidos, outros afetos, outras urgências à medida em que os e as moradores/as passam habitá-la. Relações que, como veremos no decorrer desse capítulo, são feitas e desfeitas nas interações cotidianas realizadas nesses espaços. Relações que não se limitam ao tempo e ao espaço da república de acolhimento. Elas são produzidas em outros lugares e perduram para além dos quatro meses de convivência.

Há, na feitura dessas relações, uma multiplicidade de disposições de afetos. Nessas disposições, as proximidades e tensões são produzidas. As diferentes *vivências* e *experiências* dos e das jovens *acolhidas* se misturam e se colidem no ato de produzir um cotidiano comum. No procedimento de feitura desses acoplamentos subjetivos, como argumenta Guattari:

“deve-se admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também

míticas, rituais, sintomatológicas, a partir do qual ele se posiciona em relação ao seus afetos, suas angústias, e tenta gerir suas inibições e suas pulsões” (2012: 21).

Assim, no que se segue nas descrições a seguir busco mostrar como nesse espaço doméstico se produz modos específicos de convivialidade e de relacionalidades em meio a uma heterogeneidade de subjetividades. Como efeito da feitura dessas relações cotidianas, os moradores e moradoras constroem um outro “território existencial” para si. Território que torna-se um *lugar seguro* para que eles e elas possam *estruturar a vida*.

2.2. A constituição da intimidade: grupinhos, brigas e afetos

‘Às vezes eu tenho vontade de matar essas bichas, tem um grupinho que não gosta de mim e quando eles cozinham não me deixam comida’. Cássio contou que um dos principais motivos dos conflitos aconteceram se deve à formação de *grupinhos* e as *brigas* que eles geram entre si. Conheci Cássio quando ele ainda morava na república. Contou-me que tinha ido trabalhar e que, quando chegou à noite, todo mundo havia jantado, sem que lhe deixassem o que comer. Isso aconteceu por vários dias e foi decorrente de uma *briga* que Cássio teve com um *bicha de outro grupinho*. Essa briga aconteceu porque as pessoas acusaram Cássio de ter roubado o celular dessa pessoa. O roubo de objetos pessoais, como me foi dito diversas vezes, gera conflitos constantes na república. E isso acontece muito quando alguém de um grupo briga com uma pessoa de outro.

Em um dos casos que eu escutei, dois moradores haviam discutidos porque o celular de um deles tinha sumido e a pessoa que tinha sido roubada acusou um morador específico. Um outro morador que *estava tendo um caso* com quem havia sido roubado pegou o celular da pessoa que estava sendo acusada. Isso gerou uma confusão generalizada na república. Leandro, comentando sobre o acontecido, disse que existe um *grupinho* que cria confusão o tempo todo. ‘As bichas de agora não são como as outras quando eu entrei. Elas não respeitam ninguém, as outras moradoras respeitavam o espaço de cada uma’. As brigas são bastante comuns na dinâmica cotidiana desse espaço e geralmente são resolvidas entre eles/as.

Só há intervenção da Dona Alvina ou de outro organizador da Casa 1 quando uma *briga* ganha grande proporção. *‘As bichas brigam o tempo inteiro aqui, elas gostam de treta’*. Essa frase quem disse foi Amália, moradora da república, e foi reproduzida muitas vezes nas conversas que tive tanto com os moradores/as quanto com os ex-moradores/as.

Uma dessas brigas de grande proporção resultou no desligamento de duas moradoras. Patrícia me contou que Lindsay acusou Joana de ter roubado seu celular. *‘Aí Lindsay disse que se o celular não aparecesse até a noite, o pau ia quebrar’*, contou Patrícia. Como o celular não apareceu, a briga aconteceu e envolveu outros/as moradores/as. Isso fez com que os/as organizadores/as retirassem as duas da república. Patrícia disse que seria impossível mantê-las vivendo ali: - *‘ia ser briga todo dia’*. Lindsay que já estava próxima de sua saída foi morar num apartamento com outras amigas. Já Joana foi morar num quarto de pensão, que foi pago por um tempo pela Casa 1. Essa pensão fica dois quarteirões do Sobrado e são lugares onde o proprietário divide uma casa em pequenos quartos e os alugam com preços menores do que é comum nos aluguéis daquela região.

Na conversa que tive com Grazi e Fabio eles lembravam em vários momentos que *qualquer coisa era motivo de briga*.

- **Grazi:** a gente passou por uma época foda...
- **Fabio:** ‘cadê meu chinelo?’ ‘Meu chinelo tava aqui e quando eu cheguei não tava’... isso era motivo de brigas. Você deixar um brinco bonito no armário e quando você chegar em casa, alguém pegou.
- **Grazi:** ou você deixar o celular em cima da cama e do nada você voltar e um iPhone 6 não estar lá.
- **Fabio:** e era uma bicha que você conversava porque ela tava na cama de cima e roubou seu celular...
- **Grazi:** e outra ela vai vender aquilo que roubou pra comprar uma droga e você vai usar essa droga juntinho com ela.
- **Fabio:** e você não pode brigar fisicamente

- **Grazi:** mas às vezes acontece casos. Eu mesmo já briguei com uma bicha (Caderno de campo, janeiro de 2019).

Apesar dos desentendimentos e discussões serem parte fundamental do cotidiano da república, as *brigas* físicas quase nunca ocorriam. Quando elas ocorreram, foi devido a uma motivação forte ou a continuidade temporal e pessoal de outras *brigas*. Assim, se uma briga acontecer por roubo de celular, o confronto físico pode acontecer. Ou então, quando uma briga que envolve duas pessoas se estende por muitos dias a tensão se torna mais intensa. Mariana me contou que em uma das brigas que teve na casa *foi para cima* de Alef. *‘Eu já estava irritada com ele porque ele sempre quer mandar em tudo. Aí fiquei nervosa, gritei com ele e fui pra cima Não devia ter feito isso, mas é que eu fiquei descontrolada’*. Essa mesma ação foi relatada por Cássio numa briga que ele teve com uma *bicha* da casa.

- A gente tinha feito macarrão no almoço e um menino que tinha acabado de entrar na casa não quis comer. Aí uma bixa começou gritar com ele por não querer comer. E quando eu vi que o menino nem sabia o que responder, eu fui discutir com a bixa. Eu já estava estressado com ela por causa de outras coisas. Aí ela começou a discutir comigo e a briga esquentou (Caderno de campo, outubro de 2018).

Além dos *grupinhos*, dos roubos e da comida, outra coisa que desencadeia em *brigas* na república são as relações amorosas. Mariana conheceu Valério na república e em poucas semanas eles começaram a se relacionar. Quando conheci Mariana ela estava sentada em uma cadeira no Galpão esperando pra conversar com Dona Alvina porque ela havia brigado com Valério. Naquela noite houve uma briga entre Yasmim e Andreia (duas travestis que frequentam a Casa 1) e outras pessoas, em frente à república. Para que elas não apanhassem, as moradoras/es da república deixaram que dormissem lá⁶⁰. Mariana propôs para Valério que

⁶⁰ Embora fosse proibido levar outras pessoas para dentro da república, esse dia os e as moradoras deixaram Yasmin e Andreia dormirem lá devido o risco contido naquele contexto. Como me contou Mariana, *‘nós ficamos com medo que os caras matassem elas’*. Esses *caras* eram homens que também moravam na rua e ninguém soube me dizer o que motivou a briga.

eles dormissem juntos para que ela cedesse sua cama a uma das meninas. Um tempo depois, Valério propôs uma outra distribuição de camas e dormiu com outras pessoas. No outro dia, uma pessoa contou para Mariana que Valério havia dito que ela estava se aproveitando da situação pra dormir com ele. *‘Aí eu fui conversar com ele, no meio da conversa eu me exaltei, outra pessoa entrou no meio e então ligaram pra Dona Alvina e eu tive que descer pra conversar’*. As brigas com Valério já tinha acontecido outras vezes e Mariana disse que essa seria a última: *‘eu não quero mais falar com ele, Jesser. Não quero mais ter que olhar na casa dele. Já é terceira vez que ele me decepciona. Eu sempre me descontrolo quando começo gostar de alguém, mas não quero que isso aconteça mais. Eu não sei porque ele faz isso. Ele só me procura quando está bêbado’*. Amália que acompanhava nossa conversa me disse depois que Mariana ficava *muito descontrolada* quando brigava com ele. Perguntei se era muito comum isso acontecer e ela me disse que não nessa proporção, mas que muitas vezes as *pessoas que tinham um caso brigavam*.

Essas brigas de *casais* foram relatadas em inúmeras ocasiões e podem, mas não necessariamente, envolver algumas outras pessoas da república. Como no caso da briga de Mariana, que as pessoas se envolveram *porque já estavam cansadas da briga entre eles*. Rogério disse que a *troca-troca de casais* também resultavam em brigas. *‘É uma bicha que pega um, depois pega outro e aí pronto acontece a briga’*, disse ele⁶¹. Nesse dia em que conversávamos na porta da sala do *paliativo*, Rogério contou que tinha se *estranhado* com Pedro porque beijou Marcelo. Pedro e Marcelo tinham sido namorados durante um tempo. Rogério havia acabado de chegar na república. *‘O fato de eu ter beijado Pedro fez com que as pessoas que gostavam do Pedro me ignorassem’*, disse Rogério. Além disso, o modo como esses casais se relacionam afetiva ou sexualmente pode gerar *incômodos* nos outros moradores/as. Ivana me disse que na época que morou na república, *teve um caso* com Fabio. *‘O jeito que a gente se pegava incomodava as outras pessoas. A gente nunca chegou a transar lá dentro, mas só o que a gente fazia incomodava’*, disse ela. Assim, os relacionamentos amorosos desencadeavam uma série de aproximações e separações entre os e as moradoras da *república de acolhimento*.

⁶¹ As brigas envolvendo casais também são relatados nas etnografias de Kulick (2008) e Boldrin (2017).

Outras situações recorrentes nas dinâmicas cotidianas da república causam essas *brigas*: não desligar as luzes do quarto nos horários estipulados, fazer barulho com músicas e conversas em momentos que outras pessoas estão dormindo, não realizar alguma tarefa previamente combinada ou desorganizar e sujar algum lugar que foi limpo. Nesse sentido, a constituição desses *grupinhos*, as *brigas* e as relações amorosas são parte importante das dinâmicas e relações que fazem parte da república. Assim, os *grupinhos*, as *brigas* e as relações afetivas produzem *vínculos* de *amizade* e de *cuidado*. *Vínculos* que não se restringem ao tempo e espaço da república, como mostrarei mais adiante. As relações de *cuidado* e de *amizade* são lembradas o tempo todo para se referir às relações cotidianas estabelecidas no espaço da república.

Alice contou-me que no processo de transição de gênero ‘*as suas amigas estavam sempre ali pra ajudar ela. Foi muito importante pra mim a ajuda delas, meu corpo sofria algumas alterações que foram difíceis e as bichas me ajudaram pra caramba. Eu amo muito elas*’. Nesse mesmo sentido, Maria disse que *a ajuda de algumas pessoas* no seu processo de transição foi fundamental. ‘*Eu nunca tinha convivido com uma pessoa transgênero na minha cidade. Eu só tinha ouvido falar de uma mulher trans que nasceu lá e tinha sido morta aqui em São Paulo. Foi difícil pra mim no começo, mas as pessoas me acudiram. Foi a primeira vez que fui tratada como Maria*’, disse ela.

Bento havia chegado há uma semana na Casa 1 quando o conheci. Enquanto ele fumava um cigarro em frente a biblioteca Caio Fernando, começamos a conversar sobre como foi a primeira semana na república. Bento tinha 19 anos de idade, era um homem gay branco vindo do interior de São Paulo. ‘*De início eu fiquei um pouco chocado com a quantidade de brigas entre os moradores, mas agora as coisas se acalmaram e está melhor*’, contou ele. Bento estava com um pasta com vários currículos. Ele estava esperando o Ale descer para irem juntos entregá-los. ‘*Ale tem me ajudado muito. Eu não conheço nada da cidade, nem andar de metrô eu sei. Ele se tornou um amigo*’, disse Bento. Ale já estava há um mês na república e conhecia bem São Paulo porque morava anteriormente na zona leste da cidade. Eles passaram a tarde toda entregando currículos e na volta ficamos conversando na biblioteca.

- **Eu:** como foi hoje, entregaram os currículos em muitos lugares?
- **Ale:** sim, mais de 15 currículos. E já aproveitei para mostrar alguns lugares do centro para ele.
- **Bento:** foi muito cansativo. Espero que alguém chame a gente. Se for juntos melhor ainda.
- **Ale:** sim, seria muito bom se conseguíssemos emprego no mesmo lugar (Caderno de campo, março de 2019).

Bento e Ale se tornaram muito amigos e sempre os via juntos. Eles acabaram conseguindo empregos em lugares diferentes e estavam combinando de morar juntos depois de passar os quatro meses. Era muito comum os e as moradores/as irem juntos entregar currículos nos lugares ou então acompanhar os/as amigos/as nas entrevistas de emprego. Jéssica estava muito nervosa para sua entrevista de emprego e Aline decidiu acompanhá-la no dia. Enquanto esperavam Dona Alvina para dar os bilhetes de metrô para irem à entrevista, ficamos sentados conversando em frente ao Galpão.

- **Jéssica:** eu tô tão nervosa hoje. Eu quero muito que dê certo porque eu preciso desse emprego.
- **Aline:** vai dar certo menina, você vai ver. É só manter a calma.
- **Eu:** sim, eu tenho certeza que você irá conseguir (Caderno de campo, maio de 2019).

Jéssica acabou conseguindo o emprego. Dias depois encontrei Aline e comentamos sobre o ocorrido. *‘Eu fiquei muito feliz e aliviada por ela. Eu sei que não é fácil chegar para nós mulheres trans conseguir um emprego e quando acontece nós temos que comemorar. Você sabe que aqui tem sempre as brigas, mas a gente vai tentando se respeitar e se ajudar’*, disse ela.

Como pude perceber, as formas de cuidado e os afetos são tecidos no interior da república de muitas maneiras e estão envolvidas tanto em relações mais íntimas entre as pessoas como em relações que envolve todos os moradores/as. Depois de uma *briga* entre muitas pessoas da república, Isis, organizou uma sessão de cinema que durou à noite para todas as pessoas. “*Tá tendo muita briga aqui, vamos fazer uma sessão de cinema pra acalmar todo mundo*”, disse ela. No dia seguinte, Mariana me disse que a sessão tinha sido ótima e que depois eles ficaram *dançando juntos, até mesmo quem não gostava muito um do outro*.

Mesmo as pessoas que *não são tão amigas* ou que já tiveram algum tipo de *briga* buscam produzir um espaço compartilhado que não atrapalhe o *convívio de todo mundo*. Embora as *brigas* façam parte da economia cotidiana do convívio diário, ficou claro pra mim, que há um esforço constante de tornar a república um ambiente em que todas e todos se *sintam bem*. Pietra disse-me que na época em que morava na república, as pessoas tentavam se *ajudar a se adaptar o mais rápido possível ali*. No tempo que morou lá, os conflitos mais comuns eram no início da chegada de alguém. “*Quando a gente tá nessa fase de adaptação, acontece muitos conflitos. Depois de adaptados, as coisas melhoram. É muito importante o trabalho que os moradores fazem... depois que eles estão adaptados, eles ajudam as outras pessoas se adaptarem também. Nos mesmos ajudamos as pessoas a se adaptarem à casa e a entender como ela funciona*”. Esse momento de *adaptação* é fundamental, como disse Amália, *para que as pessoas se conheçam e passem a conviver bem*.

O fato deles e delas terem passado momentos dolorosos e violentos durante a vida familiar produz um certo sentido coletivo de *ajuda e respeito* com o outro. Como disse Pietra, *chega todo mundo destruído* ali e isso faz com que, mesmo permeado de desentendimentos e *brigas*, haja uma preocupação permanente de *ajudar* o outro e de construir uma melhor convivência comum. Em suas reflexões sobre os modos de vidas das travestis na Paraíba, Nascimento argumenta que nas relações entre elas a “violência não se traduz em negação do afeto, significa reafirmação de laços de intimidade, em corpos que se fazem nas cicatrizes físicas e simbólicas de rupturas e reconciliações” (2014: 79). É preciso, então, compreender a composição íntima da *república de acolhimento* por meio das múltiplas formas de interações que desdobram em amizades, *brigas*, relacionamentos amorosos, cuidados e *grupinhos*.

Assim, nas práticas e dinâmicas cotidianas da república produzem-se relações amorosas (*os casos entre as bichas*), relações de amizade *que são levadas pra vida*, relações de cuidado e relações de conflito. Elas compõem a intimidade desse lugar pelos seus moradores e moradoras. Ao compartilhar o mesmo ambiente doméstico, os e as moradoras produzem uma intimidade enredada por afecções e vinculações sempre heterogêneas e contingentes. A constituição dessa intimidade faz com que a *república de acolhimento* seja entrelaçada por diferentes sentidos e relações. Boldrin em sua etnografia sobre travestis e gays na prisão, mostra como as relações produzidas ali torna a “intimidade um aglomerado de segredo e confiança, pois é justamente nesses aspectos que ela se traduz nos pontos que simultaneamente juntam e separam as pessoas” (2017: 131). O segredo e a confiança são fundamentais para a gestão e constituição do território existencial da cadeia. No caso da *república de acolhimento*, é na constituição de *grupinhos*, de *brigas*, de relacionamentos amorosos e de amizades que o território existencial passa existir. No entrecruzamento de diferentes *vivências* e *experiências* o território existencial é formado.

2.2.1 Samira, a mãe de todos

Nos subcapítulos acima, mostrei como as relações produzidas entre os moradores e as moradoras não eram caracterizadas como formas de fazer “casa” ou fazer família. As relações estabelecidas na república, como descrevi acima, eram sempre concebidas como relações de afeto - *amizades, casos amorosos, ajuda e cuidado*. Nem mesmo nas relações com Dona Alvina, as moradoras e os moradores caracterizavam como algum tipo de relação de parentesco. Apenas três vezes associaram as relações produzidas na Casa 1 com uma ideia de família. Quando conversávamos sobre como tinha sido a *morar junto* na república, Fabio disse que considerava o Iran e Dona Alvina como *sua família*. Para ele, o espaço da república só era um lugar que as pessoas *iam dormir*. Fabio, embora tenha mantido a *amizade* com Grazi (os dois planejam morar juntos), dissociou uma dinâmica cotidiana da república de uma configuração familiar. ‘*Não existe o lance da confiança, da camaradagem*’, o que, segundo Fabio, impossibilitava relações de família. Ivana, que morou no mesmo momento que Fabio na república, disse-me que sempre *considerou* Dona Alvina uma *mãe*. ‘*Eu sempre chamei ela de mãe. Chamo até hoje. Mas ela só deixava eu chamar ela de mãe. Dona Alvina foi muito*

importante pra mim'. Contudo, assim como Fabio, Ivana disse que com as *bichas da casa não tinha isso de família não*. Além desses dois momentos, Pietra ao caracterizar sua relação com Melissa, voluntária responsável pelo *paliativo*, disse que Melissa era *como uma mãe* para ela.

Fabio disse que as *bichas* chamavam as outras de *minha filha* quando saíam juntas *na noite*. Segundo ele, essa *filha* é alguém *que eu estou me dando bem no momento, que usa comigo, fuma junto, mas se eu e ela brigar na noite, amanhã eu quero brigar*. Essa relação produzida *na noite* se desmanchava em pouco tempo e não fazia parte da *vida na república*. Esse termo de parentesco (*minha filha*) era usado ocasionalmente, sobretudo, por aquelas pessoas que já tiveram, em algum momento, a *vivência da rua*.

Depois de passado algumas semanas dessa conversa com Fabio, encontrei Pietra. Ela havia morado antes de Fabio na república e na nossa conversa essa relação familiar decorrente da *rua* foi acoplada às dinâmicas desse espaço de modo distinto. Para Pietra, o que gerou os *conflitos da sua época na casa* foram as *vivências e mentalidades diferentes*.

- Por exemplo, a Samira era uma mulher trans que teve uma vivência na rua e nessa experiência ela sempre teve que aprender a sobreviver. E nisso era gerava bastante conflito na casa, mas depois de um tempo ficou tranquilo, ela se adaptou. Ela era um amor de pessoa, mas com uma autodefesa muito grande (Caderno de campo, março de 2019).

Samira trabalhava na prostituição há algum tempo e sua ida para república aconteceu porque ela queria guardar dinheiro para depois ir morar sozinha. Esse *senso de proteção* da Samira fez com que ela trouxesse uma organização familiar *da rua* para dentro da república. Todo mundo lá na casa tornou-se *filho de Samira*. Como ela ficou aproximadamente um ano na república, as pessoas que chegavam na república iam sendo entrelaçadas nas relações já estabelecidas. Essas pessoas tornavam-se *filhas dela* e, como efeito disso, ela passou a ser a *mãe de todos*. De acordo com os envolvimento das pessoas se produziam outras *relações familiares*. '*Quando alguém novo chegava e a gente se dava bem, eu acabava adotando e ela virava minha família*', explicou Pietra. Assim, além de Samira, havia outras *mães* e a partir

delas outras relações se desdobravam. Se um *filho* de Pietra namorasse um *filho* de uma outra *mãe*, ela passava a ser *sogra* desse *namorado*. Havia, dessa forma, muitas outras formas de parentesco: avós, irmãos/as, genros, noras, sogras. E eram essas relações de parentesco que gerenciavam todas as relações envolvidas na república. Nesse gerenciamento cotidiano, a posição de Samira como *mãe de todos*, segundo me disse Pietra, *gerava respeito*.

- Ela era a pessoa que as pessoas procuravam pra resolver os conflitos. Quando havia conflitos de irmãos de mães distintas, era elas que resolviam. Quando alguém fazia alguma coisa errada brigávamos com a mãe dessa pessoa. Te falando isso agora eu sinto muitas saudades dessa época (Caderno de campo, março de 2019).

Essa relação “mãe-filha” na rua foi descrito por diferentes etnografias (Gregori, 2000; Mello, 2011; Priori, 2018). Segundo a Gregori, nessa relação “fidelidade e carinho não raro são articulados com a obediência a ordens” (2000: 130). A figura da mãe era “uma possibilidade de algum exercício de afeto” e era isso que modulava as relações de convivência. No contexto da república da Casa 1, as relações *da rua* eram envolvidas nas dinâmicas e relações estabelecidas ali. Como me disse Pietra, todos os *problemas da casa eram revolidos* por meio dessas relações familiares e era por meio delas que as pessoas estabeleciam suas relações afetivas. Assim como Samira *seria sempre a mãe* de Pietra, Maria disse que Andressa é sua *mãe até hoje*. Maria morou na república na mesma época que Pietra e Samira, e quando ela chegou foi *adotada* por Andressa. Depois que Samira saiu da república essa configuração familiar vinda *da rua* foi se desmanchando. Nas conversas com os atuais moradores em nenhum momento essa mesma relação foi enunciada. Conversando com Dona Alvina sobre isso, ela disse que, depois que Samira saiu, ela tem *barrado* essa relação “mãe-filha”. Segundo Dona Alvina, ‘*Samira usava isso para que as outras pessoas comprassem cigarro, bebida pra ela e se não desse ela ficava nervosa e acontecia as brigas*’. Algo que também foi afirmado por Maria: ‘*Samira usava disso para explorar as pessoas*’.

Infelizmente não consegui contactar Samira para que pudéssemos conversar. Ela já havia mudado para o interior de São Paulo e ninguém tinha seu telefone. Mas como ficou

claro nas conversas que tive com quem morou a república na mesma época que ela, sua presença e esse “modo de estar na rua” (Frangella, 2004) impôs uma configuração específica ao ambiente da república e isso desencadeou em uma série de conflitos, proximidades e afetos. Maria me disse que antes de Samira chegar não existia isso de se chamar de mãe, filho/a. ‘*Eu no começo não quis ser filha de ninguém. Ai depois que fiquei próxima de Andressa, Alberto e Flávio, eles começaram a me chamar de filha*’ disse Maria. Segundo ela, essas relações aconteciam ‘*simplesmente porque eram pessoas que tinham vínculos maiores e por isso nós nos intitulávamos assim*’. Nesse sentido, antes de ser uma configuração que mimetize a organização familiar, trata-se de uma configuração cujos termos e relações de parentesco produziu cotidianamente vínculos íntimos entre os moradores e moradas da república. Em sua análise sobre as “casas vogues” retratadas em “Paris is Burning”, Butler argumenta que a “elaboração de parentesco forjado por meio de um ressignificação dos próprios termos que consumam nossa exclusão e abjeção faz com que tal ressignificação crie o espaço discursivo e social para a comunidade” (2019: 233). Assim, para ela, a paródia desses termos de parentesco não é “uma imitação vã e inútil, mas a construção social e discursiva da comunidade, uma comunidade que vincula e cuida e ensina e abriga e habilita” (ibidem: 233). É na constituição desse espaço comum que as intimidades vão sendo tecidas. Da mesma forma, argumento que essa configuração da *república de acolhimento* derivada da presença de Samira produziu sentidos e afetos distintos nas relações estabelecidas entre os e as moradores e a república. A intimidade era constituída por essas vinculações de parentesco.

De fato, me parece que essa relação da “mãe-filha” não tem efeito significativo nos modos de organizar as dinâmicas da república enquanto estive presente. O que não significa que as experiências *da rua* não façam mais parte do cotidiano desse espaço, sejam elas experiência anteriores a *morar junto* ou as que são constituídas cotidianamente. Por meio dessas dinâmicas *da rua*, o *espaço* da república se produz cotidianamente. Nessas dinâmicas *da rua* relações de *conflito* e de *amizade* vão sendo geradas. Contando sobre uma *briga* que havia acontecido entre dois moradores, Amália disse que *muitos dos conflitos* era porque as pessoas tinham *experiências na rua que fazia uma bater de frente com a outra*.

Como tentei mostrar no capítulo 1 dessa dissertação que a Casa 1 é envolvida diariamente em múltiplas e imprevisas presenças exteriores e que esse envolvimento

entrelaça seus espaços em diferentes afetos e passam a ter sentidos distintos. Num mesmo sentido, como mostrei até aqui, a presença dos moradores e moradoras impõem diferentes afetos, sentidos e relações nas interações diárias na república. Há também no espaço da república uma conexão permanente e cambiante entre o externo e o interno. Aquilo que constitui as relações de fora torna-se presente no convívio da república, produzindo modificações e modulações na composição desse lugar. O território existencial é feito nas interações entre externo e interno.

Não podemos, portanto, compreender a configuração da república, por ser um espaço restrito, como um inibidor ou como uma forma de controle das possibilidades de relações com o externo heterogêneo. Antes é preciso entender essa configuração, por um lado, como uma forma de manter os e as jovens LGBTQIA+ em segurança de possíveis perigos de violência e, por outro, como uma possibilidade de *estruturar a vida*. Voltarei a essa discussão na última parte desse capítulo. Por ora, quero argumentar que as presenças dos moradores/as produz diferentes significados a república. A presença de Samira e as interações desencadeadas por sua *vivência na rua* fez com que o externo ampliasse e modificasse o que compõe as dinâmicas e funcionamentos da república. Como os moradores e moradoras habitam por quatro meses, a composição da república está sempre se transformando. A entrada e a saída das/dos moradoras/es envolvem esse lugar novas relações e novos afetos.

As diferentes *experiências e vivências da rua* promovem configurações variantes e específicas ao cotidiano da república. Dessa forma, a feitura do espaço da *república de acolhimento* está envolvida por essas relações *da rua*. Antes de serem fronteiras ou exteriores à república, essas relações estão entrelaçadas nas práticas e dinâmicas desse lugar. É dessa maneira que tenho argumentado (Ramos, 2019), que a persistência da Casa 1 está nas ligações para fora e não para dentro. O dentro é sempre modificado. Ele é diferenciado por essas *vivências e experiências da rua* que são múltiplas. E o fora não é uma oposição aos *espaços da Casa*, ao contrário, ele os compõe diariamente.

2.3 *Eu amo aquela bicha pra sempre: continuidades e discontinuidades*

As relações produzidas no interior da *república de acolhimento* são estendidas para fora desse espaço e ultrapassam o tempo de quatro meses. Aline, uma ex-moradora da Casa,

contou-me que quando ela e suas *amigas* entregavam currículos, os deixavam de acordo com a quantidade de vagas. Se um lugar tivesse só uma vaga, elas entregavam o currículo de uma e *‘continuavam andando pra encontrar outros lugares pra deixar o currículo. Era assim que a gente tentava uma ajudar a outra’*, relatou. Há, assim, uma continuidade dessas relacionalidades em outras dinâmicas espaciais: algumas pessoas vão morar juntos, trabalham no mesmo lugar, encontram-se ocasionalmente em outros espaços ou mesmo visitam seu amigos/as que ainda continuaram morando na república. Essa continuidade também atravessa a temporalidade *do morar junto* na república.

As relações de amizade continuam e são levadas para outras formas de convívio cotidiano, sejam elas presenciais ou virtuais. Eles e elas se encontram em festas, em bares, nas casas uns dos outros, em eventos que acontecem na Casa 1, etc. *‘Agora eu vejo as pessoas de vez em quando, mas sempre que dá a gente marca de sair para tomar uma cerveja, para dançar. E a gente tá sempre se falando por Facebook ou WhatsApp, né’*. Foi assim que Marina me disse que mantinha o contato com as pessoas que havia morado com ela na república. Encontrei Marina enquanto ela passava em frente a biblioteca Caio Fernando. Depois que ela saiu da república, não tive mais nenhum contato com ela. Nesse dia, Larissa estava saindo da república para trabalhar quando nos viu conversando. Larissa e Marina são amigas e estavam sempre juntas no tempo que moravam ali.

- **Eu:** Há quanto tempo vocês não se viam?
- **Marina:** desde quando eu saí daqui...
- **Larissa:** ... eu tava com uma saudade dessa bicha. (Caderno de campo, junho de 2019)

Marina foi morar numa região mais afastada do centro de São Paulo porque havia conseguido um emprego nesse local. *‘Acabou que eu venho pouco aqui para esse lado e a gente não conseguiu se ver mais’*, disse ela. Mas, disse Marina, *‘a gente se fala todo dia pelo WhatsApp. Ela se tornou uma grande amiga aqui’*. Assim como no caso delas, as outras relações de

amizades entre os antigos moradores e moradoras da república se mantinham por meio do contato, diário ou esporádico, via redes sociais.

A continuidade das relações com *essas bichas que eu amo*, são sempre enunciadas nas nossas conversas. Numa das manhãs que estava ajudando a catalogar os livros na biblioteca, César chegou com Léo carregando algumas mochilas e malas. Assim que ele se despediu de Léo, sentou em uma cadeira e me disse que já estava indo embora. Léo havia conseguido um emprego no shopping em Osasco e mudara para a casa da avó e estava planejando morar num apartamento com a irmã. Enquanto conversávamos, Felipe, outro morador da casa, chegou para se despedir dele. César deu-lhe um abraço e disse que voltaria sempre para ver as pessoas em seu momento de folga. Assim que Felipe foi embora, César contou que havia feito muitos amigos ali e que *adorava essa bicha*, referindo-se a Felipe. *‘Eu vou conseguir um emprego de modelo pra ele, eu tenho um amigos que trabalham com isso e vou ajudar ele. Ele se tornou um amigo muito querido’*.

Mesmo quando o contato é muito esporádico, é comum em nossas conversas elas/es dizerem que fizeram *amizades que vão levar pra vida*. Pietra disse-me que apesar de nem sempre conseguir encontrar as pessoas ou vê-las, porque a *vida seguia pra todo mundo*, houve *laços que são pra vida inteira*. Ela lembrava com muito carinho e felicidade *da época que passou na casa*. *‘Foi muito importante para mim conhecer essas outras pessoas. A primeira pessoa que me levou pra rua foi Samira e quando a gente chegou ela disse: - ‘essa aqui é minha filha, ela mora comigo’, e até hoje eu sou filha dela, mesmo a gente não se vendo’*. Esse modo de conceber *laços que são pra vida inteira*, também foi dito por Maria ao falar da sua amizade com Andressa. *‘A gente não se vê sempre, mas ela foi muito importante pra mim na casa. Ela sempre disse que era minha mãe e até hoje quando a gente se encontra ela me chama de filha. Eu vou ser sempre a filha dela’*. Nesse sentido, há uma continuidade dos vínculos de amizades produzidos naquelas relações entre *mãe-filha* criadas num tempo específico da moradia.

Essa continuidade também ocorre quando eles e elas vão *morar juntos* depois do *tempo da casa*. Grazi e Fábio contaram-me que estavam procurando lugar para morarem juntos. *‘A gente pensou, ‘meu dá pra gente se aturar’, eu sei que ele tem os problemas doidos dele e eu tenho os meus, pronto’*. Eles decidiram morar juntos um ano depois de terem vivido

na república de acolhimento. A decisão de morar junto aconteceu porque, segundo Fábio, ‘a vida fez com que o nosso caminho seja o mesmo e agora estamos pensando em alugar uma casa. Hoje estávamos fazendo isso aqui no Galpão’. Amália e Mariana também planejavam morar juntas depois que acabasse o *tempo da casa*. ‘A gente se deu tão bem aqui. Eu gosto muito dela. Ai depois que sairmos daqui estamos pensando em morar juntas’, disse Amália. ‘Ela é minha melhor amiga aqui dentro, a gente tá planejando isso e espero que aconteça’, completou Mariana. Na maior partes das vezes, os planos de morar juntos/as acabam não concretizando e eles/as vão morar sozinhos ou com outras pessoas. Amália e Mariana não foram morar juntas. Mariana acabou voltando morar com sua mãe e Amália foi morar com Helena, uma outra moradora da república.

Dessa forma, apesar da temporalidade da co-habitação desse espaço ser restrita a quatro meses, as relacionalidades que são produzidas nesse espaço são mantidas, de distintas maneiras, para fora desse convívio compartilhado, seja no tempo ou no espaço. Essas relações de amizade e de afeto possibilitam a continuidade das relações de *cuidado* e de *ajuda* entre os moradores/as para além da temporalidade e do espaço da república. Rodrigo disse, na mesma conversa que descrevi acima, que, *apesar de estar indo embora, irá sempre ajudar as pessoas que eu gosto daqui*. Conseguir o emprego de modelo para o outro morador é o esforço permanente de *ajudar essas bichas que eu amo* e esse esforço é o que possibilita a continuidade dessas relações.

Alice contou-me que sua chegada na Casa 1 aconteceu após ela ter começado o processo de transição de gênero:

- Logo depois que comecei a tomar hormônio fui expulsa de casa. Fiquei na casa de um e de outro até chegar na Casa 1. A gente chega sem emprego, sem casa, sem roupa, sem nada, né. Todo esse processo que a gente passa, marca a nossa vida pra sempre. Não adianta falar que vou esquecer porque a gente não esquece essas coisas que marcam tanto. Eu posso estar sorrindo, porque graças a Deus é uma coisa natural e a gente tem que sorrir sempre, mas eu não vou esquecer o que eu passei. Não desejo pra ninguém, enfrentar preconceito, perder família, ter que

ser forte o tempo todo. E não adianta falar que você não precisa ser forte a todo momento. Desculpa, mas se você é trans, tem que ser forte sempre. Não adianta ser uma pessoa que chora por tudo. É claro que a gente chora pra caralho, mas agora não choro o tanto que eu chorava. No começo eu chorava muito, mas era por desespero. Mas agora eu tô bem, consegui um emprego, quero voltar a estudar, fazer jornalismo. A casa me ajudou muito nisso e agora eu quero ajudar todas as pessoas trans a conseguir um emprego legal, ficar bem, principalmente minhas amigas daqui. (Caderno de campo, Novembro de 2018).

Ela contou-me que tinha conseguido um emprego no Starbucks, que estava muito feliz e que era a primeira mulher trans contratada daquela unidade. A conquista desse emprego era uma oportunidade de ter uma vida *mais estável* e de poder voltar a estudar e se *tornar uma grande jornalista trans*. Alice disse que esse emprego também significava uma abertura para que *outras pessoas trans como eu tivesse uma oportunidade de aprender, de ter um emprego*. Ela foi convidada pela Starbucks para fazer uma campanha publicitária de Natal. *‘Quando fui convidada pra contar minha história, eu percebi que era oportunidade de falar não só da Alice, mas as histórias de várias outras pessoas como eu’*, contou. Ela entende que a aparição dela nesse vídeo dará *mais emprego para outras mulheres e homens trans*, seja na própria Starbucks seja em outros lugares.

Alice entende seu emprego e as oportunidades que estão surgindo nele como uma maneira de construir outras possibilidades de vida melhores para *pessoas como ela*. Disse-me, em vários momentos da nossa conversa, que ia *lutar muito* para que as pessoas não passassem pelo que ela passou e para conseguir ajudá-las na busca de oportunidades de emprego. *‘Sabe Jesser, eu sou muito feliz sendo trans, aceitando o jeito que eu estou. Você perde muito, mas você ganha as coisas que são importantes pra você ser feliz. Eu sou feliz em saber que sou diferente e espero que outras pessoas como eu tenham a oportunidade que eu tive, que seja algo natural e não uma sorte’*. Nesse sentido, fica claro que os as relações afetivas produzidas na república são uma possibilidade de *ajuda* ou *apoio* para o processo de *estruturação da vida* dessas pessoas.

Gabe estava participando do processo de alistamento do Serviço Militar. Esse processo, gerenciado pela Junta Militar, é destinado, de forma obrigatória, aos jovens brasileiros “do sexo masculino” que completam a maioridade civil no ano do alistamento⁶². Gabe havia me dito que estava com *muito medo* de ir fazer a inscrição para o alistamento. O medo devia-se, principalmente, ao fato de nesse processo questionava-se a sexualidade daqueles que participavam. *‘Imagina ter que chegar lá e falar sobre mim para umas pessoas que eu nem conheço’*. Gabe era uma pessoa negra e se reconhecia como uma pessoa não-binária. Enquanto conversávamos, lembrei que quando participei do alistamento uma das primeiras questões feitas foi se eu era gay e que eu havia respondido negativamente. Ficou claro tanto para mim quanto para Gabe o quanto se tratava de um momento violento e difícil de lidar. Como responder sim num lugar tão hostil?. Embora ele fosse responder que era uma pessoa não-binária, o medo estava justamente em não saber o que poderia acontecer nesse lugar, estando ele sozinho. Como ainda faltava dois meses para a primeira etapa do alistamento, acabou que não falamos mais sobre isso. Depois de um tempo, vi uma foto postada na rede social de Késia, outra moradora da *república de acolhimento*. Késia e mais sete moradores/as e ex-moradores/as da república acompanharam Gabe para fazer o alistamento. *‘Eu fiquei muito aliviado que elas estavam comigo. Foi muito importante’*, disse-me Gabe dias depois. Acabou que Gabe foi dispensado⁶³ um tempo depois.

Como é possível perceber, as relações de *cuidado* e *amizade* produzidas na *república de acolhimento*, componentes essenciais para a construção da intimidade desse ambiente, se estendem para os outros momentos da vida dos e das jovens LGBTQIA+. Mesmo o convívio sendo muito esporádico depois entre a maioria dos e das ex-moradores/as depois que saem da república, os vínculos mais próximos e íntimos são mantidos entre alguns. Como me disse Letícia certa vez, *‘tá todo mundo se virando. Trabalhando, estudando, dando seus corres. Mas sempre que é possível eu encontro ou mando mensagem para quem eu fiz amizade aqui dentro’*.

As *brigas* também são carregadas para além do tempo e espaço da república. Perguntei para Grazi e Fábio se eles ainda mantinham contato com as pessoas que eles

⁶² Essas informações estão disponíveis em: www.gov.br/pt-br/servicos/alistar-se-no-servico-militar-obrigatorio. Consultado em 20 de janeiro de 2021.

⁶³ Usarei os modos de linguagem que as próprias pessoas não-binárias utilizam.

moraram juntos. *‘Não, porque a gente fica tanto tempo junto que não...’*, respondeu Grazi. *‘Que não vinga mais’*, completou Fábio. *‘Aconteceram tantas coisas, brigas, tantas vivências que não dá mais, sabe? Tem gente que eu não suporto hoje em dia’*, continuou Grazi. Fábio e Grazi concordaram ao dizer que as *brigas* desgastam demais as relações com algumas pessoas e que isso faz *não suportar a bicha até hoje*. Num mesmo sentido, Patrícia e Ivana relataram que os conflitos que tiveram lá são mantidos até hoje. Patrícia contou que havia umas *bichas que ela ia levar pra vida*, enquanto outras pessoas ele *nunca mais conversaria*. Ivana também disse que tinha *bicha que não suportava ela até hoje*. Já a continuidade entre os *casos amorosos* não é comum. Essas relações costumam se desmanchar em curtos espaços de tempo e se restringem apenas ao *tempo da casa*. As únicas duas relações amorosas que continuaram depois da casa foram as de Maria e Karen e de Jordane e Jean.

A continuidade das relações íntimas também pode ocorrer entre os moradores/as e outras pessoas que co-habitam os outros espaços da Casa 1. Lauro chegou um dia na biblioteca comunitária e sentou pra esperar seus amigos da república. Começamos a conversar e ele me contou que já tinha morado na república mas que agora estava trabalhando e tinha voltado pra casa da mãe. Minutos depois, Dona Josefa chegou na biblioteca e abraçou Lauro entusiasmadamente. Eles começaram a conversar sobre a vida deles, sobre o trabalho do Lauro, sobre a relação dele com a mãe, sobre a filha de Dona Josefa que estava com um problema grave de saúde, sobre a ida de Lauro à igreja. No meio da conversa, Dona Josefa olhou para mim enquanto abraçava Lauro e disse: *‘esse menino é como se fosse meu filho, eu amo muito ele, dei um monte de conselho quando ele morava aqui e agora estou muito feliz que ele tá bem’*. Depois de se despedirem, Lauro contou-me que Dona Josefa era voluntária da Casa quando ela morava lá e que no *pior momento de sua vida*, ela o ouviu e o ajudou muito. *‘Hoje eu estou indo na igreja porque ela me pediu bastante pra ir, eu coloco tudo na mão de Deus e as coisas estão dando certo’*. A relação afetuosa estabelecida entre Dona Josefa e Lauro, o ajudou começar a construir uma outra forma de *continuidade de sua vida*. Essa continuidade será explorado no terceiro capítulo.

Pietra me disse que guardava *‘um carinho e um respeito muito grande por tudo que Melissa foi para ela’* enquanto morou na Casa 1. Melissa, foi por muito tempo, a coordenadora da *sala do paliativo*. Ela é uma travesti, negra e moradora de uma ocupação que

ficava ali perto, como disse na introdução. Pietra disse que quando chegou na república, a presença de Melissa foi fundamental:

- **Pietra:** Eu adoro aquela mulher. Ela é sensacional. A Melissa foi uma mãe pra mim.
- **Eu:** É mesmo, porque ?
- **Pietra:** Porque ela me ensinou a viver na verdade, adoro ela.
- **Eu:** Em que sentido ela te ensinou a viver?
- **Pietra:** Porque, principalmente uma trans quando ela tá na rua, ela precisa aprender a como lidar com isso. Principalmente à noite, a gente precisava sair em alguns momentos e não tinha essa vivência. Aí ela me ensinou a viver, a como se proteger. Então basicamente quando a gente aprender a se defender, a gente aprende a viver né. (Caderno de campo, dezembro de 2018).

O fato de Melissa ser uma pessoa mais velha e já ter mais experiência na rua a aproximava das moradoras da república e criava uma intimidade. Assim como no caso de Samira, a noção de *mãe* aparece para caracterizar a intimidade produzida entre as aquelas e aqueles que habitavam a Casa 1. Maria também sublinhou o quanto o contato com a Melissa foi importante para ela:

- Quando eu cheguei na Casa 1, a Melissa foi a primeira pessoa com quem eu conversei. Ela perguntou qual era meu nome e me levou até o Iran. Depois disso eu sempre tive um carinho muito grande por ela e ela sempre conversou muito comigo. Eu vindo de uma cidade pequena no interior da Bahia e ela já com a vivência na rua, me ensinou a como me proteger. (Caderno de campo, dezembro de 2018).

Conversando com Melissa certa tarde no paliativo, ela disse que: - *‘já havia passado muita coisa na rua e que quando você é trans ou travesti o risco é muito grande. Por isso eu sempre conversei com as meninas daqui e sempre as alertei sobre esses riscos’*. Assim a vivência da rua de Melissa foi um fator primordial para a feitura cotidiana de relações próximas e intimidas entre ela e, sobretudo, as moradoras trans e travestis da república. Tive pouco contato com Melissa no tempo em que estive na Casa 1 porque ela saiu pouco tempo depois que eu comecei trabalhar como voluntário. Mas nas conversas que tive com os e as ex-moradores/as, elas/es enfatizam o *carinho* e a *amizade* que tinham por Melissa. Os mesmos sentimentos eram conferidos aos outros e outras organizadoras. Vi em muitos momentos aqueles e aquelas que moraram na república irem até a biblioteca conversar com a Denise ou irem até Galpão para conversar com Dona Alvina, Bruno e Iran.

Lembro de Sara ter ido até a Biblioteca para encontrar Denise. *‘Vim te dar um beijo. Estava passando por aqui é resolvi de ver. Estava com saudades’*, disse ela entrando na biblioteca. Denise a cumprimentou com um longo e carinhoso abraço, e as duas ficaram conversando por alguns minutos sobre como estava a vida de Sara. Depois que Denise me apresentou, Sara disse: - *‘eu passava muito tempo aqui desabafando com a De. Você não sabe como foi importante ter ela para conversar. Gosto muito dela e sempre que dá eu passo aqui’*. Como ela estava a caminho do trabalho, a conversa não se estendeu. Assim que Sara saiu, Denise me disse que Sara se tornou uma pessoa muito próxima e que as conversas duravam muito tempo, quando possível.

As vinculações e intimidades produzidas no *tempo da república* eram transportadas para fora dali e seguiam. Ivana disse-me que quando saiu da república foi morar na vizinhança *por não conseguir ficar longe. ‘Eu precisava desse vínculo afetivo que me desse estabilidade emocional. Se algo acontecesse, eu teria pra onde correr e conversar. Agora eu consigo me mudar daqui’*. Além de morar perto da Casa, Ivana também cuida dos processos administrativos e das negociações que envolvem o Transol⁶⁴. Morar perto da Casa 1 e ajudar no funcionamento do Transol é o que possibilita Melissa continuar a manter *o vínculo afetivo* com esse lugar. Karen assume um outro modo de vinculação com a Casa 1. *‘Eu sempre serei*

⁶⁴ Transol é um coletivo de economia solidária voltado para pessoas trans e travestis. Por um tempo, suas atividades foram realizadas na sala que ficava entre a *sala do paliativo* e a biblioteca Caio Fernando de Abreu. Ali era desenvolvido aulas de corte e costura para essas mulheres trans e travestis.

grata por tudo que a Casa 1 fez por mim. Sempre que conheço alguém novo no meu trabalho eu conto que morei da Casa 1. Isso é uma parte da minha vida'. Quando a Casa 1 anunciou que fecharia em fevereiro de 2019, Karen conversou com cada uma das pessoas do lugar onde ela trabalha, contou como a Casa tinha sido *importante na vida dela* e, assim, fez com que muitas dessas pessoas passassem a participar do financiamento coletivo.

'Nós somos a Casa 1. Ela só existe porque nós existimos e é aqui que nossa vida muda'. Foi assim que Grazi caracterizou sua relação com a Casa 1 depois de ter saído da república. Grazi, assim, como outras pessoas, estão frequentemente no cotidiano da Casa, enquanto outras pessoas mantêm o contato via Dona Alvina ou Iran. De qualquer forma, para todas elas a Casa continua um *lugar* ao qual *pertencem*. É o lugar onde, como mostrarei no próximo tópico e discutirei ao longo do capítulo 3, a vida se *estrutura*, a vida *muda*. A Casa 1 permanece na vida das pessoas não como uma identidade mas como um modo de *pertencimento*. *Pertencimento* que é agenciado aos variados contextos da vida dessas pessoas e, conseqüentemente, ganha diferentes sentidos.

Na produção desses *vínculos* permanentes, a Casa 1 pode ser compreendida, como sugere Bourdieu (1999[1970]), como extensões dos corpos das pessoas. *Pertencer* à Casa atravessa o tempo de moradia dessas pessoas e compreende tanto as relações diretas com o cotidiano desse lugar como relações indiretas envolvidas em outros contextos. Assim, a continuidade desse vínculo ocorre por meio da participação em atividades do centro cultural, da *ajuda* nos trabalhos cotidianos da Casa 1, da manutenção das relações pessoais com os funcionários, da colaboração no financiamento coletivo, de doações pontuais para a república ou para o *paliativo* ou ao se tornar funcionário da Casa. Raul foi morador da república por quatro meses, atualmente é um voluntário da Casa 1 e seu *trabalho é fazer um pouco de tudo*. Segundo Raul, ele decidiu continuar ali porque *'o trabalho voluntário parte de estar disposto para aquele lugar, saber da potência daquele lugar, entender a dimensão do projeto e fazer o que realmente for preciso, com amor. E eu abracei isso com muito gosto*'. Vidar também foi morador da república e hoje trabalha como voluntário, especialmente nas atividades e no dia-dia das crianças. *'Para mim, sempre foi claro que o que a Casa fez por mim também faz por muitas pessoas. Hoje não vejo mais outra militância a não ser essa. Por isso ser integrante da Casa 1, continua sendo o que mais acredito*', disse Vidar.

Além dessa relação de continuidade dos moradores e moradoras com a Casa, há, ao mesmo tempo, relação de continuidade da Casa 1 com elas e eles. Os moradores e moradoras que já passaram pela república algumas vezes voltam a morar lá. Karen e Maria moraram pela primeira vez na república durante três meses. Depois desse tempo elas foram morar juntas na zona leste de São Paulo. Karen estava empregada e Maria ainda procurava emprego. Passados alguns meses Karen foi demitida e elas ficaram sem condições financeiras de continuar pagando aluguel. *‘Viemos até a Casa 1 e conversamos com Dona Alvina e Iran. Eles deixaram a gente voltar. Ficamos mais quatro meses na casa e saímos depois de conseguir um emprego com ajuda do Junior’*, disse Maria. Embora haja uma quantidade significativa de jovens LGBTQIA+ que procuram diariamente a Casa 1 pra serem *acolhidos*, esse movimento de volta dos antigos moradores/as ocorre ocasionalmente.

Dona Alvina me explicou que a volta dessas pessoas acontece porque elas se tornam *parte daquele lugar*. *‘Há uma série de motivos que fazem eles voltarem e a gente tá sempre aqui pra acolher’*, disse Dona Alvina. Além dessa volta à república, a Casa 1 continua ajudando seus antigos moradores a conseguir emprego. Pietra, que trabalha atualmente na Uber, conseguiu esse emprego na feira de empregabilidade para pessoas transgêneros promovida pela Casa 1. Recentemente a Casa 1 estabeleceu uma parceria com a Revista Vogue e um dos pedidos da Casa para que essa parceria acontecesse, foi a contratação dos moradores e moradoras da república. Além de dois moradores atuais da república, a Vogue chamou Maria e outro ex-morador para fazer a entrevista de emprego. A indicação de pessoas a empresas é comumente realizada pelos organizadores da Casa. Além disso, a Casa 1 promove eventos e atividades voltadas às demandas, necessidades e desejos tanto dos moradores/as como dos ex-moradores/as. Mas, é importante registrar claro, nem sempre foi possível a volta daqueles e daquelas que já moraram na república.

Entretanto, nem todas as relações estabelecidas são estendidas para além do tempo e do espaço da república. Algumas se restringem àquele lugar e ali se encerram. Para alguns ex-moradores e moradoras, os laços tanto com aqueles/as que habitaram o espaço da república quanto os vínculos com a Casa 1 e seus/as organizadores/as não prosseguiram. Conversando com Fabrício sobre a continuidade ou não das amizades estabelecidos no convívio da república, ele disse o seguinte:

- é muito difícil manter o contato com as pessoas, mesmo com aquelas que éramos tão próximos. Algumas vão morar em regiões distantes, outros se mudam de São Paulo. Outros não querem mais ter relações com a Casa 1 ou com quem morou. Acontece, né. O fato é que isso aqui é um lugar de passagem e que depois as pessoas seguem sua vida. Não é o fim, é o começo. As pessoas vão viver outras coisas. Tem amigos que a gente leva pra vida, tem outros que o contato se perde. (Caderno de campo, março de 2019).

A fala de Fabrício sintetiza de forma precisa o que está envolvido nas continuidades e descontinuidades das relações estabelecidas na república. Ser um *lugar de passagem* faz com que o convívio diário e as vinculações variem de acordo com o modo que as pessoas *seguem suas vidas*. De fato, como pude perceber, os contatos mais cotidianos ocorrem muito ocasionalmente. O convívio diário depois dali só acontece entre aqueles e aquelas que passam a morar juntos ou em lugares próximos, ou então que trabalham no mesmo lugar. Mais comumente, os e as jovens *acolhidos* moram e trabalham em regiões distantes uma das outras e isso faz com que o contato diminuía ou seja perdido. Ainda assim, como foi mostrado até aqui, as relações *amorosas*, as *amizade*, os *cuidados* e as *brigas*, que promovem uma dinâmica doméstica específica na república de acolhimento, são expandidas para outros espaços de convivialidade e permanecem para além do *tempo de moradia* da república. São essas relações também, incluindo as relações com pessoas que não moram na república, que propiciam a construção de outras formas de estruturação da vida dessas pessoas, como mostrarei no próximo tópico

Dessa forma, os ex-moradores e ex-moradoras da república produzem modos de *pertencimento* específicos com a Casa 1, ao mesmo tempo, que a Casa também forja modos de manter relações com eles e elas. São por meio de distintas relações entre a Casa e seus moradores/as, que diferentes formas de continuidade são costuradas. Costuras que permitem estabelecer *vínculos emocionais* e *ligações para vida toda*. Seja por relações costumeiras, seja por relações ocasionais, a Casa 1 é sempre compreendida como *parte da vida* dessas pessoas.

De modo oposto, as experiências familiares são relatadas como *os piores anos de suas vidas*. Voltarei a essa discussão no capítulo 3.

2.4 um lugar de *segurança* como uma possibilidade de *estruturar a vida*

Numa manhã de terça-feira, estava em casa me preparando para ir à Casa 1, quando recebo a ligação de Dona Alvina. Era por volta das 8h. Ela perguntou se eu não podia ir o mais rápido possível para Casa 1, para ficar com o Vitor. *‘Eu trouxe a Elisa para fazer um exame bem cedo e não tem ninguém lá. Preciso que alguém vai lá encontrar ele. Você pode fazer esse favor? Eu vou chegar o mais rápido possível’*, disse ela ao telefone. Como ainda era muito cedo, não havia ninguém nem no Galpão e nem na Clínica Social. Preocupado e sem saber o que havia acontecido, cheguei em 40 minutos. Esperei Vitor em frente à república enquanto ele se arrumava.

Assim que Vitor me viu, ele começou a chorar e disse: - *‘eles vão querer vim atrás de mim. Hoje é dia deles irem na polícia e eles estão com ódio de mim’*. Sem saber do que Vitor estava falando, sugeri que descêssemos até o Galpão para conversarmos. Assim que chegamos, perguntei quem eram essas pessoas e o que tinha acontecido.

- Antes de eu vir para Casa 1, meu sobrinho e minha irmã entraram na casa da minha mãe para me bater. Minha mãe não deixou que isso acontecesse, mas meu sobrinho disse assim: - “aqui fora eu pego ela, vamos ver se ela é homem mesmo” (Caderno de campo, fevereiro de 2019).

Vitor é um homem trans e ele já havia saído de casa outras vezes devido à violência realizada por sua irmã e seu sobrinho. No dia que Vitor saiu da casa de sua mãe, seu sobrinho tentou acertar um soco nele e foi impedido pela mãe de Vitor que o empurrou. As agressões físicas e verbais efetuadas pela irmã e pelo sobrinho de Vitor eram constantes. Sua volta para a casa da mãe ocorria somente por que, disse ele, *‘eu sou a única pessoa que ajudava minha mãe e eu tenho medo de acontecer alguma coisa com ela’*.

No dia em que seu sobrinho quis agredi-lo, Vitor só conseguiu sair de dentro de casa com a ajuda da polícia. A casa que Vitor morava com sua mãe ficava no mesmo terreno que a casa de sua irmã.

- Depois que ele tentou me bater, eu liguei para a polícia. Os policiais me tiraram de lá e fomos à delegacia. Fiz um boletim de ocorrência contra eles. A delegada me disse que eles seriam intimados para responder pela agressão. Perguntei para ela se aquilo seria uma coisa muito séria ou se era apenas uma conversa para resolver a situação. A delegada me disse que eles responderiam criminalmente por isso, para que não acontecesse mais. Ela me disse assim: - ‘eu acho melhor você pegar umas roupas e sumir dali. Assim que eles receberem a intimação vão ficar com ódio de você. (Caderno de campo, Fevereiro de 2019.

Vitor saiu da delegacia e entrou em contato com a Casa 1, que ele conheceu por meio das redes sociais. Imediatamente ele foi *acolhido* e passou morar na república. Um mês depois do ocorrido, a intimação judicial chegou até os familiares de Vitor. Ele descobriu que a intimação tinha chegado depois de ligar para sua mãe, na manhã de terça-feira. Chorando muito, ele me disse:

- **Vitor:** eu liguei para minha mãe hoje e ela começou a chorar. Perguntei o que tinha acontecido e ela me disse que eles ficaram gritando ontem dizendo que vão me pegar. Minha mãe não quer mais ficar lá e pediu para eu ajudá-la. Mas eu não sei o que fazer, não tenho como ajudar. Eu estou com muito medo do que pode acontecer com ela. Ela tem pressão alta e pode passar mal.
- **Eu:** você tem medo deles fazerem alguma coisa contra ela?
- **Vitor:** eu não acho que eles fariam alguma coisa com ela, mas acho que eles podem pressionar para ela contar onde eu tô. Eu sei que isso

vai fazer ela passar mal. Eu pedi para ela não dizer onde eu estou e ela me disse chorando que nunca contaria. Mas ela pediu para ajudá-la sair de lá. Eu estou desesperado. (Caderno de campo, fevereiro de 2019).

Enquanto tentava acalmar Vitor, sem nenhum sucesso, ele me contou que tinha uma entrevista de emprego nesse dia. *‘Como eu vou assim fazer a entrevista?. Eu não consigo para de pensar na minha mãe, eu só conseguiria chorar nessa entrevista. Eu nem sei como conseguiria ir até o local da entrevista, eu estou com medo de sair na rua e eles me encontrarem. Eu tenho medo deles me matarem. Eu tinha esse trauma de sair na rua porque já tentaram me matar, mas eu fiz terapia e já tinha conseguido melhorar’*, disse ele. Invaso pelo desespero, pelo medo e pela preocupação com sua mãe, Vitor começou a repetir incessantemente que *‘era melhor ele não existir’*.

‘Eu não sei porque eu continuo vivo. Se eu morrer as coisas se resolvem para todo mundo. Eu não quero mais atrapalhar a vida de ninguém. Eu quero morrer’, disse ele. Nesse momento eu fiquei quase sem reação e eu só conseguia dizer que ele não podia pensar assim, que a culpa não era dele. *‘A culpa é minha sim. Tudo isso é culpa minha. Se eu não existisse mais nada disso estaria acontecendo’*, respondeu ele. Tentei lembrar que ele era importante para muitas pessoas e que *‘não existir mais’* não ajudaria sua mãe ficar bem. *‘Eu sei. Mas não aguento mais tentar fazer as coisas. Quando eu penso que as coisas estão melhorando, acontecesse isso. Eu não aguento mais. Só preciso que alguém me ajude a morrer’*, disse Vitor.

Ficamos sentado por mais de duas horas conversando, até que o celular de Vitor tocou. Era um número desconhecido e ele pediu que eu atendesse. A ligação era de um amigo de sua mãe que havia emprestado o celular para ela contactar Vitor. Ele respirou fundo e falou com sua mãe. Sua mãe estava no mercado e queria saber a senha da conta bancária de Vitor. Ele não estava com o papel que tinha a senha naquele momento. A mãe de Vitor percebeu sua voz embargada e perguntou se ele estava chorando. *‘Não mãe, está tudo bem. E você como está?’*, questionou Vitor. Ela disse que estava bem e que a situação estava mais calma. O telefonema tranquilizou um pouco Vitor. Dona Alvina chegou um pouco depois da ligação.

Sai da sala onde estávamos e deixei ambos conversando. Depois de um tempo, Dona Alvina saiu e disse que Vitor estava melhor. No dia seguinte, encontrei Marcelo na biblioteca. Marcelo, também um homem trans, era muito amigo de Vitor. Começamos a conversar sobre o ocorrido no dia anterior:

- Isso que aconteceu com Vitor, aconteceu com todo mundo que tá aqui. Nós temos medo o tempo todo de sermos violentados, seja na rua seja em casa. Aqui acaba sendo o lugar que a gente se sente seguro. (Caderno de campo, fevereiro de 2019).

Essa fala de Marcelo foi repetida diversas vezes nas conversas que tive com os moradores e moradoras da república. As ameaças e violências sofridas no ambiente familiar ou na rua são constantemente lembradas. Como no caso de Vitor, essas ameaças e violências geram um medo permanente na vida desses e dessas jovens *acolhidos/as*. Vitor tinha medo de ser encontrado por seu primo e por sua tia. Tinha medo de acontecer alguma coisa com sua mãe, se ela negasse contar onde ele estava. Como efeito desse medo e desse ambiente violento, Vitor passou a pensar em tirar a própria vida, o que resultaria, em sua visão, na resolução dos problemas dele e de sua mãe. Dona Alvina me contou que Vitor, com ajuda de um parente da família conseguir se mudar com a mãe pra outro bairro de São Paulo. E que o Júnior, o coordenador do *Grupo de Trabalho da Empregabilidade*, havia conseguido remarcar sua entrevista de emprego.

A compreensão da república como esse *lugar seguro* se deve justamente aos perigos, violências e medos que compõem o lado de fora dali. Para Vitor, após ser ameaçado em duas ocasiões, a *república de acolhimento* se tornou um *lugar seguro*. Depois de um mês ali, além de um *lugar seguro*, Vitor entendia que *as coisas pareciam estar melhorando*. Como ele me disse aquele dia, *‘eu queria muito conseguir esse emprego para poder alugar uma casa e tirar minha mãe de lá’*. Essa *lugar seguro* tornava-se para Vitor um lugar de outras possibilidades. Lili morava na rua antes de vim para a Casa 1. *‘Eu estava cansada de dormir na rua e não saber se ia acordar viva. É essa a vida de uma travesti e eu queria sair dela’*, disse ela. Desejando sair da rua e da prostituição, Lili entendia a *república de acolhimento* não só como

um *lugar seguro* mas também como uma possibilidade de *estruturar a vida*. ‘*Eu precisava de um teto, de um lugar que eu não tivesse de levar uma paulada a qualquer momento. Depois disso, eu desejo um emprego, um lugar para morar. Queria estruturar minha vida*’, disse ela.

Sair de ambientes violentos era compreendido como a única possibilidade de *seguir a vida*. Algo muito parecido é mostrado em etnografias que relatam a necessidade das mulheres violentadas em ambiente doméstico encontrarem “lugares seguros”, “espaços de apoio e acolhimento” (Andrade, 2018; Gregori, 1993; Williams, 1998; Crenshaw, 1994). Andrade argumenta que esses lugares são “espaços abertos a escutar as falas daqueles que sofrem e [que] como instrumento e exercício terapêutico, possibilitaram o tratamento do sofrimento” (2018: 124). Williams mostra como essas mulheres, que se reconhecem como “sobreviventes”, “estão no abrigo porque querem mudar suas vidas, que foram arruinadas por outras pessoas” (1998: 148). Ao ser habitada e envolvida por essas existências negadas e violentadas em outros lugares, a *república de acolhimento* da Casa 1 se transforma num lugar de possibilidades. Um lugar de segurança, um lugar de *estruturar a vida* e um lugar de *seguir a vida*. Diferente dos ambientes familiares ou da rua, a república era vivida não pelo medo mas pelo desejo e expectativa de uma outra possibilidade de futuro. Nascimento, em sua etnografia sobre travestis na Paraíba, afirma que “do corpo desfeito pelas experiências de violência e refeito pelo afeto e cuidado de si”, as travestis “almejam sair do lugar de origem e ir para uma cidade que lhes propicie um melhor retorno financeiro e uma melhor valorização de sua imagem como travesti e/ou profissional do sexo” (2014: 81). No contexto da Casa 1, a república torna-se esse lugar onde a vida *se estrutura* justamente por que ele permite visualizar um futuro para além daquilo que a “casa familiar” nega, violenta e constrange.

A “casa” aqui não aparece do mesmo jeito que demonstram as etnografias que analisam as feições das casas em diferentes contextos de pesquisa. Nessas análises, como mostrarei no capítulo 3 desta dissertação, a “casa”, como afirma Marques (2020), “se constitui em um processo contínuo de criação”, uma vez que “a casa abriga, acolhe, atrai, amansa, gera, cria, e não apenas como um lugar, mas como um agente. Ou antes, um agenciamento” (2012: 12). De modo distinto, a “casa” para os e as jovens LGBTQIA+ é um lugar de violência física e simbólica, um lugar onde suas existências e identidades são negadas, violadas. Não obstante, como tenho mostrado aqui e como mostrarei no próximo capítulo, a Casa 1

transforma-se num lugar que *ajuda* a criar uma nova forma de habitar esse mundo devastado pelas violências familiares.

Em contraposição a casa da família, a *república de acolhimento* transforma-se em um *lugar seguro*. Um lugar onde suas existências são reconhecidas e outros futuros são possíveis⁶⁵. Patricia Hill Collins (2019: 276), ao falar sobre a feitura de espaços de resistência e de liberdade de mulheres negras, diz que a criação de “um espaço mais ou menos seguro, mesmo que restrito, é uma condição para a resistência das mulheres negras”. Por meio de muitas formas de relacionamentos nesses lugares seguros, as mulheres negras “afirmam umas às outras”: “afirmam a humanidade umas das outras, afirmam sua excepcionalidade e seu direito de existir” (ibidem: 278, 279). Cria-se a partir desses relacionamentos autodefinições que resistem a imagens que controlam, invisibilizam e excluem mulheres negras em outros espaços. Essas autodefinições, antes de serem separatistas, é um modo de fortalecer as mulheres nas experiências cotidianas da vida.

Embora a visibilidade desses lugares seguros incorra num risco, ela permite que novas formas de existir e resistir aos espaços de exclusão e opressão. Esse lugares, então, não restringem as relações de mulheres negras justamente porque seu esforço está, além da autodefinição, na “busca por sair do silêncio em direção à linguagem e, em seguida, à ação individual e em grupo” (Collins, 2019: 304). Do mesmo modo, a restrição do espaço da república aos seus moradores/as não o separa das relações com o exterior, uma vez que, como disse acima, ela está entrelaçado de muitas formas com os outros espaços da Casa 1. Além disso, sua exclusividade não o invisibiliza, muito menos restringe as relações dos/as jovens com o que está fora dali.

Sua configuração como um espaço *restrito* é uma forma de manter em *segurança* àquelas/es que passaram por momentos de sofrimento, agressão e exclusão em outros ambientes. A história de Vitor ressoa nas muitas histórias que ouvi das/dos moradoras/es daquele lugar. Essas histórias me mostraram como visibilizar corpos, desejos, sexualidades e identidades dissidentes faz emergir outros modos de existência ao mesmo tempo que os colocam em processos de violência e sofrimento. É nesse sentido que Lorde (2012) e Collins (2019) nos chamam atenção para os riscos implicados nas visibilidades. Mas como argumenta

⁶⁵ Falarei sobre essa ideia de outros futuros possíveis no capítulo 3.

Lorde (2012: 20), as mudanças só ocorrem quando os silêncios são rompidos, uma vez que “não são as diferenças que nos imobilizam, mas os silêncios”.

Em sua análise sobre a socialidade das homossexualidades ao longo século XX, Green (2019: 175, 176) mostra como espaços invisíveis foram utilizados não só para fugir da vigilância pública e familiar, mas também como espaços de “refúgio”. O apartamento e o quarto alugado tornaram-se “um refúgio contra a censura social e as perseguições policiais”. Diante das ações violentas e ações de exclusão sofridas em outros espaços, nesses espaços de refúgio os homossexuais “criaram seu próprio lar e rede de amigos, os quais muitas vezes suplantaram o sistema de apoio da tradicional família brasileira” (ibidem: 176). Sendo assim, ainda de acordo com o autor (ibidem: 300), mesmo os espaços públicos sendo fundamentais para a socialidade homossexual, “os edifícios dessa subcultura eram os grupos de amigos que funcionavam como uma família alternativa para os homossexuais enfrentando a hostilidade social”.

A família, por exemplo, era um “lugar de supressão e silenciamento” ao mesmo tempo que também era um lugar onde se cedia às “constantes pressões sociais” e se conformava “às normas sociais” (ibidem: 37). Fugindo dos olhos vigilantes do espaço familiar, esses homens passaram a se encontrar em lugares privados ou então se mudaram para grandes metrópoles. Da mesma maneira, fugindo dos olhos violentos e vigilantes da família, os jovens e as jovens LGBTQIA+ encontram na *república de acolhimento* uma possibilidade de *estruturar* e de *seguir a vida*. *Estruturar a vida* é conseguir independência financeira e um lugar para morar. É também sair de um lugar cuja violência cotidiana os impede de ter sua existência exercida. É, como me disse Carolina, ‘*conseguir respirar e tentar viver da maneira que a gente sonha*’.

Dessa forma, mostrei ao longo desse capítulo, que após o processo de expulsão, a *república de acolhimento* possibilita que outras relações, afetos e intimidades sejam produzidas continuamente na vida cotidiana dessas pessoas LGBTQIA+. Essas relações, afetos e intimidades permeiam não só a interação cotidiana promovida no ambiente doméstico da república, como também são expandidos para outros lugares e temporalidades. As intimidades e proximidades forjadas no cotidiano desse ambiente entrelaça a Casa 1 em outros sentidos e afeto, ampliando o que compõe o *fazer parte da Casa 1*. O *fazer parte* ou *pertencer*

é modificado e modulado na medida que os e as jovens passam a habitar no espaço da república.

Compreendida como um *lugar seguro*, a *república de acolhimento* é envolvida pelos desejos, afetos e urgências daqueles e daquelas cujas existências foram colocadas em *risco* no ambiente familiar. Ao habitar esse espaço, os e as jovens LGBTQIA+ passam a viver o cotidiano de outras maneiras e também é começar elaborar outras formas da *continuar vivendo*. Nesse sentido, o lugar *seguro* torna-se um suporte para que o *sobreviver* seja multiplicado nas diferentes perspectivas desses e dessas jovens LGBTQIA+. Os desejos e os *sonhos* que engendram a continuidade da vida dessas pessoas ganham um lugar de possível realização. Os modos de existir que são, como veremos no capítulo 3, negados ou silenciados no ambiente doméstico, passam a ser *livres* no contato com a Casa 1.

CAPÍTULO 3

Seguir a vida: memória, família e violência

Capítulo 3: *Seguir a vida: memória, família e violência*

- **Cecília:** como seus pais reagiram quando você contou que era gay? Como é sua relação com eles?
- **Eu:** não foi eu que contei. Meu irmão contou para minha mãe que viu uma conversa minha com outro menino no computador. Aí minha mãe veio falar comigo. Mas ela foi uma incrível e temos uma ótima relação. Com meu pai eu nunca conversei mas ele sabe e nunca me disse nada.
- **Cecília:** eu queria que minha relação fosse assim também com minha mãe. Ela nunca me aceitou e piorou muito quando comecei a transicionar.
- **Anderson:** na minha casa foi a mesma coisa. Meus pais não aceitaram eu ser gay e isso fez da minha vida naquela casa um inferno. Até que eu fui expulso. (Caderno de campo, janeiro de 2019)

Estávamos, Anderson, Cecília e eu sentados no pátio do Galpão conversando. Cecília, em um determinado momento de nossa conversa, perguntou-me como era minha relação com meus pais e como havia sido o momento de dizer que era gay. Depois de respondê-la, Cecília expressou o desejo de que a relação com sua mãe fosse igual a que tenho com minha mãe. Nesse hora sua voz embargou e as lágrimas se tornaram visíveis. Formou-se um ambiente em que as palavras me faltaram, mesmo sabendo que quase nada poderia ser dito. Anderson, em seguida, reforçou a experiência de viver em um lugar que se tornou um *inferno* após ter assumido sua identidade. *‘Meu pai nunca foi uma pessoa próxima e ele se transformou numa pessoa ainda mais violenta depois de assumir que eu era gay’*, disse ele. Da mesma maneira, se *assumir* como uma mulher trans fez com que Cecília passasse sofrer a agressões físicas e verbais de sua mãe e de seu pai. *‘Depois de me assumir, ficou impossível viver lá’*, disse ela.

Anderson veio do interior de São Paulo. Conheceu a Casa 1 via rede social e entrou em contato com os organizadores. *‘Peguei algumas coisas, coloquei numa mochila e vim. Nunca tinha vindo para São Paulo. Arrisquei muito, né?. Mas não tinha como ficar mais lá.*

Foi uma tentativa de seguir a vida', contou ele. Da mesma forma, Cecília mudou-se para São Paulo vinda do interior do Ceará, mas sem conversar com os organizadores antes.

- Eu tinha visto a Casa 1 numa postagem do Facebook. Resolvi arriscar tudo. Comprei uma passagem de ônibus e vim bater aqui na porta. Me levaram até o Iran e no mesmo dia eu comecei morar na república. Agora aqui eu quero é seguir minha vida. (Caderno de campo, janeiro de 2019).

Como é explicitado por Cecília e Anderson, ao *assumir* suas identidades de gênero, a casa se transforma num ambiente intolerável para viver. Suas existências passam a ser violentadas e negadas, desencadeando em muitas formas de homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. Assim como narrado por Cecília e Anderson, as memórias dos e das jovens LGBTQIA+ *acolhidos* mostram que a casa da família, antes de ser um lugar de permanência, de cuidado e de produção da vida, é um lugar onde viver torna-se impossível. Trata-se de um lugar de agressão, de negação e de expulsão. Nessas casas não se admite existências que não correspondam às expectativas da “heterossexualidade compulsória”⁶⁶ (Rich, 1980; Wittig, 1992).

Tornando-se insustentável viver no ambiente doméstico familiar, o assumir-se também gera, para além das violências e sofrimentos, uma possibilidade de *seguir a vida*. Como disse Cecília e Anderson, a decisão de vir para São Paulo, embora cheia de riscos, abre a possibilidade de que outras formas de elaboração de futuros sejam imaginadas e perseguidas. Assim, as agressões, as violências e o momento da expulsão, que são constitutivos do espaço doméstico da casa familiar, não produzem apenas uma memória traumática. O *seguir a vida* engendrado ali evoca uma possibilidade de se movimentar e construir outras formas de viver a vida após a ocorrência de um evento crítico (Das, 1995). Os eventos críticos, como sugere Das (1995), são os momentos em que a vida cotidiana é interrompida e os mundos íntimos e

⁶⁶ Adrienne Rich (1980: 648) argumenta que a heterossexualidade compulsória é “algo que tem que ser imposto, administrado, organizado, pró-pagandizado e mantido pela força”. Em consonância a isso, Monique Wittig (1992: 42) defende que a heterossexualidade não é apenas uma prática sexual, mas um “regime político”.

locais são destruídos. Nesses mundos devastados, novos modos de agir e existir são forjados e, como consequência, as pessoas elaboram outras formas de se relacionar entre si e com o mundo. Nesses modos de habitar um mundo destruído, o passado envolve o presente não necessariamente como uma memória traumática, mas como um “conhecimento venenoso”. Conhecimento esse que é produzido e compartilhado pelo sofrimento e que rearticula os modos de existir em meio a um local devastado.

Nesse sentido, argumenta Carsten, em muitos casos, as fraturas, perdas e rompimentos desencadeados pelos eventos críticos “é parte integrante da vida adulta e da criação de novos tipos de relacionamentos no presente e no futuro” (2007: 24). Assim, ao longo desse capítulo, exploro como as memórias familiares e as memórias da *rua* são acionadas por pessoas LGBTQIA+ expulsas para descrever lugares que tornam a *vida impossível*, ao passo que, ao serem evocadas, nesse momento de rememoração elaboram-se outras formas de presente e futuro. É nesse entrecruzamento das memórias - da família e da *rua* - e das formas imaginadas e desejadas de *seguir a vida*, que a Casa 1 é implicada nos modos de habitar o mundo desses jovens e jovens *acolhidos*. Além das narrativas dos e das jovens *acolhidas*, trago também as histórias de outras pessoas LGBTQIA+ que habitam os espaços da Casa 1 como uma forma de explicitar outras imagens da casa da família, da *rua* e de feitura de outros futuros, mostrando de quais maneiras a Casa 1 se envolve e é envolvida cotidianamente com seus habitantes. Aqui outra vez se explicita a Casa 1 como um *lugar de passagem*: é por meio de sua presença na vida das pessoas que a construção do presente e do futuro é iniciada.

Para pensar essa relação entre memória e família, sigo as reflexões antropológicas atentas à implicação entre memória e parentesco. Em suas reflexões sobre memória, família e política no sertão de Pernambuco, Villela (2015) e Marques (2013) mostram que no processo de rememoração passado e presente coexistem. Seguindo o conceito de duração elaborado por Bergson (2006), Marques afirma que “na memória dos sertanejos, os diferentes momentos do passado e do presente se misturam em um tempo fluido, contínuo, vivido”. Ao articular tempos e espaços distintos, a autora nos mostra que as pessoas produzem configurações e sentidos de família específicos, relações de pertencimento e de exclusão que conformam o que ela chama de “mapas mnemônicos de socialidade” (2013: 720).

Nos distintos modos de ativar a memória, as temporalidades se entrecruzam em movimentos de expansão e contração (Bergson, 2006)⁶⁷. Essa ativação da memória, como explicado por Deleuze ao analisar a noção de memória em Bergson, “compreenderia um movimento pelo qual o ‘presente’ que dura se divide a cada ‘instante’ em duas direções, uma orientada e dilatada em direção ao passado, a outra contraída, contraindo-se em direção ao futuro” (2008: 39). Como mostra Villela, “de uma virtualidade pré-nominal são retirados, em caso de necessidade, os pedaços de parentesco que constituem família em qualquer dos seus sentidos. Para que essa virtualidade atualize-se é preciso que algumas memórias sejam acionadas” (2015: 10).

Nessas discussões, a memória é encarada não como meio de representações, mas a partir daquilo que ela cria, das relacionalidades que ela faz e desfaz (Carsten, 2007; 2000). A atenção está voltada para como a memória, constituída pelo entrecruzamento de perspectivas individuais e coletivas (Bloch, 1996; Radstone e Hodgkin, 2005), movimenta as temporalidades distintas. Ao movimentar o passado, a memória transforma o presente. Como argumenta Pine (2007), as memórias coletivas, pessoais ou familiares, se misturam umas nas outras pois são continuamente criadas e constituídas. No mesmo movimento, se o passado é recriado pelo presente, o futuro apresenta-se como uma outra possibilidade. É no imbricamento dessas temporalidades que busco explorar a constituição do cotidiano na Casa 1.

O cotidiano, neste capítulo, aparece de uma forma distinta daquelas apresentadas no capítulos anteriores. No primeiro capítulo, o cotidiano é descrito pelas relações e apropriações produzidas entre aqueles e aquelas que habitam os espaços *abertos* e *visíveis* do Centro Cultural e da Clínica Social da Casa 1. Naquele capítulo, mostro como a Casa 1 é composta a partir das interações cotidianas forjadas por múltiplas presenças. No segundo capítulo, por sua vez, descrevo como a *república de acolhimento* é constituída à medida que os moradores e moradores *acolhidos* passam habitar esse espaço doméstico. O cotidiano aparece então nas

⁶⁷ De acordo com Bergson, os deslocamentos de expansão e contração da memória em direção ao passado e ao futuro ocorrem por meio de dois tipos de associação: “há nesse mecanismo uma associação por semelhança, já que a percepção presente age em virtude de sua similitude com as percepções passadas, e há também uma associação por contiguidade, já que os movimentos consecutivos a essas percepções antigas se reproduzem, e podem inclusive arrastar consigo um número indefinido de ações coordenadas à primeira. Percebemos portanto aqui, na sua origem mesma e quase confundidas - não pensadas, certamente, mas desempenhadas e vividas -, a associação por semelhança e a associação por contiguidade” (2006: 195).

muitas formas de intimidade envolvidas na república. Cotidiano esse que é multiplicado e reconstituído na transitoriedade contida no morar nesse lugar. Já neste terceiro capítulo, o cotidiano é explorado a partir das memórias. Por meio de certos pedaços de memórias, torna-se explícito os sofrimentos que compreendem a experiência da vida familiar ou da vida na *rua*⁶⁸. Memórias que, ao serem mobilizadas, visibilizam a busca de outras possibilidades de existir e maneira pela qual a Casa 1 está implicada nessa procura. Aqui as memórias e essas outras possibilidades de existir atravessam o cotidiano.

Conforme descrevi no capítulo anterior, os e as jovens LGBTQIA+ compreendem a república como um *lugar seguro*, que lhes permite *estruturar e seguir a vida*. No capítulo 2, explorei essa ideia de *estruturar a vida*, a partir daquilo que está associado à composição da *república de acolhimento*. Já neste capítulo, que encerra minha dissertação, exploro a noção de *seguir a vida* evocada pelos jovens e jovens LGBTQIA+ com o objetivo de mostrar como, ao acionar essas memórias familiares, as e os jovens *acolhidos/as* buscam produzir outras formas de habitar um mundo permeado de violências e fraturas. Esse habitar é acompanhado da produção de outros futuros possíveis e da reconstituição de si. Espero mostrar como identidades negadas e violentadas no ambiente familiar passam a ser reconhecidas e *assumidas* à medida em que esses e essas jovens passam a morar e habitar a Casa 1. É nesse lugar que outras perspectivas de futuro se tornam possíveis: a conquista de um emprego, um nome social reconhecido e retificado, a busca de um lugar para morar, a retomada dos estudos e ingresso no ensino superior, a assunção de outras identidades e sexualidades. Essas perspectivas movem e modulam o *seguir a vida*.

Minha intenção é explicitar como a Casa 1 é também constituída pelo entrecruzamento de memórias familiares e das possibilidades de *seguir a vida*. Nesse entrecruzamento entre memória, tempo e família, diferentes relações e apropriações são forjadas nos espaços da Casa 1. Há, então, no entrelaçar entre espaços, memória e família, uma possibilidade de analisar, por um lado, de que maneira essas casas familiares são rememoradas e quais imagens compõem esses lugares e, por outro, como as pessoas reelaboram a si mesmas após situações limites, bem como do que é feita a elaboração de um futuro.

⁶⁸ Como bem argumenta Andrade, o sofrimento “mais que uma experiência individual e íntima, é produzido por contextos coletivos, morais, generificados e econômicos” (2018: 124)

3.1 memórias do *insuportável*

‘Viver na casa dos meus pais se tornou insuportável depois que me assumi. Antes já era difícil conviver com eles, mas depois que me assumi piorou tudo’. Foi assim que Sandro começou a narrar como era viver com seus pais. Sandro morava na zona norte de São Paulo, numa casa pequena com seus pais e mais dois irmãos mais novos. A vida da sua família, como ele disse, *‘era muito difícil’* porque *‘faltava até mesmo comida, muitas vezes’*. Assumir-se como gay fez com que a relação com seu pai se tornasse insustentável.

- Meu pai nunca foi uma pessoa carinhosa comigo. Quando eu era pequeno não gostava de fazer coisas de menino... brincar com bola, de carrinho, essas coisas. E isso irritava meu pai. Fui crescendo e aí foi piorando. Quando ele bebia ficava agressivo. Me xingava, falava para eu “virar homem”... já até chegou me bater. (Caderno de campo, outubro de 2018).

As violências e agressões diárias sofridas por Sandro fez com que ele morasse por um tempo na rua. *‘Quando eu tinha 16 anos, acabei indo morar na rua depois de uma briga com meu pai’*, disse ele. Ele ficou por pouco tempo na rua e foi para casa de outros parentes. Depois de um tempo ele acabou voltando para a casa dos pais. *‘Mas as coisas continuaram iguais. Os xingamentos, as brigas e as agressões’*, contou Sandro.

Sandro tinha 19 anos quando foi morar na Casa 1. *‘Eu estava cansado de viver naquela casa. Vir para cá se tornou uma oportunidade de sair daquele inferno’*, disse ele. Desde que chegou, nunca mais ele teve contato próximo com a família. Ele havia falado poucas vezes via WhatsApp com sua mãe. A relação com sua mãe, embora não fosse tão violenta e *insuportável* quanto a com seu pai, também não era boa. *‘Minha mãe também não aceitava eu ser gay e acabávamos brigando. Ela é evangélica, então você sabe. Ela nunca me agrediu, nem nada, mas também não era fácil conviver com ela’*. Mesmo não aceitando o fato de Sandro ser gay, sua mãe nunca quis expulsá-lo de casa. A expulsão ocorreu devido às

violências e ameaças infringidas por seu pai. Perguntei se ele tinha algum tipo de mágoa ou ressentimento por sua mãe ter permitido que ele fosse expulso.

- Não tenho nenhum ressentimento. Eu tenho mais dois irmãos e minha mãe não conseguiria bancar sozinha nós três. Ela e meus irmãos dependiam do meu pai em casa. Na verdade, eu quero um dia conseguir ajudar financeiramente ela e meus irmãos. (Caderno de campo, maio de 2019).

Assim como Sandro, a figura de um pai violento também foi narrada por Juliano. Numa certa tarde, Juliano veio até a biblioteca, logo após passar a manhã entregando currículos, e ali ficamos conversando quase que a tarde inteira. Ele contava sobre seus planos para o futuro e num determinado momento da conversa disse que sentia falta do tempo que morava com sua avó. Ele morou com a avó durante a infância e com treze anos foi morar com seu pai, porque a convivência com a avó *estava ruim*. Com o passar do tempo, ele começou a *ter problemas* com o pai pelo fato deste ser *usuário de drogas*. *‘Ele chegava em casa, quebrava tudo, não sobrava nada’*, disse Juliano.

Juliano e o irmão foram morar na rua durante um tempo e depois voltaram a morar com a pai. Em uma briga com o pai, seu irmão voltou-se contra Juliano e eles nunca mais se falaram desde então. Sua relação com o pai e o irmão piorou quando ele *assumiu sua homossexualidade*. *‘Quando nós íamos num mesmo lugar, eles faziam eu ir primeiro e os dois iam depois pra não aparecer comigo’*, contou Juliano. Durante esse tempo, ele disse que suportou muita violência física e verbal. Após passar anos sofrendo nessa relação com seus familiares, Juliano veio para São Paulo. *‘Eu enterrei tudo aquilo e falei ‘tchau Londrina’ e vim embora pra cá. Eu meti a cara e vim, só com minhas roupas e meus documentos’*.

As figuras masculinas, seja o padrasto seja o pai, eram sempre narradas como a expressão da violência⁶⁹. A casa como uma ambiente *insuportável* decorria substancialmente das relações cotidianas com o pai ou o padrasto. Mariana saiu de casa depois de passar a

⁶⁹ Wittig (1992) mostra como na construção do regime político da heterossexualidade compulsória, as figuras masculinas são compreendidas como expressões naturais e inevitáveis da violência e do controle.

infância inteira sendo agredida pelo padrasto. *‘Ele me espancava desde sempre e as coisas pioram depois que eu assumi ser trans’*, disse ela. Depois de expulsa, Mariana morou um tempo num albergue e, após ter sido *ameaçada de morte* por uma travesti, também moradora do albergue, veio morar na Casa 1. *‘Aqui acontece brigas às vezes, mas eu nunca morei num lugar tão bom. Aqui eu posso ser quem eu quero, esse lugar mudou minha vida’*. Amália, que ouvia minha conversa com Mariana, disse que sua *vida tinha sido parecida com a dela*. Ela é também uma mulher trans que foi expulsa de casa por seu padrasto. *‘A gente brigava todos os dias. Ele já até chegou a me bater. Eu passei a ficar o dia todo trancada no quarto. Não saía nem pra rua. Aí teve um dia que cansei e fui embora de casa’*. Antes de vir para Casa 1, Amália disse que o padrasto já havia tentado a expulsar diversas vezes, sendo impedido por sua mãe.

Quando não apareciam como imagens encarnadas da violência doméstica, as narrativas dos e das jovens LGBTQIA+ mostraram os pais como figuras da ausência. Tanto na vida de Amália como na de Mariana, a relação com o pai não existe. Amália nunca conheceu seu pai, ele abandonou sua mãe quando ela ainda era pequena. Mariana não conheceu o pai porque sua mãe fugiu dele quando ela ainda era um bebê. *‘Meu pai batia na minha mãe, aí ela veio da Bahia fugida’*, me contou Mariana. Enquanto Carla me contava como se deu sua vinda para a Casa 1 e como era a relação com sua mãe, perguntei como era a relação com seu pai. Rindo, ela disse: *‘pai? Que pai? Não conheço nem o RG’*. Seu pai abandonou sua mãe ainda grávida e ela nunca teve nenhum contato com ele.

Na constituição cotidiana da casa dos e das jovens LGBTQIA+ expulsos e expulsas, as paternidades tomam forma, portanto, tanto na ausência quanto na violência. Quando o pai de Sandro diz para ele *virar homem* ou quando o sobrinho de Vitor o ameaça dizendo *‘vamos ver se ele é homem mesmo’*⁷⁰, aquilo que se espera do que é ser homem produz um ataque violento contra aqueles e aquelas cujas existências desafiam essa imagem da masculinidade. Embora minhas descrições estejam baseadas nas perspectivas daqueles e daquelas que sofrem os efeitos destrutivos das masculinidades, elas reverberam nas análises sobre a masculinidade

⁷⁰ Como descrevi no capítulo 2, Vitor foi expulso de casa após ser ameaçado de agressão por seu sobrinho e sua irmã.

hegemônica (Connell, 2005) e nas múltiplas outras formas de masculinidade⁷¹ (Vale de Almeida, 1996; Welzer-Lang, 2001; Venturoza, 2016). Welzer-Lang argumenta que a “dominação masculina” é mantida e regulada por meio de violências variadas, “as quais tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres” (2001: 461). Como efeito disso, na socialização masculina, o feminino se torna o polo de rejeição central, fazendo com que “aqueles homens que não podem provar sua virilidade passem a ser considerados como mulheres, como dominados” (2001: 465). É dessa maneira que, não apenas a violência contra mulher ocorre, mas também é produzido a homofobia, a transfobia, a lesbofobia e a bifobia.

Apesar de minha etnografia não estar centrada nos pontos de vista dessas figuras masculinas, as memórias do *insuportável* nos mostram os efeitos das masculinidades e da heterossexualidade compulsória: das violências constitutivas do espaço da casa, as existências dos e das LGBTQIA+ são negadas, vigiadas, confrontadas e expulsas. Nos lugares domésticos, homens trans são questionados por algum tipo de falta do que é ser masculino. Mulheres trans e travestis são agredidas por negar à masculinidade e a virilidade, e por performar múltiplas formas de feminilidade. Mulheres lésbicas sofrem os estupros corretivos, como uma forma de fazê-las, violentamente, experienciarem o desejo normalizado. Assim, é nesse entrecruzamento entre as masculinidade e a heterossexualidade compulsória com a casa que podemos ver a feitura desse *lugar impossível de viver* outras experiências de gênero e sexualidade.

Nas composições das memórias⁷² do *insuportável*, a figura da mãe expressa outros tipos de relações, sentimentos e afetos. Em alguns casos, elas são lembradas por meio dos cuidados despendidos diariamente, pela cumplicidade estabelecida no momento de assumir sua identidade de gênero, pela *luta* em trabalhar para ajudar no sustento da casa. As mães de

⁷¹ Segundo Vale de Almeida, “a masculinidade hegemônica é um consenso vivido. As masculinidade subordinadas não são versões excluídas, existem na medida em que estão contidas na hegemonia, são como que efeitos perversos desta, já lá potencialmente” (1996: 162)

⁷² Como uma “arte composicional” ou uma práxis, Carruthers (2000: 9) defende que a memória é sempre criação e invenção. Segundo a autora, “as memórias são todas imagens e elas são todas e sempre emocionalmente ‘coloridas’” (2000: 14). Essas imagens mnemônicas são “imagens agentes” que estão sempre em ação no trabalho de criar e inventar (2000: 16). Nesse sentido, as composições das memórias do *insuportável* nos mostram de que maneira o ambiente doméstico é constituído cotidianamente. Dessa constituição, como veremos ao longo desse capítulo, a Casa I é entrelaçada na vida dos e das jovens LGBTQIA+ e nos modos como eles buscam a feitura de outros futuros possíveis.

Mariana e Amália continuaram com os padrastos por depender financeiramente deles e por ter outros filhos menores de idade. As duas disseram que, apesar de sentir um *pouco de mágoa* das mães, fariam *qualquer coisa pra ajudar elas*. A dependência financeira e a necessidade de criar outros filhos, fazia com que as mães continuassem com seus maridos e, conseqüentemente, os e as jovens LGBTQIA+ acabavam saindo de casa. Aqui, mais uma vez, as figuras masculinas aparecem produzindo o rompimento com o espaço familiar. Valério, em uma conversa com Miro na biblioteca, disse que *‘não conseguia mais de sentir feliz’* desde o dia que saiu de casa. Eu, que estava arrumando os livros na prateleira, perguntei porque ele estava com aquele sentimento. *‘Hoje é aniversário da minha mãe. A gente era muito ligado e eu não a vejo desde que vim pra cá [para a Casa I]. Eu estou muito triste com isso, de não poder dar um abraço na minha mãe’*, respondeu ele. Valério, que havia sido expulso por seu pai, foi proibido por ele de visitar sua mãe e seus irmãos. O avô de Karen também a proibiu de ir visitar sua avó. *‘Desde quando eu passei a me reconhecer como uma mulher trans, meu avô me proibiu de ir na casa deles. Mas eu queria muito ver minha avó. A minha avó tem uma ligação muito forte comigo, sempre teve, e ela sente muita falta de mim e eu dela’*, disse Karen.

Apesar dessas figuras femininas produzirem outras relações e afetos no espaço da casa, as violências que permeiam esse espaço, contudo, não são cometidas apenas pelas figuras masculinas. As figuras femininas que compõem o ambiente doméstico também produzem o *insuportável*. É preciso, portanto, lembrar da afirmação de Vale de Almeida:

- “Masculinidade e feminilidade não são sobredisponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de gênero” (1996: 162)

As mesmas exigências feitas pelos ideais da masculinidade também são proferidas pelas figuras femininas com que as pessoas LGBTQIA+ se relacionam cotidianamente. Identidades e sexualidades também são negadas, vigiadas e violentadas pelas mães, avós, tias e irmãs.

Conheci Nayara quando ela chegou na Casa 1 acompanhada de outros moradores. Naquele dia ela, que ainda se reconhecia pelo seu *nome morto*⁷³, veio junto com Isa e Felipe conversar com Dona Alvina, para que ela pudesse morar na república. Dias depois, percebi que Nayara estava saindo da república e, enquanto eu varria a frente da biblioteca, começamos a conversar. Ela veio do interior de São Paulo, onde morava com sua mãe, irmão e o padrasto. Com o pai ela tinha pouco contato e nas poucas vezes que conversaram, ele demonstrou pouco interesse em estabelecer qualquer tipo de relação. Nayara veio para São Paulo depois de uma *briga feia* com o padrasto e a mãe:

- eu já não aguentava viver naquela casa. Minha mãe e meu padrasto brigavam todo dia comigo. Eles não me aceitavam. Minha mãe chegou me bater até. O meu padrasto já tentou me expulsar várias vezes. Ai num dia, briguei feio com eles e sai de casa. Resolvi vim para São Paulo. (Caderno de campo, fevereiro de 2019).

Perguntei se ela conhecia a Casa 1 antes de vir à São Paulo. E assim, Nayara me respondeu:

- Conhecia só de nome e tinha visto no Facebook. Vim para São Paulo sem mandar mensagem pra ninguém. Cheguei aqui com pouco dinheiro e fui morar numa pensão. Ai num rolê na praça Roosevelt conheci a Isa e o Felipe. No outro dia, eu vim até a Casa 1 e conversei com Dona Alvina. Ai depois disso passei morar aqui. (Caderno de campo, fevereiro de 2019).

⁷³ Explorarei mais essa ideia de *nomes mortos* a seguir (seção 3.4.2). Por ora, cabe adiantar que os nomes mortos são usados para designar os nomes dados as pessoas no momento do seu nascimento e que são abandonados quando passam a se reconhecer em outras identidades de gênero.

Depois de passado um mês da sua chegada à Casa 1, Nayara veio me contar que não se chamava mais [*nome morto*]⁷⁴, agora ela era a Nayara. ‘*Por muito tempo eu me reconheci como gay, mas agora me reconheço como uma mulher trans. Como a Nayara*’. Ao assumir sua identidade trans, Nayara disse que a relação com sua mãe acabou. ‘*Ela viu que eu tinha mudado meu nome no Instagram. Mande mensagem no whatsapp para ela e ela me disse assim: - “eu não tenho duas filhas e o filho que eu tinha morreu pra mim”*’, contou-me ela, visivelmente abalada. Depois disso a mãe de Nayara a bloqueou no whatsapp, impossibilitando qualquer possibilidade de contato entre elas. ‘*Eu fiquei muito triste que isso aconteceu. Até chorei na hora. Mas tenho que seguir minha vida, né*’. Voltarei a essa ideia de *seguir a vida* no final desse capítulo.

Assim, a mãe de Nayara é também, como as figuras masculinas, a expressão da violência e da negação da existência de sua filha. Além de ter sofrido um série de violências enquanto morava com seu padrasto e sua mãe, ao se reconhecer como uma mulher trans, Nayara teve sua existência negada por sua mãe. Um rompimento se estabeleceu naquele momento. História compartilhada por Kelly, que há 6 meses não tinha mais contato com sua mãe. Travesti negra, era moradora da Casa Florescer - uma *casa de acolhimento* pública localizada na cidade de São Paulo e destinada ao *acolhimento* de mulheres trans e travestis - Kelly havia sido expulsa de casa por sua mãe quando ainda tinha 19 anos. Ela morava numa cidade da Bahia e após a expulsão veio para São Paulo. Como possuía pouco dinheiro, ela passou a morar na rua ou em abrigos públicos. O contato com sua mãe foi reestabelecido via rede social.

- Quando sai da casa dela ainda não me reconhecia como Kelly. Voltamos a nos falar pelo Facebook, mas ela nunca me aceitou. Esses dias atrás, eu fiz uma performance no Centro de Referência da Diversidade (CRD), postei no Facebook e minha mãe mandou uma carinha com uma lágrima. Tipo, ‘aí pra que fazer isso’? Minha performance nem ficou feia. Só ela que não gostou, porque todo mundo

⁷⁴ Não colocarei qual era o *nome morto* justamente porque ele nunca é dito pelas pessoas. Como me disse certa vez Ravi, um homem trans, ‘*as pessoas sempre tem essa curiosidade em saber como é nosso nome morto, mas ele não importa. O que importa é quem é a gente agora*’. Volto, como supracitado, aos *nomes mortos* em uma seção posterior desse capítulo.

gostou. Então é isso ela me aceita entre aspas. (Caderno de campo, março de 2019).

Perceber que a figura da mãe é fundamental para a constituição das memórias do *insuportável*, impõe uma outra perspectiva sobre o cruzamento entre casa e a importância das mães para sua constituição. As etnografias contidas no livro “Alquimias do Parentesco”, organizado por Ana Claudia Marques e Natacha Leal (2018), nos mostram que as mães produzem o ambiente doméstico por meio de diferentes formas de cuidado, de criação de afetos, de processos de nutrição, de modos de partilha. Os trabalhos de bell hooks (1991) e Patricia Hill Collins (2019) também mostram como as mães transformaram as casas da família em locais de resistência e de empoderamento de mulheres negras. A casa, nesses contextos, é um lugar que se opõem a um exterior inóspito e cruel, enquanto que para os e as pessoas LGBTQIA+ é o lugar da supressão da vida. Só é possível viver, nessas casas que expulsam, no silêncio absoluto e aterrorizante. No medo de ser descoberto e, como punição, ser violentado e expulso⁷⁵.

As agressões, os insultos, o *virar homem*, que permeiam a vida dos e das jovens LGBTQIA+, tornam a casa, como disse Erica, um *lugar impossível de respirar*. Erica é uma mulher lésbica cis e disse que os e as moradores/as da república compartilham esse mesmo *sentimento e experiência* da casa da família.

- ouvindo as histórias das meninas lésbicas como eu ou mesmo das outras pessoas LGBTs compartilhamos histórias muito parecidas de violência. As histórias de abusos ou tentativas é muito comum entre nós lésbicas. A gente se reconhece uma na história da outra. (Caderno de campo, fevereiro de 2019).

De fato, como pude perceber, a violência se desenrola por muitos anos nas vidas dessas pessoas e elas são cometidas por muitos membros da família. A assunção da sexualidade e da

⁷⁵ Voltarei a essa discussão sobre a noção antropológica de casa no tópico 3.3.

identidade de gênero se desenvolve como momento crítico da vida doméstica: é nesse momento que as formas de violência ocorrem numa maior intensidade e é nesse instante, ou pouco tempo depois dele, que a expulsão ou a fuga ocorrem.

Violências que são causadas tanto pela família como, posteriormente, pela estadia *na rua*, como mostrarei no próximo tópico. Como efeito disso, todas as pessoas, como muitas moradoras e moradores disseram, *chegam à Casa 1 com a mente e o emocional tão destruídos*. No cruzamento das memórias coletivas e individuais (Halbwachs, 1968), o tempo da casa é acionado por meio de emoções e sentimentos que explicitam como a vida vivida dos e das jovens LGTQIA+ se desenrola em meio ao terror, ao medo e às agressões produzidas nas relações familiares. Como argumenta Le Breton, a emoção “é a definição sensível do acontecimento tal como o vive o indivíduo, a tradução existencial imediata e íntima de um valor confrontado com o mundo” (2019: 146). No trabalho do tempo e da memória sobre a emoção⁷⁶, ainda segundo o autor (2019: 147), os modos como os acontecimentos são percebidos ganham outros significados. Nesse sentido, as lembranças feitas pelas pessoas LGTQIA+ mostram como a casa se constitui como um lugar do *insuportável* e, como, posteriormente, sair desse lugar permite imaginar e desejar outras formas de habitar um mundo *destruído*.

3.2 memórias da rua

Como vimos até aqui, deixar o ambiente da casa é compreendido como um movimento que permite existir de muitas outras maneiras. No entanto, esse movimento incorre em riscos, sendo eles imaginados ou conhecidos pela própria experiência ou pela experiência de outros/as. Nos cálculos desses riscos, a rua aparece, ao mesmo tempo, como um lugar de possibilidade e como um espaço do *medo*. Quando Maria começou seu processo de transição, ela sabia que teria que sair de casa porque seus pais *‘não aceitariam ela daquela forma’*. Ela, que morava numa pequena cidade do interior da Bahia, disse que só conhecia a história de uma travesti que havia nascido nesse cidade.

⁷⁶ De acordo com Le Breton, “o sentimento instala a emoção no tempo, diluindo-a numa sucessão de momentos conexos: ele implica uma variação de intensidade que resta, entretanto, numa linha de significado” (2019: 140).

- como a cidade era muito pequena e não tinha muitos LGBTs assumidos, todo mundo conhecia a história dela. Ela veio para São Paulo e trabalhava como prostituta. Ai depois de anos, ela acabou sendo morta. (Caderno de campo, janeiro de 2019).

Mesmo sabendo do perigo que era viver nas ruas de São Paulo, Maria saiu da Bahia apenas com o dinheiro da passagem e sem saber para onde iria. Antes de vir morar na Casa 1, ela havia morado um tempo na casa dos seus tios na zona leste da cidade de São Paulo. Assim, além do conhecimento pregresso da morte dessa travesti, Maria já conhecia uma parte da cidade e tinha um certa noção do que era viver nela. Foi enquanto morava com seus tios, que ela começou a tomar os hormônios. O processo de hormonização era feito por conta própria, *‘das pesquisas que eu fiz na internet’*, disse-me ela.

Devido a alguns *problemas* com seu tio e sua tia, Maria teve que voltar para casa de seus pais na Bahia. Mas, mesmo sabendo que teria que retornar à Bahia, Maria tinha certeza que voltaria para São Paulo o *mais rápido possível* em virtude de seu processo de transição. Uma semana antes de voltar à Bahia, ela vendeu seu celular e algumas peças de roupa para reunir a quantidade de dinheiro suficiente para comprar a futura passagem de volta para São Paulo. *‘Os hormônios já estavam começando a fazer efeito. O cabelo, a voz demora mais, mas as mamas já estavam crescendo e eu sabia que assim que eles percebessem minha vida seria um inferno. A convivência que já não estava dando certo, iria pior’*, disse Maria. E foi o que de fato aconteceu. Assim que perceberam as mudanças corporais dela, seus pais e seu irmão começaram a insultá-la e agredi-la. Maria pegou o dinheiro que havia guardado, comprou a passagem e veio para São Paulo. Sem nenhum dinheiro, sem roupa, *apenas com a coragem*, conforme ela me disse.

Sua vinda à Casa 1 não decorreu de uma conversa prévia com os/as organizadores/as. Ela conhecia a Casa 1 porque uma vereador de Sertãozinho, que ela conheceu via rede social, falou, ao saber de sua vinda para São Paulo, que entraria em contato com os organizadores. Como essa conversa ocorreu um dia antes de sua vinda e, diante do fato dela não ter mais celular, ela chegou em São Paulo sem saber para onde iria e como seria possível chegar à Casa 1.

- Eu nem sabia como a Casa 1 funcionava, se era um tipo de albergue. Eu cheguei na rodoviária e alguém me ajudou acessar a internet para ver onde era o endereço. Mesmo com muito medo de ter que ficar na rua, eu não tinha outra alternativa. Tinha que vir para São Paulo. Não tinha passado pela minha cabeça procurar um local antes, eu só queria vir porque eu não podia continuar mais lá. (Caderno de campo, janeiro de 2019).

Deslocar-se para uma cidade sem saber para onde ir, onde dormir, onde comer, nos mostra, de modo aterrorizante, como a casa da família é o lugar da negação inequívoca das existências dissidentes. Mesmo conhecendo os perigos de *viver na rua*, Maria, à época com 19 anos, veio para São Paulo. O *medo* de ter que *morar na rua* não a impediu de sair de um lugar onde a continuidade da vida já não era mais possível. Mas, como disse Maria, para *sua sorte*, a presença da Casa 1 naquele momento foi fundamental para *fugir dos perigos da rua*. ‘*Chegar ali me deu a segurança de que eu teria um lugar para dormir, comer, procurar um emprego... seguir a minha vida*’.

Como mostrei no capítulo 2, a Casa 1 torna-se um *lugar seguro* para seus moradores na medida em que os outros lugares vividos ou conhecidos expunham eles e elas à potenciais violências cotidianas. Pietra foi expulsa de casa pelo irmão mais velho. Quando ela tinha 18 anos, sua mãe adoeceu e foi morar com irmã mais velha de Pietra. Durante o tempo que estava na casa de sua irmã, Pietra e seu irmão mais velho começaram a *brigar muito*. ‘*Depois disso saí de casa e fui morar com um amigo. Eu trabalhava nessa época. Só que depois de um tempo todo mundo da casa perdeu o emprego e aí eu fui morar na rua. Passei 6 meses morando em albergue, até que fui morar na Casa 1*’. O tempo na rua foi relatado como um *momento muito difícil de sua vida*.

- É muito difícil viver num lugar que você pode ser agredida a qualquer momento. Quando eu não conseguia vaga no albergue e tinha que

dormir na rua, era uma noite que eu não fechava os olhos. Parecia que ia acontecer alguma coisa ruim a qualquer momento. (Caderno de campo, novembro de 2018).

A ida de Pietra para a Casa 1 foi encarada por ela como um momento que *salvou sua vida*. ‘*Eu aprendi, com a ajuda das outras meninas, durante esse tempo na rua a me proteger. Mas mesmo assim, o medo de ser morta era diário*’, disse-me Pietra. O medo de morrer é vivido cotidianamente por pessoas LGBTQIA+, como mostram outras etnografias (Kulick, 2008; Pelúcio, 2005; Carrara e Vianna, 2006; Nascimento, 2014; Patriarca, 2015). As violências encarnadas na constituição cotidiana da rua produzem um sentimento compartilhado entre aqueles e aquelas que viveram nesse lugar: morar na Casa 1 assegurou a continuidade de suas vidas. Tal continuidade é o que permitiu a eles e a elas elaborarem outras perspectivas de *seguir a vida*. Ivana morava no interior de São Paulo com sua mãe e depois de ser expulsa de casa, ela passou a viver na rua e trabalhar com prostituição.

- Fiquei morando na rua e trabalhando como prostituta por um tempo. Depois resolvi vir para São Paulo. Continuei morando na rua e trabalhando como prostituta. Fui expulsa quando tinha 18 anos e depois de 8 anos estava esgotada. Não aguentava mais morar na rua, ser ameaçada, sofrer violência. Quando fiquei sabendo da existência da Casa 1 vim conversar com o Iran. Eu cheguei aqui com 26 anos e já não poderia mais morar. Mas eu implorei e o Iran deixou eu morar. Eu estava exausta, destruída. Mas só de saber que eu teria um lugar para dormir sem correr o risco de ser atacada, já me tranquilizava. (Caderno de campo, julho de 2019).

Estar *cansada e destruída* pela vida vivida nas ruas fez com que Ivana procurasse a Casa 1. Além de produzir um ambiente impossível de se viver, a família, ao expulsar os e as jovens LGBTQIA+, os/as expõem a uma sorte de violências e riscos. Os relatos das outras

peessoas LGBTQIA+ só reforçam como ir para a rua sujeita essas pessoas às mais terríveis condições de vulnerabilidade. Conversando com Lilia, uma travesti que morou por muitos anos na rua e que ocasionalmente vinha até o paliativo procurar roupas, ela me disse que o *acolhimento* desses jovens era, para muitos deles/as, a *salvação da vida deles/as*:

- Eu vi muitas amigas minhas serem mortas. Vi travesti levando paulada na rua enquanto dormia. Vi elas apanhando simplesmente por serem elas. A rua não é um lugar fácil. É verdade que quando somos expulsas ela se torna o único lugar para onde ir. Mas eu não desejo para ninguém passar as coisas que eu passei, ver as coisas que eu vi. Eu conheço o Luiz que acabou de ir morar ai em cima [na *república de acolhimento*]. Ele é muito jovem, foi para rua depois de ser expulso. Ainda bem que teve a Casa 1 para ele ir. Queria que tivesse um lugar assim quando cai na rua. (Caderno de campo, agosto de 2019)

Lilia não mora mais na rua. Vive num apartamento com uma amiga e trabalha numa loja de roupas. As memórias da *rua* acionadas por ela nos mostram exatamente os perigos e os riscos envolvidos em viver nela. É verdade que a *rua* não é descrita, como vimos no capítulo 1, como um lugar perigoso, uma vez que nesse lugar relações de afeto, intimidades e amizades também são forjadas. De modo algum quero desprezar essas outras dimensões da rua. Mas, ao explorar os riscos, as violências e o medo da morte contidos na experiência da rua, explícito como esse lugar pode suprimir as múltiplas possibilidades de continuidade da vida, assim como ocorre no ambiente da casa.

Ao torna-se uma alternativa aos riscos contidos no habitar a rua, a Casa 1 promove um espécie de cisão na vida dos e das jovens LGBTQIA+: ela se torna um lugar de possibilidade de continuidade da vida. Se a rua ou a casa da família constituem-se como lugares do *insuportável*, da exaustão, da violência, da negação, a Casa 1 surge como uma espaço onde o futuro pode ser elaborado a partir de múltiplos desejos, expectativas e perspectivas. Certamente, e isso é preciso deixar claro, a Casa 1 não promove as mesmas transformações ou mudanças na vida de todos e todas aquelas/es que passam a habitá-la. Mas, como pude

perceber, ela é compreendida por todos e todas como o lugar onde a vida se torna possível ser vivida de outras maneiras.

Nesse sentido, a ideia de *salvação* evocada por Lilia, embora possa parecer exagerada, dá a noção exata do que a Casa 1 se torna na vida desses e dessas jovens LGBTQIA+. Não podemos, assim como acontece com quem vive na rua, perder de vista o medo da morte, precisamente porque esse medo entremeia cotidianamente a existência das pessoas LGBTQIA+ nos mais diversos lugares⁷⁷. É em decorrência desse medo e dos perigos que compõem a rua que Kelly e Lana também me disseram que morar na Casa 1 e na Casa Florescer *salvou a vida delas*. Essa conversa entre Kelly, Lana e eu aconteceu numa tarde em que eu estava trabalhando como voluntário na biblioteca. Lana uma mulher negra e lésbica, era, naquela época, uma moradora da *república de acolhimento* da Casa 1. E Kelly tinha ido ao espaço do *paliativo* para procurar roupas e sapatos, como fazia costumeiramente.

Num momento da conversa, elas começaram a falar sobre suas experiências na rua. Kelly perguntou para Lana se ela morou na rua quando era menor de idade.

Lana: sim, por isso eu não ia para albergue.

Kelly: Você não conseguia vaga?

Lana: Não, eu nem tentava. Eu saía fora quando chegava o conselho tutelar. E como eu já tinha fugido de um, eu ficava lá em Pinheiros com a galera num posto desativado.

Kelly: aí vocês ficavam lá?

Lana: sim, fiz amizade com a galera. A gente arrumava comida todo dia. Limpávamos um restaurante para comermos o resto que sobrava. Aí eu conheci o dono porque um dos funcionários dele foi muito escroto com a

⁷⁷ Segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), o assassinato de pessoas trans e travestis teve um aumento de 49% de 2019 para 2020. Tomando como referência os meses entre janeiro e abril, os dados mostram que em 2019 foram mortas 43 pessoas, enquanto em 2020, no mesmo período, foram assassinadas 64 pessoas trans e travestis (Disponível em: antrabrasil.org/category/violencia. Último acesso em: 01/03/2021). Os mesmos números expressivos de mortes foram mostrados, em anos anteriores, pelo relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado pelo antropólogo Luiz Mott. Segundo esse relatório foram registrados 329 mortes no ano de 2019, 420 mortes no ano de 2018 e 445 mortes no ano de 2017 (Disponível em: oglobo.com/sociedade/relatório-registra-homicidios-de-297-pessoas. Último acesso em: 01/03/2021).

gente. Cuspiu na comida que ele deu pra gente. A gente tirou a parte cuspidada e comeu a outra. O dono ficou sabendo... Tinha um quartinho dos funcionários e aí eu comecei a dormir lá, tomava banho lá e cuidava. O dono descobriu que eu estava desaparecida. Ele conversou comigo e disse que era melhor para mim ir para um lugar, para continuar estudando e tal. Aí eu fui. Ele ajudou muito a gente. Eu e a galera.

Kelly: eu me prostituo desde os dozes anos de idade. Quer dizer, me prostituía. Morei na rua por sete anos. Na rua a gente vê muita coisa errada. Vê amigas sendo mortas. Tentam bater na gente.

Lana: Nossa, eu já perdi vários amigos. A gente faz amigos na rua né? Porque a gente se ajuda e tal. Claro que sempre tem um zé roela...

Kelly: ... faz, mas tem umas cobras também querida.

Lana: Sim, tem. Mas olha, era eu... eu era novinha né e tem os urubu, os cara que ficavam todos ouriçados. E eu ficava morrendo de medo. Aí eu conheci uma mulher que defecava e tacava fezes no corpo porque ela era linda. Mano pensa numa mina linda. Nem sei que fim ela tomou... Ela passava fezes no corpo para ninguém querer ela. E eu olhava aquilo... eu não tinha coragem. Mas sabe essas poças sujas? Eu passava em mim (Caderno de campo, agosto de 2019).

Mais uma vez a *rua* aparece, nos momentos de rememoração, como lugar do perigo iminente e constante. Perder amigos, ver pessoas sendo agredidas, sofrer distintas formas de violência compuseram a geografia da vida de Lana e Kelly, quando moravam na *rua*. Na tentativa de escapar de possíveis formas de abusos sexuais, Lana passava água suja em seu corpo, como uma forma de afastar os homens. Kelly disse que aprendeu a se defender quando *caiu na rua*: - *'eu sempre andava com uma gilete escondida caso alguém tentasse me agredir'*, disse ela. A casa como o lugar do *insuportável*, a rua como o lugar do risco são contra-imagens dos modos como a Casa 1 e a Casa Florescer são compreendidas por Lana e Kelly. Essas *casas de acolhimento* transformam-se num lugar de proteção, de *ajuda*, de

cuidado. Lugares onde a vida se torna possível. É justamente por isso que Lana e Kelly, ao lembrar do tempo da rua, disseram que a Casa 1 e a Casa Florescer haviam *salvado* suas vidas.

Certamente, como foi me dito muitas vezes pelos e pelas moradoras/es da *república de acolhimento*, não se trata de uma transformação absoluta na vida das pessoas. Trata-se, precisamente, de propiciar a criação de outras formas de viver, de *seguir a vida*. Se no tempo da *casa da família* ou no tempo da rua, viver era envolvido por medos, perigos, violências e sofrimentos, o tempo da Casa 1 impõe uma outra perspectiva: o futuro passa a ser reelaborado de outras maneiras, de modo que a vida não é mais *insuportável*, mas possível.

3.3 eu precisava sair daquele lugar: pensando a noção de “casa”

- “Quem defende os direitos da criança diferente? Quem defende os direitos do menino que gosta de vestir rosa? E da menina que sonha em se casar com a melhor amiga? Quem defende os direitos da criança homossexual, da criança transsexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança de mudar de gênero caso deseje? O direito da criança à livre autodeterminação sexual e de gênero? Quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual?” (Preciado, 2020: 70).

Preciado lança essas perguntas aos cidadãos e às cidadãs francesas que, contrários ao casamento homossexual, a adoção e a reprodução assistida para todos, reivindicam o direito das crianças de terem um pai e uma mãe. Figuras que são, de antemão, heterossexuais e de gênero normatizado. Na intimidade do ambiente da casa, o pai e a mãe, diz Preciado, operam “virtualmente como fiadores domésticos da ordem heterossexual” (2020: 70). Há uma política de manutenção da nação heterossexual que se faz pelos cuidados e moralidades criadas no espaço doméstico. Como mostra Foucault (2015), de maneira exemplar, a família se torna fundamental para as regulações, normatizações e vigilâncias dos corpos, fomentadas pelo dispositivo de sexualidade. Voltadas para o silêncio e para o sigilo do ambiente doméstico, as sexualidades sofrem interdições das múltiplas tecnologias do sexo produzidas por esse

dispositivo⁷⁸. Posteriormente, na composição desse lugar da família, Preciado afirma que a “polícia do gênero” “vigia os berços para transformar todos os corpos em crianças heterossexuais. Ou você é heterossexual ou a morte o espera” (2020: 71).

O silêncio constante, o cuidado com os gestos, as formas de empostar a voz, o terror em ser percebido/a em suas transformações corporais, compõem os modos que as pessoas LGBTQIA+ experienciam o espaço da casa. O “direito natural” de ter um pai e uma mãe transforma-se em medo cotidiano para aquelas crianças cujas sexualidades, identidades e desejos não correspondem às expectativas da heterossexualidade compulsória. Antes mesmo de *assumir-se*, essas crianças passam a viver em um ambiente onde não é *possível respirar*, onde não é possível ser o que se deseja ser. É dessa maneira que se instala o segredo, a dor e o sofrimento. Quando assumem suas sexualidades e identidades de gênero, seus corpos são violentados, negados, ameaçados, até serem expulsos dos seus lares. É dessa maneira que a dimensão do insuportável é criada. Nesse momento, a reivindicação de ter os cuidados de uma mãe e um pai já não interessa mais. Esses corpos não importam.

Nesse processo de expulsão, a rua aparece no horizonte das pessoas LGBTQIA+. Apesar de, paradoxalmente, a rua poder figurar-se em certos sentidos de liberdade e de possibilidade⁷⁹, ela aparece também como um lugar do medo, da exaustão. Os filhos e filhas reclamados aos cuidados da família e do seu espaço doméstico, são expostos, por estes, ao risco da morte na rua. Risco este que, também, faz parte do cotidiano da casa. Ao analisar as práticas do segredo e os riscos contidos na descoberta da homossexualidade, Sedgwick argumenta que “a saída do armário pode trazer a revelação de um desconhecimento poderoso como um ato de desconhecer, não como o vácuo ou o vazio que ele finge ser, mas um como espaço epistemológico pesado, ocupado e consequente” (2007: 35). No caso dos e das jovens LGBTQIA+, mesmo podendo ser compreendido como um ato de liberdade ou de coragem, o

⁷⁸ De acordo com Foucault, “a partir do século XIX, a família passa assediar em si mesma os mínimos traços da sexualidade, arrancando a si própria as confissões mais difíceis, abrindo-se amplamente a um exame infinito” (2015: 121). As sexualidades “anormais” são sancionadas e passam pelo escrutínio e interferências dos “especialistas” (médicos, pedagogos, psiquiatra, padres e pastores). Os “doentes” ou “anormais” eram separados de sua família e por meio das práticas médicas buscava-se “torná-los indivíduos sexualmente integráveis no sistema da família”, sendo que “essa intervenção, embora manipulasse o corpo sexual, não o autorizava a formular-se em discurso específico” (2015: 122)

⁷⁹ Explorarei isso no próximo tópico, mostrando como o *seguir a vida* é repleto de riscos.

ato de assumir-se tem como consequência a expulsão, a exposição a uma sorte de violências, seja no ambiente doméstico seja na rua⁸⁰.

Théo disse que passou toda sua infância retraído, em silêncio, com *medo* do seu *pai descobrir*. Théo me disse que sabia desde muito pequeno que gostava de meninos e que isso fazia ele ter ainda mais medo de sua família. ‘*Meu pai era uma pessoa muito agressiva. Minha relação com ele nunca foi de respeito, mas de medo*’. Ele morava com sua família na zona leste de São Paulo. Seus pais tinham três filhos além dele. Quando tinha 16 anos, o pai de Theo descobriu que ele era gay. Um de seus irmãos mostrou uma conversa de seu celular para seu pai e sua mãe. ‘*E aí meu pai veio pra cima de mim e me espancou. Eu tentei correr mas ele me pegou no banheiro*’. Nesse dia, Théo fugiu de casa e foi morar num albergue da prefeitura. Por meio desse albergue ele conseguiu um estágio e passou a trabalhar numa empresa. Passado um tempo do ocorrido, seu pai foi preso e sua mãe pediu para ele voltar para casa.

- Quando ela pediu para eu voltar, minha mãe me prometeu que não ia acontecer mais aquilo e que meu pai não me bateria mais. Mas depois que ele saiu, tudo voltou a acontecer. Ele sempre infernizava nossa vida. Como minha mãe não estava sempre em casa porque tinha que trabalhar, não dava para ela intervir. Além disso ela também tinha muito medo dele (Caderno de campo, agosto de 2019).

Théo acabou sendo demitido do estágio e, não aguentando mais morar com o pai, saiu outra vez de casa. Depois de passar um tempo na casa de amigos, ele veio morar na Casa 1.

Assim como dito nas histórias narradas acima pelas pessoas LGBTQIA+, para Théo o assumir-se resultou em uma forma de violência. As memórias do *insuportável* e as memórias da *rua* evidenciam uma outra perspectiva do que a casa pode significar na vida de uma pessoa. Carsten (2007) nos lembra de que é preciso atentar-se para a centralidade dos sentidos

⁸⁰ Estudos de gays e lésbicas, adotando outras perspectivas de pesquisa, mostram como o assumir-se, no ambiente familiar, frequentemente resulta em diferentes fobias, violências e expulsão (Valentine, Skelton e Butler, 2003; D’Augelli e Rivers, 2001).

produzidos em determinados lugares e para como esses sentidos estão entrelaçados com o parentesco e a memória. De acordo com a autora, no trabalho da memória, as “casas”, antes que simplesmente versões atrofiadas da vida familiar, “são seletivamente remodeladas tanto no relato sobre o passado quanto nos rearranjos criativos” produzidos na vida cotidiana (2007: 18). Nesse sentido, as memórias acionadas pelas pessoas LGBTQIA+ permitem que olhemos para esse lugar doméstico a partir de perspectivas que são distintas daquelas discutidas pelos trabalhos etnográficos já clássicos sobre a noção de “casa”.

Inspiradas nas análises processuais sobre a noção de “casa” de Carsten e Hugh-Jones (1995) e Pina- Cabral (1989)⁸¹, algumas etnografias têm analisado como a interligação entre casas e pessoas, gerada pelo trabalho da memória, produz uma série de vinculações afetivas, sentidos de pertencimento e de modos de se relacionar com o território (Alves, 2016; Guedes, 2011; Nogueira, 2011; Perruti, 2015). Os ensaios que compõem a coletânea organizada por Carsten e Hugh-Jones (1995) mostram que a “casa”, tanto quanto sentidos de comunidade, promove sentidos de continuidade por meio de múltiplas relações com divindades e ancestrais, do compartilhamento de substâncias, de relações de parentesco, da transmissão de nomes, prerrogativas e herança, bem como de decisões políticas.

De modo distinto, nos agenciamentos de suas memórias, as pessoas LGBTQIA+ mostram como a casa é antes um lugar de rompimento, negação e exclusão. A casa não é um lugar de vinculações afetivas e de produção de modos de ser⁸². Ao contrário, nesse lugar as identidades e sexualidades são mantidas em segredo. O medo se espalha pelas interações cotidianas do ambiente doméstico, justamente porque ter a revelação do que está em sigilo pode resultar em violências, no espancamento, na expulsão. Além disso, não se estabelece, na maior parte dos casos, relações de comunidade e continuidade entre as pessoas LGBTQIA+ e a casa de suas famílias. De acordo com um série de etnografias (Marques e Leal, 2018)⁸³,

⁸¹ É preciso lembrar que essas discussões são desencadeadas a partir das reflexões de Lévi-Strauss sobre as “sociedades de casa” (1986).

⁸² Evidentemente, não quero com isso dizer que o ambiente da casa é, naturalmente e inequivocamente, um ambiente heteronormativo e homofóbico. O trabalho de Gorman-Murray nos mostra como casas se tornam “espaços queer”. De acordo com o autor, as casas das famílias que aceitam os filhos e as filhas LGBTQIA+ “proporcionam fissuras em estruturas abrangentes de heterossexismo que permitem a geração da diferença, ao invés da regulação” (2008: 34). Dessa maneira, a casa, como um espaço queer, torna-se “um lugar de resistência ao heterossexismo e de apoio ao desenvolvimento contínuo de identidades” (2008: 31).

⁸³ Trata-se dos trabalhos de Alves (2018), Santos (2018), Mantovanelli (2018), Lima (2018) e Perutti (2018).

mesmo quando as pessoas deixam suas casas, elas não deixam de considerar-se como pertencentes a elas. Mais do que isso, a casa configura-se como um lugar de retorno, de regeneração. Contrariamente, as pessoas LGBTQIA+ cujas histórias aqui vêm sendo relatadas, rompem de modo incondicional com o ambiente doméstico, mesmo quando se mantém algum tipo de relação com os parentes. As pessoas com quem conversei eram muito enfáticas ao dizer que voltar para casa não era uma possibilidade. Algumas delas, que já haviam voltado outras vezes, lembravam que *nada mudava* e que *a vida voltava a ser um inferno*. Jeferson, que depois de ser expulso nunca mais voltou, disse que *‘aquele tempo são águas passadas. Não gosto nem de lembrar. Eu penso só no que eu vou fazer de agora pra frente’*.

Os agenciamentos individuais e coletivos das memórias das pessoas LGBTQIA+ recriam a casa como uma geografia do afeto que, antes de promover formas de continuidade e comunidade, impõe descontinuidades e encerramentos. Nesse sentido, não é possível pensar que como “um lugar de intimidade, do reencontro consigo mesmo, com quem se partilha o próprio ser e o modo de ser, a casa é abrigo e resistência às forças desagregadoras do mundo” (Marques e Leal, 2018: 43). Isso porque, a casa, para os e as LGBTQIA+ expulsos, é um lugar do perigo eminente, de violências diárias, dos medos de ser quem se é. E, além disso, a casa não se constitui como um lugar de resistência às forças desagregadoras do mundo, uma vez que, ao promover a expulsão, os e as jovens são expostos aos riscos de violências e de morte que integram, virtualmente, o existir na rua. Ao produzir um ponto de cisão no abandono realizado pela família, é a Casa 1 que se torna, como exposto no capítulo 2, esse lugar de abrigo e resistência aos e as jovens acolhidos e acolhidas. A Casa 1 opera de modo oposto a casa da família.

Diante disso, como Das (1995; 2020) e Carsten (2007) nos lembram, é preciso olhar para as narrativas em que as casas, assim como outros lugares, são geradoras de fraturas, violências, rompimentos e dor. De acordo com Carsten, em muitos casos, as fraturas, perdas e rompimentos desencadeados pelos eventos críticos “é parte integrante da vida adulta e da criação de novos tipos de relacionamentos no presente e no futuro” (2007: 24). No entanto, ao invés de gerarem paralisias ou “memórias traumáticas”, os eventos críticos “são absorvidos e transformados e, com o tempo, tornaram-se fonte de remodelações criativas, nos e por meio

dos processos cotidianos de relacionalidades” (Carsten, 2007: 24). Num sentido próximo, nos tópicos que encerram esse capítulo busco mostrar como após a expulsão, os e as jovens LGBTQIA+ passam a criar as possibilidades de existir no presente e no futuro. As memórias do *insuportável* e da *rua* mobilizam não só aquilo que as dores e as fraturas geradas disparam, mas também impulsionam as diferentes formas de *seguir a vida*. É nessa criação de outros futuros que a Casa 1 se entrelaça na vida desses e dessas jovens.

Das e Leonard (2007: 200), ao etnografar mulheres que contraíram HIV após serem vítimas de abusos sexuais cometidos por familiares, argumentam que família e parentesco foram reconfigurados na intersecção entre vida e doença. As memórias de parentesco evocadas mostram um passado não tolerado e relações ocultadas, conferindo à doença paradoxalmente, o potencial de libertação dos abusos familiares, não obstante a brutal redução dos sentidos de futuro. Segundo os autores, para essas mulheres, mesmo o passado sendo repleto de rejeição e violência, ele não é rejeitado, visto que “a doença e a presença da morte ao seu redor são um lembrete de como a memória está embutida no corpo” (2007: 213). Da mesma maneira, o trabalho de Day (2007) sobre as trabalhadoras do sexo em Londres, mostra como o trabalho da memória familiar não é desejado justamente porque ele revela um ambiente de inúmeras violências. Ao acionar essa memória, as trabalhadoras expõem suas práticas como uma fuga das relações do passado e como uma alternativa libertadora das pressões familiares em direção a outros futuros possíveis.

Assim, essa literatura coloca em relevo como o entrelaçamento entre memória, relacionalidades, família e gênero⁸⁴ envolve, necessariamente, processos criativos de rearranjo e de regeneração. Quando a “memória empurra algo [do] passado para dentro [do] presente” (Bergson, 2019: 2), relações vão sendo feitas e desfeitas, criadas e recriadas em direção a um futuro sempre heterogêneo e incerto. Nos modos como o passado se mistura ao tempo contínuo e vívido do presente, as lembranças da casa da família feitas pelas pessoas LGBTQIA+ são acompanhadas do desejo e da expectativa de produzir outras maneiras de *estruturar e seguir a vida*. Essas noções, como veremos a seguir, sugerem tanto a busca por

⁸⁴ Em sua reflexão sobre o imbricamento entre memória e gênero, Piscitelli argumenta que “as lembranças são sexuadas na medida em que as trajetórias individuais se desenvolvem e são recriadas em um universo codificado pelo gênero” (1992: 165)

uma segurança financeira e por um lugar para morar quanto a possibilidade de um reconhecimento das identidades sempre negadas e violentadas no ambiente familiar.

3.4 Seguir a vida: habitar o presente e criar outros futuros

3.4.1 Risco como uma possibilidade

Era por volta do meio dia de uma segunda-feira. Enquanto eu pendurava no cabide algumas roupas que haviam acabado de chegar, Dona Alvina e Agatha entraram na sala *paliativo*. Naquele horário quase não havia movimento porque as pessoas costumavam vir pela manhã. Eu já havia atendido 52 pessoas. Assim que Dona Alvina entrou cumprimentei-a e fui apresentado a Agatha. Ela acabara de chegar na Casa 1 para morar na *república de acolhimento*. Dona Alvina subiu as escadas do sobrado para conversar com outros dois moradores e Agatha ficou ali comigo ajudando a pendurar as roupas.

Agatha morava numa pequena cidade do interior do Paraná e havia chegado à São Paulo por meio de caronas oferecidas por dois caminhoneiros.

- eu fiquei dois dias pensando se viria para São Paulo. Ai falei para uma amiga na manhã da quinta-feira: - “vou para São Paulo”. Ela me contou da Casa 1. Disse que era um centro de acolhimento que abrigava pessoas LGBTs em situação de risco. Eu não conhecia antes dela me falar. Procurei na internet, anotei o endereço num papel e vim. Como eu não tenho celular, eu não podia perder o papel com o endereço. Ai na sexta de manhã eu arrumei minhas malas e vim. Andei por 20 km na estrada puxando duas malas, até que encontrei um posto onde ficam os motoristas de caminhão. Fiquei a noite toda procurando algum que estava vindo para São Paulo. Um motorista me ajudou. Ele me trouxe até a entrada de São Paulo e depois outro me trouxe até a Marginal Tietê (Caderno de campo, julho de 2019).

Impressionado com o modo pelo qual Agatha veio para São Paulo e pensando no risco envolvido nessa viagem, perguntei se ela não teve medo de pegar carona com uma pessoa desconhecida. E assim ela me respondeu:

- Estava apavorada. Mas eu não aguentava morar naquela cidade. Eu queria mudar de vida e ter uma chance de seguir meu sonhos. É claro que andar numa rodovia a pé sozinha e depois pegar carona com motorista desconhecido dá medo, mas eu tinha que me arriscar. Nenhum dos motoristas me tratou mal ou tentou avançar o sinal. Eles me trataram como uma pessoa, sabe? Não como um animal como somos tratadas. Esse que me trouxe até a marginal me deu 20 reais para pegar o ônibus e o metrô para chegar na Casa 1 (Caderno de campo, julho de 2019).

O nós evocado por Agatha referia-se as mulheres trans e travestis. Assim como as histórias descritas acima, a vinda dela à Casa 1 é cercada de uma série de riscos. Esses riscos são conhecidos e imaginados tanto pelas experiências pessoais quanto pelas experiências compartilhadas por outras pessoas LGBTQIA+. Certamente, nos riscos envolvidos no modo como se deu sua chegada à São Paulo, Agatha sabia que poderia ocorrer possíveis formas de violência. Como ela mesmo disse, *‘eles [os motoristas] me trataram como uma pessoa, sabe? Não como um animal como somos tratadas’*. Mas arriscar-se, enfatizou Agatha, era preciso. Morando numa pequena cidade, sozinha e sem emprego, Agatha entendia que vir para São Paulo poderia *mudar sua vida*. *‘Quando eu comecei usar roupas femininas, me maquiar, as pessoas começaram a me olhar estranho. Fui demitida e não conseguia mais emprego’*, disse ela. Ela morava sozinha porque havia sido expulsa de casa, aos 17 anos, pelo padrasto. Depois de ser demitida, Agatha decidiu que era o momento de arriscar.

O arriscar-se, como mostrei ao descrever as memórias do *insuportável* e da *rua*, é envolto de iminentes perigos, de prováveis violências e de angústias decorrentes de um futuro absolutamente incerto. Da mesma forma que outras pessoas, Agatha veio sem falar com ninguém da Casa 1, sem saber como chegar e sem dinheiro algum. Contudo o ambiente hostil

de origem e o desejo de mudar sua vida, impulsionaram-a a correr o risco. *‘Meu grande sonho é entrar numa companhia de teatro aqui em São Paulo. Eu fiz alguns cursos de teatro e vim para cá tentar isso. Amanhã vou fazer um currículo com o Júnior⁸⁵ e ai depois vou entregar nos lugares. Quero me dedicar a essas duas coisas. Vida nova agora’*, disse Agatha.

Se, por um lado, o *arriscar* expõe, como mostrei no tópico anterior, a vidas dos e das jovens LGBTQIA+ a potenciais violências, por outro lado, também permite uma abertura a outras possibilidades de existir. No momento em que Theo fugiu de casa após ser espancado por seu pai, havia a certeza de que qualquer lugar era mais seguro do que estar na casa da família. *‘Eu fugi sem saber para onde iria. Sem dinheiro, sem roupas. Só com meus documentos. Ai na rua pensei no que fazer e fui para o centro de acolhida da prefeitura’*, disse ele. Perguntei se ele não ficou com medo de ir para a rua e ele respondeu: - *‘medo eu tinha de ficar na minha casa. Lá era perigoso. Eu podia ser morto pelo meu pai’*. Encarnada nos constrangimentos e nos estrangulamentos dos diferentes modos de viver, a casa torne-se o lugar do irrespirável, para retornar a imagem trazida por Erika. Nesse sentido, as consequências do arriscar-se, mesmo podendo ser perversas, são enfrentadas e são encaradas como aberturas para *mudar a vida, estruturar a vida e seguir a vida*. Enunciados distintos que se entrecruzam, misturam-se e sobrepõem-se nas formas como as pessoas passam a habitar de outras maneiras a vida vivida e também passam a criar outros futuros possíveis, como mostrei nos últimos tópicos desse capítulo.

É nessa reelaboração cotidiana da vida que a Casa 1 surge, para os e as jovens LGBTQIA+, como um lugar de *ajuda*, de *segurança*, de *apoio*. Como um lugar *seguro*, como vimos no capítulo 2, ela se torna um local de moradia, onde múltiplas relações e intimidades são produzidas. Como um lugar de *ajuda* e de *apoio*, a Casa 1 é compreendida pelas e pelos jovens como um lugar onde a vida pode ser *mudada* e *estruturada*. Era dessa maneira que Agatha e Theo encaravam a presença da Casa 1 em suas vidas. Por meio da ajuda daqueles/as que trabalham no funcionamento diário da Casa, Agatha esperava conseguir um emprego e assim, com o passar do tempo, encontrar um companhia de teatro da qual ela pudesse fazer parte. Mesmo depois, como ela disse, de *passar o dia chorando de dor* por ter carregado duas malas por 20km, o que a movia era o desejo de, com a *ajuda* da Casa 1, *mudar de vida*. Da

⁸⁵ Júnior é o responsável pelo GT de empregabilidade.

mesma maneira, a presença da Casa 1 na vida de Theo abre uma possibilidade de existir. ‘Quando eu sai a segunda vez eu estava destruído mentalmente. Meu pai tinha me batido outra vez, eu tinha sido demitido porque a situação em casa me prejudicou muito e não tinha para onde ir. Foi com a ajuda das pessoas da Casa 1 que eu consegui melhor e estou tentando seguir minha vida’, contou-me ele. Assim, é ao provocar uma cisão num cotidiano destruído e cercado de perigos e medos que a Casa 1 se entrelaça na vida dessas pessoas LGBTQIA+. Nessa cisão a vida se torna possível: outras formas de continuidade que serão doravante instituídas.

É dessa maneira que entendo a reelaboração do cotidiano: no encontro da Casa 1 com esses e essas jovens LGBTQIA+, formas de *ajuda*, *apoio* e *segurança* são forjadas e, como efeito, outras formas de existir no presente e de formular o futuro começam a ser produzidas. Como argumenta Das, ao analisar a destruição provocada na vida de Asha, “a violência ao mesmo tempo que matou o mundo que ela conhecia, forneceu uma nova maneira pela qual ela poder (re)habitar o mundo” (2020: 116). Para os/as jovens LGBTQIA+ as violências sofridas cotidianamente, embora produzam marcas permanentes em suas vidas⁸⁶, não provocam paralisias. Ao contrário, sair de casa e sair da rua as/os movem a criar outras maneiras de *mudar de vida* e *seguir a vida*. No envolvimento entre a Casa 1 e esses/as jovens, o cotidiano é vivido e re-habitado a partir de outras relações e afetos. Um cotidiano modificado que promove também a feitura de outros futuros nos movimentos de *seguir a vida*. Tal reelaboração, como tentei descrever no capítulo 1, entrelaça a Casa 1 não só na vida dos e das jovens LGBTQIA+ acolhidos, mas também na vida daquelas pessoas que se relacionam e se apropriam dos inúmeros espaços da Casa.

Sendo assim, entendo que o arriscar-se, ao abrir as possibilidades de habitar o presente de outras maneiras e proporcionar a feitura de outros futuros, é uma forma de resistir às formas de confisco do ambiente familiar. Villela (2020) atento à diferentes formas de

⁸⁶ Embora não tenha nenhuma intenção de explorar as discussões sobre psique, é preciso lembrar que, como afirma Rubin, “a marca das configurações de parentesco nas psiques individuais é muito duradoura” (2003: 167). Nesse sentido, aquilo que foi vivido no ambiente doméstico ou na rua é parte constitutiva da continuidade da vida dos e das jovens LGBTQIA+.

confiscação argumenta que se confisca existências e os distintos elementos vitais destas⁸⁷. Nesse sentido, diz o autor, confiscar é “arrancar elementos de uma relação que compõe um modo de ser e substituir por outros” (2020: 283). A família e seu ambiente doméstico, como vimos, confisca a existências dos seus filhos e filhas LGBTQIA+ ao negar, violentar e silenciar seus corpos e desejos. Nesse processo, se confisca, arranca a possibilidade de existência através da violência. Como um lugar de confiscação, a casa transforma-se em um ambiente do *insuportável*, onde viver, mais do que difícil, se torna um risco eminente. Os silêncios, o controle dos gestos corporais e o sigilo dos desejos já não mais se sustentam, fazendo com que a fuga deste lugar se figure como desejável e necessária. Nesse momento, o arriscar-se se torna uma “manobra anti-confiscatória”, isto é, uma maneira, como sugere Villella, de “evitar o pior, sempre com o pior em mente” (2020: 286). O arriscar-se antecipa aquilo que já se prevê como um fim: o *medo da morte*, seja na casa, seja na rua.

Letícia, que foi expulsa de casa com 18 anos de idade e morou na rua por 10 anos, ao falar sobre o risco de ter saído de uma pequena cidade de Goiás e de ter vindo para São Paulo, aponta que essa foi a forma que ela encontrou de *continuar viva*.

- Eu sabia que viver na rua ia ser difícil. E foi muito. Trabalhei como prostituta, fui agredida, tentaram me matar. Vi amigas minhas serem violentadas. Desaparecerem. Mas mesmo sabendo dos risco, não dava mais para ficar na cidade que meus pai moravam. Eu tinha certeza que seria morta se ficasse na rua. Vim para São Paulo com a esperança de mudar de vida. De continuar viva (Caderno de campo, abril de 2019).

A vida de Letícia muda quando ela passa a morar na Casa Florescer, em 2018. *‘Eu não queria mais morar na rua, na verdade eu não suportava mais. E a Casa Florescer apareceu para mudar minha vida. Passei a morar lá, comecei a fazer os cursos profissionalizantes e hoje trabalho num salão de beleza. Tô morando sozinha. Nunca estive tão em paz. E o que eu*

⁸⁷ De acordo com Villella, “confiscar não é apenas explorar nem expropriar. É decompor e recompor uma composição, transformar composição em organização, rearticular as suas partes impedindo por diversos meios (legais, regulamentares, perceptivos, Morais, familiares, arquitetônicos, epistemológicos) que elas perseverem a composição anterior” (2020: 282).

quero um dia é ter meu próprio salão’, disse ela. Eu conheci Letícia num dia que ela veio entregar algumas doações de roupas no *paliativo*. Nesse dia, enquanto conversávamos sobre a Casa 1 e a Casa Florescer, ela disse que, assim como foi para ela, esses lugares podiam *mudar a vida das pessoas*. De fato, como tenho mostrado, ao se constituir como um lugar de *apoio* e de *ajuda* a Casa 1 possibilita que a continuidade da vida seja possível. Essa *ajuda* faz com que as pessoas LGBTQIA+ interpelem um destino que parece certo. Destino este forjado pelas formas de confiscação da vida.

3.4.2 Nomes mortos e o reconhecimento de si

Para os e as jovens LGBTQIA+ viver suas sexualidades, identidades e desejos no ambiente doméstico só foi possível por meio do segredo e do silêncio. Por muitos anos, ser quem se é ou quem se gostaria de ser é restringido ao íntimo mais seguro. Não é dito para ninguém, nem mesmo para aqueles em que mais se confia. Isso porque o medo do repúdio, da agressão e da exclusão circunda a existência desses/as jovens. Em algum momento, acontece de contar sobre si para um amigo ou amiga, sendo esse momento cercado de ansiedades e pânico. Rafael disse-me que viveu sua adolescência inteira *com medo de ser descoberto*.

- A única pessoa que sabia de mim era uma amiga. Eu contei para ela que eu era gay porque sabia que ela não contaria para minha família. Eu morria de medo dos meus pais descobrirem, porque eu sabia que eles não me aceitariam. Mas um dia eu resolvi me assumir e contei. Acabei sendo expulso de casa. Mas eu tinha que falar. Não aguentava mais viver daquele jeito (Caderno de campo, novembro de 2018).

Rafael morou um tempo com uns amigos e depois conseguiu uma vaga na Casa 1. *‘Não foi fácil ter sido expulso de casa. Eu chorei muito. Mas, sabe Jesser, eu quis me assumir porque eu queria me libertar daquela vida. Depois que eu sai e vim para cá eu senti que podia seguir minha vida’*.

Esse mesmo sentimento de liberdade foi evocado por Theo depois que fugiu de casa após ser espancado por seu pai. *‘Eu tinha medo de contar porque eu sabia que ele me bateria. E foi o que aconteceu. Mas quando eu fugi eu tinha certeza que agora eu poderia viver. Que eu poderia ser livre’*, disse ele. Assim como Rafael, Theo também entendia que ter ido morar na Casa 1 o permitia *viver como ele sempre quis* e que com a *ajuda da Casa* ele conseguiria *seguir a vida* dele. De fato, como tenho mostrado ao longo desse capítulo, esse sentimento de liberdade decorre da constituição cotidiana do ambiente familiar. Sendo a casa familiar um lugar onde os modos de ser são violentados, silenciados e negados, sair dela promove a liberdade para que esses e essas jovens passem a habitar o mundo do modo como sempre desejaram. É por isso, portanto, que a presença da Casa 1 possibilita que esses/as jovens passem a habitar o cotidiano de outras maneiras.

Maria contou que, mesmo depois de já ter começado o *processo de transição*, ela tinha *se assumido apenas homossexual* para família. Ela já *se reconhecia* como uma mulher trans mas no o ambiente doméstico ela vivia como um *menino*. *‘Eu usava roupas largas para esconder as mudanças do meu corpo. Me escondia completamente. Mesmo eu me reconhecendo como Maria para minha família eu era o [nome morto]’*, disse ela. Como contei no tópico em que descrevi as memórias do insuportável, Maria veio para São Paulo assim que suas mudanças corporais começaram a ser mais visíveis porque sabia que seus pais não a *aceitariam*.

- Quando cheguei na Casa 1, fui recebida pela Melissa e ela chamou um morador que me levou até o Iran. Quando ele perguntou qual era meu nome, eu disse Maria. Foi a primeira vez que conseguir dizer esse nome. A primeira vez que conseguir ser Maria (Caderno de campo, março de 2019).

Assumir-se publicamente pela primeira vez, disse Maria, fez com que ela sentisse livre: - *‘uma liberdade de ser eu mesma. Foi morando na Casa 1 que eu passei a usar roupas femininas e não ter que esconder meu corpo em roupas masculinas e largas’*. Mariana compartilhava da mesma experiência e sensação de Maria. Na casa de seus familiares sempre

a chamavam pelo [nome morto] e que depois de ir para a Casa 1, *ser a Mariana* na Casa 1 era a melhor experiência da vida dela. ‘Agora eu me sinto livre para ser o que sempre quis’, disse Maria da mesma maneira que Theo.

Ser a Mariana e *Ser a Maria* é viver o presente do jeito que sempre se quis. A liberdade expressa uma nova possibilidade de habitar o mundo longe das amarras e silêncios estabelecidos no cotidiano do ambiente doméstico. O [nome morto] é aquele que se deixa para trás, ao mesmo tempo, em que, na ruptura desse nome surge um outro modo de reconhecimento. O novo nome marca uma existência assumida e desejada. Existência que de modo algum é paralisada. Ela continua sendo vivida e transformado nos desdobramentos da vida. Com isso quero dizer, que os corpos e os desejos continuam se multiplicando em suas muitas potencialidades. No momento em que Nayara diz para sua mãe que é uma mulher trans, que a mãe responde que não tem duas filhas e que seu *filho está morto*⁸⁸, há uma dupla negação: por um lado, a transsexualidade de Nayara é rejeitada e, por outro, há um rompimento total do vínculo familiar. Embora esse momento a tenha *machucado muito*, Nayara entendia que *assumir quem ela sempre quis ser* era uma *sensação de liberdade que ela nunca tinha sentido*. Não dizer o [nome morto] representa precisamente esse rompimento com aquele ambiente que sufocava e, como consequência, nos mostra como as pessoas trans, travestis e não-binaries passam a *seguir* suas vidas de outras maneiras.

Nesse sentido, a *morte* dos nomes designados no nascimento estabelece uma fratura nas existências normatizadas pelo ambiente jurídico-familiar⁸⁹. Esses nomes, como argumenta Preciado, marcam “o início de um processo de subjetivação dissidente” (2020: 123). Mais do que indicar o pertencimento a outro sexo, para Preciado os novos nomes são “um processo de desidentificação” (2020: 123). Segundo Butler, certas identificações são feitas para “instituir uma desidentificação como uma posição que parece excessivamente saturada de dor ou de agressão, posição essa que, em consequência, só poderia ser ocupada mediante a imaginação da perda completa da identidade viável” (2019: 176). Desse modo, diz ela, “identificações podem afastar certos desejos ou agir como veículos para o desejo; assim, facilitar certos

⁸⁸ Situação narrada no tópico 3.1.

⁸⁹ De acordo com Butler, o nome, ao assegurar e estruturar o sujeito nomeado, “parece exercer um poder de sujeição: produz um sujeito sobre a base de uma proibição, um conjunto de leis que diferencia os sujeitos com a legislação compulsória de posições sociais sexuadas” (2019: 258/259)

desejos pode implicar outros” (2019: 177). Como entendo, a *morte* dos nomes e a assunção de novos nomes permitem que os e as jovens acolhidos/as passem a viver de acordo com os desejos, as corpos, as subjetividades antes confiscadas na convivência doméstica. Ocorre uma libertação e desvinculação dos modos de existir forjados na casa da família. Assim, a assunção desse novos nomes cria “ficções que [...] permitam fabricar a liberdade” (Preciado, 2020: 145).

Assumir quem se é instaura um outro modo de habitar o mundo. É naquilo que surge da fratura causada por esse momento de assumir-se que a Casa 1 envolve-se e é envolvida na vida das pessoas LGBTQIA+. Transformando-se em um lugar de *ajuda* e em um lugar *seguro*, a presença da Casa 1 torna possível que o presente seja vivido de outras maneiras bem como que outros futuros sejam elaborados. Na constituição do cotidiano presente e futuro um sentido de liberdade é evocado pelos e pelas jovens LGBTQIA+: sentir-se *livre* do ambiente familiar *insuportável* e sufocante. Por meio das suas *ajudas* e *apoios*, a Casa 1 possibilita a fluidez desse *viver* e ser *livre*.

Abel entrou entusiasmado na biblioteca, numa manhã de quarta-feira. Nos conhecíamos muito pouco. Ele frequentava as aulas de inglês oferecidas pela Casa 1 e, ocasionalmente, ele vinha até a biblioteca. Ele é um homem trans, jovem e trabalhava num estabelecimento vizinho à Casa 1. João, também um homem trans, que foi morador da *república de acolhimento*, nos apresentou um dia em que os encontrei os dois no Galpão. Neste dia em que Abel entrou na biblioteca, sua felicidade decorria da mudança de nome que seria feita em sua certidão de nascimento com o apoio da Casa 1. Em novembro de 2019 a Casa 1 realizou o “2º Mutirão de Retificação de Prenome e Gênero para Pessoas Trans e Travestis” com o objetivo de fornecer orientações e ajudas para a emissão de certificações e a reunião da documentação básica para o processo de retificação. Com apoio dos voluntários e das voluntárias do Grupo de Trabalho de Jurídico da Casa 1, além da reunião e emissão dos documentos necessários, as pessoas inscritas no Mutirão foram acompanhadas na ida aos

cartórios pelos voluntários/as e tiveram o processo custeado pela Casa 1⁹⁰. Como se trata de um processo de valores elevados, entre 600 à 1100 reais, um número limitado de pessoas tiveram a ajuda de custo. Mesmo sabendo da demora envolvida nesse processo burocrático, só de saber que seria possível mudar seu nome, Abel já expressava a mesma sensação de liberdade contida na fala das pessoas trans e travestis que *assumiram* sua identidade ao morar na Casa 1.

- eu sempre sonhei que um dia isso aconteceria. Que eu teria meu nome reconhecido. Agora eu não vou mais precisar passar vergonha em falar meu nome e no RG ter outro. Tô muito feliz, você não faz ideia. Me sinto até mais livre (Caderno de campo, outubro de 2019).

Depois desse dia não encontrei mais Abel porque não pude retornar à Casa 1 até hoje.

Mas o que esse momento com Abel nos mostra é justamente o que tenho argumentado ao longo de todo esse capítulo: a presença da Casa 1 na vida dessas pessoas fornece uma possibilidade de que o cotidiano possa ser vivido de muitas maneiras. Além de possibilitar que o futuro seja criado a partir de múltiplas desejos e expectativas. Como um lugar de possibilidades, a Casa 1 opõe-se ao lugar de confiscação da casa familiar. Se no ambiente doméstico da família, o *assumir-se* desencadeia em um série de violações e negações, nos espaços da Casa 1 ele permite a criações de múltiplas ficções de liberdade. Nesse sentido, as liberdades derivadas do momento da assunção das corpos e desejos dissidentes impõe ao presente e ao futuro a constituição de múltiplos outros territórios existenciais. *Ser livre*, então, implica em uma reelaboração de si e do mundo. Reelaboração que entrelaça, de muitas maneiras, a Casa 1 e seus habitantes.

⁹⁰ Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) retirou a obrigatoriedade da cirurgia de “redesignação sexual” e da solicitação de ação judicial para o processo legal de retificação do nome e do gênero. Com essa decisão do Supremo, a retificação passou a ser feita não mais por meio de processos médicos e psiquiátrico. Agora basta ir até um cartório e se autoidentificar como uma pessoas trans, travesti ou não-binária, para que a mudança do nome e do gênero ocorra (Informações disponíveis em: antrabrazil.org. Último acesso em: 01/03/2021). Para análises antropológicas sobre o processo de retificação antes dessa decisão do STF ver: Lima (2015) e Freire (2015).

Não obstante, é preciso que não esqueçamos que essas formas de liberdade são marcados por inúmeras formas de violência e negação anteriores. Digo isso porque os momentos de dor e sofrimento produzidos no ambiente familiar e na rua são partes constitutivas dessas reelaborações de si e dos modos de reabitar o cotidiano. Como me disse Emílio, em uma conversa, *‘a gente chega muito machucado, destruído’* e, por isso, *‘ninguém sai plena daqui. O que a gente tenta é se estruturar para depois seguir a vida’*. A fala de Emílio ressoa em muitas outras falas que vimos ao longo dessa capítulo. Chegar *destruído* e *machucado* são elementos que buscam mostrar, no processo de rememoração, como os anos de violência anteriormente vividos não são esquecidos ou superados. Ao contrário, esse tempo do *insuportável* é significativo na constituição das formas de liberdade. O cotidiano é, então, entrecruzados por essas diferentes temporalidades que compõem as pessoas LGBTQIA+.

Nesse sentido, entendo que a constituição dessas formas de liberdade, com o apoio e ajuda da Casa 1, de modo algum produz a transformação e a constituição de um ser pleno e feliz. Foucault argumenta que, a partir de suas análises sobre a ética do cuidado de si e as formas de liberdade, é preciso tomar cuidado ao falar sobre o processo de liberação para não supormos que basta o sujeito “romper com os ferrolhos repressivos” para que ele “restaure uma relação plena e positiva consigo mesmo” (2017: 259). É verdade, segundo o autor, que o exercício das práticas de liberdade exige um certo grau de liberação, visto que as relações de poder móveis e mutáveis podem se cristalizar e formar um “estado de dominação”⁹¹. No entanto, essa liberação não faz surgir “um ser pleno e feliz”, precisamente porque a vida continua saturada de muitas outras relações de poder e estas exigem permanentemente outras práticas de liberdade. Entendo que, do mesmo modo, devemos compreender o *assumir-se* como uma prática de liberdade que gera outras formas possíveis de viver, mas que estas estão sempre saturadas de outras relações de poder que devem ser enfrentadas. Os medos, os riscos e as ansiedades ainda são partes significativas da vida vivida de uma pessoa LGBTQIA+. De modo algum quero dizer com isso que a presença da Casa 1 na vida dessas pessoas é uma coisa menor. Ao contrário, reforço que esse envolvimento é significativo para os modos como

⁹¹ Nesse estado, as práticas de liberdade não existem e, quando existem, são unilaterais, restritas e limitadas. E, como consequência, é preciso que movimentos de liberação forcem a irrupção desses estados. De acordo com Foucault, “no caso da sexualidade foi necessário um certo número de liberações em relação ao poder do macho, que foi preciso se liberar de uma moral opressiva relativa tanto à heterossexualidade quanto à homossexualidade” (2017: 261).

as pessoas passam a *mudar e estruturar* suas vidas, como veremos no último tópico desse capítulo.

Além do mais, as fraturas e rompimento que marcam o processo de *assumir-se* uma pessoa LGBTQIA+ são partes constitutivas da continuidade de suas vida. De acordo com Butler (2016), no processo de reconhecimento de si, a destrutividade se apresenta continuamente como um risco. Na processo de reconhecimento, sempre relacional, entre o eu e o Outro, o eu está sempre em risco de ser destruído e agredido, sendo, como consequência, não reconhecido pelo outro em sua alteridade. Embora eu não tenha nenhuma intenção de entrar em discussões teóricas sobre a vida psíquica, a negação envolvida no processo de reconhecimento de si é interessante para pensar o que tenho mostrado em todo o capítulo. De fato, como vimos, a negação das existências LGBTQIA+ no âmbito familiar é parte fundamental da constituição das subjetividades dessas pessoas. Nesse sentido, as fraturas e rompimentos derivados das violências sofridas nesse lugar impõem uma presença constante na vida daqueles/as que foram expulsos, não podendo ser compreendidas como superadas. Essas rupturas memoradas no momento de *assumir-se* explicitam, na verdade, uma distância que sempre existiu nas relações com seus familiares.

Portanto, nessas formas de liberdade evocadas, as marcas destrutivas das relações de parentesco não são rompidas, elas permanecem e são propulsoras do *seguir a vida*. Quando Preciado iniciou seu processo de transição, ele foi chamado para falar sobre “a coragem de ser você mesmo” numa conferência. Enfurecido ele diz logo de início: - “vocês me dão agora o privilégio de falar da coragem de ser eu mesmo depois de me terem feito carregar o peso da exclusão e da vergonha por toda minha infância” (2020: 139). Confrontando e rejeitando essa noção de coragem, que, para ele, está do lado daqueles que regulam, normatizam e esterilizam as múltiplas formas de “usos do corpo”, Preciado reivindica a “falta de coragem”.

- Desejo que lhes falte força para repetir a norma, que não tenham energia para continuar fabricando identidade, que percam a determinação de continuar acreditando que seus papéis dizem a verdade sobre vocês. E quando tiverem perdido toda a coragem, loucos de covardia, desejo que inventem novos e frágeis usos para seus corpos vulneráveis. É por amá-los que os desejo frágeis e não corajosos. Porque a revolução atua através da fragilidade (Preciado, 2020: 142)

Assim como reivindicado por Preciado, os jovens e as jovens LGBTQIA+ produzem as continuidades de suas vidas naquelas fragilidades que surgem nas fraturas derivadas da violência familiar. A persistência em *seguir a vida* faz-se em meio a muitos medos, perigos e riscos. As fragilidades, mais do que a coragem, nos mostram como o *arriscar* e o *assumir* são formas de interpelar um destino que parece certo para aqueles e aquelas cuja as existências estão em ameaça constante. Como consequência desse agir pelas fragilidades, outras formas de habitar o cotidiano e de conceber o futuro são criadas. Criação ganha novas possibilidades no momento que as e os jovens LGBTQIA+ passam a morar na Casa 1. Por meio do *apoio* e da *ajuda* fornecida pela Casa 1, esses e essas jovens passam a *mudar* e *estruturar* suas vidas.

3.4.3 a vida se *estrutura*, a vida *muda*

É onde a vida se *estrutura*, *muda*. Ao falarem da possibilidade de *seguir a vida*, essas noções de *estruturar* e *mudar* são evocada pelos moradores/as da *república de acolhimento* para caracterizarem o envolvimento da Casa 1 em suas vidas. Dessa maneira, encerro esse capítulo, mostrando que, ao se relacionarem com espaços da Casa 1, os e as jovens LGBTQIA+ dão sentido aos modos de *estruturar* e *mudar* a vida, de modo que ambos conformam o sentido de *seguir a vida*. Além disso, estendo esses sentidos de *mudança* e *seguir a vida* para as outras pessoas que frequentam os ambientes da Casa 1.

Foi na Casa 1 que Ivana, como me disse ela, teve *um teto para dormir tranquila*. Ivana depois que foi expulsa de casa trabalhou um tempo na prostituição. Depois desse período, ela decidiu mudar-se do interior e vir para a capital do estado de São Paulo.

- Eu vim para São Paulo porque consegui um emprego. Mas depois de um tempo, a empresa que eu trabalhava parou de prestar serviço para a Sky e foi todo mundo demitido. Achei que, como já tinha conseguido um emprego, conseguiria outra bem rápido, mas não foi isso que aconteceu. Aí comecei a entrar em desespero. Foi aí que um ex-

morador me falou da Casa 1 e eu vim. Eu posso te dizer que esse lugar mudou minha vida (Caderno de campo, janeiro de 2019).

Ivana tinha muito medo de ter que voltar a morar na rua, onde ela tinha *passado os piores anos da vida dela*. Quando ela foi morar na Casa 1, Ivana disse que estava *tão destruída mentalmente*, que ela passou um tempo *paralisada*: - *eu estava tão ansiosa e com tanto medo da rua, que acabei ficando umas duas semanas sem conseguir fazer nada*. Segundo ela, foi graças a *ajuda* das psicólogas que ela conseguiu *se estruturar e manter a cabeça tranquila* para conseguir a procurar um emprego. Ivana, antes de vir para a Casa 1, procurou sua mãe com o objetivo de conseguir alguma ajuda naquele momento tão delicado, mas sua mãe nunca respondeu suas mensagens e nem atendeu suas ligações. *‘Isso fez com que eu ficasse ainda pior. Por isso que eu não sei se estaria viva hoje se não fosse a Casa 1’*, disse ela. Com a ajuda do Junior, responsável pelo GT de empregabilidade, Ivana conseguiu um emprego numa loja e depois dos quatro meses passou a morar num pequeno apartamento vizinho à Casa 1. *‘Agora eu sigo minha vida e com a certeza que esse lugar estará sempre ali para nós’*, disse ela.

‘Se não fosse a Casa 1, eu nem sei o que seria de mim hoje. Iran e Dona Alvina me ajudaram muito’. disse-me Gerson. Depois de sair de Curitiba e chegar à São Paulo, ele ficou na rodoviária por três dias sem ter dinheiro e sem ter lugar para ir. Foi então que uma amiga contou da Casa 1 e ele entrou em contato com os organizadores. *‘Peguei o metrô e vim parar aqui com minhas malas. Me arrisquei né? Não tinha outra opção. Já estou aqui há quatro meses, consegui um emprego com ajuda do Junior e começo em dezembro. Vou procurar um lugar pra morar depois que começar trabalhar. E vou ser sempre muito grato por tudo que eles têm feito. Agora eu tenho condições de continuar minha vida de outro jeito’*. Esse *outro jeito* indicava não só uma oposição a sua vida anterior a chegada a Casa 1, como também dizia sobre o desejo de Gerson de cursar uma faculdade: - *‘meu sonho sempre foi fazer administração e agora com a vida mais estruturada, espero em breve começar a faculdade’*, disse-me ele.

A conquista de um emprego é fundamental para as possibilidades de *seguir a vida*. Isso porque, como argumentei outras vezes, ela promove uma cisão num destino provável,

que muitos desses e dessas jovens *acolhidos* acabaram experienciando. Esse destino é a experiência de morar e trabalhar na rua, seja na prostituição ou em outra ocupação. O emprego impede essa direção, proporcionando que outras possibilidades de viver o presente e imaginar o futuro surjam. Conheci Amália enquanto ela folheava algumas revista de moda que ficavam na biblioteca do Galpão. Como ainda não tínhamos conversado nenhuma vez, tentei timidamente iniciar uma conversa. Assim que me apresentei à Amália, Mariana chegou e me deu um abraço. Mariana e Amália eram muito amigas e eu já tinha um contato mais próximo com Mariana. Começamos nós três a conversar e depois que Mariana saiu para ser atendida pela psicóloga, Amália passou a me contar sobre seu *sonho* de trabalhar com moda. *‘Eu queria muito fazer uma faculdade de moda e trabalhar com isso. Mas eu sei que é impossível agora porque primeiro eu preciso ter um emprego para conseguir ter um lugar para morar e também para entrar na faculdade’*.

Passado algum tempo dessa conversa, a Casa 1 estabeleceu uma parceria com a Vogue, uma revista especializada em moda. Uma das exigências dessa parceria, por parte dos e das organizadores da Casa 1, era que a Vogue contratar moradores e moradores da Casa 1. Amália e Any, depois de passarem pela entrevista de emprego, foram contratadas. Depois da notícia de que havia sido contrata, Amália e eu ficamos uma tarde toda com Dona Alvina procurando roupas no paliativo para que ela pudesse trabalhar. Amália estava muito feliz e disse que *‘nunca imaginou que conseguiria um emprego desses. É a realização de um sonho’*. Após mudar da Casa 1, encontrei Amália num dia em que ela foi até o *paliativo*. Quando perguntei como estava o trabalho, ela me respondeu: - *‘estou muito feliz, como nunca imaginei que seria’*. Amália agora planejava entrar numa faculdade de moda muita em breve para *continuar seguindo o que ela sempre quis*.

Para Pietra a vida também *mudou e estruturou* com a conquista do emprego, com sua volta para a faculdade e com os cuidados com sua *saúde*.

- Quando a gente tá na rua, a gente pensa que nosso meio de fuga e de sair dessa vida é o trabalho. Só trabalho e eu focava muito nisso. Começava focar tanto que eu passava mal na rua e eu não queria cuidar da minha saúde de jeito nenhum, porque pra mim a maneira de sair

dessa situação era ter um emprego. Aí foi lá na Casa 1 que a Melissa, a dona Alvina... meu deus do céu... ela não existe... o Iran, começaram a cuidar da minha saúde e foi assim que eu abri os olhos pra muitas outras coisas. Voltei pra faculdade e consegui um emprego numa estamperia (Caderno de campo, janeiro de 2019)

Depois de ter trabalhado na estamperia e no hospital, Pietra conseguiu um emprego na Uber, empresa de transporte privado urbano, na Feira de Empregabilidade Trans e Travesti. Com mais de 12 empresas, essa Feira foi realizada no Galpão em novembro de 2018 e tinha como objetivo oferecer vagas de emprego para pessoas trans e travestis. Além disso, o Grupo de Trabalho de empregabilidade da Casa 1 ajudava as pessoas a criar seus currículos, que eram deixados nos stands das empresas.

Pietra entendia que a presença da Casa 1 em sua vida fez com que ela saísse daquele *lugar que estava reservado para pessoas como ela*. *‘Eu morei na rua e eu sei o que poderia acontecer comigo a qualquer coisa. Para uma mulher trans e preta o destino na rua é certo. Por isso eu sei que a Casa 1 mudou minha vida. Esse lugar vai ser sempre parte da minha vida. Eu sou muito grata por tudo que eles fizeram por mim’*, disse ela. Fabíola que também havia conseguido um emprego durante a Feira de Empregabilidade, disse algo parecido: - *‘conseguir esse emprego para nós mulheres trans e travestis é uma conquista muito grande. Eu já passei por muita coisa ruim nessa vida e só eu sei como esse emprego vai mudar minha vida’*. Fabíola não foi moradora da *república de acolhimento*, mas na vida dela a presença da Casa 1 também resultou numa mudança.

Aqui, mais uma vez, vemos como o envolvimento da Casa 1 na vida das pessoas promove um rompimento num destino inescapável. Como disse Fábio, *‘a Casa 1 muda a vida das pessoas. Se não fosse aqui, eu estaria traficando hoje em dia’*. Fábio morou sua vida toda num orfanato e prestes a completar 18 anos, ele sabia que seu destino seria a rua e o tráfico. Mas o encontro com a Casa 1 provocou uma mudança naquilo que parecia destinado a ele. Fábio conseguiu o primeiro emprego dias depois de começar a morar república e ele continua lá até hoje. *‘Para um homem trans é muito difícil conseguir um emprego e foi com a ajuda da equipe que eu consegui. Por isso continuo vindo aqui ajudar, eu acredito que o projeto pode*

mudar a vida de outras pessoas'. Grazi, que estava na mesma conversa, disse que essa estrutura fornecida pela Casa 1 é o que mantém *algumas pessoas vivas*. *'É um monte de gente com a saúde mental destruída, querendo se matar. Se não fosse os recursos que são oferecidos aqui, muita gente não estaria viva'*, disse ele.

Tendo sempre em vista um presente e um futuro que parecem certos e que são sempre ameaçadores, a presença da Casa 1 produz uma cisão nessas temporalidades e permite que o presente seja habitado de outras maneiras e que o futuro seja atravessado por outros desejos e *sonhos*. Essa cisão faz com que a continuidade da vida se multiplique em suas possibilidades. Como esse lugar de possibilidades, a Casa 1 é entendida como o lugar que ajudará a Wellington *mudar* sua vida e criar um outro futuro. Wellington é aluno do cursinho preparatório para o Enem oferecido pela Casa 1. Numa certa tarde, ele veio até a biblioteca e ficamos conversando sobre as aulas do cursinho. *'Eu não tenho grana para pagar um cursinho e quero muito entrar na universidade. Quando eu conheci a Casa 1 e soube do cursinho, fiz a inscrição e comecei a fazer as aulas. Eu tenho certeza que isso mudará minha vida'*, disse-me. Wellington mora na vizinhança e seu *sonho* é fazer engenharia. Assim como Wellington, Catia também entendia que as aulas de costuras oferecidas pela Casa 1 também mudariam sua vida: - *'eu já morei na rua, já trabalhei catando lixo, já de um tudo. Por isso eu sei que fazer esse curso vai me ajudar mudar de vida'*, disse ela.

Nesse sentido, *mudar* e *estruturar* a vida permite que o presente e o futuro sejam reinscritos em outros registros da continuidade da vida. As possibilidades de existir, que foram em muitos momentos restritas e confiscadas, passam a se multiplicar. É verdade que, como já disse, não se trata necessariamente de uma transformação em uma vida plena e feliz. Mas a *ajuda* e o *apoio* oferecidos pela Casa 1 fazem com que o cotidiano seja vivido de outras maneiras. Esse entendimento de que as vidas das pessoas não se transformam por completo é compartilhado também por quem organiza a Casa 1. *'Nós sabemos que o tempo e a ajuda que damos nunca vão ser o suficiente, afinal são anos de violência sofridos por eles e elas. O que tentamos é oferecer formas de suporte que ajudem estruturar, de algum modo, a vida deles'*, disse Bruno, organizador da Casa 1. São por meio das atividades, dos atendimentos e do *acolhimento* na república, que a Casa 1 tenta fornecer *outras possibilidades de vida* a essas pessoas. *'A gente não consegue realizar o sonho de todo mundo, mas tudo que está ao nosso*

alcance, ou até além dele, nós tentamos, disse-me Dona Alvina quando estávamos conversando sobre o novo emprego de Amália.

Assim, *estruturar e mudar* ganham sentidos distintos de acordo com os usos que as pessoas fazem dos *espaços* da Casa 1. Como mostrei ao longo dessa dissertação, podem significar a conquista de um emprego, o acesso a tratamentos médicos e psicológicos, a saída da rua e a possibilidade de *um teto seguro*, o começo de tratamento de hormonização e o conhecimento de novos tratamentos ou, então, o reconhecimento pelo modo como ela/ele se identifica. Esses diferentes sentidos, atravessam, de um modo ou de outro, a vida das pessoas que habitam os espaços da república. Samira, *a mãe de todos* (ver capítulo 2), passou um ano na república para juntar dinheiro *pra seguir sua vida*. Ela trabalhava na prostituição e nunca quis utilizar os espaços da Casa 1 para outra coisa. Samira só usava o espaço da república, enquanto juntava seu dinheiro.

Como tentei explicitar nos capítulos que compõem essa dissertação, a feitura dos *espaços* da Casa 1 ocorre por meio de uma multiplicidade de relações e apropriações. O cotidiano se desenrola nesses ambiente de muitas maneiras, entrelaçando pessoas, lugares e formas de *ajuda e apoio*. É nesse entrelaçamento que múltiplas possibilidades de *estruturar e mudar* a vida aparecem. Como consequência do aparecimento dessas possibilidades, as pessoas *seguem suas vidas*. Vidas estas que estão imbricadas em relações múltiplas que são continuamente feitas e desfeitas, em arranjos duráveis ou efêmeros. Assim, é possível dizer que - por meio da *república de acolhimento*, dos atendimentos oferecidos pela Clínica Social, do suporte dado pela GT de empregabilidade, da *ajuda* concedida por aqueles e aquelas que trabalham - a Casa 1 ocupa o lugar de preparar as pessoas para o mundo, como uma casa deveria fazer e não faz.

No *seguir a vida*, a Casa 1 torna-se, para essas pessoas, um lugar de possibilidades. De ter um emprego, de ter acompanhamento psicológico, de elaborar um currículo, um *lugar pra dormir*, de ter, como me disse Grazi, acesso a *lugares que nunca seriam nossos*, de receber *cuidados*, de fazer um curso de línguas ou um curso preparatório para o Enem, ou, ainda, de ter o que comer e vestir. O *mudar e estruturar a vida* é, nesse sentido, menos uma certeza e mais um possibilidade de *continuar vivendo*. É como um lugar de possibilidades que as

peessoas criam *ligações para a vida* com a Casa 1. Assim a Casa 1 *celebrou* e definiu seus dois anos de existência numa postagem no Facebook:

- Quando nos perguntam nossa "taxa de sucesso" ou qual a "principal conquista" da Casa 1 "nesses dois anos de existência a resposta é sempre a mesma: conseguimos manter muita gente viva. Na verdade essa resposta é uma mentira apaziguante. Sim, entre a centena de moradores e moradoras que passaram pela acolhida, todos e todas seguem vivos. Acontece que o mesmo não pode ser dito sobre, por exemplo, das mulheres trans e travestis que passaram pelo atendimento paliativo à população em situação de rua ou nossos e nossas visitantes do centro cultural.

Considerações Finais

“Escrever não tem outra função: ser um fluxo que conjuga com outros fluxos - todos os devires-minoritários do mundo” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1998: 41)

Houve, ao longo desta dissertação, uma tentativa de conjugar os múltiplos fluxos de gentes, desejos, afetos e urgências que atravessam e compõem cotidianamente a Casa 1. Interessado em descrever a constituição de um território em trânsito permanente, busquei ao longo dos capítulos mostrar como este território é criado à medida que as múltiplas e variadas pessoas estabelecem ligações com a Casa 1. Interpelado por encontros cotidianos, fui percebendo, por meio dos fragmentos parciais explicitados pelas pessoas, um lugar que ia se compondo por meio de presenças imprevisíveis e estranhas. Cada presença produzia um certo tipo de relação e se apropriava de uma maneira específica da Casa 1. Assim, cada presença ao mesmo tempo ampliava e modificava essa composição que eu tentei descrever.

Minha etnografia é, então, um efeito de como múltiplas presenças envolvem-se e são envolvidas na e pela Casa 1. Na *abertura* de suas portas para a *rua*, a Casa 1 e um externo heterogêneo passaram a produzir inúmeras formas de vinculação. A entrada desse externo gerou, e continuam gerando, a ampliação e a modificação permanente dos espaços da Casa 1. Foi assim que de um Centro de Acolhida para jovens LGBTQIA+ expulsos das casas de suas famílias, a Casa 1 tornou-se também um Centro Cultural e uma Clínica Social. Na persistência em abrir-se e tornar-se visível, a Casa 1 permite que diferentes formas de vinculação sejam produzidas. Como nos lembra Isabelle Stengers (2016: 165), um vínculo é sempre uma criação. E, como tentei mostrar, as vinculações estabelecidas entre a Casa 1 e seus habitantes criam uma série de possibilidades de habitar o presente ao mesmo tempo em que permitem a elaboração de outros futuros. Esses vínculos, é preciso dizer, não devem ser compreendidos apenas nas ligações duradouras mas também naquelas efêmeras, justamente por que a *política de portas abertas* possibilita permanentemente que a *rua* ocupe, de diferentes maneiras, os espaços da Casa 1.

A insistência contínua com o que está fora é o que caracteriza a política com a *rua* da Casa 1. No entanto, de modo algum devemos entender esse fora como oposto à Casa 1. Na verdade, como um exterior constitutivo, a *rua* compõe-se com Casa 1 por meio de relações que são feitas e desfeitas diariamente. O cotidiano, como mostrei ao longo de toda dissertação, é o lugar onde é possível perceber de quais maneiras a Casa 1 é composta. Na descida ao ordinário (Das, 2020), podemos perceber como os fluxos minoritários vão produzindo uma série de conexões. Dessas conexões, descrevo como a Casa 1 é entrelaçada pelos diferentes afetos e sentidos produzidos pela vizinhança, pelas crianças, pelos e pelas jovens LGBTQIA+ expulsos/as, por aqueles/as que são atendidos/as na Clínica Social, por aqueles/as que frequentam as atividades educacionais e culturais e pelas pessoas em situação de rua. Nesse sentido, foi por estar atento ao modo como o cotidiano se desenrola que pude compreender a feitura de um “território em movimento” (Perlongher, 1987).

Percebi como a política com a *rua* multiplicava as formas de experienciar a Casa 1 à medida que eu ocupava o cotidiano. Ao participar desse cotidiano, passei a estabelecer relações com as pessoas. Foi justamente isso o que me permitiu, de modo parcial, compreender o que estava envolvido na presença dessas muitas pessoas naquele lugar. A partir dos modos como as pessoas interagem com os espaços *abertos* e *visíveis*, mostrei, ao longo do capítulo 1, que o *fazer parte da Casa 1*, evocado pelos/as organizadores/as, era multiplicado. A presença das e dos moradores/as do bairro implicava a Casa 1 em outras demandas e necessidades. A costura cotidiana com essa vizinhança complexa exigia certos cuidados, uma vez que o *reconhecimento* da Casa 1 como parte daquela *comunidade vizinha* era fundamental para que outras presenças fossem possíveis. Essas outras presenças produziam, por sua vez, outras ligações e isso desencadeava em outras demandas e necessidades. Como efeito dessas presenças, a Casa 1 tornou-se um lugar de *ajuda* e de *escuta* para quem precisava de atendimentos psicológicos e psiquiátricos; um lugar de diversão e de aprendizado para as crianças do bairro; um lugar de apoio *quando as coisas apertam*; um lugar pedagógico onde atividades culturais e educacionais ocorrem; e assim por diante.

A feitura de uma política que mantém os espaços *abertos* e *visíveis* continuamente a presenças inesperadas e estranhas é o que me fez aproximar a política com a *rua* empreendida pela Casa 1 às políticas de coalizações. A política com a *rua* impede que as circunscrições

identitárias limitem ou modulem as possibilidades de criação de vínculos. Se, inicialmente, a Casa 1 surge como um lugar de acolhimento para jovens LGBTQIA+, com a entrada das presenças heterogêneas pelas portas *abertas*, esse lugar é modificado e ampliado. Evidentemente, como disse ao longo dessa dissertação, há limitações e tensões na relação da Casa 1 com esse exterior. Nem sempre foi possível atender as demandas dos seus/as frequentadores/as. No entanto, é nesse *exercício político* cotidiano, como me disse Bruno, que a Casa 1 foi ampliando suas atividades e mudando suas formas de atendimento: - *'junto com as pessoas que apareciam nos espaços, buscamos construir outras formas de diálogo e de escuta'*. É mediante esse *exercício político*, justamente, que inúmeras coalizões são forjadas entre a Casa 1 e as presenças externas. O que importa nessas coalizações é aquilo que se cria no momento do encontro: um lugar de *ajuda* num momento crítico, um lugar de *escuta* e de *apoio* para mulheres que sofrem violência doméstica, um lugar onde as crianças divertem-se e alimentam-se.

A Casa 1 é também um lugar de *acolhimento* para os jovens e as jovens LGBTQIA+ expulsos/as. Como efeito da política de *acolhimento*, descrevo como a *república de acolhimento* é composta no momento em que esses e essas jovens que passam a morar nesse lugar. Após passar por situações de perigo e de violência, a Casa 1 surge como um lugar *seguro*. A atenção ao cotidiano aqui ocorre de outra forma, uma vez que a *república de acolhimento* é um ambiente restrito aos seus moradores e moradoras. A impossibilidade da minha presença, certamente, tenha gerado perdas na minha percepção da constituição da república. Mas, ao ocupar os outros espaços da Casa 1, consegui, no desenrolar do cotidiano estabelecer relações próximas com os moradores e as moradoras. Por meio dos fragmentos narrados por eles e elas produzi imagens, sempre parciais e contingentes (Haraway, 1985), de como o ambiente doméstico da república é construído.

A intimidade criada nesse lugar decorre das relações e envolvimento estabelecidos diariamente por seus *moradores* e suas *moradoras*. Por ser uma *lugar de passagem*, essas relações e envolvimento são sempre transitórios e, desse modo, produzem configurações distintas à esse lugar. As *brigas*, as relações amorosas, as *amizades* e as solidariedades fazem e desfazem as proximidades e intimidades que compõem a república. República que se torna um lugar de *segurança*, sendo uma contra-imagem dos lugares violentos, lugares estes que

busco descrever no terceiro e último capítulo. A não compreensão da república como uma *casa* deve-se, assim entendo, a dois aspectos que se conjugam: ao aspecto temporal e às urgências. No que se refere ao tempo, como um *lugar de passagem*, a república surge como um espaço em que a continuidade da vida se inicia. Trata-se de um lugar *seguro* onde o presente passa a ser habitado de outras maneiras. Isso significa que não se exige a constituição de vínculos permanentes com a república, como comumente aparece na criação de uma casa. As relações permanentes são estabelecidas, por vezes, entre as e os moradores/as ou entre eles os voluntários/as da Casa 1, ou ainda entre eles e elas e a instituição. Junto com a transitoriedade da constituição desse lugar, há as urgências envolvidas na chegada dos e das jovens LGBTQIA+: após vivenciarem situações de violência extrema, seja na casa familiar seja na rua, a república torna-se um *teto seguro*. É a partir desse *teto seguro* que eles e elas buscam *estruturar e mudar* suas vidas: a procura de um emprego, a busca de um novo lugar para morar, a *ajuda* com os cuidados médicos e psicológicos, etc.

De modo algum, não compreender a república como uma *casa* deflagra uma importância menor desse lugar na vida desses e dessas jovens. Na verdade, é esse *teto seguro* que permite a eles e elas ficarem *vivos* e, assim, habitar o presente de outros modos e elaborar outras possibilidades de futuro. Mais do que isso, o entendimento da república como um lugar seguro nos mostra como é a casa da família, e em algumas situações, também a rua, que são lugares absolutamente violentos para essas pessoas. Lugares onde suas existências estão sempre em risco. São as experiências dos e das jovens LGBTQIA+ nesses lugares violentos e as possibilidades de *seguir a vida*, a partir da presença da Casa 1, que compõem as descrições etnográficas do capítulo 3. Nesse sentido, o cotidiano é encarado mediante as porções de memória evocadas por esses e essas jovens e também por aqueles fragmentos de memória evocadas por outras pessoas LGBTQIA+ que habitam a Casa 1. Nos agenciamentos contidos no processo de rememoração podemos visualizar como o passado é vívido e atuante no presente e como, nesse entrelaçamento temporal, o futuro é criado. É nas composições das memórias que vemos a presença de um passado *insuportável* e de um presente e de um futuro que passam a ser habitados e reelaborados de outras maneiras.

Nas memórias da casa da família e nas memórias da rua, consegui perceber os medos, os perigos, as negações e os sofrimentos experimentados diariamente pelas pessoas

LGBTQIA+. A expulsão e a fuga expõem a vida dessas pessoas a uma sorte de riscos: agressões físicas e verbais, fome, não ter um lugar para ir, e até mesmo a morte. Mas a expulsão e a fuga também são o que permite os e as jovens LGBTQIA+ se livrarem de um ambiente que confisca seus desejos, suas sexualidades, seus corpos, seus *sonhos*. É em meio a esses momentos críticos que a Casa 1 surge e provoca um corte nas incertezas ou até mesmo em um destino que parecia certo: a morte. A Casa 1 transforma-se num lugar de *ajuda e apoio*, num lugar *seguro*, num lugar de *escuta e cuidado*. Como um lugar onde as possibilidades de habitar o presente e elaborar o futuro são multiplicadas, a Casa 1 propicia que múltiplas formas de *seguir a vida* sejam iniciadas. Nesse entrecruzamento entre memória, tempo e família, diferentes afetos e sentidos são agenciados nos espaços da Casa 1. É por meios desses agenciamentos que as mudanças e as continuidades da vida são possíveis.

Compreendo, para encerrar esta dissertação, que a política com a *rua* desempenhada pela Casa 1 é uma “política do entre”, para usar a sugestão de Guattari (2012). Segundo o autor, essa “política do entre” produz “novas práticas sociais, novas práticas estéticas, novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, com o estranho” (2012: 54). A insistência em manter suas portas permanentemente *abertas e visíveis* a um exterior inesperado faz com que a Casa 1 seja sempre um lugar onde diferentes vinculações possam ser feitas. Como efeito disso, o presente e o futuro podem se desdobrar de outras maneiras. Lembro sempre das muitas conversas que tive com Dona Iná. Numa delas, olhando para as pessoas que esperavam na fila do paliativo e falando sobre seu tratamento de câncer, ela disse: - ‘*eu sei bem o que já passei nessa vida e imagino o que todo mundo que está aqui passa. Também já morei na rua, já passei fome e frio. Por isso eu sei que lugares assim ajudam a gente a continuar vivendo*’. É como esse lugar de *ajuda e de apoio*, precisamente, que a presença da Casa 1 se entrelaça na vida das pessoas e cria possibilidades de se *continuar vivendo*. Trata-se, sobretudo disso, de se *continuar vivendo*.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALVES, Yara de Cássia. A casa raiz e o vôo de suas folhas: Família, Movimento e casa entre os moradores de Pinheiros-MG. Dissertação de Mestrado. USP. 2016.

_____. Sob a luz e o calor do fogo: A criação entre os moradores de Pinheiros e as interconexões entre casas, famílias e corpos. In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei. Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios / coordenação [de] Ana Claudia Marques, Natacha Simei Leal. Rio de Janeiro: Gramma/ Terceiro Nome, 2018.

ANDRADE, Fabiana de. Narrativas femininas sobre experiências de amor, sofrimento e dor em relacionamentos violentos e destrutivos. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2018.

AQUINO, Carlos Filadelfo. A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

BERGSON, Henri. Memória e Vida. Tradução de Bento Prado Neto. 3 ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

_____. Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIONDI, Karina. Proibido Roubar na Quebrada: território, hierarquia e lei no PCC. Editora Terceiro Nome: São Paulo, 2018.

BLOCH, Maurice. “Internal and External Memory: Different Ways of Being in History”. In Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory. P. Antze and M. Lambek, eds. Pp. 215–33. New York: Routledge, 1996.

BOLDRIN, Guilherme. Desejo e Separação: monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

BOLDRIN, Juliana. Instabilidade e Potência: Etnografia do tratamento hospitalar de pacientes com tuberculose em um centro de referência. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A Casa Kabyle ou o mundo às avessas. Cadernos de campo, São Paulo, pp. 147-159, 1999.

BUTLER, Judith. “Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 [1990].

_____. “Alianças queer e política anti-guerra”. Bagoas, n. 16. p. 29-49. 2017.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens ; revisão técnica Carla Rodrigues. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2018.

_____. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. Tradução de Veronica Daminelli, Diego Yago Françaoli. São Paulo: n-1 eduções; Crocodilo edições, 2019.

_____. *Anseio de Reconhecimento*. Tradução de Jainara Gomes de Oliveira e Tarsila Chiara A.S. Santana. Equatorial: v. 03, n. 05, pp. 185-207, 2016.

BUTLER, Judith e SPIVAK, Gayatri. *Quem canta o Estado-nação?: língua, política, pertencimento*. Editora Universidade de Brasília, 2018.

CAMARA, Cristina. *Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Academia Avançada, Rio de Janeiro, 2002.

CARRARA, Sérgio. “Moralidades, Racionalidades e Políticas sexuais no Brasil Contemporâneo”. *MANA* 21(2): 323-345, 2015.

CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município o Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2): 233-249, 2006.

CARRARA, Sérgio & SIMÕES, Júlio Assis. “Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira”. *Cadernos Pagu*, no 28, p. 65-100. 2007.

CARRARA, Sérgio. & RAMOS, Silvia. *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARRARA, S.; RAMOS, S.; LACERDA, P.M.; MEDRADO, B. & VIEIRA, N. *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 5ª Parada do Orgulho GLBT – Pernambuco*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006a.

CARRARA, S.; RAMOS, S.; SIMÕES, J.A. & FACCHINI, R. *Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006b.

CARSTEN, Janet. *“Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship”*. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

CARSTEN, Janet. “Introduction: Ghosts of Memory”. In: *Ghosts of Memory Essays on Remembrance and Relatedness*. Carsten, Janet (org.). Blackwell Publishing Ltd, 2007.

CARSTEN, Janet e HUGH-JONES, Stephen. *“About the House: Levi-Strauss and Beyond”*. Cambridge University Press. 1995.

CARVALHO, Mario. Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

CARVALHO, Mário e CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travesti e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, ISSN 1984-6487/ n.14 - ago. 2013.

CASCAIS, Antonio Fernando. Diferentes como só nós: o associativismo GLBT português em três andamentos. In: Santos, A. C. (Org). *Estudos queer: identidades, contextos e acção colectiva*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 76, p. 109-126, 2006.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. University of California Press. 2 ed: 2005.

COLLINS, Patrícia. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. - 1ed.- São Paulo: Boitempo, 2019.

CARRUTHERS, Mary. *The Craft of Thought: Meditation, Rhetoric, and the Making of Images*. Cambridge University Press, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: Martha Albertson Fineman, Roxanne Mykitiuk, Eds. *The Public Nature of Private Violence*, New York Routledge, 1994.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 . ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1997.

DAS, Veena. "Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India". New Delhi: Oxford University Press, 1995.

_____. "Vidas e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário". Tradução de Bruno Gambarotto, - São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, Veena; LEONARD, Lori. "Kinship, Memory, and Time in the Lives of HIV/AIDS Patients in a North American City". In: *Ghosts of Memory Essays on Remembrance and Relatedness*. Carsten, Janet (org.). Blackwell Publishing Ltd, 2007.

DAY, Sophie. "Threading Time in the Biographies of London Sex Workers". In: *Ghosts of Memory Essays on Remembrance and Relatedness*. Carsten, Janet (org.). Blackwell Publishing Ltd, 2007.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Arte de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2014.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. "Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia Vol. 4". Ed. 34, 1997.

_____. *O que é filosofia*. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz, Editora 34: Coleção TRANS, 2010 [1992].

DELEUZE, Gilles. *Bergnismo*. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

DUARTE, Artur e CYMBALISTA, Renato. *Casa 1 and LGBTQ+ resistance in São Paulo, Brazil*. ARQ (Santiago) no.105 Santiago Aug. 2020.

FACCHINI, Regina. “Sopa de Letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 2002.

FACCHINI, Regina. “Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro”. *Revista Bagoas*. n. 04 | 2009 | p. 131-158.

FACCHINI, Regina e FRANÇA, Isadora Lins. “De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro”. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, ISSN 1984-6487 / n.3 - 2009 - pp.54-81.

FARAH, Marta Ferreira Santos. “Gênero e políticas públicas”. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 1, no 12, p. 47-71. 2004.

FEDERICI, Silvia. “O feminismo e a política dos comuns”. In: *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais/ Audre Lorde...[et al]; organização Heloisa Buarque de Hollanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade e política*. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Austran Dourado Barbosa. 3ed - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

_____. *A história da sexualidade 1: vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2 ed. - São Paulo, Paz e Terra, 2015.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade*. *Verve*, 5: 260-277, 2004.

FRANÇA, Isadora Lins. “Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo”. *Horizontes Antropológicos*. No 28, p. 289-311. 2007.

FRANÇA, Isadora Lins. “Cada macaco no seu galho?” Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *RBCS* Vol. 21 nº. 60 fevereiro/2006.

FRANGELLA, Simone. *CORPOS URBANOS ERRANTES: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2004.

FREIRE, Lucas. A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

FRÚGOLI JR, Heitor. “Introdução”. In: Práticas, Conflitos, Espaço: pesquisas em antropologia da cidade. Frúgoli Jr, H., Spaggiari, E., Aderaldo, G. Editora Gramma, Rio de Janeiro. 2019.

FRY, Peter. “Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira”. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

GORMAN-MURRAY, Andrew. Queering the family home: narratives from gay, lesbian and bisexual youth coming out in supportive family homes in Australia. University of Wollongong, Australia. Published online: 12 Feb 2008.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Editora 34, São Paulo, 2012.

_____. As três ecologias. Tradução Maria F. Bittencourt; revisão de tradução Suely Rolnik. Editora Papirus: Campinas, São Paulo (21ª edição), 2012.

GUEDES, André Dumans. “O trecho, as mães e os papeis. Movimentos e durações no norte de Goiás”. Tese de Doutorado. Museu Nacional – UFRJ. 2011.

GREEN, James N. “Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”. Traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite - 2 ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREGORI, Maria Filomena. Viração: experiência de meninos nas ruas. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

_____. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra: São Paulo: ANPOCS, 1993.

HAIDER, Asad. Armadilha da Identidade: Raça e Classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinicius Liberato, Coleção Baderna, São Paulo: Veneta, 2019,

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Traduzido por Laurent Leon Schaffter. Editora Revista dos tribunais Ltda, São Paulo. 1990 [1968].

HARAWAY, Donna Jeanne. “Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”. In: Antropologia do ciborgue: as vertingens do pós-humano/ organização e tradução Tomaz Tadeu- 2 ed – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009 [1985].

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Org.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 136-145.

hooks, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. 1 ed - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. Yearning: Race, gender, and cultural politics. Boston: South End Press. 1991.

INGOLD, Tim. “Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição”. Tradução de Fábio Creder. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira - 1ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KULICK, Don. Travestis: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução de César Gordan. Editora Fio Cruz. Rio de Janeiro, 2008.

LATOURETTE, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LILLA, Mark. O Progressista de ontem e o do Amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. Companhia das Letras: Tradução de Berilo Vargas, São Paulo, 2017.

LIMA, Luiza Ferreira. A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2015.

LE BRETON, David. Antropologia das Emoções. Tradução de Luis Alberto S. Peretti. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Minhas Palavras. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

LORDE, Audre. Textos escolhidos de Audre Lorde. Herética Difusão Lesbofeminista. 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais/ Audre Lorde...[et al]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura. Salvador: EDUFBA, 2018. [1990].

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: trajetórias de Pesquisa em Antropologia Urbana. Editora Terceiro Nome, 2012.

MARQUES, Ana Claudia. Founders, ancestors, and enemies: memory, family, time and space in the Pernambuco sertão. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. (N.S) 19, 716-733, 2013.

_____. Intrigas e questões: Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ. Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

_____. La maison, le nombril, le monde. Brésil(s), 18 | 2020.

MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei. Alquimias do parentesco: casas, gentes, papeis, territórios / coordenação [de] Ana Claudia Marques, Natacha Simei Leal. Rio de Janeiro: Gramma/ Terceiro Nome, 2018.

MELO, Tomás Henrique A. Gomes. A Rua e a sociedade: articulações políticas e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. *Dissertação de mestrado*, Curitiba, UFPR, 2011.

MOTT, Luiz. “Antropologia, Po-pulação e Sexualidade”, in Re-vista Gente, Departamento de Antropologia da UFBA, no 1, jul.-dez./1984, pp. 87-103.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 40-59, março/maio 2001.

NASCIMENTO, Silvana. A cidade no corpo: Diálogos entre corpografia e etnografia. Ponto Urbe Revista do núcleo de antropologia urbana da USP 19 | 2016.

_____. Corpo-afeto, Corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul.dez, 2014.

NOGUEIRA, Vera Sevá. “Casa Camponesa: uma etnografia com famílias camponesas e migrantes no sertão da Bahia”. 34º Encontro Annual da Anpocs. Caxambu, 2011.

PATRIARCA, Letizia. AS CORAJOSAS: etnografando experiências travestis na prostituição. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cadernos Pagu (25), julho-dezembro de 2005, pp. 217-248, 2005.

PERLONGHER, Néstor. O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense. 1987.

PERUTTI, Daniela Carolina. “Tecer amizade, habitar o deserto: uma etnografia do quilombo Família Magalhães (GO)”. Tese de Doutorado. USP. 2015.

PINA-CABRAL, João de. Filhos de Adão, Filhas de Eva: A Visão do Mundo Camponesa do Alto Minho. Lisboa, D. Quixote, 1989.

PINE, Frances. “Memories of Movement and the Stillness of Place: Kinship Memory in the Polish Highlands”. In: Ghosts of Memory Essays on Remembrance and Relatedness. Carsten, Janet (org.). Blackwell Publishing Ltd, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Tradição Oral, Memória e Gênero: um comentário metodológico. Seminário Internacional Del Uso de Historias de Vida en Ciências Sociales: Teorias y Metodologías. Villa de Leyva, março de 1992.

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

_____. Um apartamento em Urano: crônicas da travessia. Tradução de Eliana Aguiar; prefácio de Virginie Despentes - 1ed - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRIORI, Josimar. (2018). A construção da cidade: a vida nas ruas, religião, voluntariado e Estado. *Tese de doutorado*, São Carlos, UFSCar.

RADSTONE, Susannah; HODGKIN, Katharine. “Regimes of Memory: An Introduction”. In *Regimes of Memory*. Susannah Radstone and Katharine Hodgkin, eds. Pp. 1–22. London and New York: Routledge, 2005.

RAMOS, Jesser R. de Oliveira. “É só pra pessoas LGBTs isso daqui?: a produção de espaços visíveis e abertos como formas de fazer política pela Casa 1. *EntreRios – Revista do PPGANT -UFPI -Teresina • Vol. 2, n. 1* (2019).

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, Vol. 5, N° 4, Women: sex and sexuality. pp. 631-660, 1980.

RIVERS, Ian e D’ AUGELLI, Anthony. The victimization of lesbian, gay and bisexual youths. In: D’ AUGELLI, Anthony and PATTERSON, Charlotte: *Lesbian, gay and bisexual identities and youth*, 199-223. New York: Oxford University Press, 2001.

RUBIN, Gayle e BUTLER, Judith. Tráfico sexual - entrevista. *Cadernos Pagu* (21). pp. 157-209, 2003.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rócio Alonso; SIMÕES, Júlio; CANCELA, Cristina Donza. *Marcadores Sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo, Terceiro Nome: Editora Gramma, 2018.

SCHNEIDER, David. *A Critique of the Study of Kinship*. University of Michigan Press, 1984.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho: 19-54, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2009.

SIMÕES, Júlio Assis e CARRARA, Sérgio. *O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens*. 2014.

STRATHERN, Marilyn. *Partial Connections*. Walnut Creek: Altamira Press. 2004 [1991].

TUNAKER, Carin. No place like home?. *Home Cultures*, 12:2, 241-259, 2015.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do sul de Portugal. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VALENTINE, Gill; SKELTON, Tracey; BUTLER, Ruth. Coming out and outcomes: negotiating lesbian and gay identities with, and in, the family. Environment and Planning. Society and Space 21, n. 5: 479-99, 2003.

VENTUROZA, Isabela de Oliveira. “Homem é homem: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homem denunciado por crimes da Lei Maria da Penha. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. 2 ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VIANNA, Adriana & LACERDA, Paula. Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. Rio de Janeiro: CEPESC. 2004.

VILLELA, Jorge Mattar. Confiscações, Lutas Anti-Confiscatórias e Antropologia Modal. In: VILLELA, Jorge Mattar; VIEIRA, Suzane Alencar. Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal. [E-book] / organizadores, Suzane de Alencar Vieira, Jorge Mattar Villela. - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020.

_____. Os vivos, os mortos e a política no Sertão de Pernambuco. *Revista de História*. São Paulo, 2015.

_____. O Povo em Armas: Violência e Política no Sertão de Pernambuco. Editora Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, Rio de Janeiro, RJ.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Estudos Feministas: Ano 9, 2º semestre, 2001.

WESTON, Kath. “Families We Choose”. New York: Columbia University Press. 1992.

WILLIAMS, Jean C. Domestic Violence and Poverty: The Narratives of Homeless Women. University of Nebraska Press, Journal of Women Studies, Vol. 19, nº 2, Varieties of Women’s Oral History, pp. 143-155, 1998.

WITTIG, Monique. The straight mind and other essays. Boston: Foreword by Louise Turcotte, 1992.